

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS
CULTURAIS – PPHPBC
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS
SOCIAIS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADO POR**

CLAUDIA ROSE RIBEIRO DA SILVA

**MARÉ:
A INVENÇÃO DE UM BAIRRO**

ORIENTADOR: PROF. CARLOS EDUARDO SARMENTO

ASSINATURA DO ORIENTADOR ACADÊMICO

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS
CULTURAIS – PPHPBC
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS
SOCIAIS**

**MARÉ:
A INVENÇÃO DE UM BAIRRO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO POR
CLÁUDIA ROSE RIBEIRO DA SILVA**

**E
APROVADA EM 17/04/2006
PELA BANCA EXAMINADORA**

**PROF. DR. CARLOS EDUARDO SARMENTO
ORIENTADOR**

PROF.^a DR.^a MARIETA DE MORAES FERREIRA

PROF. DR. MARIO DE SOUZA CHAGAS

Para minha mãe Léa (*in memoriam*) e meu pai Silas;
à tia Lúcia e às irmãs Cleide e Andréa;
aos sobrinhos Felipe, Thamires, Lucas e Luiz;
para o amigo Raimundo;
ao companheiro Carlinhos e à Júlia, fruto do nosso amor,
com muita ternura.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é apenas o resultado de meus esforços pessoais. Ele é fruto de uma jornada coletiva, há tempos iniciada, da qual muitos participaram e continuam contribuindo, influenciando minhas opções. Para mim é um privilégio poder contar com tantos amigos e companheiros que me incentivam nesta caminhada.

Em especial, gostaria de agradecer aos moradores e moradoras da Maré, que tão gentilmente cederam seus depoimentos e me inspiraram na escolha do tema deste trabalho.

Agradeço à Diretoria do CEASM, que muito felizmente optou por investir na formação acadêmica de seus membros. É de se louvar também o trabalho de todos aqueles que militam nesta instituição para manter viva a sua mística.

Boa parte da realização desta pesquisa foi possível graças aos arquivos mantidos pela Rede Memória e pelo jornal O Cidadão. Agradeço às equipes desses projetos, que desenvolvem um trabalho de grande importância para a preservação da memória local e para o enriquecimento da história da cidade.

Aos professores e colegas da escola Tenente General Nacion, agradeço o entusiasmo com o qual receberam a notícia da minha aprovação para o mestrado. Em particular, agradeço à compreensão das diretoras Acyrema e Simone; e ao prof. Sérgio, pelas inspiradoras conversas durante os intervalos entre as aulas.

Ao prof. Carlos Eduardo Sarmiento, pela paciência e por sua confiança. Mas, principalmente agradeço à orientação respeitosa, que sempre valorizou minhas idéias e opiniões.

Aos professores Marieta de Moraes Ferreira e Mário Chagas, pelas relevantes contribuições dadas a este trabalho, o que resultou em significativas e salutares mudanças no desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores do Colegiado do Mestrado, em particular ao prof. Mario Grynszpan, pelo grande apoio e pela compreensão.

Aos colegas e professores da turma do mestrado, pelo companheirismo e pelo compartilhamento das experiências acadêmicas, profissionais e pessoais, que contribuíram sobremaneira para a realização deste trabalho.

Aos funcionários das secretarias do mestrado e do CPDOC, pelas informações e pelo apoio durante todo o curso.

Às amigas e professoras Sílvia Regina e Dulce, pela colaboração na tradução do resumo deste trabalho.

Por último, gostaria de agradecer às pessoas que partilharam comigo o cotidiano de angústia e alegria durante o desenvolvimento deste trabalho. Em especial, agradeço ao Carlinhos, pelo afeto e pela contribuição intelectual que me apoiaram nesta caminhada.

“O chão que é dado, aqui teve que ser construído.
Fazer a casa sem ter o chão é algo absolutamente incrível.
O processo de ocupação da Maré tem um caráter heróico”

Lilian Fessler Vaz

APRESENTAÇÃO

Sim, outrora eu era de aqui; hoje, a cada paisagem, nova para mim que seja, regresso estrangeiro, hóspede e peregrino da sua apresentação, forasteiro do que vejo e ouço, velho de mim (Fernando Pessoa).

Filha de pai aposentado e mãe dona de casa, nasci em 1966, e, até os 32 anos morei na Maré. Vivi a infância e a juventude nesse lugar, andando livremente pelos becos, ruas e pontes de madeira sobre palafitas; correndo atrás de doces no Dia de São Cosme e São Damião; fugindo apavorada dos “homens mascarados” da Folia de Reis; sambando nos ensaios do bloco carnavalesco Corações Unidos; indo de arraial em arraial, vestida de caipira para dançar quadrilha; visitando as casas dos vizinhos durante as noites de Natal e Ano Novo; fazendo trabalhos escolares nas casas dos colegas...

Aos 13 anos, comecei a participar da paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, que abrangia toda a área reconhecida até então como Maré: do Conjunto Esperança, em frente à FIOCRUZ, até o Parque União, na entrada para o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. A paróquia possuía quatro capelas, cada qual em uma localidade diferente: capela Nossa Senhora da Paz, no Parque União; Sagrada Família, na Nova Holanda; Jesus de Nazaré, no Parque Maré; e a capela São José Operário, na Vila do João. A matriz localizava-se próximo à Avenida Brasil, na altura do Morro do Timbau. Andávamos muito naquele tempo, participando dos encontros, procissões, celebrações etc., que ocorriam em cada *comunidade*.

Minha participação na paróquia tornou-se ainda mais intensa a partir de 1982, quando entrei para a Pastoral de Juventude. Aquele foi um momento de profícuo debate em torno da Teologia da Libertação do qual os jovens participaram ativamente. A militância na pastoral me impulsionou a assumir, juntamente com outros jovens, um papel de liderança na paróquia.

Ao mesmo tempo, comecei a cursar o Ensino Médio em meio às mudanças significativas que estavam ocorrendo na política do estado do Rio de Janeiro, com a eleição

de Brizola para governador. Muitos de meus professores eram simpatizantes ou militantes dos partidos de esquerda. Por isso, enquanto na Pastoral de Juventude discutíamos nossa militância extra-ecclesial - inserção dos jovens em instituições e movimentos que pudessem contribuir para a transformação das estruturas injustas da sociedade -, no colégio, os debates sobre temas sociais eram constantes.

Lembro-me de uma pesquisa sobre racismo que os alunos fizeram para a disciplina de história. Minha turma ficou responsável por realizar entrevistas com internos da FUNABEM, na Ilha do Governador. Os resultados da pesquisa foram apresentados em um seminário, que envolveu todos os alunos. Tal atividade ampliou minhas perspectivas a respeito do estudo daquela disciplina, além de ter contribuído para aprofundar minha formação política.

Em virtude dessa trajetória, em 1986, ajudei a fundar o núcleo do Partido dos Trabalhadores na Maré; em 1987, fiz o Vestibular para História, na UERJ; e, em 1997, participei da fundação da ONG Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). Atualmente, sou professora de história numa escola da rede pública municipal na Maré, e trabalho a questão da identidade dos moradores locais na Rede Memória do CEASM.

A escolha do tema deste trabalho, portanto, está diretamente relacionada ao caminho que percorri até aqui. Tal caminho levou-me a perceber e atuar na Maré sempre a partir de uma visão comunitária e globalizante. Tratar esse lugar, tão familiar, como um objeto de estudo, sem dúvida foi o maior desafio que tive que enfrentar durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Mas, se foi necessário tornar-me “estrangeira”, “hóspede” e “peregrina”, por outro lado, continuei sendo “de aqui”. Foi essa condição privilegiada que enriqueceu sobremaneira a experiência de produção deste trabalho. Espero ter conseguido traduzi-la nas páginas que se seguem.

RESUMO

Estudo de caso sobre a construção de identidades sociais no bairro da Maré. Descreve o processo de formação das favelas cariocas e, em particular, da Favela da Maré, desde o início de sua ocupação até a criação do bairro, instituído pelo poder público municipal, na XXXª Região Administrativa, que abrange 15 localidades, comumente reconhecidas na cidade do Rio de Janeiro como o *Conjunto de favelas da Maré* ou *Complexo da Maré*. Discute as reações dos moradores locais ao fato do bairro ter sido criado a partir da favela, espaço cujas representações estão hegemonicamente associadas a tudo o que se opõe à existência da cidade. Analisa as ações empreendidas pela organização não governamental Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), no sentido de “inventar” o bairro, tendo como princípios norteadores de sua atuação, a valorização do lugar e de sua história; as memórias dos moradores; e o protagonismo dos próprios agentes sociais locais. O estudo apóia-se na análise de fontes orais, e na pesquisa documental e bibliográfica.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Maré. Favela. Bairro. CEASM.

ABSTRACT

This case study is about the construction of social identities in the neighborhood named Maré. This research describes the formation process of the favelas in Rio de Janeiro City, particularly of Favela da Maré, since its beginning until the creation of the neighborhood, instituted by the municipal public power, in the XXX^a Região Administrativa, that encircle 15 localities, generally recognized in the City as *Conjunto de Favelas da Maré* or *Complexo da Maré*. It discusses the dwellers' reactions to the fact that the neighborhood to have been created from the favela, a space whose representations are chiefly associated with everything that is against the existence of the City. It analyzes the actions enterprising by Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), a non governmental organization, in the sense of “invent” the neighborhood, based on the appreciation of the place and its history; on the dwellers' memories; and the protagonism of the own local social agents. The study is founded on the oral narratives analysis and on the documental and bibliographical research.

Keywords: Memory. Identity. Maré. Favela. Neighborhood. CEASM.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|--|-----|
| QUADRO 1 | Remoções de favelas realizadas durante o governo Carlos Lacerda, no período de 1961 a 1964 | 93 |
| QUADRO 2 | Projeto Rio: demonstrativo de metas previstas e obras realizadas | 112 |
| QUADRO 3 | Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro: diretrizes para urbanização de favelas e ações para regularização urbanística das favelas | 124 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|---------|--|
| 1º BCC | 1º Batalhão de Carros de Combate |
| 22º BPM | 22º Batalhão da Polícia Militar |
| ACB | Ação Comunitária do Brasil |
| ADA | Amigos dos Amigos |
| AEP | Área Especial de Planejamento |
| AGCRJ | Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro |
| ALERJ | Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro |
| AMANH | Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda |
| AMMT | Associação dos Moradores do Morro do Timbáu |
| AN | Arquivo Nacional |
| ANL | Aliança Libertadora Nacional |
| AP | Área de Planejamento |
| BNH | Banco Nacional de Habitação |
| CCDC | Centro Comunitário de Defesa da Cidadania |
| CEASM | Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré |
| CEDAE | Companhia Estadual de Águas e Esgotos |
| CEE | Comissão Estadual de Energia |
| CEHAB | Companhia Estadual de Habitação |
| CEMASI | Centro Municipal de Assistência Social |
| CHISAM | Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro |
| CHP | Centro de Habitação Provisória |
| CIEP | Centros Integrados de Educação Popular |

| | |
|----------|---|
| CMRJ | Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro |
| CNBES | Comissão Nacional de Bem-Estar Social |
| CODESCO | Companhia de Desenvolvimento Comunitário |
| COHAB | Companhia de Habitação do Estado da Guanabara |
| CPDOC | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil |
| CPV-MARÉ | Curso Pré-Vestibular da Maré |
| CV | Comando Vermelho |
| DCM | Diário da Câmara Municipal |
| DF | Distrito Federal |
| DNOS | Departamento Nacional de Obras e de Saneamento |
| DO RIO | Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro |
| DSP | Departamento de Segurança Pública |
| ECO 92 | Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| EMAQ | Estaleiro Engenharia & Máquinas S/A |
| FAETEC | Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro |
| FAFEG | Federação de Favelas do Estado da Guanabara |
| FAFERJ | Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro |
| FBN | Fundação Biblioteca Nacional |
| FIOCRUZ | Fundação Oswaldo Cruz |
| FUNABEM | Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor |
| FUNDREM | Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro |
| GB | Estado da Guanabara |
| IAB | Instituto de Arquitetos do Brasil |

| | |
|-----------|---|
| IAPAS | Instituto de Arrecadação da Previdência e Assistência Social |
| INFRAERO | Infra-estrutura Aeroportuária S/A |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| LAMSA | Linha Amarela S/A |
| LIGHT | Serviços de Eletricidade S/A |
| M.D | Mui Digníssimo |
| MT | Ministério do Trabalho |
| ONG | Organização Não-Governamental |
| PADF | Partido Autonomista do Distrito Federal |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PETROBRAS | Petróleo Brasileiro S/A |
| PMDB | Partido Movimento Democrático Brasileiro |
| PROFACE | Programa de Favelas da CEDAE |
| PROMORAR | Programa de Erradicação da Sub-habitação |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro |
| PUC | Pontifícia Universidade Católica |
| SAS | Secretaria de Saúde e Assistência |
| SERFA | Serviço de Recuperação de Favelas |
| SERFHA | Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti— Higiênicas |
| SESI | Serviço Social da Indústria |
| SFH | Sistema Financeiro da Habitação |
| STE | Serviços Técnicos de Engenharia S.A. |

| | |
|---------------------|--|
| TC | Terceiro Comando |
| UDMPPBS | União de Defesa dos Moradores do Parque Proletário da Baixa do Sapateiro |
| UDN | União Democrática Nacional |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UEVOM | União Esportiva Vila Olímpica da Maré |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |
| UNIMAR | União das Associações do Bairro Maré |
| UNIRIO | Universidade do Rio de Janeiro |
| UTF | União dos Trabalhadores Favelados |
| XXX ^a RA | XXX ^a Região Administrativa |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|------------|
| | INTRODUÇÃO | 19 |
| 1 | A INVENÇÃO DA FAVELA E A CONSTRUÇÃO DO ESTIGMA | 32 |
| 1.1 | RIO, UMA CIDADE DE CONTRADIÇÕES | 32 |
| 1.2 | DA CRISE DE HABITAÇÃO À INVENÇÃO DA FAVELA | 37 |
| 1.3 | E O DOUTOR PASSOS NÃO VÊ A FAVELA | 46 |
| 1.4 | E A FAVELA É O PROBLEMA | 54 |
| 2 | A POLÍTICA REINVENTA A FAVELA | 63 |
| 2.1 | E O PREFEITO SOBE O MORRO | 63 |
| 2.2 | A VARIANTE RIO ... MARÉ | 67 |
| 2.3 | UMA BATALHA SEM VENCEDORES | 73 |
| 2.4 | PROIBIDA A ENTRADA: ÁREA MILITAR | 76 |
| 2.5 | DONA OROZINA E O PRESIDENTE | 78 |
| 2.6 | E O MAR VIROU CHÃO | 81 |
| 2.7 | A UNIÃO FAZ A FORÇA | 84 |
| 3 | DO CHP AO PROJETO RIO: O PROCESSO DE INVENÇÃO DA MARÉ | 91 |
| 3.1 | SANTA CRUZ É LOGO ALI | 91 |
| 3.2 | A PALAVRA É REMOÇÃO! | 94 |
| 3.3 | CHAGAS, UM PROJETO DE MARÉ | 100 |
| 3.4 | UM PROJETO POLÍTICO: O PROJETO RIO | 103 |
| 4 | A INVENÇÃO DO BAIRRO DA MARÉ: DOS PROJETOS DE LEI À VIVÊNCIA DOS MORADORES..... | 116 |
| 4.1 | UM “NOVO” LUGAR MERECE UM “NOVO” NOME | 116 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 4.2 | A LEI CRIOU O BAIRRO? | 121 |
| 4.3 | COM A PALAVRA, OS MORADORES | 130 |
| 4.3.1 | Maré, favela-comunidade | 130 |
| 4.3.2 | E como fica o bairro? | 136 |
| 5 | OS NARRADORES DO CEASM E O PROJETO DO BAIRRO | 141 |
| 5.1 | PANORAMA GERAL DO SURGIMENTO DAS ONGs NO BRASIL . | 141 |
| 5.2 | A CRIAÇÃO DO CEASM | 144 |
| 5.3 | OS INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO DO BAIRRO | 151 |
| 5.3.1 | Os projetos da Rede Memória | 151 |
| 5.3.2 | O Cidadão, o jornal do bairro da Maré | 155 |
| 5.4 | OS NARRADORES DO CEASM | 157 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 162 |
| | BIBLIOGRAFIA | 168 |
| | APÊNDICES | 183 |
| | ANEXOS | 204 |

INTRODUÇÃO

1. O LUGAR

O bairro da Maré, criado em 1994, compreende um conjunto de 15 localidades¹ onde moram cerca de 132 mil pessoas². A região margeia a Baía de Guanabara e se localiza entre importantes vias expressas que cortam a cidade do Rio de Janeiro: a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela.

Das 15 localidades que foram reunidas sob a designação de bairro, 12 estão situadas na área conhecida como *Favela da Maré*. Essa área se estende paralelamente à pista de subida da Avenida Brasil (sentido Zona Oeste da cidade), desde a FIOCRUZ (antigo prédio do Ministério da Saúde), até a altura da entrada para o Aeroporto Internacional do Galeão.

A região da Maré, assim chamada por causa dos mangues e praias que dominavam sua paisagem, foi sendo ocupada desde o período colonial, quando exerceu preponderante papel econômico, seja por nela existirem dois portos³ por onde se escoava a produção das fazendas locais, seja por ter alimentado com seus mangues, os engenhos de cana-de-açúcar e as olarias que ali se instalaram.

¹ Em seu estudo sobre favelas, Leeds (1978) trabalha o conceito de *localidade* em contraposição ao conceito de *comunidade*, que ele considera inadequado à análise de determinadas realidades sociais, em especial as urbanas. Aqui, no entanto, preferi utilizar o termo *localidade* apenas para estabelecer a distinção entre a análise proposta e a opinião dos moradores entrevistados, pois o termo *comunidade* é recorrente em seus depoimentos. Cada localidade do bairro é representada por uma associação de moradores. O Censo Maré 2000, realizado pelo CEASM, considerou *Salsa e Merengue* e *Mandacaru*, como localidades, apesar de não haver associação de moradores nesses lugares (sua representação está vinculada às associações da Vila do Pinheiro e de Marcílio Dias, respectivamente). Dessa forma, contabilizou-se um total de 17 localidades: Conjunto Esperança, Vila do João, Vila do Pinheiro, Salsa e Merengue, Conjunto Pinheiros, Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Roquete Pinto, Praia de Ramos, Marcílio Dias e Mandacaru. Neste estudo, considerei o total de 15 localidades.

² De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, a Maré possui 113.817 habitantes. A diferença em relação ao número apresentado pelo CEASM (132.176) se deve, dentre outros motivos, ao fato dessa instituição ter utilizado as referências geográficas fixadas pela prefeitura para o bairro da Maré. Essa escolha ampliou o território recenseado pelo CEASM.

³ Portos de Inhaúma e de Maria Angu.

Com a criação das estradas de ferro, no final do século XIX, a região entrou em declínio, pois a atividade econômica, antes situada em torno dos portos, voltou-se para os centros comerciais que se formaram junto às estações da linha da Leopoldina Railway⁴.

Na década de 1940, com a abertura da Avenida Brasil, a região conheceu novo e paulatino desenvolvimento, devido à implantação de um cinturão industrial às margens da avenida que, somado ao isolamento dos terrenos na orla da Baía de Guanabara e à facilidade de acesso a tais áreas, criou condições bastante favoráveis para o crescimento de sua ocupação.

Desde sua inauguração em 1946, a Avenida Brasil passou a ser parte inseparável da fisionomia da região, facilitando a migração, o acesso dos moradores aos locais de trabalho, e a chegada do material necessário aos aterros e à construção das casas.

A ocupação da região atingiu seu auge na década de 1970, tendo se espreado sobre as águas da Baía de Guanabara, como um impressionante aglomerado de habitações construídas sobre palafitas. Na década de 1980, por meio do chamado Projeto Rio⁵, houve a erradicação desse tipo de habitação. Foram realizados grandes aterros e construídos conjuntos habitacionais na região para o reassentamento das famílias removidas das áreas palafitadas.

Na década de 1990, a Maré foi objeto de outro processo de reassentamento promovido pela Prefeitura⁶, principalmente de populações desabrigadas e moradores de áreas de encostas e margens de rios, consideradas de risco. No mesmo período, ocorreu o fortalecimento do chamado “poder paralelo”. Organizado em facções criminosas rivais, o tráfico de drogas passou a dificultar, no cotidiano, o processo de integração das localidades.

⁴ Em 1886, foram inauguradas as estações ferroviárias de Olaria, Ramos, Bonsucesso e Carlos Chagas. Tais estações faziam parte do trecho São Francisco Xavier-Merity (atual Caxias) e pertenciam à empresa *The Rio de Janeiro Northern Railway Company*. Em 1897, essas estações passaram ao controle da companhia inglesa *The Leopoldina Railway* (VIEIRA, 1998, p. 28).

⁵ Projeto do Ministério do Interior lançado em 1979, e executado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). O Projeto Rio tinha como um de seus objetivos o saneamento da orla da Baía de Guanabara ocupada por palafitas.

⁶ Programa da Secretaria Municipal de Habitação *Morar sem Risco* (VIEIRA, 1998, p. 78).

Durante a primeira gestão do Prefeito César Maia⁷, foi criado o bairro da Maré por meio da Lei Municipal nº 2.119 de 19 de janeiro de 1994, publicada em Diário Oficial de 24 de janeiro do mesmo ano. Tendo sido alvo de inúmeros projetos governamentais e de acordo com diversos interesses políticos, a Maré, até então considerada como favela, passou a ser tratada pelo poder público como uma área totalmente urbanizada, condição esta que viabilizou a criação do bairro. Mas, desde sua origem, a existência do bairro da Maré não foi reconhecida pela maioria dos moradores, que prefere se identificar com os bairros vizinhos à região: Bonsucesso, Manguinhos, Ramos ou Penha.

2. OS NARRADORES

É evidente que os diferentes processos de ocupação das 15 localidades, a violência e as inúmeras modificações operadas pelo poder público na geografia da região, são fatores que geraram obstáculos à constituição do bairro da Maré enquanto um “lugar de memória” (NORA, 1993), onde as diferentes identidades e as inúmeras memórias dos moradores pudessem encontrar um ancoradouro. No entanto, esses fatores também podem ser percebidos, ainda que em graus diversos, na maioria das regiões da cidade tradicionalmente reconhecidas como bairros, o que não impediu a seus moradores desenvolver uma identidade com o lugar.

Mas, ao contrário desses outros lugares, concebidos como partes integrantes da cidade, o bairro da Maré foi criado a partir da favela, espaço historicamente associado a tudo o que se opõe à vida urbana. A subjetividade, as memórias e o cotidiano dos moradores da região são

⁷ Político carioca, nascido em 1945, no bairro da Tijuca. Iniciou sua carreira política em 1983, no Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo qual foi eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL), em 1996. Por esse partido foi eleito para a segunda gestão da Prefeitura (2001-2004), e reeleito em primeiro turno para sua terceira gestão (2005-2008).

marcados por esse estigma, que também permanece profundamente arraigado nas pessoas que vivem nesta cidade.

Partindo dessa realidade, me propus a investigar como tal representação da favela – vista como “antítese” da cidade –, somada aos demais fatores expostos acima, influenciou a constituição de memórias individuais e coletivas dos moradores da Maré, e a criação da identidade em relação ao bairro, uma vez que “*a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, P. 204, grifo do autor).

Por isso, para melhor compreender o objeto estudado, optei por realizar entrevistas com os moradores que, por meio de suas narrativas contribuíram para ampliar o meu entendimento sobre o processo de constituição das memórias pessoais e coletivas relacionadas à Maré.

Para iniciar o trabalho de coleta de depoimentos, selecionei cinco localidades: Conjunto Esperança e Marcílio Dias, por estarem situadas nos dois extremos geográficos da região; Morro do Timbau e Baixa do Sapateiro, por serem as localidades mais antigas; e Nova Holanda, que teve sua origem na década de 1960, como Centro de Habitação Provisória, criado pelo poder público. Além disso, todas essas localidades estão em áreas de atuação de algum dos três comandos rivais do tráfico de drogas presentes na Maré.

Ao todo foram 25 moradores entrevistados entre idosos e jovens, homens e mulheres. A escolha dos idosos se deveu ao fato de terem presenciado e participado de inúmeras transformações no espaço físico da Maré, e nas relações entre os diversos atores sociais. Os jovens foram escolhidos por circularem com maior frequência dentro e fora da Maré, e por terem mais facilidade de acesso a diferentes meios de informação.

Os perfis dos entrevistados são bastante variados. Além das diferentes faixas etárias, outros fatores foram levados em consideração, tais como: gênero, engajamento político, profissão (trabalhador, aposentado, dona-de-casa, desempregado) etc.

Na contramão das representações dominantes sobre as favelas, podemos encontrar na Maré algumas organizações não governamentais que formularam um discurso de valorização do lugar, tratando-o como uma unidade territorial, que engloba as 15 localidades da região.

Por isso, além dos depoimentos orais, analisei também as ações desenvolvidas por uma dessas instituições. A princípio, pretendia investigar a atuação de três ONGs locais. Mas, ao pesquisar seus documentos e avaliar os projetos que realizam, pude constatar que, apesar de todas as instituições trabalharem na perspectiva de unidade da região, somente o CEASM atua de forma consciente no sentido de constituir uma memória coletiva em torno do bairro. Por isso, decidi restringir minha análise à atuação dessa ONG.

Segundo Pandolfi e Grynszpan (2003), o CEASM é uma das ONGs mais importantes que atuam na região, destacando-se o fato da instituição ter sido criada por moradores e ex-moradores locais.

Na minha avaliação, um dos motivos da importância de tal instituição, é justamente o fato de ter sido criada por moradores que, mesmo tendo alcançado formação universitária e estabilidade profissional, continuaram atuando em movimentos coletivos na Maré. A inserção desses agentes sociais no espaço local, e a identidade que eles desenvolveram com o lugar, foram fatores que contribuíram para tornar o CEASM uma experiência singular.

Além disso, a ONG desenvolve projetos, cujas ações divulgam claramente a idéia de bairro. Um desses projetos é a *Rede Memória da Maré*, que objetiva preservar a história local e contribuir para a criação do sentido de pertencimento dos moradores ao bairro.

A *Rede Memória* produziu um texto ilustrado sobre a história da Maré. Seu autor, Antônio Carlos Pinto Vieira, é um dos fundadores do CEASM. O texto ordena

cronologicamente os fatos históricos ocorridos na região e na cidade, desde o período colonial até o final da década de 1990.

Outro projeto desenvolvido pelo CEASM intitula-se *O Cidadão – O Jornal do Bairro Maré*. Esse instrumento de comunicação possui tiragem mensal de 20 mil exemplares, distribuídos gratuitamente em residências, nos estabelecimentos comerciais, escolas, associações de moradores, postos de saúde, bancas de jornal, das 15 localidades da região.

O poder público municipal também foi um importante agente social estudado neste trabalho. A investigação dos discursos oficiais sobre as intervenções realizadas na região, me permitiram analisar e cotejar as múltiplas narrativas sobre a criação do bairro, produzidas tanto pelo poder público, como pelo CEASM e os moradores da região.

3. REFERÊNCIAS TEÓRICAS, METODOLOGIA E FONTES

Considero que a relevância deste trabalho está em apresentar várias versões sobre a criação do bairro da Maré e o processo de construção de uma identidade coletiva a partir desse novo lugar. Como já coloquei acima, a memória é um elemento privilegiado da constituição do sentimento de identidade. Portanto, a fim de compreender tal fenômeno, além de documentos escritos, utilizei os depoimentos dos moradores como fontes de análise do objeto proposto, fazendo uso da metodologia de história oral.

Ao optar por tais fontes, acabei reforçando a subjetividade que norteou todas as escolhas que fiz até aqui, e que estão diretamente relacionadas a minha trajetória pessoal, relatada na apresentação deste trabalho. É evidente que esse fato não representou nenhum obstáculo ao desenvolvimento da pesquisa, pois todo esforço de análise é feito sempre a partir de fontes. Em outras palavras, toda a construção do conhecimento, mesmo a “mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento” (POLLAK, 1992, p. 207).

Segundo Portelli (1996),

[...] por muito controlável ou conhecida que seja, a subjetividade *existe*, e constitui, além disso, uma característica indestrutível dos seres humanos. Nossa tarefa não é, pois, a de exorcizá-la, mas (sobretudo quando constitui o argumento e a própria substância de nossas fontes) a de distinguir as regras e os procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la. Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais (1996, p. 63-64, grifo do autor).

Assim como as fontes orais, todos os tipos de documentação são construídos socialmente, estando portanto também carregados de subjetividade. Dessa forma, é possível concluir que tal problemática não se concentra tanto nas fontes orais, mas sim no antigo embate entre subjetividade e objetividade da produção científica.

Os debates em torno dessa questão surgiram no século XIX, que trouxe consigo a força da ciência influenciando toda a produção acadêmica, inclusive aquela ligada aos estudos dos feitos humanos - as ciências sociais e, particularmente, a história.

As concepções metafísicas que permeavam a historiografia até então, gradativamente foram sendo abandonadas com o advento da *razão*, ainda que não tenham sido totalmente esquecidas⁸. De acordo com essa nova postura metodológica, a história teria o compromisso com a produção objetiva do conhecimento. Assim, as discussões científicas apontavam para uma questão crucial: a verdade histórica.

Essa busca incessante da verdade precisava trilhar um caminho seguro, caminho este que conduziu à extrema valorização dos documentos, enquanto provas objetivas dos fatos históricos. Essa foi uma das características marcantes da historiografia positivista do século XIX. O rigor e a neutralidade do historiador ao analisar o documento garantiriam a ele atingir a verdade.

⁸ Sobre este tema, ver REIS (2003).

No século XX, a movimento dos *Annales* ampliou a noção de documento, incluindo nessa categoria toda e qualquer produção humana, e não apenas os documentos escritos. Esse fato foi um passo importante para o que J. Le Goff (1984) chamou de “revolução documental”. Desse momento em diante, iniciou-se um movimento de crítica à pretensa objetividade do historiador e das fontes.

Essas mudanças propiciaram o surgimento dos debates em torno da memória como um novo objeto de estudo da história. A partir desse momento, diversos pesquisadores começaram a explorar as relações entre memória e história, dando um novo sentido ao papel dos agentes sociais na construção de processos históricos recentes. Tal movimento conferiu plausibilidade aos depoimentos orais enquanto fontes para análise desses processos:

Poucas áreas, atualmente, têm esclarecido melhor que a história oral o quanto à pesquisa empírica de campo e a reflexão teórico-metodológica estão indissociavelmente interligadas, e demonstrado de maneira mais convincente que o objeto histórico é sempre resultado de um elaboração: em resumo, que a história é sempre construção (AMADO; FERREIRA, 2005, p. xi).

Além das fontes orais, utilizei outros documentos importantes para o estudo sobre a criação do bairro da Maré, e para a análise da constituição da identidade coletiva dos moradores desse lugar. Foi de grande valia a pesquisa bibliografia sobre os temas abordados neste trabalho. Também foi preciosa a consulta aos documentos que se encontram nos códices do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, principalmente aqueles que tratam das primeiras ocupações dos morros da cidade, ainda no final do século XIX. A pesquisa aos originais me possibilitou aprofundar o conhecimento sobre a construção do fenômeno *favela* e dos estigmas e preconceitos, que já estavam presentes desde sua origem.

Tal documentação, ainda que incompleta, pode ser encontrada nos códices que tratam do arrasamento do morro de Santo Antônio, e da exploração de pedreiras no morro da Providência. São ofícios, requerimentos e manifestações em processos, que dão um

testemunho pioneiro sobre os fatores que contribuíram para o surgimento da favela, destacando sobremaneira o papel contraditório do poder público que, conforme seus interesses, defendia sua permanência ou exigia sua extinção.

Também no Arquivo Geral da Cidade, pude ter acesso à legislação municipal do início do século XX, publicada nos Boletins da Intendência, bem como às notificações e editais, que me deram a dimensão do controle exercido pela municipalidade, através de seus agentes fiscais, com relação à observância das normas de construção e repressão às moradias consideradas anti-higiênicas, nos primeiros anos da Reforma Passos.

No desenvolvimento de todo o trabalho utilizei notícias e artigos veiculados através da imprensa carioca que, apesar de seguirem linhas editoriais tendenciosas, ora afinadas com o governo e a serviço das elites ora numa linha editorial mais crítica, não deixam de ter sua importância como registro de fatos e das disputas ideológicas pela “verdade” histórica. Além disso, pude comparar as opiniões expressas nesses jornais com as várias matérias publicadas pelo jornal O Globo, durante o mês de outubro de 2005, sobre as favelas cariocas e os debates em torno de sua remoção.

Tive acesso a esse material por meio de consulta na divisão de periódicos da Biblioteca Nacional, que disponibiliza os antigos jornais em suporte de microfilme. E também na hemeroteca do Arquivo Orozina Vieira, localizado na Casa de Cultura da Maré onde, além de periódicos, pude encontrar farto material iconográfico, e documentos sobre o período do Projeto Rio. Esse arquivo – projeto desenvolvido pela Rede Memória do CEASM - foi de fundamental importância para a pesquisa, e cabe destacar o quanto é necessária uma política que favoreça a organização de arquivos populares e comunitários. Pude ter acesso a muitos documentos que estariam perdidos não fosse esse trabalho de preservação da história local.

Também foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, os Projetos de Lei que instituíram a XXX^a Região Administrativa e o bairro da Maré, a partir dos quais foi possível a análise das razões alegadas pelos representantes do poder público para propor a criação do bairro.

Os documentos produzidos pelo CEASM (Estatuto, exemplares do jornal *O Cidadão*, o Histórico da Maré, Caderno do Censo 2000, dentre outros), representaram uma contribuição valiosa para a análise do objeto proposto, pois foram produzidos com a clara intenção de transmitir uma certa memória sobre a região e influenciar a construção da identidade coletiva dos moradores em torno do bairro.

De acordo com Chagas (2003), a transmissão da memória por meio de documentos⁹ possui também uma intenção pedagógica. Em outras palavras, os grupos sociais fazem uso de documentos para reinterpretar o passado, conferindo-lhe sentido atual que permita seu compartilhamento, criando uma articulação entre os agentes sociais do passado e do presente. É essa articulação que está explícita nos documentos produzidos pelo CEASM.

No entanto, esse processo não ocorre de forma linear, muito menos tranqüila. Como já foi dito, a maior parte dos moradores da Maré não aceita a existência do bairro, preferindo se identificar com outros bairros próximos ou com a localidade onde vive: Morro do Timbau, Nova Holanda, Marcílio Dias etc.

Principalmente os moradores mais antigos rejeitam a idéia do bairro, sempre se remetendo ao passado da “comunidade”. Dessa forma, eles evocam a memória dos “bons tempos”, quando “todos” os vizinhos se conheciam e era possível dormir de janelas abertas ou ficar até tarde sentado na porta de casa durante o verão... Essa idealização da *comunidade* é, de acordo com Bauman (2003), fruto dos tempos difíceis em que vivemos, marcados pela insegurança produzida pela globalização.

⁹ O autor utiliza o conceito de documento de forma ampla, abarcando neste conceito tudo o que possa adquirir sentido de suporte de informação: livros, desenhos, filmes, discos, selos, medalhas, fotografias, edifícios, espécies animais, vegetais, minerais etc.

Bauman afirma que nesse processo de globalização, a quebra da fronteira e o conseqüente enfraquecimento da soberania do território, são acompanhados por uma valorização do lugar:

No que diz respeito à experiência diária compartilhada pela maioria, uma conseqüência particularmente pungente da nova rede global de dependências, combinada ao gradual mas inexorável dismantelamento da rede institucional de segurança que costumava nos proteger das oscilações do mercado e dos caprichos de um destino determinado por ele, é paradoxalmente (embora não surpreendente de um ponto de vista psicológico) o *aumento do valor do lugar* (p. 100, grifo do autor).

Nesse lugar - chamado de “comunidade” por grande parte de seus habitantes, e reconhecido em toda cidade como “favela” - diversos agentes sociais, em particular o CEASM, estão atuando no sentido de fortalecer e/ou criar uma identificação com o bairro, a partir da valorização da história da região da Maré, e do estreitamento dos laços comunitários entre os moradores.

Apesar do tempo de existência oficial do bairro da Maré ser ainda muito curto, foi possível identificar práticas que fortalecem a idéia de uma origem comum a seus moradores. *O Histórico da Maré*, trabalho elaborado pela Rede Memória do CEASM, pode ser tomado como um exemplo dessas práticas que estão sendo engendradas e, gradativamente difundidas nas 15 localidades da região.

Autor do trabalho sobre a história da Maré, Antônio Carlos Pinto Vieira - um dos fundadores do CEASM -, afirma que a “comunidade” mais antiga da região é o Morro do Timbau e confere a sua “primeira” moradora o papel de fundadora do bairro. Dona Orozina, mulher negra, migrante e viúva, teria sido a primeira pessoa a construir um barraco na parte alta e vazia do morro, dando início ao processo de ocupação da Maré, na década de 1940.

É evidente que nem todos os moradores conhecem ou aceitam essa versão, mas ela pode ser analisada dentro de um processo ainda recente, e que eu chamei aqui de *invenção do bairro da Maré*, tomando de empréstimo o termo utilizado por Eric Hobsbawm:

O termo “tradição inventada” (...) inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – *às vezes coisa de poucos anos apenas* – e se estabeleceram com enorme rapidez (HOBBSAWM, 1997, p. 9, grifo nosso).

E continua na definição do termo:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, *o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado* (Ibidem, grifo nosso).

Ainda que a invenção do bairro da Maré não se estabeleça enquanto uma tradição, isso não afeta a importância deste estudo, pois meu objetivo não foi avaliar a viabilidade dessa “invenção”, mas sim analisar e compreender a complexidade e a dinâmica do processo que tenta instituí-la..

4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Com o propósito de melhor analisar as questões apresentadas por este trabalho, estruturei a dissertação em cinco capítulos. No primeiro, tracei um panorama geral do processo de origem das favelas na cidade do Rio de Janeiro, desde a segunda metade do século XIX, até a década de 1920, quando o termo *favela* passou a ser usado para designar genericamente as ocupações que, em sua maioria, ocupavam os morros da cidade. Também neste capítulo, analisei a formação do estigma que pesa sobre as favelas há mais de um século.

Nos capítulos dois e três, percorri um longo período da história do Brasil (do início da década de 1930 ao final dos anos de 1980), focalizando o processo de crescimento e consolidação das favelas cariocas e, em particular, a formação da Favela da Maré, no início

dos anos de 1940. Nestes capítulos, privilegiei a análise das ações desenvolvidas pelo poder público em relação às favelas que, dependendo da conjuntura política, visavam sua erradicação ou contribuíaam para o seu crescimento.

Já no quarto capítulo, apresentei e discuti os vários projetos de lei que propuseram a criação da XXX^a Região Administrativa na região da Maré, a alteração do nome do lugar e a instituição do bairro. O objetivo principal deste capítulo foi confrontar as justificativas apresentadas por tais projetos com os depoimentos orais dos moradores, buscando analisar as contradições entre essas diferentes narrativas.

Finalmente no quinto capítulo, apresentei os trabalhos desenvolvidos pelo CEASM; situei sua criação no contexto mais amplo do surgimento das ONGs no Brasil; e analisei os objetivos definidos pela instituição. Nesta análise, priorizei os projetos da Rede Memória e do jornal comunitário O Cidadão, por considerar que tais ações são as que melhor materializam a proposta política da ONG de construir uma identidade dos moradores em relação ao bairro.

CAPÍTULO 1 - A INVENÇÃO DA FAVELA E A CONSTRUÇÃO DO ESTIGMA

1.1 - RIO, UMA CIDADE DE CONTRADIÇÕES

Durante a segunda metade do século XIX, o mundo capitalista passou por mudanças significativas, advindas da nova fase da Revolução Industrial. No Brasil, essas mudanças contribuíram para acelerar a dissolução das relações escravistas de trabalho, favorecendo a implantação de uma dinâmica capitalista na economia do país¹⁰.

Principal centro cultural, político e econômico do país, o Rio viveu mais intensamente tais mudanças. Mas, apesar de sua importância, a cidade apresentava um quadro de contradições que dificultavam sua integração à nova ordem internacional capitalista. Toda sua beleza natural não encobria a permanência de uma estrutura urbana antiga, herdada do período colonial.

O Rio não possuía um porto moderno, que agilizasse as atividades de importação e exportação de mercadorias. A principal mudança realizada na velha estrutura do porto foi a introdução da energia a vapor, que substituiu o trabalho escravo. Entretanto, apesar de significativa, essa mudança não foi suficiente para atender às novas exigências portuárias da cidade, que

[...] tornara-se também ponto quase obrigatório de transferência e trânsito de mercadorias européias e norte-americanas, alimentando um ativo comércio de cabotagem. Realizado por navios que redistribuíam os artigos estrangeiros ao longo do vasto litoral brasileiro, esse comércio incluía o recebimento dos produtos escoados pelos portos regionais, transportados em seguida para o Rio de Janeiro (LAMARÃO, 1991, p. 55-56).

¹⁰ O processo de transformações que a economia mundial capitalista conheceu durante a segunda metade do século XIX, é chamado de “segunda revolução industrial”. A influência desse processo sobre as mudanças ocorridas no Brasil são apresentadas por Benchimol (1992).

Outra contradição evidente era o sistema viário do Rio. As ruas estreitas, congestionadas e lúgubres, os esgotos a céu aberto, a falta de padrão nas construções, dificultavam a circulação de pessoas e mercadorias dentro da cidade. Também, vagava pelas ruas centrais uma população numerosa de escravos de ganho, de trabalhadores livres e libertos, à procura de algum “bico” que lhes garantisse a sobrevivência diária.

Dentre as contradições da cidade, não se pode deixar de analisar com maior profundidade, a mais perturbadora de todas: a questão da habitação popular.

Ao longo de todo o período imperial, a preocupação com as casas de cômodos, estalagens, hospedarias e os cortiços, norteou os discursos formulados pelas elites e pelo Estado, por dois motivos principais: em primeiro lugar, esse tipo de moradia, considerado insalubre, era apontado como sendo foco de varíola, febre amarela, e outras epidemias que assolavam a cidade. Em segundo lugar, nessas habitações estavam concentradas as massas empobrecidas, por isso mesmo perigosas, que poderiam causar vários distúrbios sociais.

Segundo Chalhoub,

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais [...]. Por outro lado, os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo. Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a “realidade”, faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de vícios de todos os tipos (1996, p. 29).

Dessa forma, a insalubridade, uma das grandes contradições a ser superada, foi rapidamente associada à existência das habitações coletivas populares, condenadas a desaparecer para dar lugar a novas moradias higiênicas. Pretendia-se com isso não só conter

as epidemias, mas, principalmente estabelecer o controle sobre a população pobre, pois tais habitações eram vistas como redutos de desordeiros, malandros e facínoras.

A partir de 1856, o Estado passou a dificultar as construções de novas habitações populares nas áreas centrais da cidade e, nos anos seguintes proibiu sua construção, passando ao fechamento e demolição de algumas dessas moradias. Com o advento da República, novos esforços foram empreendidos no sentido de “modernizar” a cidade. Nesse contexto, a capital republicana sofreu um processo de remodelação do seu espaço urbano, no qual a questão das moradias insalubres assumiu importância central nos discursos da época.

Ao analisar esse período, Lílían Vaz afirma que,

No processo de substituição de um tipo de moradia por outro, mais higiênico, destacaram-se os sanitaristas e os empresários do setor imobiliário, responsáveis pela introdução de um modelo na tipologia da habitação coletiva no Rio de Janeiro. Este processo se deu através da desqualificação do padrão de organização espacial vigente, da proposta de um novo modelo, de sua realização e de sua institucionalização pelos sanitaristas, empresários imobiliários e pelo Estado [...]. Com o poder de irradiação de porta-vozes como empresários, engenheiros e médicos, o discurso higienista disseminou a condenação das habitações populares coletivas (insalubres ou não), fazendo abstração das más condições de higiene que imperavam igualmente nas moradias não-populares, nas fábricas, escolas e quartéis etc. Com a divulgação deste discurso o termo cortiço se generalizou e foi definido pelo seu conteúdo negativo, passando o Cabeça de Porco a simbolizar as habitações coletivas insalubres cariocas (2002, p. 33 e 35).

Nesse processo de erradicação das habitações coletivas, todos os tipos de moradias populares passaram a ser reconhecidos genericamente como cortiços, tendo sido o Cabeça de Porco¹¹ o maior e mais famoso cortiço da época. Por isso, sua demolição em 26 de janeiro de 1893, revestida de um caráter simbólico para a cidade, representou uma verdadeira operação de guerra, que contou inclusive com a presença do próprio prefeito Barata Ribeiro.

O combate aos cortiços e a tudo o que eles representavam foi uma das bandeiras assumidas pelos primeiros governos da República. A erradicação de tais moradias era considerada essencial para a “modernização” do Rio e sua adequação às exigências da nova

¹¹ A história desse cortiço é apresentada por Vaz em “Notas sobre o Cabeça de Porco”, 1986.

ordem internacional capitalista: uma estrutura portuária condizente com o novo ritmo das atividades comerciais de importação e exportação de mercadorias; uma cidade higiênica, livre das constantes epidemias que matavam milhares de pessoas, comprometiam a política de incentivo à imigração e dificultavam muitos investimentos do capital privado estrangeiro; um espaço urbano estratificado socialmente, onde não houvesse a promiscuidade de convivência entre as elites e os pobres.

No entanto, os esforços empreendidos pelos grupos dominantes e pelo Estado para transformar a cidade em uma nova capital federal, obtiveram poucos resultados. As crises políticas e a instabilidade econômica dos primeiros governos republicanos limitaram seu poder de intervenção no sentido de efetivar a tão desejada reforma urbana, o que somente ocorreu durante a administração do prefeito Pereira Passos.

Antes de Passos, vários prefeitos haviam tentado realizar as reformas urbanas e, como bem analisa Abreu,

É bom lembrar que a chamada Reforma Passos (nome indevido, já que grande parte das obras de remodelação da cidade estava a cargo da União) não surgiu do nada. Como bem demonstra Lefebvre, as intervenções, ou mesmo as reflexões de cunho urbanístico, sempre são posteriores a mudanças nas relações sociais, destinando-se, por conseguinte, a resolver contradições engendradas por essas mesmas mudanças. E essas reflexões já vinham acontecendo há bastante tempo, acompanhando o processo de desagregação do sistema escravista (1986, p. 52).

Durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), a conjuntura política e econômica era favorável à realização dos projetos de intervenção urbanística pensados até então. Aliás, no programa de governo apresentado pelo presidente, a remodelação da cidade aparecia como uma das principais metas e assumia papel de destaque.

Mas, de qualquer forma, não se pode negar o papel preponderante exercido por esse prefeito à frente do mais importante processo de reforma empreendido na cidade até então:

Não é difícil entender, pois, porque Pereira Passos ocupa um lugar especial na memória política do Rio de Janeiro e, por isso mesmo, na ocasião do centenário do início de seu governo, torna-se objeto de reflexão para estudiosos da história urbana e política carioca. Afinal, ele foi a primeira, e ainda hoje é a principal referência da linhagem de governantes cujas administrações se caracterizaram pela realização de obras urbanísticas que deixaram marcas indeléveis no tecido da cidade (MOTTA, 2004, p.235-236).

Pereira Passos recebeu formação de engenheiro em Paris, onde presenciou a reforma urbanística realizada por Georges Eugène Haussmann na capital francesa¹². Logo após sua nomeação por Rodrigues Alves, Passos empreendeu no Rio de Janeiro um amplo projeto de reformas que visava remodelar, sanear e embelezar a cidade, chamado na época de “bota-abaixo”.

Rodrigues Alves dividiu a responsabilidade das reformas em dois setores: as obras principais ficaram a cargo do governo federal que, por exemplo, abriria a Avenida Central e modernizaria o porto; já a abertura da Avenida Beira-Mar e o alargamento de várias ruas seriam realizados pela prefeitura.

Ao término da administração de Passos, em 1906, mais de 1.600 habitações haviam sido derrubadas. Passos abriu novas ruas e alargou outras, canalizou rios, criou espaços arborizados para o lazer e o embelezamento da cidade, construiu palácios e pavilhões. O governo federal, por sua vez, comandou a campanha de saneamento, liderada por Oswaldo Cruz; construiu o novo porto; e rasgou o centro do Rio para abrir a Avenida Central.

De fato, as reformas modificaram o cenário urbano: As ruas mais amplas possibilitaram a livre circulação de bondes elétricos e dos primeiros automóveis; a Avenida Central tornou-se a passarela por onde desfilavam as elites republicanas, a arte e a cultura européias.

Mas, e o problema das habitações coletivas populares foi resolvido? Na verdade, a preocupação explicitada nos discursos das elites, antes centrada na questão do tipo de

¹² Em seu livro “Pereira Passos: Um Haussmann Tropical” (1992), Benchimol analisa a influência da concepção urbanística do prefeito de Paris sobre as reformas empreendidas por Passos.

moradia, foi deslocada para o espaço ocupado por essas habitações. Em outras palavras, pouco – ou quase nada – foi feito para resolver o problema. As reformas não criaram habitações populares suficientes para abrigar a população trabalhadora, que foi expulsa das áreas centrais da capital da República, sendo empurrada para áreas periféricas à cidade, para os subúrbios e os morros próximos ao centro.

1.2 – DA CRISE DE HABITAÇÃO À INVENÇÃO DA FAVELA

Durante a segunda metade do século XIX, a crise de moradias para a população pobre do Rio de Janeiro foi uma das características marcantes da cidade, principalmente em suas áreas centrais. Tal situação tornava-se ainda mais grave devido aos fluxos migratórios que a cidade recebia constantemente. Se por um lado, a política de incentivo à imigração contribuía para alimentar esse fluxo, a liberação gradativa da mão-de-obra escrava, e sua completa abolição em 1888, foram fatores que decididamente favoreceram o crescimento populacional do Rio.

Segundo Benchimol (1992), a população da cidade praticamente duplicou entre 1872 e 1890: de um total de 274.972 habitantes, pulou para 522. 651. Dessa forma, o Rio passou a ser a única cidade brasileira a possuir mais de 500 mil habitantes ainda no século XIX, sendo 23,80% dessa população composta por estrangeiros¹³.

A instauração da República, em 1889, não representou uma solução para a crise habitacional da cidade. Muito pelo contrário, como o crescimento populacional não foi acompanhado por uma política pública de habitação popular, a crise tornou-se mais aguda nos primeiros anos do novo governo.

¹³ Vaz (2002) diverge ligeiramente dos números apresentados por Benchimol. Ela coloca que, entre 1870 e 1890, a população passou de 235.381 para 518.292 habitantes. De qualquer forma, ambos concordam que essa explosão populacional da cidade pode ser compreendida, sobretudo, devido aos constantes fluxos migratórios.

Os investimentos no setor de transportes, que vinham sendo realizados desde o período imperial, favoreceram a ocupação da cidade para além de suas áreas centrais. Copacabana e Botafogo, por exemplo, se caracterizaram como bairros para as elites; e os subúrbios, como uma opção para as populações mais pobres.

Sem dúvida, os trens e os bondes contribuíram para a expansão geográfica da cidade, mas, apesar disso, não conseguiram modificar as feições coloniais da capital da República, muito menos resolveram sua crise habitacional. A maior parte da população pobre continuava residindo no centro do Rio de Janeiro, pois não possuía recursos para se manter afastada dos locais de oferta de trabalho:

Com efeito, morar na área central significava muito mais do que não ter gastos com transporte. Para muitos, trabalhadores livres ou escravos de ganho, o trabalho tinha que ser procurado diariamente, e sob condições cada vez mais adversas, dada a crescente concorrência da força de trabalho imigrante. Estar próximo ao centro significava garantir a sobrevivência, mesmo porque, para grande parte da população ativa, constituída de vendedores ambulantes e de prestadores dos mais variados serviços, o trabalho não existia enquanto local, mas só era obtido como decorrência das demandas advindas da aglomeração de um grande número de pessoas e de atividades econômicas. E isso ocorria quase que exclusivamente no centro, razão pela qual o número de cortiços continuava a crescer nas freguesias centrais, não importando que as condições de moradia fossem, aí, as mais precárias possíveis (ABREU, 1986, p. 48).

A precariedade de moradias para a população pobre agravou-se ainda mais com o movimento de combate aos cortiços e as obras de remodelação da cidade, como assinalou o engenheiro Everardo Backheuser, cuja atuação será abordada adiante. Em relatório de 1906, Backheuser discutia o problema da seguinte forma:

A população que se deslocava não tinha onde morar, alojava-se aqui para amanhã de novo, com armas e bagagens, se remover para um outro ponto. Foi se afastando do centro quando os meios de fortuna o permitiam; foi se aglomerando no centro, tornando mais perigosa a sua estadia, quando os recursos ordinários eram parcos (BACKHEUSER, 1906, p.6).

É nesse contexto que deve ser analisado o surgimento das favelas cariocas. A falta de políticas públicas conseqüentes que visassem acabar com a crise habitacional, que há décadas marcava profundamente a cidade, pode ser apontada como um dos principais fatores que favoreceu a formação e o crescimento das primeiras favelas:

Pode-se dizer que as favelas tornaram-se uma marca da capital federal, em decorrência (não intencional) das tentativas dos republicanos radicais e dos teóricos do embranquecimento – incluindo-se aí os membros de várias oligarquias regionais – para torná-la uma cidade européia. Cidade desde o início marcada pelo paradoxo, a derrubada dos cortiços resultou no crescimento da população pobre dos morros, charcos e demais áreas vazias em torno da capital. Mas isso também se deveu à criatividade cultural e política, à capacidade de luta e de organização demonstradas pelos favelados nos 100 anos de sua história (ZALUAR; ALVITO, 2004, p.7).

De acordo com Vaz (2002), a crise da habitação popular era tão grave, que nem a proliferação de moradias coletivas (cortiços, casas de cômodos, estalagens etc.) era suficiente para abrigar a enorme quantidade de trabalhadores sem recursos que se concentrava nas áreas centrais do Rio. Assim, todo espaço disponível nas antigas edificações coloniais era ocupado por essa população: sótãos, porões, andares improvisados a partir da divisão do pé-direito das casas, jiraus, fundos de lojas etc. Além disso, surgiam alternativas menos usuais, como as ocupações de cavernas nos morros da cidade.

A presença de casebres nos morros próximos ao centro, surge como uma alternativa adotada por parte do proletariado urbano, desde a segunda metade do século XIX. Alguns pesquisadores, inclusive Vaz, levantam a hipótese desse tipo de ocupação representar a forma embrionária das favelas cariocas, o que parece se confirmar nos casos dos morros da Providência e de Santo Antônio, consideradas as mais antigas da cidade.

Não se pode datar com precisão o surgimento da favela, mas sua origem está definitivamente relacionada aos inúmeros fatores conjunturais que nos remetem, considerando o aspecto temporal, para fins do século XIX e início do século XX, e, quanto

ao aspecto espacial, para o centro da cidade, compreendido entre os morros de São Bento, Castelo, Santo Antônio e Conceição, mas já avançando para a Cidade Nova.

No caso do morro da Providência é comum associar sua ocupação ao retorno, em 1897, dos soldados que combateram em Canudos. Entretanto, há vários registros que confirmam a existência de uma numerosa população no local, anos antes do fim da campanha de Canudos (ZYLBERBERG, 1992, p.57).

Em fotografia de 1885, Marc Ferrez¹⁴ registrou a fachada do Quartel General do Exército, tendo ao fundo o morro da Providência. Nessa imagem já se percebem alguns pequenos casebres nas encostas, justamente na parte do morro que dá para os fundos da estação ferroviária, na região conhecida como morro da Formiga, que anos mais tarde, com o adensamento dessa ocupação, passou a ser chamada de morro da Favela.

Por outro lado, desde a década de 1840, foi desenvolvida no morro da Providência a atividade de exploração de pedreiras, atividade esta imprescindível para a cidade em franca expansão, que demandava grande mão-de-obra não especializada, e atraía para seu entorno uma população pobre, carente de trabalho e moradia.

Aluísio Azevedo, em sua obra *O Cortiço*, descreve, os aspectos da relação de trabalho e moradia em fins do século XIX, utilizando como cenário justamente a pedreira e o cortiço:

Aqui, ali, por toda a parte, encontravam-se trabalhadores, uns ao sol, outros debaixo de pequenas barracas feitas de lona ou de folhas de palmeira. De um lado cunhavam pedra cantando; de outro a quebrarem a picareta; de outro afeiçoavam lajedos à ponta de picão; mais adiante faziam paralelepípedos a escopro e macete. E todo aquele retintim de ferramentas, e o martelar da forja, e o coro dos que lá em cima brocavam a rocha para lançar-lhe fogo, e a surda zoadá ao longe, que vinha do cortiço, como de uma aldeia alarmada; tudo dava a idéia de uma atividade feroz, de uma luta de vingança e de ódio (AZEVEDO, 1997, p.41).

¹⁴ Marc Ferrez (1843-1923) foi importante fotógrafo, que se notabilizou pelo registro, entre o final do século XIX e início do século XX, de imagens de personagens e paisagens brasileiras, principalmente da cidade do Rio de Janeiro. Seu trabalho teve o reconhecimento do Imperador D. Pedro II que o sagrou “Photografo da Marinha Imperial”. A foto citada no texto se encontra nas páginas 150 e 151, do álbum *O Rio antigo* de Marc Ferrez, editado em 1985 pela João Fortes Engenharia.

Portanto, é provável que os primeiros habitantes daquelas encostas, incentivados pela proximidade com o local de trabalho e pela impossibilidade de arcarem com o custo de moradia, tenham sido os trabalhadores daquelas pedreiras, a quem se atribui inclusive a abertura das primeiras ruas do local: o caminho da Formiga e a rua da Providência (ZYLBERBERG, 1992, p.45).

Outro aspecto importante que certamente incentivou a ocupação do morro, foi a sua proximidade com a Estação Central do Brasil. Não se pode ignorar que era pelos trilhos da ferrovia que chegavam muitos migrantes à cidade, principalmente do interior do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esses, ao aqui chegar, tinham como primeiro desafio o enfrentamento das necessidades de trabalho e moradia. A visão da ocupação da encosta voltada para a linha férrea estava a sugerir uma solução aos que chegavam.

Como propõe Vaz (1986), esses antigos moradores também podem ter sido oriundos do Cabeça de Porco, que se situava na rua Barão de São Félix - diante da antiga rua de Santana -, e se estendia até a pedreira dos Cajueiros, no morro da Providência, onde os proprietários daquele cortiço também eram donos de terrenos.

Segundo Vaz, é provável que esses proprietários, mesmo antes da demolição do cortiço, tivessem incentivado a ocupação do morro, alugando lotes para a população que não tinha opção de moradia. Ainda de acordo com Vaz, a ocupação do morro também foi facilitada pela concessão que fez o prefeito Barata Ribeiro aos moradores do cortiço, facilitando-lhes a retirada das madeiras que sobraram de sua demolição, material este que teria sido utilizado na construção de casebres nas encostas do morro da Providência.

Porém, o mito fundador da favela que ganhou maior força, foi aquele baseado na ocupação do morro da Providência por parte de soldados, que tendo participado da campanha de Canudos vieram à capital da República pedir assistência ao governo. Esse contingente sem

moradia, acabou por se estabelecer nas encostas do morro, localizado bem próximo ao Quartel General do Exército:

(...) decidiram então vir à Capital da República solicitar apoio e assistência do Governo. Estabeleceram-se no Morro da Providência que dominava a Praça da República e, por conseguinte, o Quartel General do Exército. Promessas oficiais, atrasos e indiferença os obrigaram a se adaptar ao precário “habitat” onde se ergueram numerosos barracos. E assim nasceu a primeira favela do Rio de Janeiro (MEDINA apud ZYLBERBERG, 1992, p.55).

Outras versões falam de uma ocupação pacífica que teria sido autorizada e financiada pelo próprio Exército:

[...] Ao regressarem das expedições contra Antônio Conselheiro, no fim do século passado, receberam os soldados do Coronel Moreira César e do General Artur Oscar alguns recursos para instalar-se em casa própria no Rio, e foi ali, nas abas da Providência, que eles o fizeram, e logo disseram que era sua “favela” carioca, numa alusão ao morro do sertão baiano de onde a artilharia legalista bombardeava o reduto daqueles jagunços místicos [...] (GÉRSO, 1965, p.347).

Ainda uma outra versão sobre o mesmo fato, atribui a ocupação do morro da Providência às chamadas vivandeiras, que não podendo permanecer no quartel, se instalaram no morro:

(...) foram as vivandeiras dos soldados (mulheres que acompanham as tropas para vender comestíveis) da guerra de Canudos que ao chegarem ao Rio, não podendo ficar no pátio do Quartel General com os ‘praças’, instalaram-se nas encostas do morro (...) E como essas mulheres vinham do morro da Favela, do interior baiano, começou-se a chamar o lugar onde eles acamparam de Favela e Favela ficou (...) (CRUZ apud ZYLBERBERG, 1992, p.55)

Apesar de tantas versões, o certo é que na cidade do Rio, a palavra *favela* surgiu na toponímia do morro da Providência, nos anos que marcaram o final do século XIX e o início do século XX.

Na parte do morro da Providência, acessível pela rua Senador Pompeu, próxima à Estação da Central do Brasil, localizava-se o chamado morro da Formiga. Foi justamente

nesta parte da Providência - próximo aos túneis construídos para fazer a ligação entre a então Estrada de Ferro D. Pedro II e a Estação Ferroviária Marítima - que ocorreu a mudança do antigo nome do morro de *Formiga* para *Favella*.

A Planta da Cidade do Rio de Janeiro e parte de seus subúrbios, organizada e desenhada em 1890 pelo Major Masheck, indica na toponímia local o Morro da Formiga. Já a Planta Central Monumental do Rio de Janeiro, de autoria de Carlos Aenishänslin, confeccionada em 1914, indica para o local a dupla denominação “Morro da Favella ou da Formiga”¹⁵, o que endossa a versão corrente de ter sido ali o lugar onde surgiu, na cidade do Rio de Janeiro, o termo *favela*¹⁶, que posteriormente tornou-se sinônimo de uma forma específica de habitação.

Outro caso de ocupação de um morro ainda no século XIX, na área central da cidade, foi o morro de Santo Antônio. Abreu (1994) afirma que os soldados, que haviam lutado na Revolta da Armada (1893-94), foram autorizados pelo governo a ocupar o convento de Santo Antônio, localizado no morro de mesmo nome. Como as acomodações não foram suficientes, os soldados, muitos dos quais já casados, receberam permissão para construir barracões de madeira numa das encostas do morro.

Já em 1898, diante de reiteradas reclamações da Prefeitura, o Major Comandante do 7º Batalhão de Infantaria, Affonso Pinto de Oliveira, prestando informações ao Ministro da Guerra, saiu em defesa daquela ocupação, conforme documento transcrito abaixo:

Commando do 7º batalhão de infantaria – Capital Federal, 3 de Fevereiro de 1898.
Número 261 – Ao Cidadão General de Divisão João Thomaz Cantuaria, M.D.
Ministro da Guerra – Dando cumprimento ao vosso despacho exarado na inclusa

¹⁵ A Planta da Cidade e a Planta Central Monumental se encontram no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. No entanto, não tive acesso direto a tais documentos, restringindo a pesquisa ao catálogo da exposição Do Cosmógrafo ao Satélite, realizada no Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, que nas páginas 73 e 74, apresenta tais documentos.

¹⁶ Os estudos sobre esse tema associam o termo *favela* ao evento de Canudos. Euclides da Cunha, que registrou com detalhes a campanha contra aquele arraial baiano, cita várias vezes o *morro da Favella* e também descreve a planta leguminosa chamada *favela*, própria daquela região. Para aprofundar os significados da palavra favela, ver Zylberberg (1992).

informação prestada pelo Sr. Major Araripe Meirelles, digno official tecnico da Repartição de Quartel Mestre General, sobre os inclusos papeis relativos á reclamação que faz a Prefeitura do Districto Federal contra a construção de diversos barracões feitos por praças deste corpo, os quaes me foram enviados pelo Sr. Director da Secretaria da Guerra em officio do 1º do corrente, tenho a informar-vos que effectivamente existem alguns casebres de madeira construidos por praças deste batalhão que declaram ter para isso obtido licença do fallecido Coronel Antonio Moreira César e outros antecessores. Esses casebres, porem, com quanto desprovidos de esgotos conservam-se em tal estado de asseio que me parecem não causam perigo á saude publica nem á vida de seus moradores. Attento o grande numero de praças casadas neste batalhão e a deficiencia de casas nas proximidades deste quartel em condições de serem por ellas habitadas pos que todas são de elevados preços e ainda á conveniencia ao serviço e á disciplina, me parece, podem ser tolerados os ditos casebres e nesse sentido peço a vossa intervenção, certo de que alem de poupardes grande sacrificio pecuniario ás praças que os occupam, evitareis prejuizos á saude das mesmas que se verão obrigadas a procurar estalagens, onde não pode este commando intervir no asseio que devem observar. Remetto-vos a inclusa relação das praças moradoras nos referidos casebres e que se julgam com direito de posse (AGCRJ, código 46-3-55, p.14).

A ocupação não parou de crescer ao longo dos anos, o que motivou o Jornal do Commercio de 14/10/1901, a publicar um artigo-denúncia sob o curioso título de “Bairro Novíssimo”, demonstrando assim que os barracos construídos no morro de Santo Antônio, logo chamaram a atenção das elites cariocas, e estas não tardaram a criticar tais habitações e seus moradores, pressionando principalmente o governo local em busca de providências.

Em pronta resposta de 16/10/1901, encaminhada ao Diretor Geral de Higiene e Assistência Pública, preocupado em justificar a inércia da autoridade pública diante da denúncia formulada, assim manifestou-se o comissário de higiene do 2º Distrito, Duarte Flores:

Cumprindo vossas ordens relativamente à publicação inserta no Jornal do Commercio sob o titulo – Bairro Novissimo – onde, entre muitas asserções verdadeiras, há uma menos exacta que vem a ser a de que jamais fôra aquella parte da cidade visitada pela authoridade sanitária, cumpre-me vos informar o seguinte – desde época bastante remota que este mesmo Commissariado de hygiene reclama com urgencia e insistencia sobre esse assumpto, como podereis verificar pelos meus officios e relatorio dirigidos á Directoria de Hygiene, em cujo archivo poderão ser encontrados, com as datas de 15 de Fevereiro 1898 – 18 de Janeiro, 1º de Fevereiro e 7 de março de 1899 – 9 de Julho de 1900 – 24 de março de 1901; bem assim (...) officios no mesmo sentido do meu saudoso chefe de districto, Dr. Gerarque (?) Murta. Não é a 1ª ves, Sr. Dr. Diretor G. de Hygiene, que com justa rasão a imprensa se occupa com essas innumerables habitações, indecentes e anti-hygienicas, construidas de madeira e zinco, sem esgotos nem água, á cavalleiro do Morro de Santo Antonio, na sua maior parte occupadas por soldados e inferiores da Brigada Policial. (...) Não tendo, até hoje, sido possível á este commissariado de

hygiene tomar as precisas e urgentes providencias, penso que estas só poderão ser tomadas pela Prefeitura de accordo com os Snrs. Ministro do Interior e Commandante da Brigada Policial, fasendo evacuar e demolir todas essas habitações ahi construidas ilegalmente, para que posteriormente possa este Commissariado de hygiene agir com efficacia, no mesmo sentido contra os poucos moradores não militares (AGCRJ, código 32-4-6, p. 99-101).

É interessante notar que somente a partir da publicação do citado artigo na imprensa, as autoridades iniciaram um processo que culminou com a visita do Prefeito Xavier da Silveira ao morro de Santo Antônio, tendo este, ao verificar in loco a precariedade da ocupação, determinado a imediata remoção dos casebres ainda naquele ano de 1901.

Essa foi a primeira de uma série de remoções e novas ocupações que surgiram no mesmo morro, numa verdadeira queda de braço entre os seus ocupantes e o poder público. Outro fato curioso, conforme demonstra Abreu (1996), a partir de notícias de jornais da época, diz respeito à reconstrução dos barracos que era feita principalmente com o material retirado das demolições realizadas para a abertura da Avenida Central, num verdadeiro paradoxo: a cidade que se modernizava seguindo os padrões da elite, produzia a matéria-prima para a construção dos barracos nos morros.

Reforçando a relação contraditória mantida pelo poder público com os favelados, a Prefeitura Municipal chegou a barganhar, em 1910, com os ocupantes do morro de Santo Antônio, a remoção pacífica dos barracões em troca de autorização para a construção de novos barracos no morro do Telégrafo.

Há dois aspectos a serem destacados no caso do morro de Santo Antônio nesses anos que marcaram as décadas de 1890 a 1910. Em primeiro lugar, durante esse período não se utilizava a palavra *favela* para designar aquela ocupação, o que demonstra que o termo estava ainda restrito ao nome da ocupação específica do morro da Providência. O segundo aspecto diz respeito ao papel preponderante e contraditório do poder público no episódio: o Exército e a Brigada Policial incentivavam, patrocinavam e defendiam a ocupação; a Prefeitura

inicialmente omitiu-se, depois ensaiou a tomada de providências e, por fim, sob a pressão da imprensa, efetivou a remoção dos moradores e a destruição dos barracos.

Como é possível perceber, a origem das favelas cariocas está relacionada à crise habitacional que, por décadas, marcou profundamente o Rio de Janeiro e segregou a grande maioria de sua população. Assim, as favelas que já se encontravam em gestação nos morros próximos às áreas centrais, surgem como resultado das contradições de uma cidade pré-capitalista, em processo de modernização.

Dessa forma, a favela foi sendo *inventada* pelo poder público que, mesmo com o rápido crescimento da população carioca e, apesar das reformas urbanas empreendidas no início do século XX, não adotou qualquer política eficiente de construção de moradias que pudesse solucionar a crise habitacional do Rio. Em alguns momentos vê-se que as autoridades agiam de forma contraditória, inclusive patrocinando e estimulando a ocupação dos morros conforme seus interesses. Por outro lado, a favela também se constituiu enquanto *invenção* das classes populares, que desenvolveram um conjunto de estratégias para permanecer no centro da cidade e garantir sua sobrevivência.

1.3 – E O DOUTOR PASSOS NÃO VÊ A FAVELA

A promulgação em 10 de fevereiro de 1903, pelo Prefeito Pereira Passos, do Decreto nº 391, se converteu em mais uma tentativa frustrada em resolver a questão habitacional na cidade. Esse decreto, por meio de um conjunto de disposições, regulamentava as construções e reformas dos prédios no centro do Rio, além de condenar as casas de madeira, os cortiços, estalagens e casas de cômodos. A aplicação de tais disposições afetava as áreas centrais da Capital Federal, e se estendia às novas regiões ocupadas na Zona Sul e nos subúrbios, por meio de uma rígida fiscalização que disciplinava as construções, verificava o funcionamento

dos estabelecimentos comerciais, e fazia cumprir o pagamento dos diversos impostos municipais.

O caráter de controle que inspirava o novo regulamento, dificultava em muito a realização de novas construções, e impunha uma série de exigências para a concessão de licenças para as obras:

Art. 2.º - Para obtenção da licença instruirá o proprietário o seu requerimento, em que declarará o tempo de que precisa para conclusão das obras e qual o nível em que se acha o terreno em relação ao do passeio da rua, com os seguintes documentos, sellados na forma da lei:

1º - Plano completo da obra, compreendendo planta de cada pavimento, elevação geométrica das fachadas principais e as secções longitudinaes e transversaes que forem necessárias para fácil compreensão do projeto;

2º - Plano, nas mesmas condições, de todas as dependencias a construir;

3º - Prova da posse do terreno, quando a respeito houver duvidas;

4º - Procuração legalmente passada, quando o proprietário delegar os seus poderes a outrem. (DISTRITO FEDERAL, 1903, p. 90-105)

O modelo de construção proposto era bastante oneroso e não levava em conta as classes pobres que não teriam condições de atender aos padrões exigidos pela nova legislação. Por outro lado, foram tratadas com rigor as alternativas até então existentes de moradia popular, com a proibição expressa da construção de novos cortiços, apenas permitindo-se a pintura ou caiação dos já existentes. Também as chamadas casas de cômodos – “casas de vastas dimensões divididas por cubículos de madeira, de modo a se estabelecerem sob o mesmo teto famílias diversas” - foram proibidas, por serem consideradas contrárias à higiene e prejudiciais à saúde pública.

As casas de madeira também tiveram sua construção restrita a algumas poucas áreas suburbanas, assim mesmo com distância mínima de cinco metros umas das outras e principalmente, não podendo ser construídas em grupo.

No entanto, em relação às construções nos morros, áreas pouco valorizadas pelo mercado imobiliário, e que demandavam maior custo na construção pela necessidade de muros de contenção, a legislação mostrou-se menos rigorosa.

De acordo com o referido decreto, os terrenos nos morros, ao invés de muros, poderiam ser cercados com madeira ou zinco – matéria-prima que se consagrou nas construções das favelas - e a construção de barracões “toscos”, terminantemente proibida sob qualquer pretexto na cidade, poderia ser permitida nos morros ainda não habitados, mediante licença:

Art. 12 - Todo o terreno em que houver construção será fechado por muro e gradil mediante requerimento e pagamento da arrumação, tolerando-se nas freguezias da Gávea, Engenho Novo, Inhaúma e Irajá, na Copacabana, Villa Ipanema, *nos morros*, nas ilhas do Governador e Paquetá, mediante o mesmo requerimento e pagamento de arrumação, *as cercas de zinco ou madeira*, a juízo da Directoria de Obras, o que não isenta o proprietário de novo pagamento, quando no terreno se construir definitivamente. Os proprietários dos predios existentes que não satisfizerem esta condição serão intimados a fazel-o.

(...)

Art. 36. Os barracões toscos não serão permittidos, seja qual for o pretexto de que se lance mão para obtenção da licença, *salvo nos morros que ainda não tiverem habitações e mediante licença*. (DISTRITO FEDERAL, 1903, p. 90-105, grifo nosso)

Nota-se que a ação do governo municipal diante da crise habitacional e do desafio de implantar um plano de remodelamento da cidade, foi tentar exercer o controle absoluto; impor um modelo caro e inacessível de construção à maior parte da população; restringir ao máximo os modelos de habitação coletiva até então existentes, inclusive com proibições de construção e reforma; e tudo isso, sem apresentar qualquer alternativa para o problema de moradia das classes populares.

Apesar de não estar claro, a questão da favela já surge de forma subliminar no regulamento de Passos: na proibição das construções em madeira, principalmente em grupos; na tolerância de cercas de zinco e madeira nos morros; no controle que se pretendeu estabelecer sobre a construção de barracões toscos, proibidos sob qualquer pretexto em qualquer outro lugar da cidade, mas permitidos nos morros ainda não habitados, com o devido licenciamento. Tal permissão, ao considerar e destacar o pré-requisito “não habitado”, parece confirmar e reconhecer o fato de que tais áreas da cidade vinham sendo ocupadas há algum tempo pela população mais pobre.

Tal disposição marcou uma diferenciação entre os morros até então habitados e os que seriam posteriormente ocupados com o controle da municipalidade. Se a intenção era controlar as ocupações já existentes e regular, através do licenciamento, a construção em morros ainda não habitados, a administração pública acabou por criar verdadeiro incentivo à ocupação dos mesmos, principalmente num momento em que não eram oferecidas alternativas de habitação às classes populares. Assim, de forma intencional ou não, o governo fez da favela uma invenção com a qual conviveria contraditoriamente ao longo dos anos.

Tendo diante de si a crise habitacional que se agravava, em artigo publicado na Revista Renascença, em 1905, denominado “*Onde moram os pobres*”, o engenheiro Backheuser chamou atenção para a urgente necessidade de se buscar alternativas que pudessem solucionar a questão, dedicando-se neste artigo a descrever as desventuras que testemunhou no morro da Favella:

“Imagine-se, de facto, *casas* (!) tão altas como um homem, de chão batido, tendo para paredes trançados de ripas, tomadas as malhas com porções de barro a sopapos, latas de kerosene abertas e juxtapondo-se, taboas de caixões; tendo para telhado essa mesma mixtura de materiaes presos á ossatura da cobertura por blocos de pedras, de modo a que os ventos não as descubram; divisões internas mal acabadas, como que paradas a meio com o proposito único de subdividir o sólo para auferir proventos maiores. É isto pallida idea do que sejam essas furnas onde, ao mais completo desprendimento por comesinhas noções de asseio, se allia uma falta de água, quase absoluta, mesmo para beber e cosinhar (1906, p.111)

A publicação deste artigo mereceu considerável atenção por parte da imprensa, tendo o poeta Olavo Bilac conclamado a partir de sua leitura: “É o máximo problema atual: demorar a solução é cometer um crime de desumanidade!” (1906, p.3)

Como iniciativa, o governo federal, através do Ministro do Interior e Justiça J. J. Seabra, nomeou uma comissão para fazer inquérito a respeito da crise da habitação e propor solução para o problema. Dois dias após a nomeação da comissão, o Jornal do Comércio publicou

um consistente artigo sobre o problema da moradia, no qual fez referência à iniciativa do governo:

O acto que o Sr. Ministro do Interior acaba de praticar, confiando a uma comissão, constituída por cavalheiros competentes e alheios a qualquer espécie de interesse pessoal, o estudo do problema da habitação para as classes mais desfavorecidas da fortuna, não pôde, de maneira alguma, passar despercebido, sepultado no noticiário, como um acto commum de expediente ordinario. (...) Quando, há poucos mezes, o Sr. Prefeito Municipal annunciou a sua intenção de construir, por conta da Municipalidade, habitações hygienicas, que seriam vendidas aos pobres mediante prestações mensaes, cobrando um juro modico sobre o capital empregados, ainda que pudessemos fazer restricções ao processo de que se ia lançar mão, applaudimol-o com verdadeiro enthusiasmo: tinhamos para nós que essa obra faria mais pelo seu nome e era mais util á cidade, que todos os monumentos que S. Ex. pudesse erigir. Essa iniciativa mallogrou-se. De facto, tudo que se vai fazer é a construcção de cincoenta predios, que serão collocados nas mãos dos operarios da Prefeitura, verdadeira gota de agua no oceano, que testemunhará apenas a boa vontade do Prefeito, mas que, de maneira alguma pode ser considerada sequer uma tentativa para a resolução do problema. Esse problema é, todavia, cada vez mais premente: não estamos diante de nenhuma theze a debate, propria para dar ensejo a uma erudição facil; mas em face de uma necessidade actual da população desta cidade, necessidade que tem de ser attendida custe o que custar, porque é evidente que a população não há de procurar abrigo em barracas armadas na praça publica. A realização do plano de melhoramentos da cidade traçado pelo Sr. Prefeito trouxe esta consequencia, que era, alias, inevitavel. É sabido que um enorme numero de grandes e antigos predios, existentes no coração da cidade, estavam já transformados em casas de commodos que abrigavam grande numero de pessoas: esses predios estão destruidos por effeito de alargamento dessas ruas. Por outro lado, tem-se condemnado e interdicto grande numero de estalagens, cortiços e outras habitações collectivas. Assim agindo, a autoridade municipal e a autoridade sanitaria empregam – está claro – o único processo pelo qual poderiam chegar ao fim que tem em vista: melhorar, embellezar e sanear a cidade. Não vale a pena perder tempo em refutar censuras e criticas dos rotineiros que a todo o progresso oppoem a resistencia obstinada que condecoram com o nome de “bom senso”. Era isso mesmo que se precisava de fazer, era isso mesmo, que se devia fazer: só podemos louvar e applaudir as autoridades que o tem feito. Somente, o problema tinha outra face e é essa face o Governo não podia fechar os olhos. Se quando existiam largamente esses antros e pocilgas, onde a tuberculose havia podido fazer, durante longos annos de indiferença do poder publico, o seu ninho nefasto, a crise da habitação subsistia, pode-se imaginar quanto ella se agravou, agora que nem mesmo isso existe! O aluguel dos predios subio extraordinariamente. As classes medias lutam com a maior difficuldade para obter alojamento condigno; e o que se pede por elles excede sensivelmente aos recursos ordinarios do orçamento domestico. Basta dizer isto para se imaginar a que gráo tera attingido a difficuladade dos que vivem dos pequenos salarios: os operarios, os pequenos empregados do commercio, os funcionarios publicos nos grãos inferiores da carreira, os militares de patente modesta. Póde o Estado ser indifferente a essa situação, cruzar os braços diante dessa necessidade positiva, urgente, innegavel allegando que sua função não é construir casas e esperar que a situação se resolve por si mesma? O Sr. Ministro do Interior entendeu que não e entendeu muito bem [...] (JORNAL DO COMMERCIO, 1905, p.5).

A comissão foi constituída por importantes políticos e técnicos de saúde pública, tendo sido presidida por Ataulpho de Paiva e secretariada pelo próprio Everardo Backheuser.

Como resultado do trabalho, foi produzido o relatório denominado *Habitações Populares*, que reconhecia a gravidade da situação, chamando atenção para a tamanha destruição promovida na implantação do projeto de remodelamento da cidade, sem a oferta de alternativas para a população pobre.

A comissão constatou alarmada o óbvio: o número de casas demolidas estava muito além de qualquer expectativa e que, em contrapartida, era muito inferior o número de avenidas construídas, as quais eram inacessíveis aos proletários por serem de aluguel excessivamente elevado.

De acordo com o relatório, só a saúde pública condenou e fez fechar mais de 600 habitações coletivas, nas quais habitavam mais de 13.000 pessoas. Por sua vez a Prefeitura demoliu cerca de 70 casas que davam alojamento a mais de 1.000 pessoas, havendo ainda um número maior de demolições que estavam por vir. Por sua vez, o relatório elaborado por Backheuser apresentava como solução, projeto de lei que previa maiores recursos para a construção popular, o que não chegou a ser implementado.

O interessante é que num momento em que as ocupações nos morros ainda não tinham tanta visibilidade e eram consideradas problemas menores diante dos cortiços, estalagens e casas de cômodos, Backheuser tenha reproduzido em seu relatório o artigo *Onde moram os pobres*, destacando o problema do morro da Favella, como *original e inesperado*. Ele também confessou nutrir esperança de que providências viriam por parte do Prefeito Pereira Passos, ao afirmar que “o activo e intelligente prefeito da cidade, já tem em suas vistas de arguto administrador voltadas para a Favella e em breve providencias serão dadas de accôrdo com as leis municipaes para acabar com esses casebres” (1906). Por fim alertou para a grande contradição que representava o florescimento do morro da Favela na capital federal:

É interessante fazer notar a formação dessa pujante aldeia de casebres e choças no coração mesmo da capital da República, eloquentemente dizendo, pelo seu mudo contraste a dous passos da Grande Avenida, o que é esse resto de Brasil pelos seus milhões de quilômetros quadrados (1906, p.111).

A administração municipal fez muito pouco para solucionar a crise habitacional e muito para agravá-la. O Prefeito Pereira Passos, durante toda a sua gestão, limitou-se a solicitar à Câmara duas autorizações: uma para aproveitar sobras de terrenos dos prédios adquiridos para a abertura da Avenida Salvador de Sá, para fins de construção de casas operárias; outra para instituir um prêmio no valor de 20:000\$, a ser concedido anualmente, durante cinco anos, à melhor vila operária, com lotação mínima para 250 pessoas, que fosse construída na zona urbana.

Se para a solução da crise habitacional quase nada foi feito, muito menos se fez com relação ao morro da Favella. Diante da inércia do poder público, ficou claro que a reforma urbana de 1903-1906, ignorou a questão da habitação popular. O problema não resolvido acabou tendo suas proporções ampliadas.

O governo de Pereira Passos terminou em meio a denúncias de corrupção e tragédias provocadas pelas enchentes daquele ano de 1906, que fizeram muitas vítimas entre a população mais pobre, reforçando assim a crítica generalizada ao descaso da Prefeitura com a habitação popular. Naquele ano o Jornal Correio da Manhã promoveu uma intensa campanha em favor dos moradores despejados por causa das obras da cidade, denunciando as ações do governo contra a população mais pobre:

O arrasamento do morro do Castello, resolvido pelo Sr. Lauro Muller, com sua engenharia, vae ser começado. Já foram intimados os moradores a se mudarem num prazo que finda a 15 do corrente. A população do morro é calculada em dez mil pessoas, na maioria indigentes ou necessitados. Onde se abrigará toda essa gente? Onde encontrará habitação, obrigada a mudar-se em massa, dentro de poucos dias, em exiguo prazo, quando as demolições são geraes e faltam casas para a pobreza? (CORREIO DA MANHÃ, 1906, p. 6).

O Jornal do Brasil adotou a mesma linha e em artigo denominado *Scenas pungentes. A pobreza abandonada. O temporal de 16*, assim resumiu a questão:

A indiferença em que os poderes publicos deixam a maior parte da população carioca devem-se estes lamentaveis desastres que se succedem, victimando familias, reduzindo-as a miseria. Na cidade vai uma faina febril de embellezamento; mas nos suburbios, nos arrabaldes, o proletariado fica em um condemnavel olvido, habitando mansardas que ruem ao menor esforço. E a medida que cidade se aformosea, mais precaria se vae tornando a existencia do pobre, forçado pela escassez de habitações e carestia de vida a alojar em casas que se esboroam. Havemos, porém, de insistir nesta campanha, firmes havemos de nos manter em luta pelo povo que soffre, exhibindo á consciencia dos responsaveis o espectaculo desolador que sua incuria, o menosprezo pela vida dos seus concidadões tem preparado [...] (JORNAL DO BRASIL, 1906, p. 2)

Nos anos seguintes a ocupação nos morros só cresceu. Maurício de Abreu (1994), com base nos jornais da época, demonstra que na década de 1910 a favelização dos morros ganhou força, e na década de 1920 tornou-se um fenômeno incontrollável. Em 1907, há notícias da existência de barracões no morro da Babilônia, no Leme; em 1909 surgiu o Salgueiro; em 1910, com a permissão das autoridades, surgiu a Mangueira no morro do Telégrafo; em 1912 foi noticiada a ocupação da encosta do Andaraí e a formação de um núcleo na Vila Rica, em Copacabana. Em fins de 1912 foram construídos casebres no morro de São Carlos; em 1915 houve notícias de ocupações no morro dos Cabritos, em Copacabana, e do morro do Pasmado, em Botafogo. Em 1916 já se notavam ocupações no subúrbio. Em 1923 começou a ocupação do Catumbi, e surgiram várias outras ocupações por toda a cidade.

As administrações municipais que se seguiram acabaram por repetir os mesmos erros em relação à falta de uma política para a habitação popular. O prefeito Carlos Sampaio (07/06/1920 a 16/11/1922), retomou e executou projetos como o do desmonte do morro do Castelo, antigo sonho que vinha alimentando desde 1891, quando inclusive criou uma empresa para esta finalidade, denominada Cia do Arrazamento do Morro do Castelo.

Por sua vez, repetiu-se em plena década de 1920, o mesmo processo de destruição de moradias e segregação dos pobres do centro da cidade. As elites despertaram para a questão, e cada vez mais problematizaram o fenômeno da favela, que cresceu, apareceu e, por isso mesmo, passou a representar um risco não somente para a higiene e a estética da cidade, mas sobretudo para a “paz social”.

O morro da Favella cresceu e se tornou o paradigma para aquele tipo de ocupação que começava a surgir por toda a cidade. Mais precisamente, a partir da década de 1920, o nome *favela* passou a ser usado como substantivo comum para designar todas as ocupações que surgiam na cidade, geralmente em morros, caracterizadas por moradias feitas de madeira e zinco. O termo também foi transformado em adjetivo, sempre empregado para qualificar depreciativamente essas ocupações, o lugar e seus moradores. Se no início do século XX, a favela era para a cidade uma questão menos importante, em apenas duas décadas ela se tornou um de seus maiores problemas.

1.4 – E A FAVELA É O PROBLEMA

Como foi dito, o combate às habitações coletivas; o acelerado crescimento da população nas últimas décadas do século XIX; a reforma urbana liderada por Pereira Passos; a ausência de políticas públicas voltadas para resolver a crise das moradias populares; a rígida fiscalização sobre as construções e atividades comerciais em áreas dos subúrbios; a tolerância por parte dos governos em relação à ocupação dos morros; e a necessidade de sobrevivência da população pobre, foram fatores que contribuíram para a criação, o crescimento e a permanência das favelas no cenário carioca.

Algumas interpretações sobre o tema explicam a permanência das favelas na cidade, pelo fato da reforma urbana não ter resolvido a crise das habitações populares. Diante disso,

para evitar maiores tensões sociais e garantir a estabilidade política, o governo teria sido obrigado a aceitar essa permanência. Além disso, as favelas atenderiam ao interesse do capital, por representar uma reserva de mão-de-obra necessária ao desenvolvimento da economia capitalista.

É importante destacar que tais interpretações podem incorrer no equívoco de uma análise simplista do processo de permanência e expansão das favelas cariocas, se não levarem em consideração os conflitos gerados pela contradição de sua existência, e a luta de seus moradores para conquistar o direito à cidade.

A história da favela do morro de Santo Antônio, citada por Abreu (1994), é um bom exemplo da intranquilidade desse processo:

Primeira favela da cidade, ela foi removida ainda em 1901, mas retomou o seu antigo lugar durante a reforma urbana. Em 1910, muitos barracos foram novamente removidos, consentindo entretanto o governo que seus moradores construíssem outros no morro do Telégrafo, afastado da área central. Pouco tempo depois, já estavam novamente os barracos de volta àquela colina, para serem novamente ameaçados de despejo em abril de 1916. Tendo os moradores conseguido, em maio, um adiamento da execução da ordem judicial, foram todos eles surpreendidos no mês seguinte por violento incêndio, certamente de natureza criminoso, que destruiu grande parte dos casebres ali existentes. Qual fênix renascida, entretanto, já ocupava a favela novamente o seu antigo lugar em 1919, para horror da imprensa burguesa (1994, p. 41).

É possível perceber que a favela foi transformada em problema desde muito cedo. Se sua presença ainda não gerava grandes incômodos até o final do século XIX, após a reforma do centro da cidade - que acabou por favorecer sua expansão pelo espaço urbano -, a favela passou a representar a antítese do desejo de modernização da capital da República. Portanto, a partir do início do século XX, a preocupação em torno do problema da favela começou a marcar fortemente os círculos de debate das elites cariocas.

Lembrando o texto de Backheuser escrito em 1906, já se percebe o caráter de segregação imposto ao morro da Favella em relação à cidade. O morro é apresentado como um lugar à parte, lugar de muita miséria e pouca higiene, um lugar de ausência total, onde

não há luz, onde não há nada. Destaca-se a má fama, a *legenda* de lugar de *desordeiros* e *facinoras*, mas com uma ressalva, um lugar também de trabalhadores:

O “morro da Favella” nada mais é que o antigo morro da Providencia, perfurado pelos dous tunneis da Gamboa, os quaes ligam a linha tronco da Central á Estação Marítima. É assim chamado depois da luta de Canudos, pelos soldados que de lá voltaram e que, por certo, acharam o seu quê de semelhança entre o reducto dos fanaticos e o reducto da miséria no Rio de Janeiro. O morro da Favella é íngreme e escarpado; as suas encostas em ribanceiras marchetam se, porém, de pequenos casebres sem hygiene, sem luz, sem nada. (...) Para alli vão os mais pobres, os mais necessitados, aquelles que, pagando duramente alguns palmos de terreno, adquirem o *direito* de escavar as encostas do morro e fincar com quatro moirões os quatro pilares do seu *palacete*. Os casebres espalham-se por todo o morro; mais unidos na base, espaçam-se em se subindo pela rua (!) da igreja ou pela rua (!) do Mirante, euphemismos pelos quaes se dão a conhecer uns caminhos estreitos e sinuosos que dão difficil acesso à chapada do morro. Alli não moram apenas os desordeiros e os facinoras como a legenda (que já a tem a Favella) espalhou; alli moram também operários laboriosos que a falta ou a carestia dos comodos atira para esses logares altos, onde se gosa de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação (1906, p.111)..

Em 1910, o zelador dos próprios nacionais do morro de Santo Antônio apelou, ao prefeito Bento Ribeiro, por providências para coibir a violência no local, afirmando que a população do morro, cerca de 4.100 habitantes, era em maior parte formada por indivíduos perniciosos à tranquilidade pública:

O Zelador dos próprios Nacionais do Morro de Santo Antônio , vem solicitar e pedir providencias a V. Ex.^a no sentido de serem feichados vinte e tantos botequins e pequenas tavernas que n’este lugar funcionarão até as 3 horas da madrugada sem lisença dando lugar constantemente a graves conflictos e assassinatos. Existindo n’este lugar cerca de 1.314 barracões de madeira em pessimas condições com uma população de perto de 4.100 habitantes em sua maior parte individuos perniciosos a tranquelidade publica, tendo já este anno dado-se sete assassinatos, razão pela qual vejo-me obrigado a solicitar de V. Ex.^a esta medida.
(AGCRJ, Códice 46-3-55, p.17)

Pouco a pouco a favela tornou-se um problema que deveria ser resolvido a todo custo. A imprensa fez da favela mais do que o lugar da miséria, o lugar da violência. Em recorrentes manchetes sensacionalistas, divulgavam-se os crimes ocorridos na favela como se somente ali ocorressem essas tragédias.

O crime na favela ganhou proporção sendo mote para uma verdadeira campanha pela erradicação desse “mal”. A total ausência do poder público e a omissão da própria força policial, acabaram favorecendo a estigmatização da favela como lugar de violência, para a qual eram reservados termos como: *lugar da indolência*, *chamariz de vagabundo*, *reduto de capoeiras*, *valhacouto de larápios*, entre outros. A favela passou também a expiar a culpa pelos furtos, roubos e assaltos que grassavam pela cidade.

Entre os anos de 1926 e 1927, o médico e engenheiro, João Augusto de Mattos Pimenta¹⁷, liderou a primeira campanha contra a favela, nomeada por ele de “lepra da esthetica”. Mattos Pimenta retomou o discurso médico-sanitarista do final do século XIX sobre as habitações coletivas, incluindo nesse discurso um novo elemento, a estética.

Em sua cruzada contra as favelas, Mattos, de forma articulada, utilizava o discurso da negação. Para ele, a favela era a antítese da cidade: antiestética, anti-higiênica e anti-social. Era uma “grave e permanente ameaça à tranqüilidade e à salubridade publicas”. Para definir as construções das favelas utilizava termos extremamente depreciativos como: “infame casebre”; “toca”; “sórdida habitação”; “detestável habitação”; “palhoça”; “ignóbil casebre”. Em suas exposições, comumente utilizava fotografias da coleção do doutor Castro Barreto, célebre higienista da época, as quais descrevia, apresentando a favela em contraposição à cidade, como entrave ao progresso e à modernidade. Também se destacava a sua evidente preocupação com áreas nobres da cidade, que estavam em franca valorização no mercado imobiliário. Eis algumas de suas legendas:

FAVELLA DO MORRO DE COPACABANA – Habitantes semi-nús desta favela apanhando agua na bica do Inhangá, á rua Barata Ribeiro. Na mesma photographia o ignobil casebre e o majestoso Copacabana Palace Hotel.

¹⁷ Abreu (1994) e Stuckenbruck (1996) discutem a ação de Pimenta durante a década de 1920. Licia Valladares (2000), que realizou um estudo cuidadoso sobre as origens da favela carioca, também apresenta o relevante papel que o rotariano desempenhou nesse processo. Licia destaca o pioneirismo de suas idéias em relação ao projeto de casas populares proposto por ele. A autora também chama a atenção para o fato de Pimenta ter sido corretor de imóveis e diretor da Companhia Construtora do Brasil, o que revelaria seu interesse pessoal na questão. De qualquer forma, sua atuação foi muito significativa para a construção de um pensamento sobre a favela.

FAVELLA DO MORRO DE COPACABANA – A favela no 1º plano. No fundo, o lindo bairro.

FAVELLA DA PRAIA DO LEBLON – Miseráveis habitações a 200 metros da linda praia.

FAVELLA DA PRAIA DO LEBLON – Povoado nas imediações do palacete Teixeira Soares.

FAVELLA DO NOVO HYPPODROMO DO JOCKEY CLUB – Primeiro plano, as infames habitações. Por tras as imponentes archibancadas do novo Hyppodromo.

FAVELLA DA GAVEA – No fundo do agglomerado immundo o belo palacete José Marianno.

FAVELLA DO ATERRO DA GUANABARA – Primeiro plano alguns casebres desta recente favela. Ao longe o grandioso Hotel Gloria (O JORNAL, 1926, p.5).

Pimenta expressava claramente suas inquietações reformistas e sanitaristas, mas também estava preocupado com o lado estético e arquitetônico da cidade que, segundo ele, deveria estar de acordo com a obra-prima que a natureza havia criado nesse espaço:

Assim a majestade destas florestas que fazem o nosso orgulho, que são dos mais lindos ornamentos que possuímos, vae sendo successivamente substituída por palhoças e tocas de toda a ordem, abjectas e sórdidas, nas eminências da mais linda cidade do mundo, aos olhos de todos, nas faces das autoridades publicas, contra todas as leis em vigor, como um escarneio e uma affronta aos nossos foros de civilização, como uma prova material e inconcussa de nossa incúria (JORNAL DO COMMERCIO, 1927, p.3).

A campanha contra a favela, na verdade, estava inserida numa luta mais abrangente pela afirmação de um determinado projeto de remodelação da cidade. Mattos Pimenta representava o Rotary Club, instituição que desempenhou um papel importante naquele momento, por defender a idéia da contratação de um especialista estrangeiro para elaborar tal projeto¹⁸.

Visando pressionar o poder público para contratar esse especialista, o Rotary financiou Mattos Pimenta, que chegou a produzir um filme de dez minutos - *As favelas*¹⁹-, no qual

¹⁸ Sobre os debates em torno dos projetos de remodelação da cidade e as diferentes instituições neles envolvidas, ver Stuckenbruck (1996).

¹⁹ Este filme encontra-se atualmente sob a guarda da Secretaria das Culturas do Município do Rio de Janeiro. Foi adquirido pela Prefeitura no ano de 2005, por meio de uma campanha na qual o prefeito César Maia fez publicar o Decreto nº 24.795 de 08.11.2004, oferecendo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) pela cópia e R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) pelo original do filme.

pretendeu mostrar ao público a degradação da vida nesses lugares. De fato, o filme chamou a atenção da imprensa e do governo:

O Exmº Sr. Presidente da República manifestou desejo de ver o film que sob os auspícios do Rotary Club foi confeccionado pelo rotariano Dr. Mattos Pimenta, com aspectos ineditos e flagrantes curiosos das favellas e do modo de vida de seus habitantes, filme que é uma demonstração pratica da necessidade imperiosa e urgente de se fomentar a edificação de casas proletarias compatíveis com a existencia humana.

Será assim passado amanhã ás 11 ½ horas da manhã, no Theatro Capitolio de Petropolis o film acima referido, sendo a sessão cinematographica em beneficio da Colonia de Férias para crianças desamparadas que a Pequena Cruzada vai construir em Petropolis no sitio doado especialmente para este fim pelo dr. Mattos Pimenta. Os bilhetes estão á venda no Theatro Capitolio de Petropolis e dados os fins de benemerencia do espetaculo é de se prever uma grande e selecta assistencia (Ibidem, p.1).

Na contramão do discurso da “lepra da esthetica”, situou-se o movimento modernista que, durante a década de 1920, passou a valorizar a favela como expressão da brasilidade. O modernismo afrontava os padrões culturais vigentes e buscava na favela as expressões da beleza, do lirismo e de uma estética própria:

Lugar de homens valentes, de mulheres sensuais e da melodia inebriante dos violões, a favela, ainda que sem perder a característica de “mundo infectado” e de “local de assassinos”, passa agora a ser exaltada por poetas, a ser retratada por pintores. Seus personagens, que só atingiam o domínio público a partir da crônica policial, invadem agora o repertório dos sambas que exaltam a “cabrocha”, a “casinha pequenina”, o “malandro”, sambas esses que se popularizaram rapidamente, atingindo todas as camadas sociais. Tendo assumido essa nova imagem, a favela insere-se então de forma diferente no imaginário carioca. Deixa de ser apenas sinônimo de desordem e de crime e passa a assumir também o papel de “criadora de sonhos”, imagem essa que se cristalizará definitivamente em meados da década de 1930 através da música ‘Chão de estrelas’, de Orestes Barbosa, que retrata, de forma idílica, o cotidiano da favela. A eleição da favela como “coisa nossa” logo atrai também a atenção de personalidades estrangeiras que visitam a cidade [...] (ABREU, 1994, p. 42).

Mattos Pimenta não tardou a criticar os artistas e intelectuais inseridos no movimento modernista:

Srs., deploravel e incomprehensivel, nefasto e perigoso é o vezo que adquiriram alguns de nossos intellectuaes, de glorificarem as favellas, descobrindo poesia e

belleza, por uma innominavel perversão do gosto, nestes agglomerados triplamente abjectos como anti-estheticos, anti-sociaes e anti-hygienicos.

Ridiculo e revoltante é a tendencia que se vae accentuando entre nós, ao bafejo de certos espiritos bohemios de acceitar as favellas como uma caracteristica nossa, uma instituição feliz e interessante, digna de ser legada aos nos posteros como tradição nacional.

Não. Aos intellectuaes estravagantes que fazem a apologia da malandragem e da sujidade, que exaltam o capadocio e a sordidez que celebram as senzalas e as fedentinas, e proclamam que isto é brasileiro, que isto é carioca; opporemos nós a voz do bem senso, as regras incorruptíveis da verdadeira Arte, os preceitos legítimos da verdadeira sciencia, salvando do dismantelo futurista esta obra prima da Natureza que é o Rio de Janeiro (JORNAL DO COMMERCIO, 1927, p.3).

Pimenta, apesar de todo o esforço, não conseguiu convencer o governo a desenvolver uma política habitacional voltada para a erradicação das favelas, nem viu contemplada sua proposta de construção de conjuntos habitacionais para os pobres. Por outro lado, as pressões realizadas no sentido da contratação de um especialista estrangeiro para coordenar a elaboração do plano de remodelação da cidade surtiram resultado.

Em 1927, o prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Junior (1926-30), contratou o urbanista francês, Alfred Agache, para elaborar o Plano de Remodelação da capital da República²⁰. Apesar da ampla campanha realizada, mais uma vez a remodelação da cidade não ocorreu. A contratação de Agache se deu em meio a disputas e discordâncias, ficando a elaboração do Plano marcada por vários desentendimentos.

A postura de Agache em relação às favelas reproduziu os discursos dominantes da época. O urbanista francês sofreu forte influência de Mattos Pimenta que, inclusive, acompanhou Agache em visita ao morro da Favella, em 1927.

O Plano de Remodelação do Rio, após três anos do início dos trabalhos, foi finalmente publicado em Paris, em três volumes, dos quais o segundo é dedicado ao estudo das favelas. Nele, Agache apontava as causas do crescimento e expansão pela cidade desse tipo de habitação, e propunha como solução sua erradicação e a transferência de seus moradores para conjuntos habitacionais construídos para esse fim.

²⁰ Sobre o Plano Agache, ver Stuckenbruck (1996).

Agache deu um caráter funcional à cidade, respeitando as suas funções político-administrativa e econômica, por ser a capital federal, e pelas atividades portuárias, comerciais e industriais aqui desenvolvidas. A proposta de dividir a cidade em bairros, conforme a destinação de uso e o poder aquisitivo de seus moradores, deixava claro que, nesse modelo, não havia lugar para a favela. Os proletários deveriam fixar-se em bairros industriais, como São Cristóvão, enquanto as classes mais abastadas, iriam para bairros residenciais, em áreas nobres, na zona sul. Assim, o plano pretendia resolver a tensão social que se formou na cidade a partir da convivência, lado a lado, entre pobres e ricos, numa solução que soava muito bem aos ouvidos da elite.

Porém, com o advento da Revolução de 1930, foi empossado o jornalista Adolfo Bergamini como sucessor de Prado Junior. Tendo nas mãos o Plano Agache, Bergamini constituiu uma comissão - da qual fazia parte Lúcio Costa - para avaliar o plano, que acabou por ser plenamente aceito e aprovado. Constitui-se assim, uma nova comissão com vistas à implementação do plano. Porém, Adolfo Bergamini foi substituído em menos de um ano de mandato e, em seu lugar assumiu como interventor do Distrito Federal o médico Pedro Ernesto.

Durante os anos de 1930, com o rápido desenvolvimento industrial brasileiro, os centros urbanos sofreram um novo impulso no crescimento populacional. Para o Rio de Janeiro, isso significou o aumento da crise habitacional e, conseqüentemente, o recrudescimento dos debates em torno do problema da favela. Mas, a despeito de toda posição contrária e das constantes ameaças de remoção, as favelas continuaram a existir e se firmaram como parte integrante da paisagem carioca.

Como já foi dito, desde o surgimento das primeiras favelas, o poder público adotou uma posição dúbia em relação a essas ocupações, ora facilitando ora reprimindo as construções nos morros da cidade. Tal situação expressava claramente a falta de compromisso dos governos

republicanos com a solução do problema da habitação e a melhoria das condições de vida das populações empobrecidas da cidade.

Foi somente a partir de 1937, com a publicação do Código de Obras, que o poder público reconheceu oficialmente as favelas como integrantes do território do Distrito Federal. No Capítulo XV do Código fica claro, no entanto, que seu objetivo era exercer o controle sobre a expansão das favelas e promover sua extinção:

Art. 349.º - A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste Decreto, não será absolutamente permitida.

§ 1.º. Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.

§ 2.º. A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e a execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas. (DISTRITO FEDERAL, 1937, p. 47)

Dessa forma, a elaboração do Código de Obras não significou a adoção de uma política que visasse solucionar o problema da falta de moradia popular. Essa postura começou a ser modificada a partir de 1942, quando o prefeito Henrique Dodsworth lançou seu Programa de Parques Proletários.

Passados 40 anos do início das reformas de Pereira Passos, o poder público voltou pela primeira vez sua atenção para a crise de moradia e começou a desenvolver uma política de construção de habitações populares. É claro que essa mudança não ocorreu de forma voluntária. Ela foi resultado das inúmeras pressões sofridas pelos governos republicanos.

Se por um lado, diferentes segmentos das elites cariocas pressionaram os governos no sentido de expulsar as favelas do espaço urbano, por outro, seus moradores também exerceram forte pressão sob forma de resistência aos inúmeros ataques sofridos contra as favelas, e lutaram pelo seu direito de viver na cidade.

CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA REINVENTA A FAVELA

2.1 – E O PREFEITO SOBE O MORRO

A década de 1930 foi especialmente relevante para o estudo das favelas, não apenas por ter sido neste período que se deu o reconhecimento da questão como fenômeno urbano e social, através da publicação do Código de Obras de 1937, mas principalmente, porque a partir da posse de Pedro Ernesto Baptista, teve início um novo tipo de relação do poder local com a população pobre, especialmente com os moradores de favelas.

Profundamente influenciado pelos compromissos da revolução de 1930 e fiel ao ideário do Movimento Tenentista do qual foi simpatizante, Pedro Ernesto deu especial lugar às questões sociais, como nenhum outro político tinha feito no Rio de Janeiro até então.

Pela sua própria biografia, se confirma o compromisso social de tal político. Pedro Ernesto, médico famoso na época, dirigente de uma das melhores clínicas da cidade, a Policlínica de Botafogo, e muito procurado pela alta sociedade, dedicou parte do seu tempo ao atendimento dos mais pobres, no hospital construído com o apoio de comerciantes portugueses, próximo à Praça Cruz Vermelha.

Segundo Sarmiento, a atuação de Pedro Ernesto apontava para uma nova forma de fazer política, que buscava

a elevação das massas da condição de “inferioridade social”, erradicando por completo a miséria e a pobreza tão aviltantes. A este processo de elevação das camadas inferiores da população corresponderia, por parte do Estado, uma política pública que, lidando com uma sociedade inserida nas relações de produção do capitalismo industrial, pudesse atuar para aumentar a oferta de bens e serviços, como saúde e educação (SARMENTO, 2001, p. 135).

No campo político, Pedro Ernesto trouxe para si o tema da autonomia municipal e nesse espírito fundou, com vistas às eleições de 1933, para a composição da Assembléia

Nacional Constituinte, o Partido Autonomista do Distrito Federal. Além disso, ampliou o número de eleitores promovendo verdadeira campanha de alistamento eleitoral, e estreitou os vínculos com a população mais pobre, reconhecendo a importância do papel político das favelas.

Assim, aproximou-se das escolas de samba dando-lhes as primeiras subvenções; realizou visitas aos morros de São Carlos, do Pinto e Mangueira, e inaugurou, nesta última, a primeira escola pública em favelas, a escola Humberto de Campos, em 1934.

Como resultado, colheu os frutos na eleição municipal em outubro daquele ano, na qual, além de garantir 20 das 24 cadeiras da Câmara para o Partido Autonomista, foi o mais votado dentre os candidatos, com 45 mil votos (42% dos votos válidos).

Eleito primeiro prefeito do Rio de Janeiro autônomo, pela Câmara Municipal, por meio do voto secreto, como previsto na Constituição de 1934, em seu discurso,

Pedro Ernesto indicou os novos rumos que desejava imprimir à política carioca. Em uma defesa ardorosa dos princípios democráticos, propôs a construção de um modelo de Estado que pudesse garantir à população o livre e amplo acesso a bens e serviços públicos que viabilizassem a elevação de seu estatuto social, preparando física, cívica e intelectualmente os cariocas para integrarem-se como cidadãos plenos em uma nova sociedade industrial (SARMENTO, 2004, p. 38).

Assim, a valorização do conhecimento técnico-científico, foi uma marca de sua ação administrativa, desde o período como interventor até os últimos anos como prefeito, o que permitiu a atuação de especialistas como Anísio Teixeira, por ele nomeado desde 1931, diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal.

Dentre suas realizações no campo da educação, pode-se destacar a grande reforma no sistema educacional, que trazia a proposta de uma educação de massa, laica, gratuita e obrigatória; a criação do Instituto de Educação como centro de excelência para a formação de um corpo docente que atendesse às necessidades dessa nova política; e a criação, em 1935, da Universidade do Distrito Federal.

Dentre essas realizações, vale lembrar a construção da Escola Municipal Bahia – hoje localizada no bairro da Maré -, assim batizada em homenagem ao estado natal de Anísio Teixeira. Inaugurada em 12/03/1936, essa escola foi considerada uma construção moderna, modelo de arquitetura pública escolar, apesar da descaracterização que sofreu intencionalmente, por ação dos governos seguintes, numa prática comum contra a memória do governo Pedro Ernesto .

Como que prevendo a ocupação que ali ocorreria, Pedro Ernesto fez construir, em local ainda pouco habitado, uma grande escola, antecipando-se ao futuro, sem saber que nas décadas seguintes, aquela iria se tornar a única escola pública, durante muitos anos, a atender a população das favelas que surgiram na região da Maré.

Também no campo da saúde, implantou novo sistema e adotou importantes medidas que iam desde a construção de novas unidades hospitalares, como o Getúlio Vargas, Carlos Chagas e Miguel Couto, até a melhoria da qualidade dos serviços públicos oferecidos.

A visibilidade alcançada por Pedro Ernesto, que em seu governo gozava de independência e popularidade cada vez maiores, desagradou a setores da elite, da Igreja Católica e principalmente do Governo de Vargas, o que teve por consequência, a prisão do prefeito em 03 de abril de 1936, sob a acusação de conspiração com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), e de colaborar com a tentativa de golpe pelos comunistas em novembro de 1935.

Porém, com essa conveniente crise política, Vargas - em pleno processo de criação de um modelo autoritário e centralizador de governo, que preparava o Estado Novo - criou as condições para, em 16 de março de 1937, promover a intervenção no Distrito Federal, afastando qualquer esperança do retorno de Pedro Ernesto ao poder, nomeando para seu lugar o padre Olympio de Mello.

Durante o curto mandato de Olympio de Mello (04/04/1936-11/11/1937), foi publicado o Decreto 6.000, mais conhecido como Código de Obras de 1937²¹, considerado um marco pelos estudiosos, por reconhecer expressamente a favela como questão da cidade.

Na linha do autoritarismo que marcou esse período, a ação proposta pelo Código se limitou a reconhecer a favela como um problema e propor sua extinção. Dessa forma o Código, em seu artigo 349, apresenta as primeiras definições oficiais de favela, que conceitua como “conglomerado de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste Decreto” (DISTRITO FEDERAL, 1937, p.47). Além da extinção das favelas, o código previa a criação de núcleos de habitação do tipo mínimo: casas dispostas em arruamentos convenientemente traçados, obedecendo a um plano de conjunto e respeitando as normas sanitárias.

Como ações, o Código propôs: (a) a proibição absoluta de construção de novas casas e execução de qualquer obra ou construção; (b) o controle por meio de ação fiscalizadora no sentido de impedir a formação de novas favelas e execução de obras nas já existentes; (c) a demolição sumária das obras e construções em favelas, precedida de aviso com 24 horas de antecedência.

O Código reconheceu ainda, a existência da antiga prática de “exploração de favela” por parte de proprietários de áreas particulares, com a cobrança de aluguel de casas e o arrendamento ou aluguel do solo. Para esses casos, o Código previa a aplicação de multas e outras penalidades.

Interessante notar que o Código de Obras propôs uma ação conjunta com o governo federal, a título de colaboração, para a identificação e destinação de terrenos públicos já invadidos ou em condições de serem utilizados para a construção dos núcleos de habitação:

²¹ Utilizei para consulta o Código de Obras publicado em 1937, como separata da Revista Municipal de Engenharia.

Para facilitar a formação dos núcleos de habitação tipo mínimo, a Prefeitura apelará para a colaboração do Governo da União, procurando obter que o mesmo Governo permita o aproveitamento dos terrenos de sua propriedade situados nos morros e atualmente invadidos pelas favelas, e outros que, pelas suas condições não possam ter utilização, podendo ainda, empregar para o mesmo fim, os terrenos de sua propriedade que se encontrarem em condições semelhantes (DISTRITO FEDERAL, 1937, p. 46)

De qualquer forma, o Código de Obras influenciou nas sucessivas políticas públicas para as favelas até a década de 1970. Tais políticas foram marcadas pela contradição contida no próprio Código, que apresentava respostas à problematização do fenômeno, mas, ao mesmo tempo tentava exercer, de forma autoritária, o controle e a repressão sobre essas áreas.

Foi nesse contexto que assumiu a prefeitura do Distrito Federal, Henrique de Toledo Dodsworth (11/11/1937 a 03/11/1945). Nomeado por Getúlio Vargas, Dodsworth teve a missão de administrar a capital durante o período do Estado Novo.

2.2 – A VARIANTE RIO ... MARÉ

Além de configurar a cidade com as feições do novo regime, realizando obras emblemáticas como a abertura da Avenida Presidente Vargas, Dodsworth demonstrou especial preocupação com o fenômeno das favelas. A ditadura de Vargas redescobriu o Plano Agache, que havia sido arquivado em 1935 por Pedro Ernesto, e começou a aplicar na cidade uma série de propostas contidas no referido plano.

Coube a Dodsworth retomar, junto com as questões urbanas, a discussão do “problema” das favelas. Nesse sentido, convocou técnicos com a finalidade de elaborar estudos que visassem principalmente à erradicação e a substituição desse tipo de moradia. A comissão de técnicos, presidida pelo Secretário-Geral de Assistência e Saúde do Rio de Janeiro, Jesuíno de Albuquerque, contou com a participação do médico Victor Tavares

Moura, cuja experiência com os mocambos em Recife, foi decisiva para o resultado do trabalho, baseado em propostas que buscavam aprofundar o conhecimento sobre as favelas, principalmente através de estudos censitários:

[...] Diversamente de muitas de tais comissões e planos propostos desde então, depois dos quais nenhuma ação se efetiva, (...) realizou censos em 14 favelas chegando a conclusões raras para a época. Eles divergiam radicalmente dos mitos – então como agora – comumente sustentados de criminalidade, marginalidade e desorganização social que são ainda usados para caracterizar as áreas invadidas por posseiros. Como exemplos, (a) foi encontrada elevada percentagem de “favelas organizadas”; (b) uma “tendência pronunciada” para uma ativa vida associativa incluindo clubes de futebol que participam em campeonatos com times locais estaduais e outros estados foi também encontrada; (c) Moura observou a existência de um sentimento distinto de interação social e um sentimento de “nós”; (d) os pais cuidavam de seus filhos tão bem quanto o possível, exercendo sua influência educacional (MOURA, 1943 apud LEEDS, 1978, p. 193-194).

O trabalho da comissão foi o ponto de partida para o que pode ser considerada a primeira política efetiva do poder público para as favelas: a criação dos parques proletários. Tal ação estava bastante próxima do que propunham o Código de Obras e o Plano Agache.

Entre 1941 e 1943, quando o governo de Vargas buscava maior aproximação com as camadas populares, foram construídos os Parques Proletários da Gávea (nº 1), do Caju (nº 2), e da Praia do Pinto (nº 3), logo adotados como instrumento ideológico de propaganda do regime, como relata Leeds:

Os parques eram em grande parte uma criação do período do Estado Novo de Vargas, que combinava controles administrativos, “consciência” social governamental, retórica corporativista, e a reverência da parte do proletariado por “pai Gegê” tido quase como um santo. (...) Num relato sumário de Moura sobre uma favela desejosa de ser transferida para um parque, ele fazia a seguinte declaração ideológica (Moura, por volta de 1942): “Confio na fibra dos que, à frente de tão grande empreendimento – o Estado Novo -, procuram tudo fazer em benefício dos que necessitam, e estou certo, muito em breve lhes patentearão os habitantes do Centro proletário nº 1 a maior das gratidões, em sua consciência de seus deveres no cumprimento de um Ideal. E este Ideal é o devotamento, o labor perene e construtivo pela Pátria, cuja mística nos cala fundo, na avalanche progressista do Estado Novo” (1978, p.197).

Anos mais tarde, lamentando que os parques proletários construídos durante seu governo, tivessem sido “reduzidos depois a lamentável ruína, por obra da descontinuidade administrativa em dez anos de critérios e descritérios de toda sorte” (DODSWORTH, 1956), Dodsworth reafirmou sua crença no acerto da política que implementou:

Outras iniciativas têm surgido, animadas de idéias generosas, e sob o patrocínio de personalidades ilustres, mas, iniciativas de caráter empírico e, portanto, inadequado. Somente a feição técnica, que vigorou durante a minha administração na Prefeitura, poderá orientar a solução do problema das favelas, “cidades que já nascem velhas” como dizia Euclydes da Cunha (DODSWORTH, 1956 apud MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2005, p.2).

Foi sob a administração de Dodsworth que o Rio conheceu um crescimento urbano sem precedentes. Tal fenômeno, já em processo desde a década de 1930, encontrou nos anos de 1940, verdadeiro estímulo diante da omissão do poder público, que fazia vista grossa em relação ao descumprimento das disposições do Código de Obras ou cedia às pressões do capital imobiliário. Dessa forma, os bairros entre o Centro da Cidade e Copacabana assistiram a um verdadeiro *boom* na construção civil e a um rápido processo de verticalização. O modelo de construção adotado pela classe média foi o de moradia em edifícios multifamiliares.

Diante dos antigos problemas urbanos do Rio, muito agravados durante esse período, Dodsworth implementou as propostas da Comissão do Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro²², que previam dentre outras iniciativas: o desmonte do Morro de Santo Antônio; a abertura da Avenida Presidente Vargas; a ocupação urbana da Esplanada do Castelo; a duplicação do Túnel do Leme; a finalização do Corte do Cantagalo; e a construção da Avenida Brasil.

Os investimentos do governo Vargas na ampliação da atividade industrial com a implantação de indústrias de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica

²² Comissão instituída em 1937, por Dodsworth, para reavaliar o Plano Agache e propor um plano de urbanização para a cidade do Rio de Janeiro.

Nacional de Motores e a Refinaria de Duque de Caxias, acabaram por demandar um processo mais rápido de organização do setor industrial no Rio de Janeiro. Nesse sentido, a Avenida Brasil surgiu como projeto inadiável, que tinha como primeiro desafio a conclusão do saneamento da baixada de Manguinhos.

A necessidade de mão-de-obra não especializada para a construção civil e prestação de serviços à classe média; abertura de novas vias de comunicação; ampliação do parque industrial e o conseqüente desenvolvimento do processo de industrialização da cidade; a disponibilidade de terrenos devolutos ou de pouco interesse para o mercado imobiliário; confirmaram o Rio de Janeiro como pólo de atração para os fluxos migratórios. Tal fato foi determinante para a explosão do fenômeno das favelas, a partir dos últimos anos da década de 1940.

Ao final de sua administração, Henrique Dodsworth, em artigo publicado no jornal *A Noite* de 17/10/1945, manifestou preocupação quanto à questão do controle da entrada de migrantes vindos de outras regiões e estados, principalmente do interior do estado do Rio de Janeiro, e de Minas Gerais que, sem condições de arcar com despesas de habitação, tinham como caminho “natural” as favelas:

Sem polícia de fronteiras, impedindo o acesso fácil e diário de indigentes, sem a proibição essencial de embarque no interior, de doentes e desamparados, sem fiscalização efetiva sobre as condições de vida dos habitantes, pois há quem more nas favelas com rendimento mensal de quatro mil cruzeiros, o problema, além de não ter solução, pela evidência da impossibilidade de recebê-la, adequadamente, se agravará cada vez mais, para tristeza da própria gente humilde e boa que habita as favelas, exploradas por algumas figuras sinistras que constituem a classe mais condenável e paradoxal desse meio trágico: os “proprietários do alheio”, que auferem renda dos terrenos de repartições, de instituições públicas, de particulares ricos, responsáveis, todos, em parte, por omissão ou culpa da existência das favelas. Em um conjunto de 14 favelas, a Comissão encarregada do estudo de sua higienização, apurou, em censo, os seguintes dados: naturalidade: Estado do Rio, 50,12%; Minas Gerais, 25,03%; Espírito Santo, 10,20%; São Paulo, 2,80%; Pernambuco, 2,07%; Bahia, 1,48%; Santa Catarina, 1,10%; Paraíba, 0,83%; Ceará, 0,72%; Sergipe, 0,39%; Pará, 0,39%; Amazonas, 0,27%; Rio Grande do Sul, 0,37%; Maranhão, 0,22%; Rio Grande do Norte, 0,19%; Goiás, 0,19%; Mato Grosso, 0,14%; Piauí, 0,06%; Portugal, 2,30%; Itália, 0,06%; Espanha, 0,04%; Turquia, 0,04%; Síria, 0,04%; Estados Unidos da América do Norte, 0,04%; Bulgária, 0,02%; e Distrito Federal, 8,57% (DODSWORTH, 1945 apud MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2005, p.2).

Os dados apresentados por Dodsworth parecem corroborar a história sobre dona Orozina, contada por Santos (1986) e recontada por Vieira (1998). Mineira da cidade de Ubá, ela teria sido a primeira moradora do Morro do Timbau, localidade mais antiga da região da Maré. Dona Orozina chegou ao Rio de Janeiro no início dos anos de 1940, e se instalou em uma casa de cômodos na região da Central do Brasil. Após um passeio de domingo à praia de Inhaúma, ela e o marido se encantaram pelo lugar, e acabaram se mudando para lá, após demarcarem e ocuparem um terreno, onde dona Orozina construiu um barraco.

Foi nesse contexto de rápidas transformações na cidade do Rio, que teve início a formação das favelas localizadas na região da Maré. Sem dúvida, a construção da “Variante Rio-Petrópolis” – posteriormente Avenida Brasil -, durante a gestão de Henrique Dodsworth, foi de suma importância para o surgimento e o crescimento das ocupações que deram origem à Maré.

Além do fato de muitos dos primeiros moradores dessas localidades terem trabalhado em sua construção, a Avenida Brasil proporcionou o desenvolvimento de um cinturão industrial às suas margens que, somado ao isolamento dos terrenos na orla da Baía de Guanabara e à facilidade de acesso a tais áreas, criou condições bastante favoráveis para a ocupação da Maré, como narra Vieira:

Já no final da década de 1940, a área oferecia todas as condições para a ocupação: tratava-se de área cuja propriedade era desconhecida, em boa parte terras devolutas e terrenos de marinha, em proximidade à área industrial, próxima ainda à importante via de acesso – Avenida Brasil - cujos terrenos de pedreiras, encostas e manguezais não tinham interesse para a especulação (1998, p.47).

No final da década de 1930, a região ainda estava praticamente intacta, como descreve Magalhães Correa²³, na série de excursões que realizou pela Baía de Guanabara:

²³ Armando Magalhães Correia nasceu no Rio de Janeiro em 1889. Foi aluno de Zeferino da Costa e Rodolfo Bernadelli na Escola Nacional de Belas Artes. Em 1912 recebeu uma bolsa de viagem à Europa para seu

Às 13 ½ largamos rumo ao Engenho da Pedra, distante 1.200 metros, entramos no Canal do Fundão, passando pela Pedra da Cruz, margeamos a orla de mangue Rizopha Mangle e Auicenia, na Corôa das Negras; bandos de garças levantavam vôos; destacam-se agora o morro de Inhaúma, a Ponta do Tibau [...]. Tomamos a direção sul, aproando para o Canal de Inhaúma. No continente a Ponta do Thibau, na encosta do Morro de Inhauma; este é de constituição granítica, quase abrupto, formando uma grande pedreira, tendo na parte E. um porto abrigado, que se prolonga para o S., é o velho Porto de Inhaúma, onde se destacam casas enfileiradas, de formato de chalet, outras isoladas; no caes barcos; grupos arboreos; quase não há praia a não ser uma pequenina enseada conhecida por praia de Inhaúma. Em frente ao Porto, separada pelo canal, a ilha do Pinheiro (CORREIO DA MANHÃ, 1936, p. 7).

Já, em 1947, após a inauguração da Avenida Brasil e a instalação das primeiras indústrias e equipamentos institucionais na região, os jornais noticiavam a ação do prefeito Mendes de Moraes, nomeado por Dutra, no sentido de demolir cerca de 800 barracos de uma grande ocupação que se formou no final da rua Nova Jerusalém, e que mais tarde deu origem à Favela da Baixa do Sapateiro:

ESTÁ SENDO DESTRUÍDA A “FAVELINHA DE BONSUCESSO” APELO DE CENTENAS DE FAMÍLIAS

Há dois anos, mais ou menos, trabalhadores iniciavam a construção de barracões nos terrenos de marinha, à margem da avenida Brasil, em Bonsucesso. Esses terrenos formavam um charco. Os próprios moradores, à proporção que iam levantando as suas humildes casas “de sopapo, iam aterrando. Assim se localizaram ali, aproximadamente, cerca de 800 barracos. Já havia, na parte alta, na rua Nova Jerusalém, outro grupo de tais residências. Eis que, agora, sem nenhum aviso, de um momento para o outro, a Prefeitura resolveu mandar destruir tudo. Vários caminhões, um grupo de Socorro Urgente da Polícia de Vigilância, no sábado, foi ali e começou a derrubada. O próprio material – táboas e telhas – é carregado pelos caminhões. Há barracos com famílias de 8 a 10 pessoas. Hoje, veio à redação de A NOITE uma grande comissão de moradores, composta de mais de 50 moradores da “Favelinha de Bonsucesso” para formular um apelo no sentido de ser suspensa a ordem de mudança desses milhares de pessoas que não têm para onde ir (A NOITE, 1947, p. 4).

aperfeiçoamento em escultura. De volta ao Brasil foi premiado nos Salões Nacionais de Belas Artes de 1919 e 1930. Foi professor da Escola Nacional de Belas Artes e conservador do Museu Nacional. Dedicou-se também à literatura, escrevendo trabalhos sobre a história e a geografia da cidade do Rio de Janeiro, dentre os quais o Sertão Carioca, mantendo durante anos coluna no jornal Correio da Manhã. Faleceu em 1944. Disponível em: <www.alerj.rj.gov.br/memoria/cd/bios/mcorreia.html>. Consultado em 12/12/2005.

2.3 – UMA BATALHA SEM VENCEDORES

Apesar do mote de governo democrático, o presidente Dutra manteve os mecanismos de controle sobre os trabalhadores. Tais mecanismos, herdados do período Vargas, se expressavam principalmente pela ascendência do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. Por outro lado, assustado com o resultado das eleições de 1947²⁴, na qual o PCB cresceu consideravelmente, Dutra interveio duramente nos sindicatos, afastando os militantes de esquerda. Por fim, o presidente decretou a ilegalidade do Partido Comunista e a cassação do mandato de seus parlamentares.

A inserção dos comunistas nos meios populares foi uma das justificativas para a criação, em janeiro de 1947, da Fundação Leão XIII, entidade privada, criada por Decreto presidencial e vinculada à Diocese do Rio de Janeiro, numa articulação entre o Cardeal D. Jaime Câmara e o prefeito que antecedeu Mendes de Moraes, Hildebrando de Góis (02/02/1946 a 16/06/1947). A própria forma de constituição da Fundação demonstrava um certo hibridismo, situado entre o público e o privado, o laico e o religioso. Com isso, o governo acabou não desenvolvendo efetivamente políticas para as favelas, delegando à Fundação essa função que, revestida de um caráter filantrópico, foi marcada pelas concepções conservadoras hegemônicas naquele momento.

É nesse contexto que se justifica a ausência de políticas públicas para as favelas nos anos do Governo Dutra (1946-1951), bem como a ação deliberada de repressão e controle sobre elas, justamente durante o período de sua considerável expansão. Notícia veiculada na imprensa, dava a dimensão desse crescimento:

²⁴ Em 1946, o PCB surgia como a quarta maior força política do país, possuindo a maioria na Câmara de Vereadores do Distrito Federal. Em São Paulo, nas eleições estaduais de 1947, o partido superou a UDN, conseguindo o terceiro lugar no total de votos, e também apoiou Ademar de Barros, que se elegeu governador daquele estado.

O problema das favelas na cidade é mais complexo do que se pode pensar. Em todos os distritos metropolitanos elas têm sua existência, estando em Botafogo o maior número, enquanto em Santa Cruz não existe uma sequer. Pelos dados estatísticos, as favelas estão assim divididas: Centro, 8; Estácio de Sá, 10; Laranjeiras, 5; Botafogo, 26; Copacabana, 5; São Cristóvão, 12; Tijuca, 10; Vila Isabel, 4; Méier, 23; Madureira, 8; Penha, 25; Jacarepaguá, 3; Realengo, 6; Campo Grande, 1; Santa Cruz, 0; e Ilhas, 1. Pelos dados acima, se pode observar que nos bairros de maior nível social o número de favelas é bem mais acentuado, o que demonstra o interesse da moradia nos meios mais próximos do centro urbano (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1947, p.7).

A ação de Ângelo Mendes de Moraes – general-de-divisão do Exército, nomeado por Dutra para o cargo de prefeito do Distrito Federal (16/06/1947 a 24/04/1951) - foi marcada pelo controle e repressão às favelas, dentro do espírito das conclusões da Comissão Interministerial, criada pelo Governo Dutra, com o objetivo de estudar as causas do surgimento desse fenômeno e suas condições de existência. A referida comissão propôs algumas medidas, sem no entanto apresentar qualquer alternativa concreta que significasse uma política de enfrentamento da questão:

- I- PROIBIÇÃO de construções de novos barracos.
- II- FISCALIZAÇÃO permanente e rigorosa a fim de cumprir essa deliberação, etc.
- III- Cadastro e PRONTUÁRIO DOS INDIVÍDUOS QUE EXPLORAM as favelas com venda e aluguéis dos casebres, etc.
- IV- Ultimação das obras de urbanização em terrenos da Prefeitura, não construídos, a fim de evitar a localização de construções nos locais (exemplo: avenida Epitácio Pessoa, praia do Pinto, etc).
- V- Recomendações às repartições federais, inclusive instituições de previdência, no sentido de impedir quer a formação, quer o desenvolvimento de favelas em terrenos sob sua administração.
- VI- Articulação entre o Albergue da Boa Vontade (etc.) a fim de *encaminhar* para o campo de elementos úteis.
- VII- Observância dos dispositivos legais que obrigam os estabelecimentos industriais à construção de habitações destinadas aos trabalhadores e a mesma exigência para a instalação de novas indústrias.
- VIII- *Exigência*, para licenciamento de construções de residências, especialmente apartamentos, ou acomodações para empregados (LACERDA, 1948 apud MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2005, p. 5).

Durante sua gestão, Mendes de Moraes realizou uma série de obras importantes para a melhoria do sistema viário da cidade, tais como a abertura dos túneis Catumbi-Laranjeiras e do Pasmado; a construção da ponte da Ilha do Governador; além da construção das estradas

das Canoas, Sumaré e Grajaú-Jacarepaguá, o que muito agradou ao mercado imobiliário, pela possibilidade de abertura de novas áreas para a especulação.

O prefeito ainda nomeou uma comissão, com o intuito de estudar formas de prover a extinção das favelas. Tal comissão propôs a realização de uma pesquisa censitária que, na verdade objetivava implementar ações repressivas para acabar com as favelas, como: o retorno de seus moradores aos lugares de origem; a tutela dos favelados maiores de 60 anos por instituições do Estado; e a expulsão das famílias com renda superior a um salário mínimo. Porém, tal comissão, num efeito adverso, acabou por contribuir positivamente para o conhecimento da questão da favela, com a realização do primeiro censo específico, que serviu de base para vários estudos sobre o tema - o censo de favelas de 1948.

Foi também nesse mesmo ano que a favela passou a figurar no centro da discussão política comandada pelo jornalista Carlos Lacerda, vereador pela UDN e forte opositor do Governo Dutra e da administração de Mendes de Moraes. Lacerda, por meio de uma campanha, habilidosamente desencadeada através dos meios de comunicação, propôs um esforço de todos, independentemente das posições políticas, para o enfrentamento do problema das favelas. Essa campanha foi chamada de *Batalha do Rio*.

Diante da situação de inércia dos governos, a proposta de Lacerda soou muito bem à imprensa ligada à UDN, contando a campanha com imediata adesão dos jornais Correio da Manhã e O Globo, da Rádio Mayrink Veiga, além da Tribuna da Imprensa.

Em seu artigo sobre as favelas, Lacerda, num tom “conciliador”, desferiu uma série de críticas ao governo, a quem afirmava estender a mão naquele momento, independentemente das diferenças, para que fosse possível solucionar o grave problema das favelas. Na verdade, Lacerda queria expor o governo Dutra, denunciando sua incompetência em lidar com a questão. Dessa forma, apresentou, ele mesmo, as soluções para o problema:

Passando por cima de todas as nossas diferenças de concepção e de métodos sobre a solução dos problemas de governos – diferenças que mantemos até que a realidade nos fazem provar que se tornaram desnecessárias – oferecemos ao Prefeito e, por seu intermédio, ao Presidente da República, a seguinte proposta:

– O governo apoiará, pelos meios de que dispõe, uma campanha popular destinada a encarar, com vontade de resolvê-lo, o problema das favelas. Nessa proposta definimos os objetivos a alcançar. São fundamentalmente os seguintes: 1. Resolver o maior número possível de casos individuais, quanto a habitação, higiene, educação, organização familiar, localização segundo as necessidades do trabalho, etc., – visando solucionar, ao fim de um ano de campanha, em média, a situação de 30.000 pessoas. (Aproximadamente 10% do total avaliado da população das favelas).

2. Promover a formulação e encaminhamento das medidas legislativas e administrativas necessárias à solução dos casos gerais, de longo alcance. (Apresentação, aos poderes competentes, das providências que lhes competem, segundo indicarem as realidades apuradas no trabalho dentro das favelas).

3. Unir o povo entre si, e este ao governo, na solução objetiva de problemas de interesse público, independentemente das opiniões políticas e divergências acaso existentes noutros campos de atividade.

4. Criar na cidade e, por extensão, no país, um estado de espírito, uma preocupação absorvente pela solução do problema das favelas, considerando-o o número um do Distrito Federal.

5. Mobilizar, assim, a população, tornando possível a sua participação imediata e cotidiana na solução dos seus próprios problemas, de modo a fazê-la compreender o valor da vida democrática e sentir o horror à dependência total ao poder do Estado.

6. Lançar as bases de uma cadeia de organizações cooperativas de crédito, de construção de casas, de eletricidade, de produção, de pequenos estabelecimentos de indústria, comércio e artesanato de consumidores, etc.

7. Iniciar a organização da Bolsa do Trabalho, na qual serão estabelecidos contactos entre empregados e empregadores para as necessidades do mercado de trabalho (LACERDA, 1948 apud MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2005, p. 3).

Certamente, impulsionada pela cobertura da imprensa, a *Batalha do Rio* gerou grande mobilização, mas, em termos práticos, nada modificou. Do ponto de vista político não havia o compromisso com a implantação das propostas apresentadas, nem por parte de Lacerda nem por parte do prefeito Mendes de Moraes. Tais propostas, se levadas a cabo, poderiam ter representado algum tipo de mudança na postura do poder público diante da questão da favela. Uma vez mais, tudo não passou de um jogo político.

2.4 – PROIBIDA A ENTRADA: ÁREA MILITAR

Durante a Administração de Mendes de Moraes, as obras para a construção do Estádio Mário Filho, no Maracanã, contribuíram de forma indireta para o processo de formação da Maré.

Tendo em vista a realização da Copa do Mundo de 1950, o Prefeito optou pelo ambicioso projeto de construção do Estádio do Maracanã. Dessa forma, se tornou obrigatória a transferência da unidade militar que ali funcionava, o 1º Batalhão de Carros de Combate, para outra área da cidade. Para este fim, o Exército optou pelos terrenos desapropriados junto à Avenida Brasil, o que foi efetivado em 1947.

Dessa forma, o 1º BCC instalou-se defronte ao Morro do Timbau e, sob a justificativa de impedir a ocupação de terrenos, que supostamente lhe pertenciam, passou a exercer um controle sistemático sobre a localidade com a derrubada de barracos; o controle de entrada e saída de moradores, através da colocação de cercas de arame farpado; e a cobrança, por parte de alguns militares, de “taxas de ocupação”.

A repressão, os abusos e a “exploração” da favela como atividade econômica - fato que tanto indignava as autoridades da época - assumiram feições de legalidade, praticada por militares, inclusive com a emissão de recibos oficiais. Esses agentes assumiram o controle total sobre a favela e passaram a funcionar, sob o pretexto de cuidar do patrimônio da União, como verdadeiros “grileiros”. Mais uma vez, o poder público cuidou de inventar a favela.

O Compromisso dos Moradores²⁵, documento que enumerava uma série de deveres e normas de conduta a serem seguidas pelos moradores, expunha os preconceitos e estigmas sobre a favela, fomentando também as diferenças entre o Timbau e as demais localidades, em particular a Baixa do Sapateiro:

Considerando:

1 – que os Terrenos do Ministério do Exército, situados no Morro do Timbáu e Praia de Inhaúma, são próprios da União e não devem ser destinados a residências.

2 – que não há o menor interesse para o Ministério do Exército, em conservar as residências no citado Terreno uma vez que só trazem problemas quer de ordens administrativas ou disciplinares.

[...]

²⁵ Documento que era obrigatoriamente assinado pelos moradores do Morro do Timbau, como uma espécie de contrato de locação. Ver cópia em anexo.

5 – que não são despejados pelo Ministério do Exército, sumariamente em consideração a situação aflitiva de escassês de residências para as pessoas pobres na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

6 – que por ser área militar, próxima de quartéis, há necessidade de vigorar em seu interior uma disciplina quase idêntica a de um corpo de tropa.

[..]

7 – que essa disciplina até hoje só trouxe benefícios a área em foco, convivendo-se de uma maneira bem diferente das tremendas favelas que cercam a região em pauta.

[...]

Reconhecendo:

[...]

8 – a necessidade de cumprir as obrigações abaixo, para o melhor bem viver, numa sociedade de nossas famílias, sem haver o perigo dos Terrenos se transformarem em lugar de desordeiros como acontecia antes da Administração ser do 1º BCC e que acontece hoje em dia na região vizinha conhecida como Baixa do Sapateiro (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, s/d).

2.5 – DONA OROZINA E O PRESIDENTE

A década de 1950 ficou marcada como um período de efervescência política, com o retorno de Getúlio Vargas (31/01/1951 a 24/08/1954) através do voto direto, seu suicídio, e a eleição de Juscelino Kubistchek, que impôs um novo modelo desenvolvimentista para o país.

Para as favelas, esse período trouxe mudanças na relação estabelecida com o poder público, influenciadas principalmente pela nova conjuntura política que se desenhava.

Foi nesse período que se realizaram diversos estudos sobre as favelas e se aprofundou o conhecimento sobre sua realidade. As favelas representaram a grande novidade do censo realizado em 1950, um censo geral, cuja metodologia incluiu e considerou as favelas, dentro de critérios assim definidos:

1. Proporções mínimas – Agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;
2. Tipo de habitação - Predominância no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas e materiais semelhantes;
3. Condição jurídica da ocupação – construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
4. Melhoramentos públicos – Ausência no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
5. Urbanização – área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento (GUIMARÃES apud VALLADARES, 2005, p. 68-69).

O Censo de 1950 chegou a um número de 58 favelas - número bastante inferior ao apurado pelo Censo de 1948 (105 favelas) -, com um total de 169.305 habitantes. A partir do censo foram constatadas situações de autoconstrução e iniciativas coletivas de urbanização. Começava-se a compreender a complexidade do fenômeno favela. E a solução para uma realidade tão diversa não poderia ser dada por projetos que a tratassem como um fenômeno total e uniforme.

Esse período, analisado por Maria Lais, foi marcado pelo crescimento e pela consolidação das favelas:

[...] Na década de 1950, a favela continuou a aparecer com grande força na imprensa, já com aspectos que indicavam o padrão anunciado na década anterior. Do ponto de vista da localização na cidade, enfatiza-se em 1952 o alcance de sua presença e a consolidação, no litoral norte, dos “favelados do mar” (em especial ao longo da avenida Brasil), uma referência às condições das palafitas da praia de Ramos e adjacências. No final da década já se assinalavam com maior insistência as ocupações favelizadas na Baixada Fluminense – em Caxias e nas margens do rio Meriti -, situadas além dos limites do Distrito Federal. Na Zona Sul, formaram-se novos núcleos no Leblon, em Copacabana e na Barra (os “roteiros turísticos”), e também no aristocrático Parque Guinle (SILVA, 2005, p. 92).

A proximidade de Vargas com o povo viabilizou a abertura de novos canais de comunicação com o poder, o que fortaleceu as favelas e estimulou sua organização. No caso emblemático do morro do Timbau, essa aproximação permitiu que dona Orozina Vieira denunciasse ao próprio presidente a cobrança irregular de taxas pelos militares do 1º BCC:

Com toda a sua ingenuidade de caipira, D. Orozina era muito esperta. Sabia manipular muito bem as regras de um jogo que aprendera por intuição. Deixou-se explorar pelo Sargento Adatao porque, afinal, sabia que não tinha direitos e que ele era uma autoridade. Quando achou que o militar estava abusando, apelou nada menos que para o Presidente da República, na época Getúlio Vargas. O que pelo bom-senso parecia impossível aconteceu. Em resposta a uma carta de D. Orozina, o presidente mandou um emissário entregar-lhe um convite para comparecer ao palácio. Ela foi e falou pessoalmente com o presidente: “Eu vim pedir desculpas... Eu comprei um terreno no seu governo, mas paguei e estou pagando...” - “Pois não vai pagar mais nada!” foi a resposta de Vargas - “Quando forem lhe cobrar você diz: eu não vou pagar mais...” Sacramentando a sua promessa, o presidente mandou a Orozina um telegrama em que reconhecia seus direitos de posse e a isentava de pagar o que quer que fosse pelo terreno que ocupava (SANTOS, 1986, p. 11).

Tal postura de Vargas se repetiu de forma ostensiva nas inúmeras audiências com lideranças populares que rotineiramente eram realizadas no Palácio do Catete. Dessa forma, Getúlio e também dona Darcy Vargas passaram a ser protetores e benfeitores de favelas, como nos casos da Barreira do Vasco e do Jacarezinho, reforçando a linha populista adotada pelo governo.

A intensificação do fluxo migratório na década de 1950, acentuou o problema da moradia na cidade do Rio de Janeiro, e estimulou o surgimento de novas favelas, bem como o crescimento das já existentes. A abertura da Rodovia Rio-Bahia permitiu a substituição do transporte por via marítima e popularizou o acesso aos grandes centros urbanos, facilitando a mobilidade dos moradores do interior do Nordeste.

Para se ter uma idéia da força desse movimento, em 1950, 36,2% da população brasileira vivia na área urbana, enquanto 63,8% faziam do Brasil um país predominantemente rural. Em 1991, se verificou a drástica inversão desse quadro, passando o Brasil a ter 75,2% de sua população vivendo nos grandes centros urbanos (VIEIRA, 1998, p. 45).

A situação no Nordeste não favorecia a permanência do homem no campo, e tinha como principais características as precárias condições de vida e de trabalho; a falta de acesso à terra; os baixos salários e a condição de miséria a que estava submetida a população. Por outro lado, o avanço do latifúndio, que expulsava o pequeno produtor, e a crescente industrialização do Sudeste, acabavam por forçar a vinda dessa população para os centros urbanos. Além disso, as grandes secas que assolaram a região, e o incentivo à migração foram fatores que contribuíram para o crescente deslocamento das populações do Nordeste para as grandes cidades.

No Rio de Janeiro, tal fluxo migratório agravou ainda mais o problema da falta de moradia. Esse fenômeno se fez sentir nos núcleos habitacionais que foram surgindo na região

da Maré, e que, ao final da década de 1950, apresentaram um crescimento vertiginoso em direção às águas da Baía da Guanabara.

Nessa época, a Maré já contava com vários núcleos de ocupação distribuídos ao longo da Avenida Brasil, notadamente no final do arruamento que vinha dos bairros de Bonsucesso e Ramos²⁶.

Com a abertura da Avenida Brasil, os terrenos às suas margens foram utilizados para a instalação de equipamento militares, instituições do governo, e estabelecimento de empresas. Outros foram objeto de aforamento a terceiros, principalmente para exploração de atividades relacionadas à pesca e à indústria naval. Para serem efetivamente utilizados, estes terrenos, alagadiços e instáveis, demandavam grande investimento para a sua drenagem. Por isso, permaneceram sem qualquer intervenção, proporcionando a sua ocupação para moradia.

2.6 – E O MAR VIROU CHÃO

No Timbau, a ocupação avançou pela Praia de Inhaúma e pelas ruas Capivari, Alabama e Caetés, sobre terrenos reclamados pelo Ministério do Exército. Apesar do controle dos militares, essa foi a localidade que apresentou melhores condições de ocupação, por se tratar de um morro, portanto terra firme, onde os terrenos eram bem delimitados e favoreciam o aproveitamento do espaço, inclusive para o plantio de árvores frutíferas e cultivo de pequenas hortas. No Timbau, na medida em que negociavam com o Exército, os moradores davam às casas melhor padrão de construção, já num processo de substituição da madeira por paredes de alvenaria.

²⁶ Já, em 1900, Bonsucesso apresentava um traçado de várias ruas com nomes dos antigos proprietários e pessoas ligadas aos mesmos. Vindas do Porto de Inhaúma em direção à estação havia a Estrada do Porto de Inhaúma, a Rua da Proclamação, a Rua Dr. Luiz Ferreira (médico), a Rua Dr. Guilherme Frota (médico) e a Rua Nova Jerusalém. Vindas dos manguezais em direção à linha férrea a Rua João Torquato (médico), Rua Leonor Mascarenhas e Rua Teixeira Ribeiro, paralelas à linha do trem existiam ainda a Rua Nova do Engenho, hoje Teixeira de Castro; a Estrada da Penha, hoje Rua Cardoso de Moraes (médico e poeta); a Dr. Vieira Ferreira, a Regeneração e a Saldanha da Gama, desaparecida com a abertura da Avenida Brasil (VIEIRA, 1998, p.38-39)

Na Baixa do Sapateiro, a ocupação foi iniciada a partir da Rua Nova Jerusalém, sobre terrenos do Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS)²⁷, contíguos ao Morro do Timbau, identificando-se em meados dos anos de 1950, novos núcleos a partir das ruas da Proclamação e 17 de Fevereiro, estes já em terrenos alagadiços.

No Parque da Maré, as construções se iniciaram a partir da Rua Flávia Farnese, adentrando pelas ruas Teixeira Ribeiro e 29 de Julho. Essa região ofereceu as piores condições de habitabilidade, pois era dominada por mangues e apresentava um terreno lodoso, onde a maré refluía.

Com exceção do Timbau e de parte da Baixa do Sapateiro, o tipo de moradia que passou a ser predominante nos núcleos de ocupação da região foi a palafita. As condições de ocupação eram adversas: havia a repressão da força policial, que impedia construções e derrubava os barracos; eram difíceis as condições naturais, representadas principalmente pelo terreno pantanoso; não existia qualquer garantia legal ou jurídica, o que criava uma fragilidade dos moradores e imprimia um caráter de clandestinidade à ocupação; esses moradores estavam impossibilitados, por sua condição econômica, de promover uma construção de melhor qualidade.

Para enfrentar tais adversidades, os moradores tiveram que lançar mão de estratégias criativas. A primeira delas, no sentido de permanecer e enfrentar a força policial, foi realizar a construção dos barracos à noite, rapidamente, em mutirão, de forma a poder ocupá-los com mulheres e crianças, para inibir a ação policial e garantir a permanência da construção.

Outras estratégias estavam relacionadas com as quase inexistentes condições para a construção dos barracos e a incapacidade de investir nessa construção. Os ocupantes não tinham o chão e souberam buscar suas soluções.

²⁷ Autarquia ligada ao Ministério da Previdência Social, responsável por sua administração financeira.

A primeira delas foi construir sobre palafitas. Na linguagem dos ocupantes, a primeira parte do processo consistia em “pontear os quatro paus” – procedia-se o afinamento das pontas da madeira, em geral “pernas de três”, criando estacas que eram fincadas na água, até encontrarem um apoio e maior estabilidade. A partir daí, o ponto de apoio das estacas era reforçado com pedras e terra. Após esse processo, eram colocados os travessões e fechada a área do barraco. O assoalho era feito de tábuas, assim como as paredes, que recebiam um telhado de folhas de zinco ou de telhas francesas.

O material, muitas vezes improvisado - como madeiras usadas, caixotes, tábuas e compensados, pedaços de móveis, chapas de zinco e lata -, era obtido em obras e demolições, e tinha que ser periodicamente trocado. Era geralmente de baixa qualidade, sendo comuns os desabamentos de barracos, principalmente em dias de tempestade

Os acessos às casas eram garantidos por meio de um labirinto de madeiras, agrupadas paralelamente, chamadas pelos moradores de pontes. Os que não dispunham desse acesso tinham sua circulação limitada aos períodos de maré baixa, ou o faziam em pequenos barcos. Os acidentes eram comuns, principalmente com crianças, que caíam na água e acabavam se afogando.

A construção do solo, outra etapa desse processo de ocupação, não tardou a surgir, e acompanhou o desenvolvimento da Maré ao longo dos anos. Aliás, esse é um dos aspectos mais peculiaridades da Maré, cujo território, além de conquistado, passou por um processo de verdadeira construção, através de aterros realizados pelos próprios moradores. Assim, de forma lenta e constante, os moradores começaram a desenvolver estratégias para produzir seu próprio chão a partir da possibilidade de aterrar o manguezal.

O trabalho na construção civil e no setor de serviços de muitos desses moradores, foi fundamental para que pudessem negociar, em troca de gratificações para os motoristas - ou mesmo adquirir por meio de divisão de despesas -, caminhões de aterro, entulho e até lixo.

Também eram utilizados materiais produzidos por empresas do entorno, como pó de carvão e serragem. O aterro da rua se dava de forma coletiva, entre vizinhos que formavam quadras e dividiam o trabalho e as despesas. Todo esse trabalho funcionava como preparação para o aterro das casas, que era realizado da seguinte forma:

O aterro da casa era um processo relativamente complexo pois requeria um certo conhecimento e maior desgaste físico dos moradores já que era realizado nas horas de folga e/ou nos finais de semana. [...] Este trabalho, penoso, consistia no fechamento, com madeira, dos quatro lados do alicerce da casa, como na construção de uma caixa, e por uma pequena abertura no assoalho despejava-se o material do aterro. As madeiras só eram tiradas quando o aterro alcançava o nível do aterro da rua. A sua realização, por etapas, implicava, na maioria das vezes, em trabalho perdido, pois o influxo de preamar e de baixa-mar destruía todo o investimento das famílias, seja em trabalho ou despesas com material (SILVA, 1983, p. 224-225).

2.7 – A UNIÃO FAZ A FORÇA

A conquista de outras necessidades básicas pelos moradores da Maré, dependia de sua maior organização, seja para desenvolver iniciativas de auto-urbanização, seja para enfrentar o fantasma da remoção. Ou ainda para obter do poder público as melhorias que lhes garantissem condições mínimas de vida.

Não havia qualquer infra-estrutura. A luz era coisa rara nas casas, inicialmente conseguida através dos “gatos” e depois, por meio das cabines onde havia um medidor da LIGHT, e era revendida às demais casas. Posteriormente, por medida do próprio governo, foram criadas as Comissões de Luz.

A água chegava através de pequenas bicas, puxadas clandestinamente dos ramais, onde se formavam grandes filas. Muitos apanhavam água do outro lado da Avenida Brasil que, pela distância, exigia meios criativos para o transporte de maior quantidade. Daí surgiram os “rola” (ou “rola-rola”): um barril de madeira, envolto em pneus ou com madeira

emborrachada, puxado por uma alça de ferro. Eram comuns os atropelamentos na “Variante” e, diante das dificuldades, muitos faziam um verdadeiro comércio com a água.

O esgoto, muito precário, foi feito pelos próprios moradores, e somente existia na área aterrada, sendo despejado por ligações clandestinas, nas galerias das ruas próximas ou diretamente na Baía de Guanabara.

De uma forma geral, foi a partir da luta pela água que ocorreram as primeiras articulações internas para a organização política dos moradores da Maré, através da constituição de comissões e associações. A primeira associação de moradores surgiu em 1954 no Morro do Timbau e, em 1957, foi criada a União de Defesa e Melhoramentos do Parque Proletário da Baixa do Sapateiro. As associações do Parque Maré, Rubens Vaz e Parque União se constituirão no início da década de 1960.

Do ponto de vista da municipalidade, alguns avanços podem explicar o movimento dos moradores de favelas em busca de organização e permanência. Por um lado, a favela começou a ser vista como uma questão política e social e não apenas como caso de polícia. Falou-se pela primeira vez em recuperar, urbanizar e não somente em extingui-la.

O prefeito do Distrito Federal, João Carlos Vital (24/04/1951 a 12/12/1952), criou em 1952, o Serviço de Recuperação de Favelas, retirando a questão da competência do Departamento de Segurança Pública para submetê-la à Secretaria de Saúde e Assistência, cujo primeiro chefe assumiu afirmando que “nós não destruiremos as favelas sem construirmos algo melhor que as substitua. A pior das favelas é melhor que nada. Trataremos de assegurar aos favelados uma habitação próxima do local de trabalho” (PARISSE apud LEEDS, 1978, p. 205).

No âmbito federal, as favelas, a partir de estudos realizados pela Comissão Nacional de Bem-Estar Social, vinculada ao Ministério do Trabalho, ganhou dimensão de problema

nacional, e se reforçou a visão de que deviam ser analisadas considerando-se os aspectos sociais, econômicos e legais.

O governo de Juscelino Kubistchek (31/01/1956 a 31/01/1961), de caráter desenvolvimentista, manteve a prática de Vargas de aproximação com as massas. Nesse sentido, deu caráter nacional à favela, ao reconhecer que tal fenômeno urbano ocorria em outras grandes capitais como São Paulo, Recife e Porto Alegre, além do Distrito Federal.

Dessa forma, sancionou a Lei 2.875/56, que autorizava a abertura de crédito para urbanização e melhorias das condições das favelas nessas capitais, e proibia por dois anos, no caso do Rio de Janeiro, o despejo contra moradores das favelas, protegendo-os dos exploradores que os extorquiam mediante tal ameaça. Além disso, tal lei assegurou a permanência em suas casas, dos moradores que não eram beneficiados por programas habitacionais do governo.

Juscelino, a partir de acordos firmados com dom Hélder Câmara, reforçou a atuação da Igreja Católica, através da Cruzada São Sebastião, concedendo a esta, por meio do Decreto nº 39.635 de 19/07/1956, publicado no Diário Oficial da União de 24/07/1956, o aforamento dos terrenos de marinha situados no litoral da Penha, e permitindo sua transferência para terceiros. Os recursos apurados com tais transferências poderiam ser utilizados para o saneamento da área, a construção de conjuntos residenciais, e o custeio de outras despesas necessárias “à urbanização e humanização das favelas do Rio de Janeiro”.

No terreno aforado, a Cruzada construiu o Mercado São Sebastião com o intuito de gerar renda para o desenvolvimento de seus projetos sociais, através da venda e locação dos espaços.

Nomeado por Kubistchek, o Prefeito do Distrito Federal, Francisco Negrão de Lima (22/03/1956 a 08/07/1958), criou o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), com o intuito de resgatar a questão da habitação como um todo,

deslocando a problematização apenas da favela. Em termos administrativos, a proposta era unificar vários órgãos que, atuando na mesma área, tinham em geral iniciativas estanques, sem comunicação e, portanto, improdutivas e marcadas pela descontinuidade. O SERFHA propunha ainda a maior participação dos moradores, através da criação de cooperativas de habitação, que visavam à formação de mão-de-obra e a produção de material de construção.

Apesar de tal proposta, o SERFHA foi totalmente atrelado à máquina eleitoral, o que acabou por impedir uma atuação mais efetiva e, num efeito contrário aos objetivos do órgão, permitiu a ampliação do controle de cabos eleitorais e políticos sobre as favelas, geralmente ligados ao PTB.

Tais agentes eram figuras fundamentais para o funcionamento da máquina eleitoral nas favelas. Eles trocavam seu apoio e os votos por favores e vantagens pessoais: pagamento em dinheiro, nomeação para cargos públicos, recebimento de apartamentos em conjuntos habitacionais ou terrenos para construção fora da favela. Também internamente, os cabos eleitorais acabavam acumulando muito poder, como nos conta Artur Rios:

[...] isso eu introduzi logo no antigo Serphau, um serviço eminentemente político, ligado à prefeitura do Distrito Federal. Nesse serviço penduravam-se vários políticos tradicionais, que enfeudavam as favelas, negociavam votos por serviços – prática vigente até hoje. Para garantir isso, havia uma estrutura nas favelas: o cabo eleitoral do político garantia o voto do favelado e era, ao mesmo tempo, um déspota dentro da comunidade. Havia coisas estranhíssimas, chamadas Parques Proletários – na Gávea havia um, vizinho da PUC, onde o cabo eleitoral decidia quem podia morar, além de manter um harém para uso particular (FREIRE; OLIVEIRA, 2002, p. 68).

Havia portanto, uma relação cômoda dos políticos em relação aos favelados, numa lógica do quanto pior, melhor. Diante da precariedade e dos anseios das localidades, eles surgiam com promessas, criando expectativas, na maioria das vezes não cumpridas. Assim, a bica d'água, o ponto de luz, o emprego, a vaga na escola, foram sistematicamente trocados por votos. Os políticos fizeram da favela uma máquina eleitoral que se alimentava da própria miséria e da ausência do poder público.

A proximidade com o poder, pela condição de Distrito Federal, foi decisiva tanto para esse tipo de uso político das favelas, quanto para o seu processo de organização. Se os moradores e lideranças, desde o governo de Vargas, tinham acesso ao próprio Presidente da República, quanto mais o tiveram aos senadores, deputados e outros políticos que circulavam pela cidade, interessados em seus votos.

De acordo com Vieira (1998), no caso da Maré, a partir da influência do Partido Comunista, destacou-se a atuação do advogado Antoine Magarinos Torres Filho, chamado “advogado dos pobres”. Ligado ao PCB e à União dos Trabalhadores Favelados, Magarinos contribuiu sobremaneira para a consolidação da localidade do Rubens Vaz, e para o surgimento do Parque União, no final da década de 1950.

Segundo Vaz (1994), ele chegou à região em 1958, com a missão de defender os moradores das investidas policiais contra o crescimento da ocupação. Magarinos ganhou popularidade e se tornou um líder local. O Parque Rubens Vaz foi chamado durante um período de Parque Magarinos Torres, em homenagem ao advogado, o que demonstra a influência que este exerceu sobre os moradores.

Em 1959, Magarinos organizou a ocupação do Parque União sobre os terrenos ao lado do canal da Portuária²⁸, cuja área havia sido aterrada por uma empresa particular que, por problemas financeiros, acabou repassando o terreno para a Caixa de Amortização, órgão federal, que correspondia na época ao Banco Central. Magarinos Torres e sua equipe demarcaram os lotes e abriram ruas, visando promover uma ocupação organizada e com boas condições urbanas.

Ainda de acordo com Vaz, os ocupantes pagavam uma taxa de três mil cruzeiros, que era utilizada para a realização de benfeitorias no loteamento e para o pagamento dos honorários de Magarinos. Ele agia como advogado e administrador, atuando contra as

²⁸ Canal de Ramos que divide as localidades de Rubens Vaz e Parque União.

tentativas de remoção; proibindo a construção de casas de jogos e prostituição; impedindo que “maus elementos” frequentassem o lugar; e cuidando para que os proprietários não tivessem mais do que um lote. A atuação de Magarinos se manteve até 1961, quando, por iniciativa dos moradores, foi fundada a associação de moradores do Parque União.

A fundação de associações de favelas se intensificou na década de 1960, período marcado pela mudança da Capital Federal para Brasília, e pela criação do estado da Guanabara.

O associativismo em favelas ganhou expressão a partir do trabalho de José Arthur Rios à frente da Coordenação de Serviços Sociais do Estado, que incorporou o SERFHA à sua estrutura, já no governo de Carlos Lacerda (05/12/1960 a 11/10/1965). De acordo com entrevista concedida a Américo e Motta (2002), Rios afirma que estimulou o protagonismo dos moradores de favelas, organizando associações e comissões, preparando lideranças que pudessem discutir e encaminhar suas próprias demandas, numa estratégia para esvaziar a ação dos políticos que tinham nas favelas seus currais eleitorais.

Sua posição em defesa das favelas teria contrariado os interesses do mercado imobiliário, e desagradado tanto aos políticos da UDN ligados a Lacerda, quanto aos oposicionistas do PTB, que mantinham bases eleitorais em tais localidades. Nesse contexto, em 1962, ocorreram a demissão de Arthur Rios, a extinção da SERFHA, a incorporação da Fundação Leão XIII pelo estado, e a criação da Companhia de Habitação do Estado da Guanabara (COHAB). Por fim, foi criada a Secretaria de Serviços Sociais, que ficou sob o comando de Sandra Cavalcanti. Esses acontecimentos mudaram a política habitacional do governo de Carlos Lacerda, e acabaram por influenciar o crescimento de várias localidades da Maré.

Dessa forma, inventada desde o início do século XX, a favela passou a ser reinventada pelo poder público numa nova perspectiva: ela deixou de ser tratada apenas como um mal a

ser combatido e extirpado, e passou a representar uma força para a política clientelista estabelecida no país e, em particular, no Distrito Federal.

A mudança da Capital Federal para Brasília e a criação do estado da Guanabara não modificaram a relação de barganha criada entre os políticos e as lideranças das favelas. No entanto, com o redirecionamento da política do governo Lacerda e a instauração da ditadura militar, esse quadro sofreu sensíveis alterações, e a favela voltou a ser alvo do “ímpeto civilizador” das elites e do poder público. Tal processo será analisado no capítulo seguinte deste trabalho.

CAPÍTULO 3 – DO CHP AO PROJETO RIO: O PROCESSO DE INVENÇÃO DA MARÉ

3.1 – SANTA CRUZ É LOGO ALI

Conforme foi visto no capítulo anterior, as primeiras localidades da região da Maré foram constituídas entre as décadas de 1940 e 1960. Apesar de estarem situadas na mesma região, cada localidade teve seu próprio desenvolvimento, sendo reconhecidas como favelas isoladas umas das outras. Essa situação começou a mudar a partir da construção do Centro de Habitação Provisória (CHP) na Maré, pois as localidades do seu entorno passaram a utilizar em benefício próprio a estrutura de fornecimento de água e energia elétrica ali instalada, o que favoreceu sua consolidação e a interação entre elas.

Apesar de ter contribuído para o crescimento das localidades da Maré, o projeto do CHP não foi criado com esse objetivo. Ao contrário, ele foi desenvolvido em um período marcado pelo renovado ímpeto de controle, erradicação e repressão às favelas. Mesmo tendo implementado algumas experiências de urbanização, como no caso da Vila da Penha, Vila Vintém e do Jacarezinho, o governo Lacerda priorizou a remoção de grandes favelas em áreas nobres da cidade, na linha dos interesses das elites e dos setores conservadores.

Mesmo que os terrenos, antes ocupados por favelas, não fossem oferecidos ao mercado imobiliário, tal ação interessava aos que promoviam a especulação, uma vez que havia a pronta valorização da região vizinha às favelas removidas. Grande repercussão alcançou o caso do morro do Pasmado, fato citado por Leeds:

Uma das duas primeiras favelas a serem removidas pela COHAB foi a do Morro do Pasmado, localizado numa área turística por excelência com vista para a Baía da Guanabara. Correu amplamente o rumor de que essa favela extraordinariamente visível foi removida para dar lugar a um Hotel Hilton, e, com efeito, o Relatório

Geral da COHAB lista, entre seus projetos, “Morro do Pasmado – construção do Hotel” (1978, p.220).

As remoções previam o reassentamento dos favelados em conjuntos habitacionais, geralmente distantes do centro da cidade, e construídos com recursos recebidos de agências do governo norte-americano, como foi o caso das Vilas Kennedy, Aliança e Esperança.

Tal política impôs aos moradores uma série de dificuldades, como distância dos locais de trabalho, precária estrutura de transporte, perda dos vínculos de vizinhança e desestruturação das famílias. O aumento de despesas das famílias removidas foi outro fator que contribuiu para a impopularidade de tais medidas.

Nesse processo de erradicação de favelas, os Centros de Habitação Provisória tiveram um papel fundamental. Na verdade, ao longo do desenvolvimento da política de Lacerda, esses centros foram desvirtuados de sua função original, para se tornarem verdadeiros depósitos de favelados removidos. O maior dos CHP foi construído justamente na Maré, e foi batizado com o nome de Nova Holanda.

O Projeto Nova Holanda, consistiu na realização de aterros de uma grande área da Marinha, na erradicação de palafitas, e na construção de casas de madeira, para abrigar provisoriamente os moradores de favelas de outras áreas da cidade em processo de remoção: Favela do Esqueleto, da Praia do Pinto, do Morro do Querosene e de Macedo Sobrinho.

Nos anos de 1962 e 1963 foi construído o primeiro setor do CHP, formado por 981 casas de madeira, construídas em lotes de 5 x 10 m. O segundo setor, construído no último ano de governo de Carlos Lacerda, era composto por 228 vagões de madeira, divididos em 39 unidades, de dois pavimentos cada um: no primeiro pavimento havia sala, cozinha e banheiro; e no segundo havia dois quartos.

Dessa forma, o governo Lacerda implantou na Maré um novo tipo de ocupação que, inicialmente em caráter provisório, se tornou definitiva e, como já foi dito, acabou por estimular o crescimento das localidades do entorno. Na verdade, Lacerda criou a favela

oficial, pois com o controle exercido pela Fundação Leão XIII, verificou-se, com o passar dos anos, o desgaste do material empregado na construção do CHP, uma vez que a reforma das casas era proibida, tornando-as cada vez mais precárias e semelhantes aos barracos comuns das favelas.

Rios, idealizador do projeto dos CHP, comentou o processo de implantação de Nova Holanda e sua transformação numa favela:

Eu sou o autor intelectual do Projeto Nova Holanda, ali naquele antigo pantanal na avenida Brasil – o Lacerda achava muita graça do nome: Nova Holanda. Ali havia umas palafitas, que mandamos destruir e construímos umas casas de madeira para servirem de moradia provisória para os favelados que tivessem que ser removidos por uma razão ou outra. Posteriormente, a ocupação passou a ser permanente, e a área voltou a ser uma favela (FREIRE; OLIVEIRA, 2002, p. 70).

O saldo do governo Lacerda revela o furor remocionista que marcou sua política para as favelas. A partir das informações de Leeds (1978), citando relatório da COHAB do período entre 1963 e 1965, foi possível compor o seguinte quadro:

| ANO | FAVELA | TIPO DE REMOÇÃO | Nº DE FAMÍLIAS ATINGIDAS | Nº ESTIMADO DE PESSOAS REMOVIDAS |
|------|--------------------------|-----------------|--------------------------|----------------------------------|
| 1961 | Vila da Penha | Parcial | 180 | 900 |
| 1961 | Bom Jesus | Total | 510 | 2.250 |
| 1961 | Álvaro Ramos | Total | 25 | 125 |
| 1961 | Ponta do Caju | Total | 30 | 150 |
| 1961 | CCPL | Total | 118 | 590 |
| 1961 | Timbó | Parcial | 104 | 520 |
| 1961 | Morro São Carlos | Parcial | 253 | 1.265 |
| 1961 | Avenida Brasil | Parcial | 15 | 75 |
| 1961 | Moreninha | Total | 35 | 175 |
| 1961 | Querosene | Parcial | 210 | 1.050 |
| 1961 | Morro dos Prazeres | Parcial | 10 | 50 |
| 1964 | Pasmado | Total | 911 | 4.555 |
| 1964 | Getúlio Vargas | Total | 113 | 565 |
| 1964 | Maria Angu | Total | 460 | 2.300 |
| 1964 | João Cândido | Total | 665 | 3.325 |
| 1964 | Maneta | Total | 41 | 205 |
| 1964 | Conjunto São José | Parcial | 20 | 100 |
| 1964 | Vila do Sase | Total | 11 | 55 |
| 1964 | Macedo Sobrinho | Parcial | 14 | 70 |
| 1964 | Del Castilho | Parcial | 9 | 45 |
| 1964 | Marquês de São Vicente | Parcial | 32 | 160 |
| 1964 | Ladeira dos Funcionários | Parcial | 8 | 40 |
| | Brás de Pina | Parcial | 366 | 1830 |

| | | | | |
|-----------|------------------|---------|-------------|--------------|
| | Turano | Parcial | 34 | 170 |
| | Rio Joana | Total | 23 | 115 |
| | Morro do Quietto | Parcial | 46 | 230 |
| | Praia do Pinto | Parcial | 20 | 100 |
| 1961/1964 | Esqueleto | Total | 2027 | 10.135 |
| | TOTAIS | | 6290 | 31150 |

Quadro 1 – Remoções durante o governo Lacerda

Na Maré, além da construção do CHP Nova Holanda, o governo Lacerda removeu os moradores da Favela de Maria Angu²⁹, transferidos para um conjunto de casas, construído também em formato de CHP, como parte das intervenções que previam a urbanização da Praia de Ramos.

Em Marcílio Dias, o governo Lacerda removeu as palafitas da Praia da Moreninha, e cedeu terrenos para a instalação de empresas e para a abertura de acesso aos moradores, através do prolongamento da Rua Lobo Júnior, na Avenida Brasil, como relata Sandra Cavalcanti:

Removemos também a favela da Maré e a do João Cândido. Uma ficava em palafitas e outra em terreno seco. Não tínhamos condição de discriminar. Para os moradores dessas duas favelas, a solução foi excelente. Eles já moravam na Avenida Brasil. A área liberada com a saída deles pertencia à União. Eram terrenos da marinha. Foi uma dificuldade conseguir que o governo federal os entregasse ao estado da Guanabara. Foi uma luta danada, mas acabamos conseguindo. Instalamos ali o Mercado São Sebastião, que deu emprego para aquela região toda, o que foi muito importante, uma fábrica de bolsas de couro, a Kelson's, e umas duas ou três empresas (FREIRE; OLIVEIRA, 2002, p. 83).

3.2 – A PALAVRA É REMOÇÃO!

Em 1964, com o golpe militar, o Marechal Castelo Branco assumiu o poder. A partir de articulações do governo Lacerda, o novo presidente criou, ainda em 1964, o Sistema Financeiro da Habitação e o Banco Nacional de Habitação (BNH).

A presidência do BNH foi entregue à Sandra Cavalcanti, que era a Secretária de Serviços Sociais do governo Lacerda. Tal instituição tornou-se uma peça fundamental na

²⁹ Praia localizada entre os bairros de Ramos e Olaria, onde se localizava o porto de Maria Angu. O local foi aterrado para dar lugar a equipamentos da Marinha.

engrenagem montada pelo novo governo, que tinha na questão da habitação o instrumento para impulsionar a economia, gerar empregos, e estimular a indústria e o mercado financeiro (LEEDS, 1978, p. 218).

Para os formuladores dessa política, estava aí a equação para resolver o déficit habitacional e o problema das favelas, ao mesmo tempo em que se movimentava a economia. Porém, a fórmula não era tão simples. Reajustes com base na correção monetária, aliados ao processo inflacionário e à falta de reajustes salariais, não foram considerados como possíveis fatores de desestabilização de tal política. Por outro lado, não se levou em conta a incapacidade de endividamento das famílias que recebiam baixos salários.

Nas eleições de 1965, o candidato de Lacerda, Flexa Ribeiro, foi derrotado pelo voto popular, assumindo o governo do estado da Guanabara, o candidato da oposição, Negrão de Lima (05/12/1965 a 15/03/1970).

No governo de Negrão de Lima, a Comissão Estadual de Energia - estabelecida ainda no governo de Carlos Lacerda para, dentre outras funções, cuidar do fornecimento de energia elétrica às favelas - ampliou sua atuação, através da implantação das comissões de luz. Criadas em 1964, tais comissões não obtiveram êxito àquela época, pois foram vistas com certa desconfiança pelas lideranças comunitárias, já que eram constituídas de forma autônoma, podendo ser usadas como instrumentos de controle e de intervenção política para enfraquecer as associações locais.

A exploração dos moradores de favela, quando se tratava do fornecimento de energia elétrica, era uma questão antiga, geralmente caracterizada por irregularidades. As estratégias para o fornecimento e obtenção de energia iam desde o furto por meio de ligações clandestinas, realizadas diretamente na rede elétrica - os “gatos” -, até a exploração por particulares - chamados de “cabineiros” -, que eram titulares de relógios da Light instalados

em uma cabine, de onde era fornecida a energia para os moradores, que pagavam ao cabineiro os valores que o mesmo estipulava.

O morador da favela sempre pagou mais caro pela energia elétrica, situação que não foi resolvida pelas comissões de luz. Sobre esse fornecimento incidiam, além da conta comum que era dividida entre os moradores, taxas de manutenção e cobranças por serviços, como a colocação de postes e transformadores, o que não era cobrado dos moradores de outras áreas da cidade.

Além disso, o controle de contas por meio de relatórios quinzenais, e o pagamento de taxas bancárias, oneravam essa forma de fornecimento de energia, criando uma lógica perversa: quem menos podia acabava pagando mais. Mesmo assim, a partir de 1965, as comissões foram criadas em todas as localidades da Maré, à exceção de Nova Holanda.

O governo de Negrão de Lima foi caracterizado ainda pela tentativa de controle sobre as associações de moradores, o que se expressou por meio de um ato administrativo, o Decreto nº 870, no qual o governo estabeleceu as condições para o reconhecimento e a representatividade de tais entidades, inclusive ditando princípios e objetivos que deveriam constar de seus estatutos. Esse foi um período em que as associações começaram a ser atreladas à máquina administrativa do Estado, no intuito de cooptar as lideranças e esvaziar o papel político e organizativo de tais entidades.

Assim, o governo transferiu para as associações funções de prestação de serviços, identificação de moradores e controle das moradias:

- Art. 2º. À associação devidamente autorizada e registrada compete:
- a) trabalhar pela comunidade no sentido de prestar assistência e benefícios de caráter coletivo, apresentando perante o Serviço Social Regional da Secretaria de Serviços Sociais o programa de ação;
 - b) manter cadastro completo dos moradores cujas fichas deverão ser feitas em 2 vias, uma das quais será enviada ao Serviço Social Regional da Secretaria de Serviços Sociais, para a devida anotação e respectiva inscrição;
 - c) solicitar ao Serviço Social Regional da Secretaria de Serviços Sociais, em caso de necessidade devidamente constatado, autorizações para reforma e conserto dos barracos;

d) não permitir a construção de novas moradias;
comunicar ao serviço Social Regional da Secretaria de Serviços Sociais as moradias desocupadas (ESTADO DA GUANABARA, 1967, p. 37).

Além disso, o decreto previa a intervenção nas associações, por meio de uma junta nomeada pelo Secretário de Serviços Sociais, da seguinte forma:

Art. 3º. O Secretário de Serviços Sociais nomeará uma junta para dirigir a Associação de Moradores com a finalidade de realizar novas eleições de diretoria:
a) quando não for depositada, no Banco do Estado da Guanabara, em conta aberta em nome da Associação representativa de cada favela, toda a arrecadação;
b) quando não for apresentado o balancete trimestral ao Serviço Social Regional da Secretaria de Serviços Sociais, relatando o movimento financeiro da associação;
c) quando não for cumprido qualquer dispositivo dos estatutos por parte da diretoria;
d) quando for apurado qualquer ato que desvirtue a finalidade da Associação de Moradores (loc. Cit.).

Por outro lado, foi um período bastante complexo, no qual o governo da Guanabara, um dos poucos de oposição no país, teve suas ações limitadas e enquadradas pela política nacional do regime de exceção imposto pelos militares. Foram criados órgãos federais superpostos aos órgãos do estado, numa verdadeira política intervencionista, fosse através da não liberação de verbas públicas para os órgãos estaduais desenvolverem suas ações, fosse pela nomeação de pessoas para esses órgãos que se reportavam às autoridades federais. Em muitos casos, o governo da Guanabara era um mero “colaborador” do governo federal.

Nesse quadro político, no ano de 1968, o governo do estado da Guanabara criou a Companhia de Desenvolvimento Comunitário (CODESCO). Através da atuação de jovens profissionais, arquitetos e sociólogos, dentre os quais Carlos Nélon Ferreira dos Santos, a CODESCO desenvolveu planos de urbanização para as favelas de Brás de Pina, Mata Machado e Morro União, em ações que previam regularização fundiária; infra-estrutura urbana, com pavimentação, calçamento, instalação de redes de água, esgoto e eletricidade; e autoconstrução de casas com acompanhamento profissional.

Em contraposição, nesse mesmo ano, o governo federal criou a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro (CHISAM). O aspecto político parece ter norteado a criação da CHISAM, uma vez que não era interessante para o governo federal o desenvolvimento de uma experiência como a proposta pela CODESCO. Por isso, justificou-se a criação de um órgão federal para atuar exclusivamente nos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, quando a favela já era um fenômeno nacional. A atuação da CHISAM era norteada pelo seguinte princípio: “os favelados são seres humanos integrados na comunidade, mas vistos por esta última como alienados por causa de sua habitação” (CHISAM apud LEEDS, 1978, p. 237).

A partir dessa visão ideológica, teve início uma nova fase de remoções das favelas, numa mesma linha de continuidade da política desenvolvida por Lacerda. Realizou-se uma verdadeira campanha contra as favelas, numa prática recorrente, recuperando discursos que as colocavam em contraposição à “cidade formal”, como lugares de desagregação social e manchas na paisagem urbana. Houve porém um outro aspecto: quanto ao favelado, era preciso reabilitá-lo, através de ações que os promovessem moral, social, sanitária e economicamente.

Nessa campanha, a CHISAM e a Fundação Leão XIII, utilizaram relatórios manipulados, que “superfaturavam” dados negativos sobre as favelas e omitiam seus aspectos positivos.

Dessa forma, estava em curso - sob o comando do governo federal e com a “cooperação” do governo da Guanabara - a maior onda de remoções já vista na cidade, que superou inclusive a do período Lacerda.

Nesse processo, foram removidas predominantemente favelas da Zona Sul da cidade, localizadas em áreas nobres e, portanto, de interesse para o mercado imobiliário. Um bom

exemplo disso, foi a remoção total da favela da Praia do Pinto, localizada entre o Leblon e a Lagoa. Esse fato foi narrado pela própria Sandra Cavalcanti, à época, já afastada do BNH:

Num caso, pelo menos, cometeram (os militares) uma ação terrível: tocaram fogo na favela da Praia do Pinto – está provado que tocaram fogo -, tiraram os moradores de lá, em plena madrugada, e depois entregaram toda a área para cinco cooperativas de militares, que construíram a Selva de Pedra (FREIRE; OLIVEIRA, 2002, p. 96).

Além da Praia do Pinto, foram removidas favelas como a Ilha das Dragas, o Morro da Babilônia, Catacumba, Parque Proletário da Gávea, e Macedo Sobrinho. Tais remoções contaram com a resistência dos moradores, e se efetivaram através de episódios marcados por atos de violência, incluindo incêndios criminosos, como narrado acima.

O governo de Negrão de Lima viu-se engolido pela política do governo federal. Enquanto a CODESCO levava adiante, com poucos recursos, algumas poucas experiências de urbanização, a CHISAM - como um braço do BNH e do Ministério do Interior, e “apoiada” por órgãos estaduais como a COHAB, a Fundação Leão XIII e a Secretaria de Assistência Social -, realizava mais remoções do que o governo Lacerda.

Os moradores removidos foram reassentados conforme suas possibilidades financeiras. Os que tinham condições de arcar com prestações, puderam optar por conjuntos como a Cidade de Deus, em Jacarepaguá; Cidade Alta, em Cordovil; e Guaporé, na Vila da Penha. Os mais pobres foram “provisoriamente” instalados nos péssimos albergues, ou nos chamados Centros Habitacionais de Bem-Estar Social, como Nova Holanda, já bastante precários.

A precariedade do conjunto Nova Holanda, se deveu, como já foi dito, ao controle exercido pela Fundação Leão XIII, que não realizava e não permitia que os moradores realizassem as reformas e melhorias nas casas e no arruamento. Tais condições se agravaram a partir das ações empreendidas pelos moradores das localidades do entorno que, sem os serviços básicos, realizavam “sangrias” na rede de abastecimento de água, e ligações

clandestinas na rede elétrica, situação que, com a chegada dos moradores de Macedo Sobrinho, em 1971, se tornou insustentável, com freqüentes quedas de luz, crônica falta de água e colapso na rede de esgotos.

3.3 - CHAGAS, UM PROJETO DE MARÉ

Em 1970, Antônio de Pádua Chagas Freitas (15/03/1970 a 15/03/1975) assumiu o governo do estado da Guanabara. Político tradicional, filiado ao MDB, estruturou a política local como uma rede clientelista, loteando o estado conforme interesses eleitorais, e cooptando votos em troca do uso da máquina pública. Proprietário do jornal popular *O Dia*, Chagas manteve uma relação amistosa com o governo dos militares, o que lhe rendeu uma série de investimentos no estado por meio da realização de grandes obras, como o Metrô, a Avenida Perimetral e a maior de todas, a Ponte Rio-Niterói, esta última, símbolo do processo de fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, fato que se concretizou em 1975.

Em relação às favelas, a ação do governo Chagas Freitas oscilou entre a realização de remoções - com a conseqüente transferência dos moradores para conjuntos habitacionais construídos pela COHAB -, e as investidas dos políticos, que atuando em suas áreas delimitadas, conforme o loteamento da máquina chaguista, trabalharam na linha de cooptação das lideranças comunitárias e no desenvolvimento de ações pontuais. Tais ações eram desenvolvidas por meio das administrações regionais, e consistiam em levar água, asfalto, coleta de lixo e esgotos a várias favelas, sempre numa perspectiva clientelista.

Na região da Maré, essa política se fez presente por meio da atuação de diversos políticos, muito mais interessados nos votos do que nas soluções para o problema dos favelados:

Os políticos voam como moscas sobre esse promissor reduto eleitoral. A população reclama que eles só aparecem para pedir votos, sumindo depois. Sandra Salim é nome comentado: - Vem por aqui, vez em quando e pergunta as coisas pra gente. Fica só nisso. Quem fala sem qualquer ilusão sobre os políticos e suas manhas é o presidente da Associação de Moradores da Maré, Manoelito da Silva, o Manolo: - Temos uma população eleitoral que, de acordo com a nova tabela, elege dois deputados federais, quatro estaduais e seis ou sete vereadores. Agora, de modo geral, político não se incomoda muito com isso aqui. Sandra Salim mesmo nunca mandou nem mesmo uma mensagem de Natal para a nossa favela. Pelo menos durante meu tempo de administração (via para três anos) eu nunca a vi por aqui, ela jamais procurou a Associação para saber de nossas necessidades. Os que aparecem aqui são o Marcelo Medeiros, Amanuel Cruz, Darcy Daniel de Deus, José Miguel, Ivo Filho, o Deputado Cidinho. - Cidinho (Santana Filho) foi o que mais visitou e apoiou a favela - assegura Manolo - O Gama Filho, o Aluisio Gama, o Rossini Lopes também aparecem por aqui. Agora, através de mensagens natalinas, cartões e essas coisas, a gente conhece o Edson Kahir, o Pedro Ferreira, o Adélio Santos. Sendo que esse corpo docente de políticos citados só recorrem à Maré e às favelas em geral nas eleições. Depois ninguém mais bota o pé os olhos nele. O Ivo Silva, que nós asseguramos a vitória dele, prometeu que nos dava água, esse é que é o nosso maior problema e depois de eleito ninguém aqui o viu mais (JORNAL DO BRASIL, 1978, p. 4-5).

O jornal *Luta Democrática*, que fazia ostensiva oposição a Chagas, em crítica lançada na época de seu segundo governo, denunciava o funcionamento da máquina chaguista:

A política do Governador Chagas Freitas, está sendo nos últimos tempos a mais criticada na história econômica do Estado do Rio de Janeiro. Crítica esta que envolve desde problemas administrativos que por sua vez atingem ao nível social da comunidade carioca. As secretarias de Estado, em completa inoperância abandonam os contribuintes, deixando de lado as comunidades proletárias, por exemplo.

Os moradores de favelas, acusam a política do governador de interesseira e corrupta, onde políticos do seu partido penetram na realidade carente, prometendo inúmeras benfeitorias, quando na verdade nada disto acontece “eles só sabem prometer e iludir a população porque nada fazem a não ser obrigar o favelado a votar nas eleições para garantir a mordomia da próxima gestão”.

As associações de moradores surgiram com a proposta de defender os interesses comunitários, ultimamente estão servindo de cabos eleitorais para promoção e arrecadação de votos do sistema político-partidário. No caso de Cachoeira Grande, morro do Lins de Vasconcelos, “onde falta água e a associação obriga aos moradores a pagar mensalmente a conta, tudo isto para não ficar em situação conflitantes com os poderosos da CEDAE” (LUTA DEMOCRÁTICA, 1981, p. 4).

Sob a alegação de melhoria dos acessos à Cidade Universitária, em 1973, Chagas removeu a favela da Praia de Inhaúma, conhecida como “Rala Coco”, tendo sido seus moradores transferidos, os que podiam pagar, para o conjunto da COHAB, à Rua Teixeira de Castro, em Bonsucesso. Os de menor renda, foram levados para o longínquo conjunto de Antares, em Santa Cruz. Tal remoção funcionou como um alerta para os moradores da Maré.

A terrível possibilidade de serem removidos para locais distantes se apresentava como algo factível, pois já em 1972, a CHISAM havia anunciado que promoveria a erradicação da Maré.

Mas, por outro lado, esse foi um período marcado pelas ações de auto-urbanização das localidades da região, o que refletia a consolidação de seu processo de ocupação. No Morro do Timbau, por exemplo, o loteamento realizado pelos militares, na parte superior da localidade, recebeu o nome de Praça dos Caetés. A associação de moradores empreendeu a construção de reservatórios de água e implantou um sistema de abastecimento para as casas.

Os aterros realizados pelos moradores se intensificaram por toda a Maré, chegando a quase um quilômetro mar adentro, reduzindo a área de palafitas. Caminhões com betoneiras, carregadas com concreto não utilizado nas obras do Metrô e da Ponte Rio-Niterói, foram adquiridos pelas associações ou por grupos de moradores, e utilizados para o recapeamento das ruas. No Timbau e no Parque União se intensificou a auto-construção de casas em alvenaria.

No ano de 1974, o governador Chagas Freitas apresentou um ambicioso projeto de intervenção na orla da Baía de Guanabara, o *Projeto de Ocupação Territorial*, no qual era proposta uma solução alternativa à Avenida Brasil, que já dava sinais de saturação. O referido projeto previa o aterro de todo o litoral ocupado por favelas e a instalação de indústrias e conjuntos habitacionais a partir das seguintes ações:

- a) Construção de habitações, no espaço entre a nova via e a Av. Brasil, para 100.000 pessoas, que seriam removidas da área favelada constituída de palafitas. No Parque da Maré e na Nova Holanda, seriam aproveitados 900 m² de ruas já abertas pelos favelados, para evita maior remoção inicial.
- b) Entre a ponte Oswaldo Cruz e a Av. Brigadeiro Trompowski, estava prevista a abertura de um canal de 150 metros de largura. A área entre esse canal e a nova via projetada seria aterrada e destinada à expansão das indústrias da região que, na época, somavam 84 unidades.
- c) A nova via projetada para desafogar o trânsito da Av. Brasil teria uma extensão de 6 km e, para evitar cruzamento, ela passaria por baixo da ponte Oswaldo Cruz, seguiria pelo litoral, entrando pelas favelas com uma largura de 40 metros, até atingir o canal de Ramos.
- d) Outra meta era a regularização dos aterros nas proximidades da Colônia de Pescadores existente na região e o plantio de vegetais adequados à contenção dos terrenos; construção de canais de concreto para os cursos d'água e construção de ancoradouros (VALLADARES, 1985, p. 59).

Apresentado ao BNH no final do mandato de Chagas Freitas, o referido projeto não mereceu por parte do governo federal a devida atenção, sendo retomado, sem sucesso, apenas em maio de 1979, no momento em que Chagas Freitas exercia seu segundo mandato (15/03/1979 a 15/03/1983).

3.4 – UM PROJETO POLÍTICO: O PROJETO RIO

Em junho de 1979, o Ministério do Interior, por meio do então Ministro Mário Andreazza, anunciou a realização de um projeto muito semelhante ao que Chagas Freitas apresentara: o Projeto Rio. Tal projeto se constituiu numa das primeiras propostas de ação do presidente João Batista Figueiredo, tendo sido bastante oportuno para um momento em que se desenhava a abertura política, e se anunciava o fim dos governos militares. No centro do projeto se vislumbrava o fortalecimento da ação social do governo Figueiredo, sua aproximação das camadas mais pobres, e uma eventual candidatura do Ministro Mário Andreazza, para as próximas eleições presidenciais.

Em 29 de agosto de 1979, foi aprovada a Lei da Anistia, proporcionando o retorno de várias lideranças políticas que estavam exiladas, dentre as quais Miguel Arraes e Leonel Brizola. Tal fato tornou ainda mais complexo o quadro político, principalmente pela possibilidade de tais lideranças chegarem ao poder. Além disso, trouxe à tona a necessidade de uma reforma política que considerasse a realização de eleições diretas. Nesse contexto, é possível entender o Projeto Rio como um projeto político, que visava a aproximação do governo Figueiredo das massas populares. Para isso, foi escolhida a mais miserável região de favelas do Rio de Janeiro, a Maré.

O Projeto Rio previa uma intervenção desde a Ponta do Caju, até os rios Sarapuí e Meriti, em Duque de Caxias, num trecho de 27 quilômetros. O projeto apresentava como

objetivos centrais a criação de espaços para abrigar populações de baixa renda, e o estabelecimento de condições para ambientação ecológica e paisagística do trecho mais poluído da Baía de Guanabara.

A execução do projeto coube ao Banco Nacional de Habitação, como órgão financiador, e ao Departamento Nacional de Obras e de Saneamento, incumbido de fazer os aterros e a macrodrenagem. À Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM)³⁰ coube o encargo das pesquisas de levantamento cadastral.

A fase inicial, denominada Prioritária, previa a remoção dos habitantes das favelas para conjuntos habitacionais, o que gerou grande reação dos moradores e da imprensa, não tendo sido por isso implementada, limitando-se à erradicação das áreas palafitadas.

Segundo levantamento inicial, um terço dos habitantes da área da Maré morava nas palafitas, sendo o conjunto formado por seis favelas: Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque da Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União. As principais áreas de palafitas se situavam nas localidades da Baixa do Sapateiro e do Parque da Maré, em geral com barracos de um único cômodo, sem condições mínimas de habitabilidade.

Para execução desse programa, o BNH criou o Programa de Erradicação da Sub-habitação (PROMORAR), que tinha como meta a construção de 9.531 unidades habitacionais para o assentamento dos moradores das palafitas.

O Projeto Rio ainda previa a regularização da propriedade dos terrenos - processo até hoje não concluído -, e a urbanização da área seca compreendida entre o Timbau e o Parque União, com o alinhamento das ruas, a instalação de redes de esgoto, e o abastecimento de água, além da ampliação das redes de energia elétrica, com o fim das comissões de luz.

³⁰ Fundação criada por decreto-lei estadual em 15/03/1975, de caráter privado, mas controlada pelo governo do estado, que teve como primeiro diretor, o arquiteto Jaime Lerner. Seu período de maior atuação foi após a fusão, quando geriu verbas destinadas ao aparelhamento do novo estado. Atuou no Projeto Rio procedendo ao levantamento cadastral e a elaboração de projetos de urbanização. Foi extinta no governo de Moreira Franco.

Prevvia ainda a construção de equipamentos comunitários como creches, escolas e postos para fornecimento e financiamento de material de construção abaixo do custo.

Foram realizadas obras de saneamento no trecho da Baía da Guanabara, que se estendia do Caju até a Praia de Ramos - considerado o mais poluído -, mediante a construção de um aterro de 2.300 há (1,5% do espelho da Baía de Guanabara), no qual seriam erguidos novos conjuntos de casas e equipamentos comunitários, além de uma via expressa, paralela à Avenida Brasil.

Por vezes surgiram desconfianças devido aos atrasos nas obras, ao não cumprimento dos cronogramas, e aos verdadeiros motivos políticos e econômicos que estavam por trás do projeto. Também era inquietante a constante ameaça de remoção e a possibilidade da oneração da renda das famílias com o pagamento de impostos e taxas, como expressou artigo do jornal *União da Maré*, fundado por moradores e lideranças da época do Projeto Rio:

Exatamente no dia 9 de junho de 1979 volto a frisar, a imprensa anunciou o Projeto Rio. Naquela data em diante eu nunca deixei de afirmar, que somente os moradores unidos evitarão nossa escravidão do BNH. A questão desse Projeto já está dando pra saturar as pessoas. Tem gente dizendo que “é melhor sair logo pois assim acaba esta indecisão”. Ora minha gente, é isto mesmo que eles querem. Através de um cansaço longo e planejado, fazerem os favelados concordarem com seus projetos. Buscam esgotar nossa paciência. Querem nos vencer pelo cansaço. Em dado momento, dizem que estamos numa democracia e a opinião do povo tem que ser respeitada. Em seguida, anuncia-se que uma parcela dos favelados será remanejada para poder se construir, na área desocupada, conjuntos habitacionais. Agora minha gente será que alguma parcela dos favelados pediu conjunto habitacional? Onde está o respeito à vontade dos trabalhadores? O que nós queremos é a legalização dos nossos lotes. Muitos moradores ficam pensando que vão ganhar apartamento. É preciso ficar claro que isto vai ser pago. Todo ano haverá aumento da prestação e a qualquer momento o governo pode majorar esta mensalidade. Existem ainda, as taxas de lixo, água, esgotos, incêndio, imposto predial, condomínio, sem falar na luz. Falando de encargos financeiros, os jornais publicaram em 31/10/80, alguns resultados do cadastramento. Afirma-se que nas seis favelas residem 16.076 famílias num total de 68.926 habitantes. Nós esperamos confrontar estes dados. O mais importante da pesquisa são as conclusões de ordem econômica. De início 16% das famílias não tem nenhuma renda; 40% ganham menos que um salário mínimo e outros 40% ganham entre um e dois mínimos. Agora é o momento de perguntarmos se este povo tem condições de arcar com as novas despesas do BNH. Nos próximos números deste jornal, iremos aprofundar este assunto (1980, p. 3).

O jornal *União da Maré* se destacou como importante instrumento das lideranças locais, que promoviam a organização e a mobilização dos moradores em torno de questões importantes, como o Projeto Rio. Seu primeiro número, lançado em janeiro de 1980, deixava claro o objetivo do grupo que o editava: trabalhar com a idéia de uma área global, formada por diversas localidades, unidas não apenas pela geografia, mas principalmente pelas questões políticas que faziam parte de uma agenda comum. Dessa forma, o jornal seguiu a linha de construção de um lócus mais amplo, a Maré, o que fica claro na citação a seguir, e na frase que resume a sua proposta: “um jornal pra lançar uma mensagem tem que dizer a verdade, vontade de todos em uma só ramagem”.

O que é o jornal da Maré? – É um jornal do Povo. – É a união do: PARQUE UNIÃO – RUBENS VAZ – NOVA HOLANDA – MARÉ – TIMBAU – BAIXA DO SAPATEIRO. OBJETIVOS: Despertar a consciência dos moradores para defender os interesses da comunidade. Unir os moradores para que juntos possam resolver os problemas que atingem *nosso bairro* e a nossa vida de trabalhadores. Ser veículo de união dos moradores. Procurar saber em como conduzir os problemas na comunidade, para que os moradores tomem iniciativas em conjunto e não isolados ou dependendo apenas de terceiros. Atingir a todas as comunidades vizinhas. A idéia surgiu nos primeiros dias do mês de novembro de 1979, através de um grupo de moradores empenhados em contribuir com o desenvolvimento cultural e administrativo da comunidade, não só do Parque União, como também das demais comunidades vizinhas (1980, p. 1, grifo nosso).

Ao longo de cerca de quatro anos (1980-1983), o *União da Maré* foi o primeiro instrumento de comunicação dos moradores a trabalhar a concepção de um bairro a partir das localidades da área da Maré. Dessa forma, o jornal utilizava como símbolo o desenho de uma flor, onde cada pétala representava uma localidade: Parque União, Baixa, Timbau, Parque Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz e Roquete Pinto.

Curiosamente, apesar da distância geográfica, na edição de novembro de 1981, foi anunciada a entrada da localidade de Marcílio Dias, fechando o quadro da área de circulação do jornal e que, futuramente, seria referência para a constituição do bairro da Maré.

Marcílio Dias foi incluída, a partir da luta que travava com o Estaleiro Engenharia & Máquinas S.A., mais conhecido como EMAQ, para preservar sua saída para o mar:

A comunidade de Marcílio Dias, que começa a escrever no próximo número deste jornal, está localizada atrás da Kelson's. A maioria dos seus moradores são pescadores. Houve tempos em que o pessoal pescava de dentro de casa. Atualmente a comunidade está dentro de um buraco. O estaleiro Emaq adquiriu uma grande área que pega toda a estenção da favela e vai até o mar. Esta área foi aterrada a uma altura tal, que ficou na altura das cumieiras das casas. Isto faz lembrar o “Gueto de Varsóvia”, quando Hitler mandou cortar o esgoto e a água para perseguir os judeus. Este aterro é para ser vendido a indústrias. Já possui rede de esgoto e água. Acontece que a Emaq quis continuar o aterro. Os moradores se uniram e conseguiram uma liminar do Juiz. Em represália a Emaq colocou policiais armados e uma grossa corrente fechando o acesso a caminhões de aterro que os moradores conseguiam para aterrar seus barracos. Com o aterro da Emaq o esgoto da comunidade ficou prejudicado, sem caimento. A água é extremamente precária e até hoje esperam as promessas da Cedae. Tudo indica que o aterro da Emaq faz parte de um plano muito bem montado para liquidar com a comunidade. Ai está o desafio que os moradores têm pela frente, e que certamente contarão com a solidariedade de todos nós [...] (UNIÃO DA MARÉ, 1981, p. 6).

Dessa forma, a atuação das lideranças locais e, em particular das associações, foi muito importante para a defesa dos interesses dos moradores. Num primeiro momento, coube às associações a tarefa de exercer pressões, para que as promessas apresentadas no Projeto Rio fossem cumpridas, e para que não se consumasse a idéia de remoção para conjuntos localizados em outras áreas da cidade. Nesse sentido, criaram em 09/06/1979, a Comissão de Defesa das Favelas da Maré (CODEFAM), integrada pelos presidentes das associações do Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Parque Rubens Vaz e Parque União, da qual o primeiro presidente foi Manoelino da Silva, o Manolo³¹.

Se num primeiro momento, a CODEFAM mostrou-se combativa, após o desenvolvimento do Projeto Rio, com a cooptação de algumas lideranças, surgiram problemas internos que levaram à extinção do movimento em menos de um ano de existência:

³¹ Manoelino da Silva, presidente da Associação de Moradores do Parque Maré no final da década de 1970, exerceu importante papel de liderança na época de implantação do Projeto Rio, tendo sido o principal articulador da criação da CODEFAM. Acabou afastando-se do movimento comunitário devido a seu envolvimento em denúncias de irregularidades na distribuição de apartamentos do Projeto Rio, vindo a falecer alguns anos mais tarde.

Esta é a verdadeira situação do presidente da Codefam. Um homem que ajudou a fundar e foi a principal peça da Codefam, se encontra solitário e até mesmo sem esperanças. A Codefam vai completar em 09 de junho, um ano de existência. Tão pouco tempo para tão pouca vida. Diz o Manolo: “A união e a firmeza dos presidentes da Maré foi uma decepção. No aniversário da Codefam, os compatriotas me abandonaram. Luto sozinho enquanto a diretoria não participa das reuniões aos moradores do que está ocorrendo. Não sou vereador, nem alguém importante, mas um simples favelado. Que todos os moradores abram os olhos. Se ficar o bicho come, se correr... para onde? Antares? Lá estão construindo casas. Para quem? Sabemos que é para favelados. Qual favela? Por que a Codefam está assim abandonada? De quem é o erro? Dos presidentes? Dos moradores? Quem vai ficar contente com a morte da Codefam? Pergunte ao presidente de sua associação: COMO VAI A CODEFAM? (...) Qual o programa da Codefam? POSSE DA TERRA – URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS SEMI-URBANIZADAS – LOTES URBANIZADOS NA ÁREA DAS PALAFITAS A SER ATERRADA – ESCOLAS COOPERATIVAS. “Pessoal vamos esquecer a cachaça e o futebol, vamos nos unir. “VIVA A CODEFAM! A CODEFAM É A NOSSA BANDEIRA!” (UNIÃO DA MARÉ, 1980, p. 3).

Apesar da curta existência e dos problemas que levaram a sua desarticulação, a CODEFAM representou a primeira experiência de união das localidades da Maré em torno de questões que lhes eram comuns: a luta contra a remoção e a cobrança da concretização do Projeto Rio.

As obras do projeto concentraram-se na região da Maré, tendo sido realizados os aterros na antiga Enseada de Manguinhos, que acabaram com a Ilha do Pinheiro e com a Praia de Inhaúma. Na área anteriormente ocupada pelo Aeroclube de Manguinhos, foram construídas 1.400 casas do tipo embrião, para a consecução da primeira etapa do projeto, que previa a remoção das palafitas da Baixa do Sapateiro e do Parque da Maré. O terreno que pertencia ao Ministério da Aeronáutica foi adquirido pelo BNH, e nele se construiu uma quadra experimental de 193 casas de 16 tipos diferentes, nas quais os moradores das palafitas escolhiam as cores e o formato de suas futuras moradias.

Os primeiros barracos construídos sobre palafitas foram derrubados, e seus moradores, transferidos para o novo conjunto, que se caracterizava por casas multicoloridas. Esse conjunto foi oficialmente batizado como “Vila do João”, em homenagem ao então Presidente da República, João Batista Figueiredo, que o inaugurou em 09 de agosto de 1982, em plena campanha para o governo do estado. Naquele momento, a inauguração do conjunto se

converteu num verdadeiro comício em apoio ao candidato do governo, Wellington Moreira Franco.

A Vila do João possuía uma creche, inaugurada por D. Dulce Figueiredo; um Centro de Treinamento Profissional da Ação Comunitária do Brasil, antiga parceira do governo militar em projetos anteriormente realizados no Morro do Timbau; e um posto de saúde mantido em convênio com a UFRJ.

A população, com uma dose de sarcasmo, logo apelidou a Vila do João de “Malvinas”, relacionando os constantes tiroteios que ali ocorriam com a guerra travada entre Argentina e Inglaterra. “Inferno Colorido” foi outro apelido que a localidade recebeu, numa crítica às construções, muito coloridas e quentes, calor ainda mais acentuado pelas telhas de amianto usadas nas casas, e pela falta de arborização do lugar.

Com vistas às eleições de novembro daquele ano de 1982, se iniciou a ocupação do Conjunto Esperança, construído pela CEHAB ao lado da Vila do João. O conjunto de 1.400 apartamentos foi construído para ser ocupado em primeiro lugar, por moradores das áreas de palafitas, e, em segundo, por moradores da área da Maré em geral, num processo que previa a habilitação de candidatos por meio de inscrição e comprovação do atendimento aos pré-requisitos. A ocupação dos apartamentos foi logo alvo de uma série de denúncias de corrupção e cobrança de propina, que envolviam funcionários da CEHAB, políticos ligados ao governador Chagas Freitas e aos presidentes das associações de moradores.

Tais denúncias, fartamente veiculadas pelos jornais da época, motivaram a invasão de cerca de 240 apartamentos ainda desocupados e colocaram as associações de moradores da área da Maré em total descrédito. Alguns de seus presidentes chegaram a ser presos, sob acusação de cobrança de valores extorsivos para entrega de chaves. Por outro lado, as barganhas políticas feitas por candidatos ligados ao governo estadual e à máquina chaguista,

agravaram a situação, com denúncias de favorecimento e distribuição de unidades a pessoas ligadas a tais políticos.

Em novembro daquele ano ocorreram as eleições para o governo do estado. Numa vitória surpreendente, Brizola - que nas primeiras pesquisas de opinião aparecia com 5% das intenções de voto - foi eleito governador com uma votação maciça na região do Grande Rio, contra a máquina chaguista, o governo militar, e as supostas tentativas de fraude que, segundo o próprio Brizola, envolviam a *Rede Globo*, e visavam favorecer o então candidato do governo federal, Moreira Franco³². Sobre a vitória de Brizola, assim escreve Sarmento:

O último caudilho petebista, que havia galvanizado o eleitorado da Guanabara em 1962 e ressurgido 20 anos depois no comando de uma memorável e vitoriosa campanha que o conduziria ao Palácio Guanabara, fora extremamente eficaz ao se apresentar como o anti-Chagas em 1982. Sobre Brizola incidiriam as esperanças do cumprimento de uma promessa que mobilizava profundamente os eleitores do Rio de Janeiro: a de reconduzir a antiga capital para o centro da política brasileira. Apresentando-se como sendo o único elemento com real legitimidade para cumprir o receituário radical que Chagas não seguira, Brizola assumiu o compromisso com a moralização administrativa e, principalmente, com o engajamento em um projeto de contornos nacionais. Suas duas passagens pelo governo fluminense evidenciariam os limites dessas propostas (2004, P. 111)

Em 14 de dezembro de 1983, o BNH iniciou o processo de remoção de cerca de 15 mil pessoas das palafitas para o chamado Setor Pinheiro, onde foram construídas 2.300 casas, na sua maioria geminadas, com sala, quarto, cozinha e banheiro. As casas mediam 30 metros quadrados, tendo sido construídas de forma semelhante às da Vila do João. Dessa forma, houve a erradicação de todas as palafitas da área consolidada da Maré³³.

No Setor Pinheiro, foram ainda construídos 1.380 apartamentos destinados às famílias que moravam em áreas da Maré onde não havia palafitas. Tais apartamentos destinavam-se

³² A tentativa de fraude envolvia a empresa de nome Proconsult-Racimec e Associados Ltda., contratada pelo Tribunal Regional Eleitoral para realizar a totalização dos resultados das eleições de 15 de novembro de 1982. Devido à demora na apuração e a desconfiança de que tal empresa seria de propriedade de antigos oficiais de informação do Exército, o então candidato Leonel Brizola denunciou, com base em incorreções apontadas nos primeiros boletins divulgados, um plano de fraude com o objetivo de favorecer o candidato do governo federal, na época, Moreira Franco.

³³ Entende-se por área consolidada a conurbação de favelas formada pelo Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União.

às famílias de renda mais alta, e desejava-se com a sua venda promover a auto-sustentação do Projeto Rio, o que nunca chegou a ocorrer por falta de continuidade do projeto. A localidade foi batizada de Conjunto Pinheiro, tendo sido definitivamente ocupada em 1989.

Esse foi um momento marcado por novas denúncias contra as lideranças comunitárias e agentes do BNH, principalmente quanto à cooptação dessas lideranças em troca de apartamentos e empregos. Mais uma vez, ocorreu o uso eleitoral das associações:

Houve um momento nas discussões do Projeto Rio, em que o curso das negociações tomou um caminho diferente da lógica estabelecida pelo próprio movimento. As diretorias das associações não ouviram mais as opiniões dos moradores. Passaram a decidir sozinhas, junto aos órgãos do governo, aquilo que lhes parecia justo, mas o que mais satisfizesse aos seus interesses particulares e de seus apaniguados. Hoje estamos despresados por essas diretorias, que se recusam a tomar qualquer iniciativa diante dos problemas mais comuns, debitando as responsabilidades ao BNH. Ao mesmo tempo se arvoram em demonstrar seus prestígios junto aos órgãos e funcionários dos governos federal e estadual. Tentam aparecer como vedete nas festas e inaugurações administrativas. Transformam, aos poucos, as sedes das associações “em currais eleitorais” dos maiores oportunistas e exploradores dos favelados. Trapaceiros habituados a enganar os favelados com um caminhão de asfalto aqui, três canos de água ali, meia dúzia de camisas acolá, limpeza de uma vala mais adiante e com pequenas obras apressadas e mal feitas. Quando se aproxima a época das eleições esta safadeza se torna ainda maior, pois precisam dos nossos votos para se elegerem. Quando passa o pleito, as valas entopem, a água enfraquece, a camisa rasga, o asfalto se arrebenta e nós continuamos no sufoco. (...) Esta aí o exemplo dos conjuntos do Projeto-Rio. Os próprios responsáveis do Governo estão criando a balburdia. Dividiram os apartamentos entre os Presidentes das Associações para serem entregues aos seus apadrinhados. A Imprensa acaba de denunciar à opinião pública as trapças dos Presidentes das Associações da Área da Maré. Irresponsáveis e corruptos que jamais deveriam estar nos representando. É urgente uma atitude, da nossa parte, antes que eles venham a praticar outras irregularidades contra os interesses da coletividade favelada (UNIÃO DA MARÉ, 1982, p. 6).

Com vistas à eleição de 1985, a obra do Projeto Rio foi saudada pela imprensa e por informes especiais pagos pelo governo:

Pela grandeza da iniciativa, o lançamento do Projeto Rio, no início do Governo Figueiredo, foi recebido com algum ceticismo pela parcela mais abastada da população carioca. Também foi recebido com apreensão pelos próprios favelados, que temiam ser pura e simplesmente expulsos das precárias palafitas onde vinham ao menos conseguindo sobreviver. Hoje, concluída sua etapa prioritária, já não se tem dúvidas quanto ao fato de que este foi um dos empreendimentos mais marcantes do programa habitacional brasileiro em toda a sua história. Um retumbante sucesso, como reconhecem até adversários do atual Governo. Afinal, o trabalho do Promorar na área já permitiu a distribuição de 5 mil 574 títulos de propriedade do solo a

moradores do trecho entre as favelas do Timbau e do Parque União, além das mil que o Ministro Mário Andreazza entregou ontem a moradores do Parque União, da favela Rubens Vaz e da Baixa do Sapateiro. E, à medida que a situação dos terrenos for sendo legalizada, muitos mais serão gradativamente distribuídos pelo BNH. Além disso, 1 mil 700 famílias, anteriormente residindo em palafitas e outras habitações precárias contam hoje com novas casas nos 3 mil 359 hectares do Projeto, entre o Caju e o município de Caxias (JORNAL DO BRASIL, 1984, p. 21).

Porém, a escolha de Paulo Maluf como candidato do PDS para disputar a presidência da República no Colégio Eleitoral, pôs por terra os planos de Andreazza de ser candidato a presidente, e do ponto de vista político, decretou o fim do Projeto Rio.

Dessa forma, mesmo não tendo sido realizada a prometida urbanização da área consolidada, e com somente 4.889 títulos efetivamente entregues - quando a previsão inicial era de 12.000 -, foi preparado um relatório do Ministério do Interior, em 1985, dando por concluídas as obras do projeto. Esse fato demonstrou que muito deixou de ser feito, se consideradas as metas iniciais, como é possível perceber no quadro abaixo:

| | PREVISTAS | | REALIZADAS | |
|---|---------------------|-------------------------|--|-------------------------|
| Aterro | 256 há | | 256 ha | |
| Habitações construídas | 9.531 | | 5.186 | |
| Títulos de Propriedade | 12.000 | | 4.889 | |
| METAS PARA AS FAMÍLIAS REMOVIDAS | Vila do João | Vila do Pinheiro | Vila do João | Vila do Pinheiro |
| Urbanização | | | 100% | 100% |
| Creches | 2 | 2 | 1 | - |
| Escolas de 1º e 2º graus | 2 | 2 | 1 | - |
| Postos de Saúde | 2 | 2 | (1º grau) 1 (instalação provisória) | - |
| Posto Policial | 1 | 1 | 1 | - |
| Escolas Profissionalizantes | | | 1 (atendimento precário) | - |
| Quadras de esportes e áreas de lazer | | | 1 (abandonada) | - |
| METAS PARA A ÁREA CONSOLIDADA | | | | |
| Rede de água | | | Não realizada | |
| Rede de esgoto | | | Não realizada | |
| Eletrificação | | | Realizada | |
| Equipamentos comunitários | | | Não realizada | |
| Escolas de 1º e 2º grau | | | Não realizada | |

| | |
|-----------------------------|---------------|
| Escolas profissionalizantes | Não realizada |
| Posto de Saúde | Não realizada |
| Posto Policial | Não realizada |
| Áreas verdes e de lazer | Não realizada |

Quadro 2 – Projeto Rio: metas previstas e realizadas
Fonte: Valladares, 1984

Diante do relatório do Ministério do Interior que dava por concluídas as obras do Projeto, as associações de moradores da Maré voltaram a se reunir, para juntas denunciarem tal situação e exigir a efetiva realização das obras. Dessa forma, surgiu um verdadeiro movimento no sentido de exigir a conclusão das obras de urbanização da área consolidada.

O governo do estado, sob o comando de Leonel Brizola, assumiu as obras de conclusão do Projeto Rio. Através da Secretaria de Obras e Meio Ambiente, o governo realizou uma série de reuniões com a presença de técnicos do BNH, de representantes das associações e da empresa responsável pela primeira fase das obras, a Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (STE). Tendo em vista o desenvolvimento por parte do governo do estado, de um programa de abastecimento para as favelas, o Programa de Favelas da CEDAE (PROFACE), as obras passaram a ser geridas pela própria CEDAE.

Foi acertado com as lideranças locais, que as obras seriam iniciadas simultaneamente nas seis localidades, sendo divididas em duas etapas: a primeira para implantação do sistema de drenagem e, a segunda, para a pavimentação e a implantação das redes de esgoto e abastecimento de água.

A idéia de integração acabou por nortear as obras que se realizavam. A proposta de superar todos os obstáculos naturais, como canais e áreas sem comunicação, de forma a criar um espaço contínuo, prevaleceu. Foram construídas pontes, e as localidades foram integradas por prolongamento das ruas já existentes e pela criação de novas vias:

O projeto de urbanização visa à integração de todas as comunidades existentes na área (Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau). Para esta integração foi preciso encarar as travessias de canais e com isto, os projetos de pontes. Sobre o Canal de Ramos está a principal ponte do projeto de urbanização, pois liga o Parque União às outras

favelas através da Rua Principal. Sobre o Canal de São Jorge não foi necessária a execução de ponte, porque houve um prolongamento da galeria retangular. As favelas, exceto Parque União, tinham como principal acesso a Rua Teixeira Ribeiro de modo que foi necessário descongestionar esta rua. Para isto houve prolongamento da Rua Evanildo Alves e a criação da Av. Limite. Assim conseguiu-se a ligação entre as comunidades e acesso a elas a partir da Av. Brasil, Av. Bento Ribeiro Dantas e Av. Brigadeiro Trompowsky (STE, 1989, p. 11-12)

Além do PROFACE, o governo Brizola desenvolveu uma série de programas voltados para a população mais pobre, especialmente para os moradores de favelas. Para regularização fundiária foi criado o programa “Cada família um lote”. No campo da educação, considerada em seu governo prioritária, coube a Darcy Ribeiro a missão de elaborar um programa especial, que se concretizou através dos Centros Integrados de Educação Popular (CIEP), também conhecidos como “Brizolões”.

Para sua implantação privilegiavam-se as áreas de favela, o que estimulou as lideranças da Maré a iniciarem um movimento pela construção dessas unidades nos terrenos deixados pelo BNH. Havia ainda o receio de que tais áreas fossem oferecidas ao mercado imobiliário para instalação de indústrias, como inicialmente previsto pelo Projeto Rio, sem que lhes fosse dado uso social.

O movimento foi bem recebido pelo governo do estado, que assim pôde marcar sua presença na área da Maré, iniciando a construção de seis unidades. Porém, com a vitória de Wellington Moreira Franco sobre Darcy Ribeiro para o governo do estado, houve o abandono do programa dos CIEP.

Tal fato exigiu uma nova mobilização das associações no sentido de obterem a conclusão dos CIEP da Maré e a continuidade das obras de urbanização que estavam sendo coordenadas pela CEDAE. Como resposta à pressão exercida pelas lideranças locais, e movido por interesses políticos na região, o governo Moreira Franco se comprometeu com a conclusão das obras de urbanização da área consolidada, e a construção de novas unidades habitacionais, se colocando como mais um herdeiro do espólio deixado pelo Projeto Rio.

A partir do que foi exposto neste capítulo, é possível concluir que o governo federal, ao lançar o Projeto Rio, visava construir a imagem de um governo popular, comprometido com a população mais pobre. No entanto, essa estratégia não surtiu o efeito desejado, conforme demonstrou o resultado da eleição de 1982 para o estado do Rio de Janeiro, onde o candidato do governo foi derrotado por Brizola, que obteve o apoio maciço da população favelada.

Tal derrota ocasionou a redução dos investimentos do governo federal no estado, além de ter comprometido a continuidade da segunda fase das obras do Projeto Rio. Mesmo assim, essa grande intervenção do poder público na Maré, marcou significativamente o processo de integração das localidades da região, processo que teve início com a implantação do CHP Nova Holanda.

Conforme demonstrado, pressionado pelo movimento das associações de moradores locais, e visando fortalecer sua base eleitoral, o governo do estado - tanto na gestão de Brizola quanto durante a administração de Moreira Franco -, assumiu a continuidade das obras do Projeto Rio, realizando diversas mudanças no espaço geográfico, o que viabilizou a conclusão do processo de integração da Maré que, conforme foi visto, era um desejo antigo das lideranças locais: “um jornal pra lançar uma mensagem tem que dizer a verdade, vontade de todos em uma só ramagem” (UNIÃO DA MARÉ, 1980).

CAPÍTULO 4 – A INVENÇÃO DO BAIRRO DA MARÉ: DOS PROJETOS DE LEI À VIVÊNCIA DOS MORADORES

4.1 – UM “NOVO” LUGAR MERECE UM “NOVO” NOME ...

Apesar da institucionalização do bairro da Maré ter ocorrido em 1994, várias foram as iniciativas nesse sentido desde o início da década de 1980. Mesmo antes, em 1977, tramitou na Câmara Municipal, o Projeto de Lei nº 61, convertido posteriormente na Lei nº 80, de 03/01/1979, que autorizava o Poder Executivo a reconhecer como logradouros públicos todas as ruas, travessas e praças do Parque União, como parte do bairro de Bonsucesso.

Tal iniciativa representou a ação política da Câmara Municipal, através do vereador Romualdo Carrasco, no sentido de demonstrar para os principais interessados - população e lideranças locais - que algo estava sendo feito para promover a integração do lugar ao tecido urbano, já que sequer, as ruas e praças do Parque União constavam nos guias de ruas e nos mapas da cidade.

A proposta de lei revelava uma estratégia das lideranças locais: forçar o reconhecimento oficial da favela, visando sua integração efetiva à cidade “formal”. Mas, por outro lado, também representava a ação de um político que, para se aproximar de tais lideranças, soube explorar bem as demandas da localidade.

É importante ressaltar que tais demandas não decorriam do desejo de transformar o Parque União em bairro e, muito menos, em bairro da Maré. Na verdade, a população e as lideranças queriam que a localidade, através de seus logradouros, fosse reconhecida oficialmente como pertencente a um bairro, no caso, Bonsucesso.

No decorrer da década de 1980, outros políticos que buscavam estreitar sua relação com a população e as lideranças locais, encaminharam ao plenário da Câmara, vários projetos de lei, na perspectiva de promover a integração da favela à cidade. No entanto, esses projetos

passaram a propor a criação de um novo bairro que, a princípio, abrangeria algumas localidades da região.

O momento em que surgiram os primeiros projetos que propunham a transformação da Maré em bairro, coincide com um período de profundas mudanças na conjuntura do país, conforme visto no capítulo anterior deste trabalho. A nível nacional, ocorria a abertura política e o fim dos governos militares; a nível estadual, o ocaso do populismo chaguista e a acepção do brizolismo; e, no cenário local, o fortalecimento das lideranças e a concretização das ações previstas no Projeto-Rio: erradicação das palafitas; realização dos grandes aterros; consolidação das áreas das antigas favelas com as primeiras titulações; e a construção dos conjuntos habitacionais Vila do João, Vila do Pinheiro e Conjunto Esperança.

Os projetos de lei apresentados pelo vereador Rivadávia Maya em 1983 – Projetos de Lei nº 70 e 71/83 -, propunham a transformação em bairro das localidades específicas da Baixa do Sapateiro e do Parque da Maré, não tendo ainda a pretensão de criar um bairro que abrangesse toda a região:

PROJETO DE LEI Nº 71/83

Altera o Decreto nº 3.158 de 23/07/81³⁴, denominando e codificando como BAIRRO A FAVELA DA MARÉ e dá outras providências.

AUTOR: Vereador RIVADÁVIA MAYA

DESPACHO: A imprimir e às Comissões de Justiça e Redação, Urbanismo, Obras de Serv. Municipais; Educação, Cultura, Turismo e Prot. Meio Ambiente. Em 12/4/83 – MAURÍCIO AZÊDO – PRESIDENTE.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro,

RESOLVE:

Art. 1º - O Poder Executivo se encarregará de proceder a alteração no Decreto nº 3.158 de 23 de julho de 1981, nele inserindo e reconhecendo como Bairro, a Favela da Maré.

Parágrafo Único: Caberá ao Poder Executivo determinar a delimitação, codificação e a nova denominação do bairro que menciona este artigo.

Art. 2º - A Favela da Maré, reconhecida como “Bairro”, será relacionada no Anexo I, como Área Especial de Planejamento (AEP).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de abril de 1983

RIVADÁVIA MAYA

Vereador

(DCM DE 15/04/1983, PÁGINA 33)

³⁴ Decreto municipal que relacionava os bairros da cidade e atribuía um código para fins de uso cadastral.

Esse projeto trabalhava com a noção do bairro enquanto conquista de seus moradores e, ao mesmo tempo, como reconhecimento do poder público expresso nos investimentos realizados no local, principalmente a partir do Projeto Rio, conforme a justificativa apresentada pelo vereador Rivadávia Maya:

O conglomerado de habitação denominado de Favela por ter sido construído e proliferado desordenadamente sem o mínimo indispensável às necessidades de concentrações populacionais configurou uma cintura negativa de urbanização. Repentinamente tornou-se uma realidade habitacional e, em nossos dias esse avassalador fenômeno de habitação transformou-se e modernizou-se integrando-se à vida da Cidade em caráter irreversível. As habitações toscas transformaram-se em casas de alvenaria, as vielas, em ruas pavimentadas com asfalto e iluminação a vapor de mercúrio, implantados pelo Poder Público num tácito reconhecimento de sua existência no contexto urbano pelo ordenamento dos espaços a transitar, frequentar e permanecer.

Diante dessa realidade, conclui-se que: se o Estado reconhece os direitos naturais do homem de morar e receber investimento do Poder Público para atender as suas necessidades vitais, deve também, codificar e reconhecer como Bairro, o conglomerado de habitação espontâneo, pejorativamente chamado de Favela, hoje ligado a estrutura social da Cidade sem os fatores negativos de outrora, para júbilo dos habitantes desta Cidade e respeitabilidade aos que a habitam (DCM DE 15/04/1983, p. 33).

Porém, os projetos não foram adiante. Esbarrando em questões regimentais, acabaram por ser arquivados quatro meses após sua proposição, antes mesmo de terem sido incluídos em pauta.

Em agosto de 1988, por meio do Decreto nº 7.980, o prefeito Saturnino Braga (1986-1989), criou na Maré, a XXXª Região Administrativa (R.A.) – hoje, XXXª Administração Regional -, a quarta em área de favelas na cidade³⁵. Tal iniciativa visava facilitar o acesso dos moradores aos serviços públicos, já que anteriormente, a Maré pertencia à Xª Região Administrativa, cuja sede localizava-se no bairro de Ramos. Tal R.A., por estar sob o controle de políticos dos bairros tradicionais da Leopoldina, e atender a uma área muito

³⁵ Nesse mesmo ano foram criadas a XXVIIª Região Administrativa na Rocinha; a XXVIIIª, no Jacarezinho; e a XXIXª, no Complexo do Alemão.

abrangente, dificultava o acesso dos moradores e o atendimento das demandas de uma região de favelas, como a Maré.

Sob o ponto de vista político, a criação de centros administrativos em favelas de grande porte, dava maior visibilidade às ações do governo municipal, podendo facilitar os acordos políticos, e contribuir para a projeção de novas lideranças, além de funcionar como novas bases eleitorais.

O Decreto de criação delimitou a área geográfica pertencente a XXX^a R.A., relacionando as localidades que a integravam (Baixa do Sapateiro, Conjunto Pinheiros, Marcílio Dias, Parque Maré, Nova Holanda, Parque União, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Rubens Vaz, Morro do Timbau, Vila do João, Conjunto Esperança e Vila Pinheiro), e descrevendo seus limites da seguinte forma:

Da baía de Guanabara, na foz do Canal do Cunha, seguindo pelo leito deste até a Avenida Brasil, por esta (incluído apenas o lado par, excluindo o Viaduto de Manguinhos) até a Rua Porangi; daí, pelo prolongamento do alinhamento desta, até a baía de Guanabara e, pela orla, ao ponto de partida (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 03).

Tal configuração esbarrava em alguns fatores que dificultavam a atuação da administração regional, pois estava marcada por uma extensa abrangência, sem continuidade geográfica, seccionada por vias movimentadas, por grandes áreas pertencentes à União – onde estavam instalados quartéis do Exército e da Marinha -, e pelo Mercado São Sebastião.

Apesar dessas dificuldades, não tardou a surgir um movimento organizado por lideranças locais, apoiadas por políticos com interesses eleitorais, no sentido de configurar, a partir da XXX^a Região Administrativa, a criação de um novo bairro.

É importante lembrar que, desde o início da década de 1980, a unificação das localidades da Maré, já era um desejo expresso pelas lideranças que estiveram à frente do movimento criado para pressionar o poder público em relação ao cumprimento das obras do Projeto Rio. As próprias intervenções urbanas apontavam para um processo de integração do

espaço geográfico e estruturação urbana de um novo bairro, com a construção de pontes, alargamento de ruas já existentes, construção de novas vias de circulação e criação de um centro de poder administrativo onde seriam instalados os órgãos do governo municipal e estadual.

Reforçando ainda mais o processo de criação do bairro, em março de 1988, a vereadora Ludmila Mayrink, apresentou um Projeto de Lei no qual propôs a instituição de um bairro, cujo nome seria “Novo Bonsucesso”:

PROJETO DE LEI Nº 2059/88

DÁ O NOME DE NOVO BONSUCESSO À ATUAL XXXª REGIÃO ADMINISTRATIVA, NO COMPLEXO DA MARÉ.

AUTOR: Vereadora LUDMILA MAYRINK

DESPACHO: A imprimir e às Comissões de Justiça e Redação; Assuntos Urbanos.

Em 01/03/88 – ROBERTO RIBEIRO – PRESIDENTE.

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada NOVO BONSUCESSO a atual Trigésima Região Administrativa, no Complexo da Maré.

Art. 2º - A placa indicativa deverá conter a inscrição: NOVO BONSUCESSO, Conquista da Comunidade.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Teotônio Vilela, 01 de março de 1988

Vereadora LUDMILA MAYRINK (DCM de 07/03/1988, p. 6).

O nome estava relacionado ao loteamento de Bonsucesso, que teve origem no início do século XX, e que propiciou a ocupação de parte da região da Maré, a partir do traçado das ruas que se iniciavam junto ao mar, antes mesmo da formação das favelas (VIEIRA, 1998, p. 38).

No entanto, não foi apenas a questão da origem do lugar que motivou a proposta do nome para o bairro. A vereadora afirmava que “Novo Bonsucesso” era uma antiga reivindicação dos moradores³⁶, que desejavam afastar a denominação de “Complexo da Maré”, por não refletir os “anseios comunitários”. Nota-se claramente a estratégia de através

³⁶ Em toda a pesquisa realizada para este trabalho, não encontrei nenhuma referência anterior ao nome “Novo Bonsucesso”.

da mudança do nome afastar os estigmas e estereótipos criados em torno da Maré, como lugar de pobreza, ausência e violência:

A reivindicação do nome NOVO BONSUCESSO para a recém criada XXXª R. A., que abrange o Complexo da Maré é uma antiga aspiração das comunidades que, há longo tempo, lutam pelos seus ideais e interesses mais legítimos, naquela região. Uma vez que a denominação de Bonsucesso já existe tradicionalmente, há muitos anos, e que a de Complexo da Maré não traduz os anseios comunitários, os moradores da XXXª R. A., reivindicam, muito justamente para a mesma o nome de NOVO BONSUCESSO, certos de que, o NOVO espírito de solidariedade comunitária já solidificado naquela área, deu origem a seu NOVO bairro, com BOM SUCESSO propiciará uma melhor qualidade de vida para todos que ali residem. Portanto, conto com a compreensão desta edilidade no atendimento da solicitação que me foi feita pelos grupos comunitários (DCM de 07/03/1988, p. 6).

Independente do nome que seria adotado, tal projeto inaugurou uma tendência, que marcou as iniciativas seguintes: tomar a área de abrangência da XXXª R.A. como referência geográfica para a constituição do novo bairro.

Aprovado pela Câmara Municipal, o projeto acabou recebendo veto total por parte do prefeito, tendo sido arquivado após manutenção do veto, o que resultou em mais uma tentativa frustrada de criação do bairro. É interessante ressaltar que a vereadora proponente não pertencia à base política ligada ao prefeito nem ao grupo de políticos próximos ao Executivo que tinham interesse em firmar a Maré como base eleitoral.

4.2 – A LEI CRIOU O BAIRRO?

Em 1992, foram realizadas eleições para a escolha do prefeito e vereadores da cidade. César Maia, que tinha deixado o Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola em maio de 1991, e se filiado ao PMDB, disputou a prefeitura com Cidinha Campos e Benedita da Silva, respectivamente candidatas do PDT e do PT. Numa campanha bem sucedida, tal

candidato foi ao segundo turno, sendo eleito prefeito do Rio com 1.430.797 votos (51,89%), contra 1.362.678 votos dados à Benedita da Silva (48,11%).

O governo César Maia trouxe algumas novidades. No âmbito administrativo, formou seu secretariado com um quadro técnico, do qual faziam parte, entre outros, Ronaldo Gazolla, na Saúde; Vanda Engel, no Desenvolvimento Social; Luiz Paulo Conde, no Urbanismo; e Sérgio Magalhães, na Habitação.

A criação da Secretaria Extraordinária de Habitação foi fundamental para que se elaborasse uma nova política para as favelas, com o desafio de implementar as disposições estabelecidas pelo Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro, Lei Complementar nº 16/1992, aprovado ainda durante a administração de Marcelo Allencar (1989-1992). O Plano estabelecia, dentre os princípios e objetivos do uso e ocupação do solo urbano, o atendimento à função social da propriedade; a não remoção das favelas; e a sua inserção, bem como dos loteamentos irregulares, no planejamento da cidade com vista à sua transformação em bairros ou integração com os bairros em que se situavam.

Apesar das críticas que podem ser lançadas sobre o Plano Diretor de 1992, principalmente quanto à falta de participação da sociedade em sua elaboração e o caráter eminentemente técnico que privilegiou sua formulação, sem dúvida este representou um marco, ainda que tardio, na forma de se pensar, ou repensar a cidade.

Se para o antigo Código de Obras de 1937, as favelas - apresentadas como um grave problema -, tinham como única solução a sua “erradicação” do cenário urbano, a cidade e seus legisladores levaram exatos 55 anos, para propor um Plano Diretor que considerasse a diversidade, e que abrisse a possibilidade de minimizar os efeitos da segregação sócio-espacial que sempre marcou a constituição da cidade do Rio de Janeiro.

Outro aspecto interessante do Plano Diretor de 1992, foi que este aboliu o termo “remoção”, utilizando a palavra “relocalização” para enumerar as exceções à regra de não remoção das favelas:

§ 1º - Estarão sujeitas à relocalização e, portanto, não incluídas no princípio mencionado no inciso III (não remoção) as áreas de favelas ou residências que ocupem:

- I - áreas de risco;
- II - faixas marginais de proteção de águas superficiais;
- III - faixa de proteção de adutoras e de redes elétricas de alta tensão;
- IV - faixa de domínio de estradas federais, estaduais e municipais;
- V - áreas de especial interesse ambiental ou unidades de conservação ambiental;
- VI - vãos e pilares de viadutos, pontes e passarelas e áreas a estes adjacentes, quando oferecerem riscos à segurança individual e coletiva e inviabilizarem a implantação de serviços urbanos básicos;

VII - áreas que não possam ser dotadas de condições mínimas de urbanização e saneamento básico, de acordo com os artigos 50 e 51 desta Lei Complementar.

§ 2º - Os moradores que ocupem favelas em áreas referidas no parágrafo anterior deverão ser realocados, obedecendo-se às diretrizes constantes do art. 138, § 2º, desta Lei Complementar e do art. 429, VI, "a", "b" e "c", da Lei Orgânica do Município. (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1992, p. 3)

Apesar de ainda abrangentes, as hipóteses de “relocalização”, impuseram consideráveis limites ao intervencionismo autoritário, que sempre marcou a ação do poder municipal, no exercício de suas atribuições constitucionais de disciplinar o uso do solo urbano, e possibilitaram o debate e a negociação em torno de suas ações.

Dedicando um capítulo à questão das favelas, o Plano Diretor estabeleceu as diretrizes para o que chamou de “Programa de urbanização e regularização fundiária das favelas”, sendo estas definidas pelo texto legal como “áreas predominantemente habitacionais, caracterizadas pela ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares, e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais”.

Ao contrário das políticas públicas até então elaboradas, que viam a favela como um problema uniforme e total, o Plano Diretor Decenal propôs que “a urbanização e a

regularização urbanística e fundiária devem ser realizadas mediante intervenções graduais e progressivas em cada favela, para maximizar a aplicação dos recursos públicos e disseminar os benefícios entre o maior número de habitantes”, a partir das seguintes diretrizes e ações:

| | |
|---|--|
| Diretrizes dos projetos urbanísticos das favelas | <ul style="list-style-type: none"> • integração da favela ao bairro e ao aglomerado de favelas onde está situada; • preservação da tipicidade da ocupação local; • previsão da implantação progressiva e gradual da infra-estrutura, com a definição das obras a serem executadas em cada etapa, de modo a manter a complementaridade entre elas e os procedimentos de regularização urbanísticas a serem adotados. |
| Ações para a regularização urbanística das favelas | <ul style="list-style-type: none"> • aprovação de Projetos de Alinhamento - PA; • edição de legislação específica de uso e ocupação do solo; • reconhecimento dos logradouros; • implantação de sistema de fiscalização, acompanhado de programa de esclarecimento e conscientização sobre suas finalidades e vantagens; • elaboração do cadastro de lotes e edificações para regularização fundiária ou lançamento no cadastro imobiliário do Município, ou para ambos; • edição de legislação de parcelamento da terra • implantação prioritária de abastecimento de água, esgotamento sanitário, remoção dos resíduos sólidos e eliminação dos fatores de risco. • Implantação de equipamentos urbanos complementares relativos à saúde, educação, lazer e outros obedecida a escala urbana da área e sua localização |

Quadro 3 – Diretrizes e Ações do Plano Diretor

Fonte: Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro, 1992

Previa ainda o Plano Decenal, a inclusão urbana e geográfica das favelas no processo de planejamento da cidade, passando as mesmas a constar dos mapas, cadastros, planos, projetos e legislação, relativos ao controle do uso e ocupação do solo, e da programação de

atividades de manutenção dos serviços e conservação dos equipamentos públicos nelas instalados.

Foi nessa linha que o vereador José Moraes, então líder da bancada governista na Câmara, propôs o Projeto de Lei nº 307/93, para a criação do bairro da Maré. Eleito em boa parte pelos votos de moradores da Ilha do Governador, José Moraes precisava ampliar sua base política além dos limites insulanos.

No projeto político de César Maia, foram criadas, a partir das Áreas de Planejamento (AP), as chamadas subprefeituras que, englobando grupos de regiões administrativas e bairros, tinham o objetivo de proporcionar uma ação descentralizada, intermediária do governo municipal e, principalmente subsidiar o surgimento de novas forças políticas, os “prefeitinhos”, em geral jovens até então desconhecidos no meio político tradicional que, forjados na ação administrativa, passaram a integrar a linha de frente do *staff* político do prefeito.

Criada a Subprefeitura Ilha-Maré, esta foi entregue, como moeda política e respeitando o critério da territorialidade, ao vereador José Moraes. A inclusão da Maré não se justificava somente pela proximidade com a Ilha do Governador, mas principalmente pela possibilidade de ampliação do cabedal político desse vereador, por se tratar de uma área onde havia muito o que fazer e, em contrapartida, existia um grande número de eleitores.

As condições permitiram a José Moraes a apresentação às lideranças da Maré de um projeto de criação do bairro não apenas no sentido formal, a partir de uma nova denominação para uma área delimitada geograficamente, mas no sentido amplo, com investimentos e mudanças no “campo administrativo, político e social”.

Nessa perspectiva, com o apoio de algumas lideranças comunitárias e sem maiores debates ou consulta à população, foi apresentado o projeto de Lei nº 307/93, propondo a criação do bairro da Maré, na XXXª Região Administrativa:

PROJETO DE LEI Nº 307/93

cria o bairro da Maré na XXX Região Administrativa e dá outras providências.

AUTOR: Vereador JOSÉ DE MORAES CORREIA NETO

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Bairro da Maré, na XXX Região Administrativa, com delimitação no Anexo I do Decreto nº 7980, de 18 de agosto de 1988.

Art. 2º - na forma do disposto no Art. 67 da Lei Complementar nº 16, de 5 de junho de 1992, que institui o Plano Diretor Decenal da Cidade, o Bairro da Maré, será objeto de programa especial que abrangerá:

I – promoção da distribuição e da apropriação dos serviços públicos e dos equipamentos urbanos;

II – preservação, proteção e recuperação do meio ambiente urbano e cultural;

III – recuperação das condições ambientais locais.

§ 1º - A promoção da distribuição e da apropriação dos serviços públicos e dos equipamentos urbanos será executada com base nas diretrizes de uso e ocupação do solo para a Área de Planejamento 3-A e compreenderá:

I – implantação de equipamentos urbanos;

II – reavaliação da delimitação dos territórios dos Distritos de Educação e Cultura da Secretaria Municipal de educação;

III – implantação de Unidades de Saúde primárias e secundárias;

IV – implantação de bibliotecas públicas e demais equipamentos da área da Cultura;

V – implantação de áreas de lazer.

§ 2º - A preservação, proteção e recuperação do meio ambiente urbano e cultural compreenderá:

I – aprovação do AP – Subárea 3ª;

II – edição de legislação específica de uso e ocupação do solo;

§ 3º - A recuperação das condições ambientais locais compreenderá:

I – eliminação dos fatores de risco;

II – projetos de educação ambiental;

III – projetos de proteção de baixadas sujeitas a inundação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Teotônio Vilela, 26 de agosto de 1993.

Vereador JOSÉ DE MORAES CORREIA NETO

(DCM de 31/08/1993, p. 5, grifo nosso).

Em sua justificativa, o vereador expôs sua pretensão de atender aos anseios da comunidade local, e que esta, a partir do título de bairro, teria meios para reivindicar seus direitos fundamentais de cidadania. Além disso, realçou as conquistas da comunidade e declarou ter buscado inspiração para a proposição do projeto no Plano Diretor Decenal. Assumiu, por fim, o trabalho junto ao Executivo, para que pudessem ser implementadas as propostas previstas no projeto:

Numa definição primária, bairro é a parte de uma cidade constituída por uma ou várias funções.

Nossa proposição da criação do bairro da Maré visa atender aos anseios de uma comunidade que reivindica, sob esta simples denominação, os direitos, reconhecidos pela “DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS”, de satisfação de suas necessidades básicas de alimentação, saúde, habitação, instrução, justiça social, trabalho e lazer.

O surgimento espontâneo do Complexo da Maré, formado por esta parcela de trabalhadores brasileiros chamados de mais baixa renda, sensibilizou governos e algumas conquistas já se concretizaram, a exemplo da Vila do João. Entretanto, há lutas a serem empreendidas.

Há décadas atrás, media-se o progresso pela pujança do número de habitantes. Hoje, a preocupação maior das sociedades é a quantidade de recursos para a população.

Nessa linha de pensamento, entendemos que neste Município onde estão presentes tantos contrastes sociais, há muito que fazer para proporcionar maiores recursos às comunidades. Torna-se necessário diminuir, nessas camadas da população, a curva da mortalidade infantil, tanto quanto torna-se necessário estender a expectativa de vida dos habitantes, o que só será possível através de uma política social mais eficaz e que coloque à disposição da população os serviços de saúde, educação e transporte.

Acreditamos que a marginalização dessas comunidades não advém tão somente do termo “favelados”, mas da falta de recursos, de equipamentos e de serviços fundamentais a uma sociedade que quer evoluir, progredir.

O presente Projeto é um passo inicial para, respeitadas as diretrizes traçadas pelo Plano Diretor Decenal da Cidade, garantir-se à população do Complexo da Maré, constituído efetivamente em bairro, fazer parte da Cidade do Rio de Janeiro, tendo suas funções definidas considerando-se sua localização (próxima à Cidade Universitária, no corredor da Avenida Brasil, importante via de acesso à Baixada Fluminense, ao Centro da Cidade, à Zona Rural e a outras cidades e estados do País).

[...]

Continuaremos a partir do presente Projeto de Lei, um trabalho consciente, sério e planejado para melhor superação das dificuldades e para, junto ao Poder Executivo, empreendermos as mudanças no campo administrativo, político social que trarão o desenvolvimento ao nosso Município.

O mundo transforma-se ininterruptamente e nossos olhos jamais contemplarão duas vezes a mesma paisagem. É preciso que nosso conhecimento sobre nosso povo e nossa cidade acompanhe essa permanente evolução.

A um homem é impossível atravessar duas vezes o mesmo rio, como também não pode galgar duas vezes a mesma montanha, dizia o filósofo grego, Heráclito (540 A.C.) (DCM de 31/08/1993, p. 5, grifo nosso).

Menos de um mês após a apresentação do Projeto de Lei do vereador José Moraes, o vereador Gérson Bergher, que tinha uma atuação na Maré através dos chamados “centros sociais”³⁷, apresentou um outro projeto, que dava ao “Complexo da Maré” o nome oficial de “Nova Bonsucesso”. Tal iniciativa revelava a disputa entre lideranças comunitárias pela proposição de um novo nome para o local, pois a denominação “Maré” não era aceita por

³⁷ Nesses centros sociais, que estavam instalados na Baixa do Sapateiro e Vila do Pinheiro, o vereador o oferecia à população serviços como distribuição de cestas básicas, retirada de documentos, tratamentos médicos e cortes de cabelo.

todos. Além disso, estava claro que existia uma disputa política entre os dois vereadores, materializada no fato de estar a subprefeitura sob o controle político de José Moraes, e a região administrativa sob o controle de Gerson Bergher.

O projeto de Bergher assim dispunha:

PROJETO DE LEI Nº 342/93

PASSA A CHAMAR-SE OFICIALMENTE NOVA BONSUCESSO O ATUAL COMPLEXO DA MARÉ, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: Vereador GERSON BERGHER

DESPACHO: A imprimir e às Comissões de Justiça e Redação; Educação, Cultura, Meio Ambiente, Turismo e Esportes; Assuntos Urbanos.

Em 21/9/93

SAMI JORGE – PRESIDENTE.

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º - Passa a chamar-se oficialmente Nova Bonsucesso o atual Complexo da Maré, no Município do Ri de Janeiro.

Art. 2º - O poder Executivo, baixará no prazo de noventa dias de vigência da presente Lei os atos para sua execução.

Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Teotônio Villela, 21 de setembro de 1993

Vereador GERSON BERGHER

A Comunidade da Maré, há muito reivindica ter o nome de Nova Bonsucesso, tendo em vista a sua localização e estágio de desenvolvimento.

A pedido da referida comunidade é que apresentamos a presente proposição legislativa.

(CÂMARA MUNICIPAL, 22/09/1993, p.9)

Apresentado ao plenário da Câmara, o projeto foi questionado por vereadores da oposição, que puseram em dúvida a participação e o desejo dos moradores em relação à mudança do nome:

O SR. EDSON SANTOS – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, com respeito a esse projeto do nobre Vereador Gerson Bergher que muda o nome do complexo da Maré, que, diga-se de passagem, tem várias comunidades que o compõe, o que me fez vir discutir a matéria é que diante da ausência do autor, quero entender o que motiva o Vereador Gerson Bergher a apresentar uma proposição dessa natureza. Não me sinto em condições de aprová-la sem que esse projeto seja objeto de uma discussão com o autor nos dando os motivos que o levaram a enviar esse projeto de lei à Câmara.

O Vereador Gerson Bergher diz, aqui, na justificativa que há muito a comunidade da Maré reivindica pelo nome de Nova Bonsucesso, tendo em vista sua localização e o estágio de desenvolvimento.

Acho que é muito complicado a gente mudar nome de locais, salvo quando há uma razão bem fundamentada, e cabe à Câmara promover esse tipo de modificação.

Mas, na forma em que se encontra, a menos que o Vereador Gerson Bergher venha e nos dê as justificativas e as modificações que o levam a apresentar esse projeto de lei, sinto-me no dever de votar contrariamente à aprovação dessa matéria (DCM DE 21/08/1995, p.5).

A questão suscitou manifestação do vereador Fernando William, do PDT, que tendo trabalhado como médico no Hospital Geral de Bonsucesso e no posto de saúde de Nova Holanda, conhecia bem as localidades da Maré, onde também mantinha base eleitoral:

O SR. FERNANDO WILLIAM – Sr. Presidente, verifico que o nobre Vereador Gerson Bergher não se encontra presente. Todos nós conhecemos o Vereador Gerson Bergher e por S.Exa. temos um carinho enorme e grande consideração, e sabemos que o Vereador deve ter tido motivos nobres, a melhor das intenções quando fez essa sugestão. No entanto, todos sabemos o que um nome significa, não apenas no aspecto cultural, no aspecto legal, já que as pessoas que moram numa determinada área estão inseridas culturalmente, legalmente; o endereço refere-se àquela região, as informações que se dão a quem vem de fora e se refere àquela região pelo seu nome tradicional. Eu creio que a mudança do nome de uma região na qual moram mais de cento e cinquenta mil pessoas, pelo menos deveria passar por um processo de consulta mais intenso, maior. Conheço boa parte dos líderes comunitários daquela região, porque trabalhei como médico dentro da favela Nova Holanda e estou sendo informado deste projeto aqui. Nem sabia que havia essa proposta e, nesse sentido, vou pedir que o projeto seja adiado na sua votação por duas Sessões, para que a gente possa conversar com o Vereador Gerson Bergher e tentar encontrar uma alternativa para não ter que votar contrariamente ao projeto. Peço, por favor, que seja adiada a votação por duas Sessões. (DCM DE 21/08/1995, p. 5)

Após a pressão sofrida, Gerson Bergher solicitou o arquivamento de seu projeto, o que abriu caminho para a aprovação em plenário do projeto de José de Moraes. Este foi à sanção do prefeito, que vetou todo o artigo 2º, de forma a não se comprometer com a realização das disposições ali contidas, veto este que foi mantido pela Câmara.

Assim, o Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, publicou em sua edição de 24/01/1994, a Lei 2.119, de 19 de janeiro de 1994, criando o bairro da Maré:

LEI Nº 2119 DE 19 DE JANEIRO DE 1994.
Cria o Bairro da Maré na XXX Região Administrativa e dá outras providências.
Autor: Vereador José de Moraes C. Neto
O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Bairro da Maré, na XXX Região Administrativa, com delimitação no Anexo I do Decreto nº 7980, de 18 de agosto de 1988.

Art. 2º - VETADO.

I - VETADO;

II - VETADO;

III - VETADO.

§ 1º - VETADO.

I - VETADO;

II - VETADO;

III - VETADO;

IV - VETADO;

V - VETADO.

§ 2º - VETADO.

I - VETADO;

II - VETADO.

§ 3º - VETADO.

I - VETADO;

II - VETADO;

III - VETADO.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CESAR MAIA

(DO RIO de 24/01/1994, p. 2)

4.3 – COM A PALAVRA, OS MORADORES

A opção de trabalhar com os depoimentos orais³⁸, criou um leque de possibilidades que enriqueceu a análise aqui proposta, pois as narrativas puderam ser cotejadas com as demais fontes usadas no desenvolvimento deste trabalho, possibilitando o maior entendimento do impacto que a criação legal do bairro teve na vida das pessoas do lugar. Além disso, favoreceu a percepção do grau de compartilhamento entre os agentes sociais locais, das experiências pessoais vividas por estes, enquanto moradores da Maré.

4.3.1 – Maré, favela-comunidade

Durante a década de 1980, houve uma forte participação de moradores em movimentos associativos locais, que organizaram mutirões para a construção de aterros e casas, reivindicaram melhores condições de vida, e pressionaram o poder público para que

³⁸ Os depoentes foram identificados no texto pelas iniciais do primeiro e último nomes.

fossem cumpridas as promessas do Projeto Rio. As lideranças de tais movimentos utilizavam o termo *favela* em seus discursos como sinônimo de luta, resistência, organização e orgulho. O que se percebe em algumas narrativas a seguir, é a mudança do significado atribuído ao termo, que foi substituído por *comunidade*:

Eu não gosto dessa palavra “favela”, eu acho isso um absurdo, eu acho muito ruim. Favela é aquela coisa que você pega madeira e faz aquela casa. A Vila do João, por exemplo, é uma comunidade construída. Eu não gosto que chamem a Maré de favela. É comunidade mesmo, comunidade de baixa renda, sei lá... qualquer coisa. Mas favela, eu detesto esse termo, ele denigre a imagem das pessoas, não acho legal... Comunidade, até porque é uma coisa mais moderna. Apesar da palavra ser antiga, mas se usa muito (P.C.)³⁹.

É importante ressaltar que P.C. é uma das lideranças que militam atualmente na Maré. Nota-se que sua perspectiva em relação ao termo *favela* é completamente oposta àquela assumida pelas lideranças locais durante a década de 1980. P.C. constrói um discurso de valorização do lugar, a partir do uso do termo *comunidade*.

M.N., T.N. e C.R., que nunca desenvolveram qualquer tipo de militância na região, rejeitam a favela. Em seus discursos, tal realidade é percebida como consequência do presente marcado pela violência:

É uma favela. O que mais me faz pensar que é favela são as pessoas, os bandidos: a gente vê bandido armado direto, bandido armado passa... uma coisa horrível! [...] Tem pessoas também, que às vezes não são nem bandidos, mas são favelados, aquelas pessoas bagunceiras: pessoas que gostam de baile, de funk [riso], ficam no meio da rua, botam aquele som alto, aquela coisa toda. Eu acho que isso é favelado. Nos lugares que eu conheço, acho que isso não acontece: botar um som na tua porta e ficar até tarde?!... Eu acho que também isso é um tipo de favela, não é?! Não é só por causa dos bandidos, não (M.N.)⁴⁰.

³⁹ P.C. nasceu em 27/09/53, em Belém do Pará, e chegou na Maré há 30 anos. Fez faculdade de Direito e, atualmente é diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil; foi candidato por 2 vezes a vereador pelo Partido dos Trabalhadores; participou da UNIMAR; é coordenador de um projeto de cinema na Maré, desenvolvido em parceria com o SESI e a INFRAERO. É morador do Conjunto Esperança. Entrevista realizada em 18/04/05.

⁴⁰ M.N. nasceu em 12/04/1957, em Limoeiro – Pernambuco. Chegou com os pais na Maré há 35 anos. Não estudou porque, assim que chegou no Rio, foi trabalhar como doméstica para ajudar a família, profissão que exerce até hoje. É moradora da Baixa do Sapateiro. Entrevista realizada em 31/03/2005.

Comunidade é quando uma pessoa quer ajudar a outra, eu acho. Assim é um exemplo de comunidade. Então, por aqui, muita gente quer ajudar o outro, só não se ajuda quem não quer. Favela é, porque tem essa violência. Mas muita gente não respeita o que tem, é... todos os lugares pichados, essas coisas. Se continuasse assim, um lugar organizado e tudo, não precisava ser considerado uma favela. Mas, como muita gente não tem respeito pelo próprio lugar onde mora, aí as pessoas falam que o lugar é favela. O lugar só é mais favela por causa das pessoas, de algumas pessoas que não respeitam o próprio lugar onde moram (T.N.)⁴¹

Atualmente, eu considero aqui uma favela. Eu estou achando tudo muito diferente de quando eu vim morar... Quando eu vim morar, isso aqui era uma maravilha. Mas hoje em dia eu estou achando muito diferente, muito diferente mesmo. Mudou tudo. O que tinha aqui de bom era que o Exército tomava conta disso aqui. Esse quartel do Exército era que tomava conta disso aqui. Quando a pessoa dava uma festa, o pessoal do Exército vinha para tomar conta. Quer dizer que nunca houve confusão conforme há hoje em dia. Se não houvessem certas *coisinhas* que há por aqui, isso seria uma maravilha! Porque isso aqui já foi muito bom, muito bom mesmo, muito bom de se morar. O pessoal que trabalhava e que chegava tarde, podia chegar a qualquer hora. Hoje em dia já não se pode fazer o mesmo como antigamente. Você poderia deixar uma criança na rua assim, estudar à noite; chegar às 8, 9 horas da noite, pois não tinha perigo nenhum. Hoje em dia já não está assim. Mas eu acho também que em todo lugar está a mesma coisa. Eu vejo aí no jornal todo mundo se queixando da mesma coisa. Quer dizer que não é só porque aqui é... é favela, não. É o mundo que está mesmo assim, sabe?! Os moradores são bons, todo mundo se dá bem, não tem confusão de brigas, entendeu?! Quer dizer, o pessoal que mora aqui não tem aspecto de favelado, é todo mundo gente que tem educação, entendeu?! Eu acho que é maravilhoso morar aqui por isso. Mas sobre *outras coisas*... Mas eu acho que é em todo lugar (C.R.)⁴².

A “idade do ouro” para C.R. está relacionada à ocupação do Morro do Timbau pelo Exército que, de acordo com o que foi analisado neste trabalho, correspondeu justamente ao período de maior controle e repressão sobre os moradores dessa localidade. É claro que o “lugar maravilhoso” é uma representação ancorada não na repressão praticada pelo Exército, mas na sensação de segurança que tal ação inspirava em muitas pessoas.

⁴¹ T.N. nasceu em 22/02/1991, no Rio de Janeiro – RJ. É moradora da Baixa do Sapateiro desde que nasceu; cursa a 8ª série do Ensino Fundamental. Faz o Curso Preparatório promovido pelo CEASM, e curso de informática no CCDC. Participa do grupo de perseverança da pastoral da catequese da paróquia Nossa Senhora dos Navegantes. Já trabalhou ajudando a mãe na preparação de festas. Mora com a mãe e o padrasto. Entrevista realizada em 07/04/2005.

⁴² C. R. nasceu em 06/05/1916, em Bom Jardim – Rio de Janeiro, e chegou na Maré há 39 anos. Viúva e aposentada, é dona-de-casa, mora com os netos e frequenta bailes para a 3ª idade. É moradora do Morro do Timbau. Entrevista realizada em 04/04/2005.

Apesar da atual insegurança gerada pela violência, para L.E. e M.C., o lugar onde vivem é uma comunidade. Em suas narrativas, *Comunidade* e *favela* aparecem como categorias duais, que expressam várias dicotomias, tais como: bom/ruim; bonito/feio; legal/ilegal; organização/desorganização; coletividade/individualismo etc.:

A gente pode dizer que hoje em dia aqui é comunidade, porque antes era favela. Porque, se a gente parar para pensar... É só ligar a televisão e botar num telejornal que você vê o que é realmente favela. Você vê em São Paulo os barracos: um encostado no outro; uma parede só, dividida por três barracos e três famílias; esgoto a céu aberto; uma vida completamente precária. A gente já passou por isso, hoje em dia não passa mais, entendeu?! Então, a visão que eu tenho hoje em dia é que isso aqui não é mais uma favela. O muito que você encontra é um ou dois barracos. Hoje em dia, a pior casa está na alvenaria, em construção ou em fase de acabamento. Antigamente, você não via isso. Uma casa só na alvenaria - sem muro, sem nada - era vista como um palacete... Não acho favela. Hoje em dia eu acho que todo mundo, graças a Deus, tem condição... de possuir, mal ou bem, sua casinha ou seu quitinete, seja lá o que for, mas é alvenaria. É um esgoto, é uma tubulação legal; não é vala, não é esgoto a céu aberto, não é nada disso. Então, eu não classifico mais como favela, classifico como comunidade, entendeu?! Se a gente for parar para pensar, se a gente vê aí o que tem de favela, a gente vai falar que mora muito bem [...] Aqui é comunidade porque são pessoas humildes, que também têm um pouco de carência. Vivem hoje em dia nessa tensão de violência - que antigamente existia, mas não era como hoje em dia. Se não tiver consciência, a gente perde o controle da situação, nós, moradores. Então, eu chamo de comunidade porque quando o clima fica quente, tem uma certa carência, e muitos bairros lá fora não têm isso. Pode acontecer alguma coisa, mas é passageira, não fica aquela tensão nas pessoas, conforme fica aqui (L.E.)⁴³.

Comunidade é onde mora a classe popular. Quando a gente fala “comunidade”, “comunidade popular”, é onde tem os moradores de baixa renda. Ultimamente, o pessoal só abre a boca pra chamar de “favela”. Eu não falo “favela”, porque é uma comunidade popular. Eu não gosto de pronunciar “favela”, porque dá a impressão de que só tem coisa ruim, só tem bandido, só tem gente analfabeta ... E nossa comunidade não é isso. A mídia não mostra as coisas boas das comunidades, não é?! Só mostra quem foi baleado e quem não foi. Mas a gente sabe o valor da comunidade. Eu gosto muito daqui, apesar de alguns problemas que existem... Mas eu adoro isso aqui (M.C.)⁴⁴.

⁴³ L.E. nasceu em 04/06/1971, no Rio de Janeiro – RJ. É morador do Morro do Timbau há 34 anos; durante a infância trabalhou com o tio, que tinha uma criação de porcos. Por isso andava por vários lugares da Maré para recolher lavagem. Atualmente é funcionário da Marinha. Entrevista realizada em 04/04/2005.

⁴⁴ M.C. nasceu em 28/05/1950, em Maceió - Alagoas. Chegou na Maré há 27 anos. É dona de casa; participante do conselho paroquial da igreja São José Operário e das pastorais familiar e da saúde; realiza trabalho de conscientização dos direitos da mulher no posto de saúde local. Entrevista realizada em 07/04/05.

Para Pollak (1992), os acontecimentos vividos por pessoas ou grupos são um dos elementos constitutivos da memória individual ou coletiva. Para ele, tais acontecimentos podem ser “vividos por tabela”, isto é, podem ser perfeitamente compartilhados por meio de uma socialização política ou histórica. Esse processo gera um fenômeno de “projeção ou identificação com um determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (p. 201).

A representação da favela presente nos depoimentos dos entrevistados, revela que a memória da organização e das lutas dos moradores não foi compartilhada por todos, e não sobreviveu à passagem do tempo. Favela passou a ser sinônimo de “pobreza”, “ilegalidade”, “marginalidade”. Por isso o termo *favela* é rejeitado e, muitas vezes, substituído por *comunidade*, que “[...] sugere coisa boa. Quem não gostaria de viver entre pessoas amigáveis e bem intencionadas nas quais pudesse confiar e de cujas palavras e atos pudesse se apoiar? [...] O que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes” (BAUMAN, 2003, p. 8-9), como bem expressa T.B.:

Aqui é uma comunidade. Eu acho que uma comunidade é quando todos são unidos, aquelas pessoas unidas que ajudam umas às outras. Aqui as pessoas ajudam muito: se você adoecer... e estiver em casa sozinha, todo mundo corre, corre para ajudar, levar num hospital... Alguém... Muita gente tem um carrinho, pega e já leva (T.B.)⁴⁵.

Dessa forma, o termo *comunidade* é a negação das representações estereotipadas da favela, o lugar da insegurança. É bem verdade que tais representações se baseiam em fatos concretos, como por exemplo a ação do tráfico de drogas e a violência decorrente desta, elementos que marcam todos os depoimentos. Mas, seria o tráfico uma realidade restrita às favelas? A violência se espalharia para a cidade a partir dessas localidades? Os grupos

⁴⁵ T.B. nasceu em 03/06/1940, em Nova Cruz – Rio Grande do Norte. É moradora da Maré há 37 anos; quando o marido perdeu o emprego de porteiro, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, a família mudou-se para a Nova Holanda, em 1968; é aposentada e cursa a 4ª série do Ensino Fundamental à noite. Entrevista realizada em 11/04/2005.

criminosos assumiriam a postura de um poder paralelo nas comunidades populares nas quais o Estado está ausente ou atuariam a partir da convivência desse Estado? O caminho “natural” para o jovem pobre frente ao fracasso escolar seria a entrada no tráfico? Existiria de fato uma maneira diferente de ser dos moradores de favelas?

Essas questões nos levam a outro fator que, na cidade do Rio de Janeiro tem contribuído decisivamente para a massificação do estigma da favela: Os meios de comunicação, que realizam constantemente reportagens que sublinham quase que exclusivamente os fatos ligados à violência e à atuação do tráfico de drogas nessas localidades.

Como Martin-Barbero, (1997) nos diz,

a partir dos anos 60, a cultura popular urbana passa a ser tomada por uma indústria cultural, cujo raio de influência se torna cada vez mais abrangente, transpondo modelos em larga medida buscados no mercado transnacional. A proposta cultural se torna sedução tecnológica e incitação ao consumo... Nessa tarefa, a publicidade será essencial: transforma os produtos comerciais em instituições domésticas ao mesmo tempo em que contribui para mitificar um ‘progresso’ tecnológico que nas condições econômicas das classes populares se traduz em desvalorização cotidiana de seus saberes e suas práticas (p. 268).

A sociedade de consumo, materializada nos meios de comunicação, desvaloriza os saberes e práticas populares e, no caso da favela, reduz sua complexidade a uma cultura específica e diferente, contribuindo para disseminar a visão homogeneizante desse espaço, enquanto lugar da pobreza e da violência.

No entanto, os depoimentos revelam que o termo *comunidade* não está investido de um caráter transformador, sendo usado para encobrir o estigma que pesa sobre as favelas. Foi possível perceber em algumas narrativas o uso dos termos “favela” e “favelado” como forma de classificar negativamente o outro. Assim, os moradores acabam aceitando e reforçando as visões preconceituosas sobre a favela, que se tornam ainda mais hegemônicas em nossa sociedade.

4.3.2 – E como fica o bairro?...

As narrativas dos moradores sobre o *bairro da Maré* revelam graus diferenciados de conhecimento sobre sua criação. Aqueles que participam de movimentos associativos ou de instituições locais, têm um discurso mais elaborado sobre o bairro, como é possível perceber nos depoimentos de M.C., J. S. e L.E.:

Eu soube há uns dois anos que a Maré era um bairro. Foram as irmãs que começaram a conscientizar que a gente não morava em Bonsucesso, morava na Maré. Quando chegava a correspondência para elas, já vinha escrito “Maré”. Eu concordo que aqui seja um bairro, porque aqui tem tudo de bom. Apesar da mídia não ver as coisas boas, mas aqui tem tudo de bom: tem lazer na Vila Olímpica; tem o Ceasm, que dá uma boa educação pra juventude com Pré-Vestibular; tem várias escolas; vários trabalhos culturais; tem muita coisa aqui na comunidade que faz com que o jovem cresça na sua cultura. Particularmente, eu só concordo com Maré daqui até o Parque União, porque são comunidades que os conhecimentos são quase iguais: tem a parte boa, tem a parte ruim [...] (M.C.).

Desde que se começou a contar a história da Maré, eu sabia que [Marcílio Dias] pertencia à Maré, porque lá tem cais... pesca, está entendendo? Mas nunca teve assim esse vínculo... quanto agora, como conta a história da Maré, conta assim: a Maré começa em Manguinhos e termina na Marcílio Dias. A consciência que nós temos hoje é essa... Também fazemos parte de todo o processo da Maré, o negócio de pesca, essa coisa toda. Marcílio Dias, para mim, é um bairro agora. Lá, as casas são divididas direitinho: cada casa tem o seu muro, tem água, tem luz, saneamento básico (J.S.)⁴⁶.

O bairro é Bonsucesso. Na atualidade, é bairro Maré. Só que as pessoas não conhecem o bairro Maré, mas se falar “Bonsucesso” todo mundo conhece. Aqui, no caso, tinha que ser uma coisa mais explícita, mais divulgada para as pessoas se conscientizarem do bairro Maré, entendeu?! Tem muita gente que ainda não tem isso em mente. A gente tem, mas, e o pessoal de fora?... Eu passei a ter isso em mente – bairro Maré – logo quando começou a ser urbanizado. Antigamente, era favela Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz, esse negócio todo, poxa! Hoje em dia, não. Já se tornou um conjunto... Realmente foi uma coisa certa: um bairro, que foi criado por nós. Depois da urbanização foi possível criar um bairro. Mas tem muita gente que ainda não tem consciência disso (L.E.).

⁴⁶ J.S. nasceu em 10/02/1952, no Rio de Janeiro – RJ. Mora em Marcílio Dias desde que nasceu; é funcionária da prefeitura há quase 20 anos; atualmente trabalha na Nova Holanda como agente comunitário do CEMASI. Entrevista realizada em 08/03/2005.

O fato de possuírem conhecimento sobre a existência do bairro, não significa que os entrevistados tenham desenvolvido uma identidade em relação a esse lugar, que é marcado pela violência. Portanto, a criação do poder público não substitui a referência que os moradores têm nos bairros vizinhos. A relação com Bonsucesso, por exemplo, está presente nos depoimentos de M.S., A.S., P.C. e A.L.:

Eu sei que é Maré porque o César Maia criou o bairro. Só que ele criou o bairro, mas não teve - pelo menos que eu saiba - pergunta aos moradores, uma pesquisa para saber o que as pessoas pensavam. Se teve, eu não estou sabendo, entende?! Então, eu acho que ficou uma coisa assim, muito imposta para pessoa, porque foi ele que fez [...] Muita gente mesmo não sabe que a Maré é um bairro, o pessoal não entende isso, acha que o pessoal fala Maré pelo passado, pela maré, pela água: e a água subia, e a água baixava; maré alta, maré baixa... Então, muita gente pensa que é por causa disso, mas não porque aqui agora seja *um bairro*, desde oitenta e poucos - sei lá quando foi... Mas isso foi porque o prefeito fez um decreto, uma lei - não sei como é - que aqui seria um bairro [...] Então, muita gente não sabe. Para mim, eu moro em Bonsucesso (M. S.)⁴⁷.

Bairro Maré eu acho que ainda está, sei lá, longe de se concretizar assim, porque as pessoas já estão acostumadas: “bairro Bonsucesso”, “Bonsucesso”... Até porque, para arranjar emprego... Como aconteceu lá na seleção de monitores. Houve pessoas que colocaram: “Ah! Eu moro no bairro de Bonsucesso”. “Não, você mora no bairro Maré”. Só que as pessoas ficam com aquilo: “Poxa, será que vão me chamar?... Estou morando numa comunidade de baixa renda, a Maré...” As pessoas já excluem logo: “Ih! É traficante, é matador...” Classificam logo você assim (A.S.)⁴⁸.

Eu acho que, para ser um bairro, tem que ter muita coisa. E devido a Maré ter sido anexa ao antigo Bonsucesso, falta muito para ser um bairro. Não tem nada do lado da Maré de expressão do governo, é tudo do outro lado. Inclusive a FAETEC - que tinha que ser aqui dentro -, um hospital dentro da Maré... Já botaram o Batalhão, então vamos botar outra coisa. Eu acho que para ser bairro está faltando muita coisa (P.C.).

⁴⁷ M.S. nasceu em 16/10/1960 no Rio de Janeiro – RJ. Mora no Morro do Timbau desde que nasceu. É dona de casa, aluna do CPV- MARÉ e voluntária da Rede Memória. Entrevista realizada em 28/02/2005.

⁴⁸ A.S. nasceu em 18/05/1987, no Rio de Janeiro – RJ. É moradora da Nova Holanda desde que nasceu; cursa o 2º ano do Ensino Médio no Ciep César Pernetá, na Maré; faz estágio de monitoria no Museu da Vida, na FIOCRUZ. Entrevista realizada em 25/01/2005.

Muita coisa ainda falta, mas a Maré tem capacidade até, se der mole, de ser um estado: Tem muitos habitantes, um espaço muito grande... Mas falta... ainda falta civilização. A civilização está muito violenta para ser um bairro. E também, falta estrutura: saneamento básico, água, luz... aqui não tem saneamento básico ideal para se viver, mas tem. A violência está mais focalizada, está mais centralizada aqui: o risco é maior de você sair da sua casa e tomar um tiro. Já ali, em outras cidades, outros bairros, o risco é menor. Não que não haja, mas o risco é menor (A.L.)⁴⁹.

A instituição do bairro também não conseguiu sobrepor-se à identidade dos moradores com as localidades, onde de fato os agentes sociais estabelecem suas relações cotidianas:

Eu tenho satisfação de dizer que moro na Nova Holanda, mas todo mundo diz que mora na Maré: “Rua x, rua não sei o que, não sei o que, na Maré”. Mas eu não consigo, eu gosto da Nova Holanda. Não sou só eu, não. Tem outras pessoas aí que não esquecem. É difícil dizer: “Eu moro na Maré!” Eu moro na Maré, em Nova Holanda. Se diz Maré, mas não se esquece a Nova Holanda. E se disser só Maré, o povo vai ficar meio perdido, porque Maré começa lá no Caju e vai até Roquete Pinto... Quer dizer, Roquete Pinto é Maré também [...] Eu até admito que seja tudo Maré, mas eu acho que a Maré é dividida em comunidades: tem a comunidade da Roquete Pinto, tem a comunidade de Ramos, comunidade do Parque União, comunidade do Rubens Vaz, a comunidade da Baixa do Sapateiro, do Pinheiro... da Vila do João, Vila Esperança... Acho que todas essas comunidades estão implícitas dentro desse bairro, que a gente chama de Maré, não é? Parece que englobou tudo na Maré, é tudo um bairro só, não é? Na minha opinião, dentro do bairro da Maré existem essas várias comunidades, cada uma com um nome (A.O.)⁵⁰.

Essa “Maré” veio depois. No tempo que eu comecei a morar aqui... era Nova Holanda, *Nova Holanda, favela*. Se falava assim: *favela* [...] Hoje em dia se fala “Maré”, “favela Maré”, “bairro Maré”, essas coisas... É Por isso que nós continuamos a falar como sempre, como antes [...] Eu acho que bairro é melhor, porque favela... acho que seria uma coisa bem pior, bem mais fraca do que um bairro: Nova Holanda, Maré. Eu acho que agora o nome fica melhor assim (T.B.).

⁴⁹ A.L. nasceu em 17/02/1990, Rio de Janeiro – RJ. É morador da Baixa do Sapateiro desde que nasceu; faz curso técnico de turismo no Colégio Juscelino Kubitschek; não trabalha; já participou do curso de contadores de histórias promovido pelo CEASM; participa da paróquia Jesus de Nazaré, no Parque da Maré; mora com os pais e o irmão. Entrevista realizada em 10/04/2005.

⁵⁰ A.O. nasceu em 30/06/1937, em Cachoeira Alegre – Minas Gerais. Chegou no Rio aos oito anos de idade. Foi para o Sampaio, depois foi morar na Favela do Esqueleto. É morador da Maré desde 1962, quando foi transferido para o CHP Nova Holanda. É diretor da escola de samba *O Gato de Bonsucesso*. Entrevista realizada em 05/04/2005.

A partir de uma prática militante, que objetiva contribuir para a transformação da realidade local, o bairro é visto como um instrumento de pressão política, que pode viabilizar a conquista dos direitos dos moradores e mudar a abordagem da mídia:

Antes ficava aquele jogo de empurra: Marcílio Dias é da Subprefeitura da Penha, é da Subprefeitura da... Quando a gente ia reivindicar alguma coisa, eles ficavam naquele jogo de empurra. Então, politicamente sendo um bairro - Subprefeitura Maré-Ilha -, a gente tem onde cobrar os direitos, e eles não têm como fazer esse jogo de empurra. Eu sou muito seguro de mim, eu tento mostrar o meu valor: não é o lugar onde eu moro que vai influenciar meu *caráter*, a gente é o que é. Menos de 5% da nossa comunidade... ela é voltada para alguma atividade marginal. 5% eu ainda acho muito [...] A mídia só mostra o lado ruim da favela. Vamos colocar assim: 90%, ela fala sobre criminalidade, guerras do tráfico... 10%, é mais político... é pra falar dos projetos sociais que eles patrocinam dentro da favela... 7% falam sobre isso - sobre os projetos sociais que eles implantam na comunidade. E, 3%, são sobre uma pessoa que se destaca na favela, um jogador de futebol (A.S.)⁵¹.

O processo histórico que deu origem e propiciou o crescimento das favelas cariocas e, em particular, da Favela da Maré, envolveu inúmeros agentes sociais: o poder público, os movimentos associativos dos moradores das favelas, os meios de comunicação etc.

Esses agentes contribuíram de diferentes formas não só para a criação e a permanência das favelas no cenário urbano carioca, como também para o desenvolvimento de uma certa visão sobre essas localidades. Sem dúvida, a visão sobre as favelas que se tornou hegemônica foi aquela que as definiu como “antítese” da cidade, impondo a seus moradores a pecha de “marginais” ou “vítimas”.

A criação do bairro da Maré, pelo menos na justificativa do Projeto de Lei que a propôs, foi uma tentativa de integrar a região à cidade por meio da implantação de equipamentos urbanos que pudessem servir à população local:

⁵¹ A.S. nasceu em 04/04/1984, Pernambuco. Mora com os avós em Marcílio Dias desde que tinha dois anos; faz Biologia na UNIGRANRIO; trabalha como agente de saúde na ONG Médicos Sem Fronteiras. Entrevista realizada em 10/04/2005.

Acreditamos que a marginalização dessas comunidades não advém tão somente do termo “favelados”, mas da falta de recursos, de equipamentos e de serviços fundamentais a uma sociedade que quer evoluir, progredir. O presente Projeto é um passo inicial para, respeitadas as diretrizes traçadas pelo Plano Diretor Decenal da Cidade, garantir-se à população do Complexo da Maré, constituído efetivamente em bairro fazer parte da Cidade do Rio de Janeiro (DCM de 31/08/1993, p. 5).

De fato, foram implantados inúmeros equipamentos públicos na região: escolas, postos de saúde, Administração Regional, Centro Comunitário de Defesa da Cidadania (CCDC), postos de atendimento da CEDAE e da COMLURB, Biblioteca e Lona Cultural etc. No entanto, a partir dos depoimentos dos entrevistados, foi possível perceber que todo esse investimento não foi suficiente para criar nos moradores o sentimento de bairro integrado à cidade.

Dessa forma, fica evidente que uma identidade coletiva dos moradores, que propicie o sentimento de pertença ao bairro da Maré, não pode ser construída apenas com a implantação de equipamentos públicos na região. É necessário reconhecer que o bairro foi criado a partir da favela, hegemonicamente instituída como “antítese” da cidade, e trabalhar numa nova perspectiva, capaz de fazer frente a esse estigma, tão arraigado em nossa sociedade, como bem demonstra a opinião do leitor do jornal *O Globo*:

Lutar contra as favelas é luta vã. A maioria delas nem existiria se não fossem celeiro de votos e dinheiro para alguns. O problema será tratado como sempre, empurrado com a barriga. Resta a nós, que preferimos respeitar as leis, procurar algum lado bom. Quanto mais prédios houver nelas, melhor, pois acabarão sendo barreira contra as futuras balas perdidas dos muitos tiroteios que ainda acontecerão por ali. Os ilegais acabarão salvando a vida de alguns legais (LUTA vã, 2005, p. 6, grifo nosso).

CAPÍTULO 5 – OS NARRADORES DO CEASM E O PROJETO DO BAIRRO

5.1. PANORAMA GERAL DO SURGIMENTO DAS ONGs NO BRASIL

A criação de diversas ONGs na Maré, não representou um fato isolado no processo de surgimento e proliferação, no Brasil, de organizações do mesmo tipo, genericamente chamadas de organizações não governamentais.

De acordo com Leilah Landim (1998), esse processo teve início na década de 1970, quando surgiram algumas organizações, que foram constituindo uma história comum ao longo dos anos de 1980, passando a ser identificadas desde então pelo nome de organizações não governamentais ou, simplesmente, ONGs.

Ainda segundo Landim, durante a década de 1980, as ONGs só eram reconhecidas em meios muito restritos. Porém, a partir da ECO 92, foram adquirindo visibilidade nacional, por conta da ampla divulgação do evento nos meios de comunicação.

No decorrer dessas duas décadas, as ONGs foram vistas como uma prática institucional alternativa da esquerda brasileira que propiciaria a criação de inovadoras experiências democráticas: “... as ONGs *“surgem como um dado novo da nova complexidade da sociedade (...). São um ‘lugar’ de onde fala a nova experiência, de onde não podia falar o Estado, de onde não podia falar a Academia, de onde só podia falar (...) uma experiência militante”* (OLIVEIRA, 1997 apud LANDIM, 1998, p. 26, grifo do autor).

Atualmente, as ONGs podem ser definidas como instituições da sociedade civil, “...cujas atividades ou campo de atuação são públicos ou de interesse público, mas que é institucional ou financeiramente independente do governo ou das instituições ou empresas ligadas a ele” (HOUAISS, 2004, p. 2079).

Para Rubem César Fernandes (1994), a expressão *sociedade civil* passou a ser recorrente entre os militantes latino-americanos no final da década de 1970. Essa expressão foi associada à idéia de *cidadania*, e ganhou força no Brasil com o processo de democratização política, durante os anos de 1980, e com a atuação dos movimentos sociais e das ONGs.

No entanto, Rubem César aponta para o perigo da supervalorização da militância da sociedade civil, pois ela foi reforçada justamente por um processo de abertura democrática, que não se fez acompanhar pelo reforço da credibilidade nas instituições do Estado.

No entanto, esta gênese é problemática porque se avizinha, e em parte se alimenta, de uma desmoralização do governo; e sem um firme Estado democrático, já se vê, a sociedade civil não se sustenta. Não há autonomia cidadã que se mantenha sem o bom funcionamento dos sistemas de segurança e de justiça; não há como manter aceso o desejo de participação sem a crença nas instituições das quais se é convidado a participar (1994, p. 94-95).

Considero que esta seja uma questão fundamental para entendermos o contexto atual das ONGs no Brasil e, particularmente no Rio de Janeiro. Essas organizações, que em sua origem, podem ter representado uma esperança de construção de novas experiências democráticas, vivem hoje o dilema da dependência econômica em relação ao Estado e a empresas públicas ou privadas. Essa realidade impede que muitas dessas instituições atuem livremente na luta pela construção da cidadania, resumindo sua ação à terceirização de serviços, que deveriam ser garantidos pelo governo.

Dessa forma, inúmeras ONGs disputam entre si os financiamentos públicos e privados, tornando-se concorrentes nesse “mercado”, e colaborando muito pouco para o fortalecimento das instituições democráticas estatais. Conseqüentemente, essa prática acaba por comprometer a militância da sociedade civil, pois é apreendida pela população em geral,

como sendo uma prática tradicional e “populista”, que utiliza o discurso da pobreza, da exclusão e da minoria, para conquistar benefícios que serão apropriados por pequenos grupos.

Em seu livro *A Favela Fala*, Dulce Pandolfi e Mário Grynszpan (2003) apontam para este problema, ao realizar uma pesquisa sobre os efeitos das ações desenvolvidas por organizações governamentais e não governamentais em três áreas da cidade do Rio de Janeiro, reconhecidas pela opinião pública, como favelas ou comunidades populares (carentes ou de baixa renda). Foram elas: Morro da Formiga, Rocinha e Maré.

Os moradores dessas localidades são estereotipados pela sociedade em geral, como possíveis marginais ou simplesmente carentes e pobres, destituídos das condições básicas para viver dignamente. Desconsiderando os exageros próprios de uma visão preconceituosa e estigmatizante sobre a vida nessas áreas, o fato é que muitos de seus moradores vivem de forma precária, não tendo acesso a inúmeras conquistas da cidadania como, por exemplo, o direito à informação, à moradia digna, à saúde e à educação de qualidade. Aliás, essas são conquistas que poucos brasileiros têm direito a usufruir, independente de morar ou não numa favela.

Mas, com toda certeza, o direito de ir e vir, de livre manifestação, de recurso à Justiça, e, principalmente, o direito à vida, são freqüentemente ameaçados nessas áreas da cidade, pelo fato de ali se manifestar, de forma desvelada, a violência do tráfico de drogas e da polícia. Portanto, nessas comunidades a ação do poder público e das ONGs deveria estar voltada para a ampliação da cidadania, a melhoria nas condições de vida de seus moradores e a transformação da realidade local.

No entanto, de acordo com Pandolfi e Grynszpan, não generalizando a ação de todas as ONGs, nem desprezando os benefícios gerados pelos investimentos estatais nas comunidades, é necessário questionar a destinação dada a esses investimentos:

[...] quem, nas comunidades, acaba sendo realmente beneficiado por eles? O mesmo vale para os projetos das ONGs, cujos beneficiários são muitos, é certo, mas se restringem aos setores das favelas que deles são objeto. As ONGs mesmas se beneficiam ganhando notoriedade, auferindo recursos, garantindo a continuidade de seu trabalho e de seus quadros, tornando possível a sua sobrevivência ou até sua expansão. Trabalhando pelos pobres, portanto, elas trabalham também por si próprias. Aprovar projetos e obter e manter financiamentos é tão fundamental para elas quanto para suas clientelas.

Isso termina por inscrevê-las num processo de concorrência, cada qual lutando para garantir ou ampliar o seu espaço e impor a sua exclusividade com relação a determinadas linhas de ação, áreas e mesmo clientela. Daí a dificuldade de uma colaboração efetiva, sistemática e duradoura entre elas (2003, p. 26).

5.2. A CRIAÇÃO DO CEASM

No tocante à ação das ONGs e do poder público, a Maré não é diferente de outras localidades populares. Ali ocorre uma proliferação de organizações governamentais e não governamentais. Em 2004, o CEASM lançou o Caderno de Instituições do Bairro Maré, resultado do Censo 2000, realizado por essa instituição. Nesse caderno são relacionadas mais de 140 instituições, entre organizações governamentais, ONGs, instituições religiosas e associações de moradores.

Se por um lado a realidade sócio-econômica da Maré é fortemente marcada pela proletarianização de grande parte de sua população, desqualificada profissionalmente e com baixo nível de escolaridade; por outro, podemos constatar a existência de uma série de serviços e equipamentos instalados no local. Só para se ter uma idéia, durante o primeiro semestre de 2005, a Prefeitura inaugurou a Lona Cultural da Maré e uma biblioteca popular, ambas localizadas entre a Baixa do Sapateiro e o Parque Maré.

Além desses dois equipamentos culturais, podemos enumerar as 15 escolas municipais de ensino fundamental e as três de ensino médio, sendo duas noturnas. No campo da representação institucional dos governos municipal e estadual, estão instalados na Maré a

XXX^a Administração Regional e o CCDC, além de um posto da COMLURB e outro da CEDAE.

Na área de saúde, existem os postos de Ramos, Nova Holanda e Vila do João, como também pequenas unidades localizadas nos CIEP Gustavo Capanema, na Vila do Pinheiro; Operário Vicente Mariano, no Morro do Timbau; Elis Regina e Samora Machel, na Baixa do Sapateiro e Parque Maré; Hélio Smidt, no Parque Rubens Vaz; e no CIEP Leonel Brizola, na Praia de Ramos.

No que diz respeito à segurança pública, a Maré conta com postos de policiamento comunitário na Vila do João, Baixa do Sapateiro, Parque União e Ramos, inclusive tendo sido instalado na região o 22º Batalhão da Polícia Militar. O Governo do Estado do Rio de Janeiro transferiu o batalhão do bairro de Benfica para a Maré em 2003, sob a alegação de que esta medida facilitaria o combate à violência do tráfico de drogas, e a proteção dos moradores e dos motoristas que cruzam a Linha Vermelha diariamente.

Na região existem ainda 15 associações de moradores vinculadas à representação de cada uma das 15 localidades que formam a Maré, e uma espécie de federação dessas associações, a União das Associações do Bairro Maré (UNIMAR).

Na Maré encontramos também vários centros de comércio, como por exemplo, a rua Teixeira Ribeiro, que liga a Av. Brasil à Nova Holanda. Ali estão localizados estabelecimentos comerciais de todos os tipos: supermercados, farmácias, loterias, salões de beleza, bares e restaurantes, bazares, videolocadoras, lojas de material de construção e de produtos nordestinos. A região conta ainda com cinco feiras livres e um pequeno shopping. E, mais recentemente, foram instalados na Nova Holanda, um posto de atendimento da LIGHT e um Banco Popular do Brasil.

A presença de organizações não governamentais também é marcante no lugar. Podemos destacar entre outras, a União Esportiva Vila Olímpica da Maré (UEVOM), que

administra a Vila Olímpica da Prefeitura; a Ação Comunitária do Brasil (ACB), instalada desde 1980 na Vila do João, e que desenvolve cursos profissionalizantes e oficinas de artes plásticas; o VIVA-RIO, com várias salas de telecurso de ensino fundamental, escritório de Balcão de Direitos, centro de acesso à Internet e um posto do Viva-cred, onde oferece micro crédito aos comerciantes e pequenos empreendedores locais.

Dulce e Grynzspan apontam como um dos efeitos significativos da atuação das ONGs e do poder público nessas localidades, o surgimento de lideranças e a mobilidade alcançada por elas, que passam a freqüentar diversos espaços, aos quais normalmente não teriam acesso; estabelecem variadas redes de relações, e ampliam seus contatos e conhecimentos para além do seu universo cotidiano.

Tais possibilidades são decorrentes da participação das lideranças em projetos governamentais desenvolvidos nas localidades, e do engajamento nos trabalhos das ONGs, muitas delas criadas pelas próprias lideranças locais.

Esse processo gerou a proliferação de organizações não governamentais estruturadas a partir da iniciativa de moradores das próprias comunidades, as ONGs “de dentro”, assim conceituadas por Pandolfi e Grynzspan. Tal situação acabou por acirrar a competição entre essas ONGs e outras organizações consideradas “de fora”, que por isso mesmo, eram vistas pelas lideranças locais como menos legítimas do que as primeiras.

No entanto, de acordo com o livro *A Favela Fala*,

[...] é preciso relativizar a oposição “dentro” *versus* “fora”, para não tomá-la de forma absoluta, como se os seus termos traduzissem posições polares, rigidamente diferenciadas, referentes a territórios definidos, a espaços exclusivos, com fronteiras claramente perceptíveis. As ONGs “de dentro” podiam, por vezes, se originar de influxos externos [...] além do estímulo do poder público, as organizações “de dentro” também podiam ser produto da ação de ONGs maiores, “externas”, que assim conseguiam manter algum nível de controle e influência não aparentes sobre ações locais [...] O que se vê, portanto, é que a relação entre os “de dentro” e os “de fora” era mais complexa e matizada do que se poderia supor a partir unicamente do discurso dos agentes. Percebê-lo, porém, não significa negar a importância da oposição (2003, p. 17-18).

Dessa forma, podemos inserir a criação do CEASM no contexto descrito acima. Essa organização não governamental foi fundada em 15 de agosto de 1997, por um grupo de moradores e ex-moradores da Maré que, tendo chegado à universidade e militando no movimento social, se reuniu para desenvolver um trabalho sistemático de intervenção na realidade local, a partir de projetos relacionados à educação e à cultura.

O CEASM se insere no universo das ONGs “de dentro” por ter sido criada, como já foi dito, por moradores locais. No entanto, grande parte dos financiamentos que recebe, e vários profissionais que atuam em seus projetos, são oriundos “de fora” da Maré. Essa dualidade corrobora a análise de Pandolfi e Grynszpan, pois mostra que é muito improvável que qualquer organização, mesmo aquelas fundadas exclusivamente por agentes locais, se mantenha fechada em um dos “lados”.

De acordo com as justificativas apresentadas nos projetos redigidos pela instituição - como por exemplo, o projeto da Rede Memória -, o CEASM foi criado com a missão de promover ações qualitativas, integradas e de longo prazo no espaço local, visando melhorar a qualidade de vida dos moradores da Maré e contribuir para a superação das representações estereotipadas da favela que orientam a opinião pública em geral e, em particular, a opinião pública carioca.

A instituição trabalha a partir do uso da metodologia de criação de redes sociopedagógicas, que visam articular grupos sociais comprometidos com o exercício da cidadania por parte dos moradores locais, além de contribuir para a criação de políticas públicas que melhorem qualitativamente a vida dos moradores da cidade.

Atualmente, o CEASM está organizado em três redes que agregam projetos afins, distribuídos da seguinte forma:

A) REDE DE EDUCAÇÃO

- Curso Pré-Vestibular Comunitário (CPV-MARÉ)
- Curso Preparatório para a 5ª Série do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio
- Núcleo de Línguas Estrangeiras
- Oficinas de Informática
- Programa de Criança Petrobrás nas Escolas
- Observatório Social da Maré
- Projeto Adolescentro (protagonismo do adolescente na área de saúde)

B) REDE DE COMUNICAÇÃO

- Jornal O Cidadão (tiragem bimestral de 20.000 exemplares)

C) REDE DE CULTURA

- Rede Memória
- Escola de Dança
- Oficinas Culturais (artes plásticas, capoeira, teatro, dança afro, música, percussão, cinema)
- Oficinas de produção gráfica, fotográfica e de vídeo
- Marias Maré (artesanato com mulheres)

Para desenvolver esse conjunto de projetos, o CEASM estabeleceu diversas parcerias com instituições públicas e privadas; locais e de outras partes da cidade, como por exemplo, a INFRAERO, PETROBRAS, FIOCRUZ, UFRJ, UFF, UNIRIO, Concessionária da Linha Amarela S.A (LAMSA), Minasgás, Instituto Desiderata, Fundação Ford, Secretarias Municipais de Educação e Saúde, Ministério da Cultura, IPHAN, SESI, algumas associações de moradores, escolas públicas e ONGS locais.

O CEASM possui três núcleos de atuação na Maré e um núcleo financeiro no Centro da Cidade. O primeiro núcleo da instituição foi instalado no Morro do Timbau, a partir da parceria estabelecida com a associação dos moradores dessa localidade. Na verdade, alguns diretores da associação também participaram da fundação do CEASM, fato que viabilizou a instalação da sede naquele lugar.

A ONG iniciou sua atuação em 1998, a partir do projeto de Pré-Vestibular Comunitário. As duas turmas que se formaram, com 70 alunos cada, ocuparam salas da Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, na época, a única paróquia católica local. O padre cedeu o espaço da igreja ao CEASM, enquanto as obras eram realizadas em sua sede, prédio cedido em comodato pela diretoria da associação do Timbau.

Em parceria com a Fundação Leão XIII e a Associação de Moradores da Nova Holanda, em agosto de 2002, o CEASM ampliou sua atuação na Maré com a inauguração de outro núcleo naquela localidade.

Numa parceria com a empresa Terminal 1 de Transporte Marítimo, o CEASM abriu um novo núcleo no Morro do Timbau. Inaugurada em 2003, a Casa de Cultura da Maré – assim chamada pelos participantes da ONG - é um espaço dedicado aos projetos culturais desenvolvidos pela instituição.

Esse espaço cultural, ainda em constituição, visa abrigar - além dos projetos já instalados em suas dependências – um teatro, um cinema e um museu. O objetivo dos agentes

sociais do CEASM é consolidar a Casa de Cultura enquanto um dos espaços de referência cultural para os moradores locais e também para a cidade.

Como já foi dito na introdução deste trabalho, a escolha do CEASM para esta pesquisa se deve ao fato da instituição trabalhar a partir da perspectiva de apreensão da Maré enquanto uma totalidade, materializada na constituição do bairro. Isso não significa que ela seja a única instituição local a formular uma proposta política centrada na idéia de totalidade da região. Mas o CEASM é a organização da Maré que melhor divulga essa proposta, por meio de projetos que a instituição considera estratégicos, e que ainda serão apresentados neste capítulo.

De acordo com os Estatutos Sociais da instituição, o CEASM tem por finalidade:

- a) Catalisar, produzir e sistematizar iniciativas que visem estimular discursos e práticas comprometidas com o exercício da cidadania cotidiana existentes no *Complexo da Maré*;
 - b) Subsidiar as estratégias e ações desenvolvidas por pessoas e grupos que atuam na Maré com a finalidade de fortalecerem as redes sociais vinculadas ao exercício da cidadania;
 - c) Oferecer oportunidades de qualificação profissional e acesso a bens culturais aos jovens da Maré, através de iniciativas tais como Curso Pré-vestibular; Programa de Alfabetização de adultos; Núcleo de Informática; participação na produção de atividades culturais e artísticas [...] como forma de ampliar o acesso à múltiplas redes sociais;
 - d) Formação do Núcleo de Pesquisa e Memória do *Complexo da Maré*; [...]
- (1997, p. 1, grifo nosso).

Como é possível perceber, desde sua fundação o CEASM trabalha na perspectiva de unidade da região. No entanto, a expressão usada em seu Estatuto para definir essa unidade é *complexo* e não *bairro*. Está claro que a proposta política de constituição do bairro, foi sendo desenvolvida ao longo do processo de consolidação da instituição, durante o qual seus agentes sociais reformularam as estratégias de ação do CEASM, e se apropriaram da criação político-administrativa do bairro da Maré, empreendida pelo poder público municipal, em 1994.

Os agentes sociais do CEASM, ao se apropriar dessa criação, não estão impondo aos moradores sua aceitação. Pelo contrário, ao reconhecer a existência do bairro, a instituição

objetiva fomentar iniciativas locais que passem a exigir coerência nas ações desenvolvidas pelo poder público, para que a Maré conquiste de fato o estatuto de bairro. Isso fica claro na apresentação do Caderno de Instituições do Bairro Maré:

[...] outra grande intenção do “Mapa das instituições” é estimular as organizações locais a reunirem esforços para formularem um projeto de Desenvolvimento Local. Um projeto desse porte sustenta-se na crença de que há uma relação direta entre as práticas das entidades locais e os indicadores sociais da Maré [...] A materialização plena dessa ambição coletiva exige a devida identificação do que já é ofertado pelo conjunto de instituições locais e, por sua vez, o que ainda necessita ser buscado pelos moradores e movimentos sociais mareenses a fim de que seus direitos sejam plenamente exercidos [...] (CEASM, 2004, p. 7-8).

5.3 – OS INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO DO BAIRRO

Os agentes sociais do CEASM formularam ao longo de oito anos de existência da instituição, a proposta política de invenção do bairro da Maré. Não é objetivo deste trabalho avaliar a eficácia de tal proposta, mesmo porque oito anos é um tempo muito curto para se inventar a tradição de um bairro, principalmente quando este é criado de cima para baixo, com pouca participação de seus moradores.

De acordo com Hobsbawm (1997), o êxito das invenções depende de sua transmissão clara, de forma que o público possa entendê-la de imediato. Nesse sentido, é possível perceber que o CEASM desenvolveu vários projetos que, em suas ações divulgam a idéia de bairro.

5.3.1. Os projetos da Rede Memória

Um desses projetos é a Rede Memória, que objetiva preservar a história local e contribuir para a criação de uma identidade coletiva dos moradores. Considero esse projeto

exemplar para minha análise, pois sua ação visa construir junto aos moradores o sentido de pertencimento ao bairro da Maré.

Além disso, o trabalho da Rede Memória obteve reconhecimento nacional em 2005, ao receber o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, oferecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tal premiação é conferida a pessoas ou instituições que desenvolvem ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro. O IPHAN selecionou sete iniciativas em todo o Brasil, tendo sido a Rede Memória premiada na categoria de *salvaguarda de bens de natureza imaterial*.

Esse trabalho de preservação do patrimônio imaterial da Maré, privilegia a valorização da história local, sistematizada em um texto ilustrado de 83 páginas, o *Histórico da Maré*. O texto foi escrito por Antônio Carlos Pinto Vieira, um dos fundadores do CEASM e coordenador da Rede Memória. Esse trabalho apresenta a história da região e sua relação com a dinâmica da formação da cidade.

Ordenando numa seqüência cronológica os processos históricos ocorridos na região e na cidade, desde o período colonial até o final da década de 1990, Vieira escreve a primeira versão da história da Maré e, principalmente, cria uma identidade comum entre as diversas localidades que se formaram ao longo da Avenida Brasil, a partir da década de 1940.

Conforme já foi visto no capítulo 2 deste trabalho, Vieira afirma que a localidade mais antiga da região é o Morro do Timbau e, numa narrativa mítica, apresenta a história de dona Orozina, primeiramente contada por Carlos Nélson (1986). No entanto, Vieira confere àquela que teria sido a primeira moradora do Morro do Timbau, o status de fundadora da Maré:

A ocupação da comunidade propriamente dita se dá a partir da chegada da primeira moradora, d. Orozina, que num passeio de final de semana se apaixona pelo lugar, e recolhendo a madeira que a maré trazia, demarca uma área e constrói o primeiro barraco e assim nos é contada por Carlos Nélson: “[...] Havia ali uma praia, então limpa e agradável. Se chamava Praia de Inhaúma, embora o bairro do mesmo nome ficasse distante, no interior do tecido urbano. Foi ali, aliás, como resultado de um passeio de domingo à Praia de Inhaúma que os primeiros ocupantes se apaixonaram

pelas características da localidade. Nada existia ali, exceto o matagal que, na linguagem do dia a dia significava que a região estava coberta de espessa vegetação. A praia estava coberta de pedaços de madeira trazidos pela **maré**, e que pareciam sugerir seu uso para alguma boa finalidade. E foi isto exatamente que uma mulher inteligente fez, ignorando os protestos de seu marido e começando a juntar pedaços de madeira, com o intuito de levantar um barraco naquele ponto deserto que parecia não ter interesse a ninguém. Este primeiro casal vinha do centro do Rio, onde vivia numa casa de cômodos, atrás da Estação da Central do Brasil. A mulher tinha acabado de chegar do interior de Minas Gerais e não conseguia viver sufocada no pequeno cômodo, ‘com chuva caindo em goteiras’. Ela escolheu um ponto seco, conveniente, numa pequena elevação próxima ao mar e levantou seu pequeno barraco com os materiais que a maré trazia de graça. Mais tarde ela se dedicou a plantar árvores frutíferas e uma horta e a cercar seu ‘território’. Ela conseguiu fazer tudo sem que qualquer pessoa a perturbasse. Mesmo assim, o casal estava bastante assustado, percebendo que eles estavam ocupando algo, sem autorização, que não lhes pertencia” (1998, p. 43-44, grifo do autor).

De acordo com Portelli (2002), um mito não é obrigatoriamente uma história inventada. Na verdade, o mito é “uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formulação simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura (p. 121). É justamente essa narrativa mítica sobre a origem da Maré que os agentes sociais do CEASM formularam a partir da história de dona Orozina, apresentada no histórico escrito por Vieira.

O *Histórico da Maré* compõe o acervo do arquivo documental criado pela Rede Memória com o objetivo de abrigar variadas fontes sobre a história local: fotografias, mapas, uma hemeroteca, documentos oficiais sobre a Maré, documentos particulares doados por moradores, monografias, teses etc. Não por um acaso, o arquivo foi batizado com o nome de dona Orozina.

Desde sua inauguração, em 27 de abril de 2002, várias pessoas já passaram pelo arquivo. Algumas, para conhecer; outras, para ver fotos antigas e “matar” a saudade do passado; e muitas, para pesquisar. Grande parte das pesquisas são realizadas por professores e alunos das escolas públicas locais e por participantes dos outros projetos do CEASM. Nos registros do arquivo consta um número considerável de consultas feitas por pesquisadores

ligados a diversas instituições da cidade, tais como UNIRIO, CPDOC, UFRJ, FIOCRUZ e outras.

A equipe do arquivo é formada por jovens universitários, moradores da Maré, muitos dos quais fizeram o Curso Pré-Vestibular oferecido pelo CEASM. Atualmente, eles estão em universidades públicas, cursando faculdades de História, Geografia, Biblioteconomia, Arquivologia e Serviço Social. Esses jovens realizam um trabalho de pesquisa junto aos moradores locais para reproduzir os acervos pessoais sobre a história da Maré. Além disso, a equipe também desenvolve pesquisa em arquivos públicos e particulares do Rio de Janeiro

Em consequência do trabalho desenvolvido, o arquivo abriga material variado sobre a história local, composto por fotografias, publicações, fitas de vídeo e áudio, jornais e mapas. O acervo está disponível à consulta de moradores, professores e alunos das escolas públicas do bairro e de pesquisadores das diversas instituições da cidade.

Grande parte do acervo do Arquivo Orozina Vieira é constituído por fotografias, que retratam variados aspectos da realidade local, e fotos do início do século XX, de autoria do conhecido fotógrafo Augusto Malta. Esse acervo iconográfico foi, em parte, reproduzido e ampliado para compor várias exposições sobre a história da Maré.

As exposições são apresentadas em espaços públicos locais, como escolas e praças. Nos últimos anos, a Rede Memória vem realizando também exposições em outros lugares fora da Maré, como por exemplo, no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), Flamengo; no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, Largo São Francisco; no Instituto de Educação da UFF, no Museu de Arte Contemporânea, e no Centro Cultural do Tribunal de Contas do Estado, em Niterói; e no Museu da República, Catete.

A Rede Memória também possui um grupo de contadores de histórias, cujo nome é *Maré de Histórias*. Esse grupo desenvolve um trabalho a partir das narrativas dos moradores, explorando o aspecto lúdico da história da Maré - as lendas e os *causos* narrados pelos mais

velhos. Histórias como *O Ensopado de Cobra*, *O Porco com Cara de Gente*, *O Casamento na Palafita* e *A Figueira Mal Assombrada* fazem parte do repertório do grupo.

Outro projeto desenvolvido pela Rede Memória é a pesquisa de história oral. Este projeto tem o objetivo de preservar a história da Maré, através do registro dos depoimentos orais dos moradores mais antigos. Em 2004, o projeto estabeleceu uma parceria com a Escola Nacional de Música da UFRJ, para o desenvolvimento de pesquisa sobre a identidade cultural dos moradores da Maré, a partir dos variados estilos musicais presentes na região.

Atualmente, em parceria com o IPHAN, e com financiamento do Ministério da Cultura, a Rede Memória está montando o Museu da Maré. Um novo projeto que ocupará todo um galpão da Casa de Cultura.

5.3.2. O Cidadão, o jornal do bairro da Maré

Outro instrumento de divulgação da proposta política do CEASM, é o jornal O Cidadão. Ele é bimestral e possui uma tiragem de 20 mil exemplares. O jornal, cujo nome deixa claro seu objetivo, discute questões relativas ao bairro da Maré e, em sua última página, apresenta a cada número um capítulo da história local baseada no histórico de Vieira. O jornal é distribuído gratuitamente nos estabelecimentos comerciais, escolas, associações de moradores, postos de saúde, bancas de jornal, além de ser enviado a outras instituições da cidade.

Em sua 27ª edição, o jornal O Cidadão apresentou como matéria principal a discussão sobre a formação do bairro. A manchete da capa era a seguinte: “Mareense!? Existe isso?! – Reflexões sobre um bairro em formação”.

No corpo da matéria várias questões foram abordadas, desde a falta de infra-estrutura até as vantagens que os moradores podem obter com a criação do bairro. Um exemplo, é a

inclusão da Maré no mapa da cidade e a instalação de uma região administrativa no local. Essas mudanças, segundo a redação do jornal (a matéria não é assinada), garantiriam à região a legalidade, que é negada aos espaços favelados.

Ainda nessa matéria, o jornal apresenta claramente o projeto político do CEASM:

Um dos efeitos da ação do CEASM no bairro já pode ser percebido. É o resgate da auto-estima do nome Maré. Qual morador não passou pela experiência de ter que esconder o lugar onde mora [...] Afinal, não é novidade: para quem mora no lado de lá da Avenida Brasil, a Maré é uma grande favela... lugar que só tem pobre, marginal, coisas assim... Como então aceitar um bairro com essa marca? No entanto, os diversos projetos do CEASM pensam a Maré num contexto histórico e político. Gradualmente, o jovem envolvido nas atividades da entidade constrói uma identidade política com o bairro. Tem gente que até brinca e diz que gostar de ser da Maré é uma invenção do CEASM [...] Chegou então a hora de perguntar: E aquele papo de mareense? Ok, a gente confessa: essa palavra é invenção do jornal. Não que se queira ficar rotulando morador ou forçando um sentimento emotivo de amor à Maré. Nada disso. Na verdade, é uma espécie de lembrança. É uma sutil brincadeira para deixar algumas questões presentes no leitor. Mesmo reconhecendo toda a diversidade e multiplicidade do que é a vida nas 16 comunidades da Maré, é também preciso reconhecer que certos laços unem aqueles que ficaram à margem da Avenida chamada Brasil [...] Chamar o morador de mareense é antes de tudo fazer um convite. É convidar a população para a formação de uma comunidade política ativa, capaz de intervir nas 16 comunidades da Maré e na cidade [...] (2003, p. 10).

O jornal também reconhece seu papel de divulgador da proposta da instituição:

Dentro da proposta do CEASM, essa tarefa de repensar a Maré é concretizada por diversos projetos da entidade, como a Rede Memória – que estuda a história local. Tem também o Observatório Social, formado por universitários locais e que pretende se constituir num núcleo avançado de pesquisa sobre as realidades do bairro e elaboração de políticas públicas para a área. Para não falar do Cidadão, que é um instrumento de falar à Maré, a partir dela mesma (p. 9).

A Rede Memória e o Jornal O Cidadão são instrumentos criados pelo CEASM para promover a divulgação do bairro, suas questões atuais e sua história. O que nos interessa é perceber como o CEASM se apropria de uma criação político-administrativa do poder público e, numa outra perspectiva, inventa o bairro da Maré, dando-lhe uma origem histórica comum e valorizando o lugar e os atores sociais que o construíram.

5.4 - OS NARRADORES DO CEASM

A insistência do CEASM em utilizar a idéia de bairro para se referir e atuar na Maré, apesar da falta de identidade por parte da maioria dos moradores em relação a essa idéia, é de relevante importância. O CEASM é uma ONG que atua de dentro para fora. Partindo do local para o global, busca contribuir para transformar a Maré e a cidade.

Para atingir seus objetivos, o CEASM se apropriou do bairro - instituído de cima para baixo, a partir de decreto municipal – de forma estratégica para trabalhar o sentido de pertencimento do morador ao local em que vive. Assim, a partir da invenção de um bairro, a ONG busca forjar uma nova cultura, que rompa com a visão simplista sobre o lugar.

No entanto, o trabalho de transformação dos olhares estigmatizantes sobre a Maré é um desafio constante que nem sempre é reconhecido, podendo ser apreendido e deturpado por interpretações preconceituosas, como a que segue:

O BNDES financiou, a Prefeitura deu apoio e a ONG CEASM está realizando o que parece ser o mais sério levantamento realizado em favelas do Rio. Até porque o pessoal dessa ONG teve facilidade para entrar nos *barracos* já que seu núcleo é formado por universitários oriundos da Favela da Maré – que hoje, como marco inicial de suas desventuras, nem favela mais se chama. *Pespegaram-lhe* o pomposo nome de “Complexo” [...] Na Maré, são 38.083 *barracos*, contabilizados pela ONG CEASM, que já contou efetivamente 102.828 habitantes [...] Nesses *barracos*, só *miséria e doença, analfabetismo e violência*, a revelar uma única coisa: *a solução do caso das favelas é não haver mais favelas* [...] (Jornal do Brasil, 2000 apud ESTEVES, 2004, P. 33, grifo nosso)⁵².

É lamentável que um jornal conceituado em todo o país possa expressar tanto preconceito e repulsa pelos moradores das favelas, além de demonstrar total falta de informação sobre as condições sócio-econômicas dessas regiões.

⁵² André Esteves é jornalista e foi coordenador do projeto O Cidadão até 2005. Sua dissertação de mestrado é uma reflexão sobre a experiência que viveu no CEASM e na Maré.

O fato é que essa opinião do Jornal do Brasil está inserida no contexto mais amplo da sociedade de consumo que, materializada nos meios de comunicação, desvaloriza os saberes e práticas populares e, no caso da favela, reduz sua complexidade a uma cultura específica e diferente, contribuindo para disseminar a visão homogeneizante desse espaço, enquanto lugar da pobreza e da violência.

Esteves analisa os efeitos da atuação da mídia na construção de uma determinada visão sobre a Maré, e destaca a importância da superação da *fábula da favela*:

Pode-se dizer então que existem 2 Marés. A primeira é conhecida por grande parte da população carioca. É uma fábula construída no imaginário social através da representação midiática [...]. A outra Maré é aquela da complexidade humana enraizada no real histórico. Esta só me foi dado conhecer como colaborador do CEASM, ao percorrer quase diariamente suas ruas e vielas, ao partilhar, como repórter comunitário, do cotidiano dos moradores. Uma das mais importantes intervenções sociais a ser feita nos próximos 20 anos será desativar, no imaginário da população carioca, a *fábula da favela endemonizada*; e trocá-la pela sua imagem mais verdadeira, impressa no real histórico (IBIDEM, p. 98, grifo do autor).

Em sua análise sobre O Cidadão, Esteves apresenta as “difíceis missões” de um jornal comunitário nascido na Maré:

Como projeto de comunicação popular em um espaço cultural complexo como a Maré, o jornal O Cidadão já nasce com difíceis missões: integrar as 16 comunidades que formam o bairro, resgatar elementos dispersos da prática cotidiana dos moradores e que respondem por um sentido de identidade, divulgar e potencializar o trabalho das diversas instituições e movimentos sociais que atuam no cenário local, educar a população sobre a história da Maré e sua relação com o espaço político-cultural do Rio de Janeiro e do Brasil, auxiliar os moradores na construção de uma visão crítica de mundo, transformar seus leitores em agentes ativos e participantes da dinâmica comunicativa criada pelo jornal. É na busca por se cumprir essas propostas que se delineia o conteúdo de O Cidadão (p. 109).

Mesmo que o jornal O Cidadão não cumpra integralmente a missão que lhe foi atribuída, o fato dos narradores do CEASM terem idealizado um projeto com tais objetivos demonstra a intencionalidade do processo de construção da identidade coletiva dos moradores do bairro.

Hélio Euclides da Silva⁵³, coordenador administrativo do jornal O Cidadão, fala sobre seu trabalho no projeto:

A sociedade é preconceituosa. Então, o nome “bairro” é mais forte do que o nome “favela” [...]. A gente tenta trabalhar essa parte de bairro por ser na lei um bairro, e também para o morador ter na cabeça dele essa organização de bairro, para ele correr atrás também do que falta na comunidade...

A visão preconceituosa que a sociedade tem sobre a favela é combatida por meio de ações que valorizam o bairro. Mas este, segundo Hélio, é uma criação legal que ainda precisa ser reconhecida e aceita pelos moradores. Daí a importância atribuída ao trabalho desenvolvido pelo jornal.

Em relação à forma como a Rede Memória contribui para a divulgação da idéia de bairro, Anna Karla Souza da Silva⁵⁴, participante do projeto, relata:

Fazendo pesquisas em arquivos públicos e privados; fazendo entrevistas com moradores, para que eles possam contar as transformações sofridas na localidade a partir do seu ponto de vista; contando em escolas, nas comunidades ou em simpósios os contos e lendas antigas da Maré; fazendo exposições fotográficas com a história da Maré, ou seja, divulgando a história do local, em diversos sentidos atingindo desde crianças aos mais idosos, para que não só os moradores conheçam essa história, mas sim todos que tiverem interesse. Fazendo com que todos saibam que a Maré não é só um bairro no papel e sim nas ações e tem direito a atenção do poder público. Divulgando as informações sobre a história da comunidade, os moradores passam a saber a importância da comunidade e sua atuação enquanto morador, e isso eu acho uma grande contribuição que a Memória faz. Eu acredito que esse projeto, assim como os outros do Ceasm, não é um fim e sim um meio de divulgação em larga escala da informação, que deveria ser uma formação necessária para todos. Infelizmente, essa formação não está nas escolas, mas tem a sua importância porque ajuda a construir a identidade do morador da Maré, e a noção de pertencimento do local, que é um espaço que faz parte da cidade, do estado, do país e do mundo, e deve ser respeitado como tal.

A legalidade do bairro aparece como um forte elemento nas narrativas de Hélio e Anna. Se por um lado o CEASM corrobora a criação do poder público (“a gente tenta

⁵³ Hélio tem 31 anos, é morador da Vila do Pinheiro e faz faculdade de Comunicação. Ele começou a participar do CEASM em 1998, como aluno do curso Pré-Vestibular. Em 1999, passou a integrar a equipe do jornal O Cidadão. Entrevista realizada em 21/12/2005.

⁵⁴ Anna tem 24 anos e é ex-moradora da Maré. Atualmente, mora em Olaria e está concluindo o curso de Biblioteconomia. Conheceu o CEASM em 1999, quando fez Pré-Vestibular. Participa da Rede Memória como bolsista no Arquivo Orozina Vieira, desde 2000. Entrevista realizada em 19/12/2005.

trabalhar essa parte de bairro por ser na lei um bairro”), por outro, a ONG critica tal decisão, que não considerou a vontade dos moradores, e sequer chegou a ser amplamente divulgada. Em consequência, a maior parte das pessoas da Maré e da cidade não sabem da existência do bairro (“Fazendo com que todos saibam que a Maré não é só um bairro no papel”).

Essa opção do CEASM de se apropriar da criação do poder público, é assim analisada por Antônio Carlos, fundador da ONG e autor do texto sobre a história da Maré:

O projeto não é do CEASM, acho que o CEASM encampou essa proposta porque ela é uma realidade que vai aos poucos se conformando... E fez com tanta competência que parece mesmo ser um projeto do CEASM. A gente não pode esquecer que antes do CEASM ocorreram vários movimentos na Maré nesse sentido. O Projeto Rio, com a ameaça da remoção e a proposta de intervenção gigantesca, forçou a união das associações locais, e propôs um tema que era comum a todas as comunidades. Em 1995, surgiu uma outra iniciativa que foi a UNIMAR. Isso foi motivado pela criação do bairro Maré, em 1994, e a reaproximação das lideranças com o engenheiro Edgard Amaral, um dos principais articuladores do Projeto Rio. Mas, o projeto de bairro encontrou sua maior expressão no CEASM, que pauta todas as suas ações para o espaço geográfico do bairro Maré. A divulgação do Pré-Vestibular, por exemplo, é feita por meio de faixas e carro de som em todas as comunidades; os alunos matriculados também são de várias comunidades; o jornal fala sobre todas as comunidades e circula em todas elas; o projeto da Memória desenvolveu um histórico falando da região como um todo, desde o período colonial, propondo uma memória coletiva da região, mas respeitando o específico das comunidades. O CEASM faz uma competente apropriação do projeto do bairro Maré e se tornou um dos seus principais agentes (Entrevista realizada em 18/12/2005).

Os narradores do CEASM têm clareza do seu papel de construtores de uma identidade coletiva dos moradores do bairro. Para tanto, desenvolveram instrumentos que visam realizar seus objetivos, como bem descreve Antônio Carlos. Um desses instrumentos foi o calendário elaborado pela Rede Memória em 2005. *Família Maré*, nome dado ao calendário, apresentou a cada mês uma foto pertencente ao acervo pessoal de alguns moradores das localidades da região. Além disso, foram utilizados também os depoimentos desses moradores.

Esse é um exemplo de como os narradores do CEASM trabalham as memórias individuais como elemento imprescindível ao processo de construção da identidade coletiva dos moradores da Maré. Mas, será possível a esses agentes sociais constituir uma memória coletiva capaz de assegurar a identidade e o sentido de pertencimento ao bairro?

Na verdade, não existe uma resposta imediata para essa pergunta. Mas, como foi possível perceber a partir das narrativas dos moradores apresentadas no capítulo anterior, a resistência ao bairro da Maré é muito forte. O estigma da favela, construído ao longo de um século, não foi superado com a instituição do bairro. E é esse o grande desafio a ser enfrentado pelos agentes sociais do CEASM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pierre Nora (1993) afirma que *lugares de memória* são aqueles revestidos de simbolismo: “mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual” (p. 21). Tomando como ponto de partida a definição de Nora, fica claro que a Maré é um lugar de memória para seus moradores.

As inúmeras memórias existentes na região, relacionadas a lugares, fatos e pessoas, foram revestidas de simbolismo por seus habitantes e pelos demais agentes sociais, envolvidos no processo de invenção de uma área integrada, uma única Maré. Os barracos sobre palafitas, o Projeto Rio, a CODEFAM, as associações de moradores, nomes de lideranças, ruas, praças etc., são todos lugares de memória. No entanto, por mais significativos que sejam esses lugares, eles não estão carregados de simbolismo para todas as pessoas, constituindo diferentes identidades dos diversos grupos residentes nas localidades da Maré.

Apesar da fragmentação de tais identidades, existe uma identidade coletiva em relação ao lugar, construída a partir de dois principais elementos comuns a todos os moradores: a violência e o estigma da favela.

De fato, apesar de estar presente em toda a cidade, a violência se manifesta de maneira desvelada na Maré, nos confrontos entre as diferentes facções do tráfico de drogas, e destas com a polícia., impondo o medo e estabelecendo fronteiras entre as localidades da região.

Até o final da década de 1980, a ação do narcotráfico não era tão ostensiva, e os confrontos armados ocorriam eventualmente. Esse fato, somado à atuação do poder público e das lideranças locais, contribuiu para o processo de integração das localidades.

No entanto, nos anos de 1990, tal integração sofreu um retrocesso a partir da desmobilização dos movimentos associativos locais⁵⁵, e das mudanças ocorridas na organização do tráfico. Com as mortes e prisões de líderes do Comando Vermelho (CV) e do Terceiro Comando (TC), e a gradual substituição destes por outros de diferentes favelas da cidade, as disputas por ampliação dos pontos de venda de drogas aumentou, o que se tornou ainda mais intenso com a cisão do Terceiro Comando, fato que mais recentemente deu origem à facção denominada Amigos dos Amigos (ADA), que controla uma parte do território da Maré.

Tal realidade agravou-se quando, em 2003, o governo do estado do Rio de Janeiro transferiu o 22º Batalhão da Polícia Militar do bairro de Benfica para a Maré, sob a alegação de que esta medida facilitaria o combate à violência do tráfico de drogas e a proteção dos moradores e dos motoristas que cruzam a Linha Vermelha diariamente.

O que se verificou, no entanto, foi o recrudescimento das “guerras” do tráfico que, somado à brutalidade da ação policial empreendida na região, marca profundamente o processo de construção da identidade coletiva dos moradores pelo viés do medo. Além disso, a Maré é vista em todo o Rio como um lugar de violência. Quem nunca passou pela Linha Vermelha temendo uma bala perdida?...

Ao lado da violência, o estigma da favela também marca a identidade coletiva dos moradores. O processo de construção de tal estigma teve origem na segunda metade o século XIX, já a partir do feroz combate às habitações coletivas na cidade do Rio de Janeiro. Passando pelo “bota-abixo”, atingiu seu auge com a campanha liderada por Mattos Pimenta, em 1926, contra o morro da *Favela* e outras favelas do Rio, tachadas de “lepra da esthetica”.

Os jornais da época deram ampla cobertura à campanha de Pimenta, que assim se referia às favelas:

⁵⁵ Essa desmobilização não aconteceu somente na Maré. Tal fenômeno ocorreu em grande parte das favelas cariocas, e se vinculou a um contexto mais global de enfraquecimento dos movimentos sociais no Brasil, a partir do início da década de 1990.

Sr. presidente, srs. rotarianos – Inapreciável, já o disse aqui, é o serviço que se prestará ao Rio de Janeiro sancionando-se um plano geral de remodelamentos que evite a dispersão de energias e poupe o esbanjamento de dinheiros resultantes da desorientação systematica que tem sempre presidido a evolução atamancada de nossa capital [...]

Sem embargo porém, do plano a delinear, antes mesmo de sua adopção, é mister se ponha um paradeiro immediato, se levante uma barreira prophylatica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das “favellas” – lepra da esthetica que surgiu ali no morro entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida do Caes do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais prodiga de bellezas: morros do Leme, de Copacabana e de Ipanema, praia do Leblon, margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, Gavea, etc., e até nos novos terrenos do aterro da Guanabara junto ao local da Exposição do Centenário.

Assim a majestade destas florestas que fazem o nosso orgulho, que são dos mais lindos ornamentos que possuímos, vae sendo successivamente substituidas por palhoças e tócas de toda ordem, abjectas e sordidas, nas eminencias da mais linda cidade do mundo, aos olhos de todos, nas faces das autoridades publicas, contra todas as leis em vigor, como um escarneio e uma affronta aos nossos fóros de civilização, como uma prova material e inconcussa de nossa incuria.

As “favellas” – criação genuinamente carioca não observada em nenhuma outra cidade, mesmo do Brasil, - não constituem puramente impiedoso crime contra a esthetica: ellas são particularmente uma grave e permanente ameaça á tranquillidade e á salubridade publicas.

Erigidas contra todos os preceitos da hygiene: sem agua, sem esgotos, sem a mínima parcella de limpeza publica, sem remoção de lixo; são como largas sentinas cobertas de dejectos e dos demais resíduos da existência humana, amontoados de immundicies e podridões repastando nuvens de moscas, infiltrando nos quarteirões da cidade toda sorte de molestias e de impurezas.

Desprovidas de qualquer especie de policiamento, construidas livremente de latas e frangalhos em terrenos gratuitos do Patrimônio Nacional, libertadas de toda acção fiscal; são excellente estímulo á indolencia, attraente chamariz de vagabundos, reducto de capoeiras, valhaoito de larapios que levam a insegurança e a intranquilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos [...] (CORREIO DA MANHÃ, 1926, p. 3).

De forma habilidosa, Pimenta utilizou os meios de comunicação para difundir sua campanha e pressionar o governo a tomar uma posição inflexível em relação às favelas. O filme que ele produziu sobre o morro da *Favela* foi um instrumento inovador, que deu materialidade a seu discurso e contribuiu para o “trabalho de enquadramento da memória” (POLLAK, 1989).

Segundo Pollak,

Ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e portanto no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções. Basta pensar no impacto do filme *Holocausto*, que, apesar de todas as fraquezas, permitiu captar a atenção e as emoções, suscitar questões e assim forçar uma melhor compreensão desse acontecimento trágico [...] (p. 11, grifo do autor).

Para Pollak, o trabalho de enquadramento só é possível mediante a atuação de certos atores sociais para a constituição de uma determinada memória, que é sempre dinâmica e construída no conflito. Portanto, a campanha de Mattos Pimenta revelava o conflito existente na sociedade carioca da época, conflito que envolvia os moradores das favelas, as elites da cidade e o poder público.

Mattos Pimenta, ao mesmo tempo que reproduzia a posição das elites cariocas, também forjava uma certa visão sobre as favelas, contribuindo significativamente para a cristalização do estigma presente nesse enquadramento da memória que, apesar de dinâmico e passível de mudança, marca a existência de tais localidades ainda hoje, como mostra a opinião do jornal *O Globo*, publicado em 07 de outubro de 2005:

[...] Independentemente da posição que se tenha diante do assunto, não se pode deixar de reconhecer que a favelização é crescente, com evidentes desdobramentos na área de segurança pública.

Calcula-se que morem em favelas cerca de 20% da população do município, ou aproximadamente um milhão de pessoas, quando em 1950, segundo do IBGE, estavam nessa situação apenas 7% dos cariocas. A expansão das favelas é visível. Para constata-la, há muito não se requer mais pesquisadores e levantamentos técnicos. A degradação em curso na área da Avenida Brasil, por exemplo, é dramática e veloz. E até mesmo didática, por mostrar como o crescimento das favelas é capaz de gerar hoje a miséria de amanhã, ao expulsar empresas e afugentar investimentos.

Com isso, a cidade entra num círculo vicioso de decadência, a ser quebrado apenas por uma ação conjunta do poder público e da sociedade. Não há alternativa.

Assim, diante dessa situação de absoluta emergência, a remoção precisa voltar a ser praticada na defesa dos próprios favelados, vítimas de esquemas populistas que

transformaram as comunidades pobres em currais eleitorais, e que, como tal, precisam ser mantidas na pobreza.

Mudanças de leis devem ser feitas, assim como um programa amplo de desfavelização tem de estar integrado a projetos de investimento em transporte de massa e na área habitacional. Mas a legislação existente já permite ao poder público agir para preservar o que resta de florestas na cidade, impedir agressões gritantes às posturas municipais, como a montagem de barracos embaixo de pontes e viadutos etc.

Não há mais por que adiar essas ações (p. 6).

Dessa forma, a identidade coletiva dos moradores é marcada pela violência e pelo estigma, que separa a cidade “formal” das favelas. Portanto, ao propor a criação do bairro da Maré como meio de integrar essa região aos espaços “formais” do Rio, o poder público restringiu-se a uma medida político-administrativa, que não expressou o desejo dos moradores nem apresentou soluções para o problema da violência, muito menos revestiu de simbolismo tal criação para poder fazer frente ao estigma que norteia a relação das pessoas com o lugar.

Por esses fatores, o bairro da Maré não se constitui enquanto lugar de memória para seus habitantes. No entanto, outros agentes sociais buscam reverter essa realidade como forma de superar os problemas locais.

Um desses agentes, cujas ações foram analisadas por esta pesquisa, é o CEASM. Essa ONG busca deslocar o enquadramento da memória dos moradores da Maré, trabalhando para valorizar suas memórias individuais e a história local:

[...] Indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadreadores de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar. Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento [...] (POLLAK, 1989, p. 12).

Por meio de projetos como a *Rede Memória e O Cidadão*, os agentes do CEASM teimam em venerar aquilo que é desprezado no geral pelos enquadreadores de uma memória

coletiva: as memórias individuais, as lutas, o protagonismo, o patrimônio cultural dos moradores da Maré, e a importância da história desse lugar para a história de toda a cidade.

Dessa forma, o bairro da Maré, imaginado pelos agentes do CEASM como possibilidade de superação do estigma, vai sendo por eles inventado, à medida que novos discursos são criados a partir da realidade local. Um bom exemplo disso é o *Museu da Maré*, que será inaugurado em 2006. Esse novo projeto da Rede Memória, discute o conceito de museu e sua importância para a região assim como para toda a cidade.

No entanto, cabe ressaltar, como bem faz Pollak, que “nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada” (p. 11). Se esse fato é uma verdade para os enquadradores da memória coletiva a nível global, também o é para os agentes que (re)inventam o bairro da Maré. Mas, caso isso ocorra, o trabalho de deslocamento da memória não cessará, e outros agentes sociais darão continuidade a esse trabalho, buscando superar as visões estigmatizantes, que dificultam a construção de uma cidade mais livre e plural, na qual a cidadania possa ser plenamente exercida.

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1. Legislação

BRASIL. Lei nº 2.875, de 19 de setembro de 1956. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 50.000.000,00, Cr\$ 20.000.000,00, Cr\$ 50.000.000,00 e Cr\$ 20.000.000,00 para auxiliar a Cruzada de São Sebastião, do Distrito Federal, o Serviço Social contra o Mocambo, de Recife, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Vitória na melhoria das condições de habitação dos favelados, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em 12 nov. 2005.

BRASIL. Senado Federal. Resolução nº 9, de 07 de março de 1955. Constitui comissão parlamentar de inquérito para investigar a legitimidade de propriedade dos morros em que se acham instaladas as favelas do Distrito Federal. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, DF, 29 mar. 1955, p. 1469.

BRASIL. Decreto nº 39.635, de 19 de julho de 1956. Autoriza o aforamento à Cruzada São Sebastião, das áreas, que menciona, para seu racional aproveitamento na urbanização e humanização das favelas. *Diário Oficial da União*, Parte 1, Brasília, DF, 24 jul. 1956, p. 13945.

ESTADO DA GUANABARA. Decreto “N” nº 870, de 15 de junho de 1967. Dispõe sobre a organização e funcionamento de associações de moradores de favelas. *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, Rio de Janeiro, 19 jun 1967.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 391, de 10 de fevereiro de 1903. Regula a construção, reconstrução, acréscimos e conserto de prédios. *Boletim da Intendência Municipal*, Rio de Janeiro, 1903, p. 91-105.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 6.000, de 1º de julho de 1937. Institui o Código de Obras do Distrito Federal. *Revista Municipal de Engenharia – Separata*, Rio de Janeiro, 1937, p.46-47.

RIO DE JANEIRO (RJ). Projeto de Lei nº 70, de 11 de abril de 1983. Altera o Decreto nº 3.158 de 23/07/81, denominando e codificando como bairro a favela da Baixa do Sapateiro e dá outras providências. Autor: Vereador Rivadávia Maya. *Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 37, p. 33, 15 abr. 1983.

RIO DE JANEIRO (RJ). Projeto de Lei nº 71, de 11 de abril de 1983. Altera o Decreto nº 3.158 de 23/07/81, denominando e codificando como bairro a favela da Maré e dá outras providências. Autor: Vereador Rivadávia Maya. *Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 37, p. 33, 15 abr. 1983.

RIO DE JANEIRO (RJ). Projeto de Lei nº 2.059, de 1º de março de 1988. Dá o nome de Novo Bonsucesso à atual XXXª Região Administrativa, no Complexo da Maré. Autora: Vereadora Ludmila Mayrink. *Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 19, p.6, 7 mar. 1988.

RIO DE JANEIRO (RJ). Projeto de Lei nº 307, de 26 de agosto de 1993. Cria o bairro da Maré na XXX R. A. e dá outras providências. Autor: Vereador José de Moraes Correia Neto. *Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 184, p. 5, 31 ago. 1993.

RIO DE JANEIRO (RJ). Projeto de Lei nº 342, de 21 de setembro de 1993. Passa a chamar-se oficialmente Nova Bonsucesso o atual Complexo da Maré, no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Autor: Vereador Gérson Bergher. *Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 179, p. 9, 22 set. 1993.

RIO DE JANEIRO (RJ). Lei nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994. Cria o Bairro da Maré na XXX Região Administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial do Rio*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 jan. 1994.

1.2. Jornais

A PEDIDO. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5, 18 jun. 1905.

ACABEMOS com as favelas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 nov. 1926.

BASTA querer. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 out. 2005. Opinião, p. 6.

CHAGAS esnoba os favelados do Rio. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, p.4, 02 jul. 1981.

CORREIA, Armando Magalhães. A Guanabara como natureza. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7, 24 mai. 1936.

DELÍRIO demolidor. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 07 mar. 1906.

ESTÁ SENDO destruída a “Favelinha de Bonsucesso”. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 4, 24 nov. 1947.

FRIAS, Lena. Favela da Maré. Aqui é o fim do mundo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno B, p.4-5, 17 mai 1978.

LUTA vã. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 out. 2005. Carta dos leitores, p. 6.

O COMBATE às favelas. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 12 mar. 1927.

O COMBATE às favelas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 10 mar. 1927.

O POVO com o Ministro. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 10, 24 out. 1981.

PARA o remodelamento do Rio de Janeiro. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 5, 18 nov. 1926.

PROJETO RIO chega com sucesso à sua segunda etapa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, p. 21, 26 mai. 1984.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Especial de Comunicação Social. Artigos de Henrique Dodsworth. *Rio Estudos*, Rio de Janeiro, nº 144, p. 2-3, 11 jan. 2005.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Especial de Comunicação Social. Artigos de Carlos Lacerda. *Rio Estudos*, Rio de Janeiro, nº 144, p. 3-8, 11 jan. 2005.

SCENAS pungentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.2, 23 mar. 1906.

1.3. Documentos produzidos por instituições locais

A TRAIÇÃO dos favelados. *União da Maré*, Rio de Janeiro, ano 3, nº 12, p. 6, dez. 1982.

APRESENTAÇÃO. *União da Maré*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 0, p. 1, jan. 1980.

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM). *Estatutos sociais*. Rio de Janeiro, 1997, mimeo.

_____. *O Cidadão: o jornal do bairro Maré*. Rio de Janeiro, fev. 2003. Ano v, nº 27.

FAVELA Marcílio Dias. *União da Maré*, Rio de Janeiro, ano 2, nº 9, p. 6, nov. 1981.

NÓS e o Projeto Rio. *União da Maré*, Rio de Janeiro, ano 2, nº 6, p. 3, fev. 1981.

TÉCNICOS do Exército visitam área da Maré. *O Fluminense*, Niterói, p. 3, 11 jul. 1981.

UM PRESIDENTE solitário. *União da Maré*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, p. 3, mai. 1980.

1.4. Depoimentos

Adevanir de Oliveira. Morador de Nova Holanda. Entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

Alcicléa Ramos dos Santos. Moradora de Nova Holanda. Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2005.

André Normandes Lanzelotti. Morador da Baixa do Sapateiro. Entrevista realizada em 10 de abril de 2005.

André Ricardo da Silva. Morador de Marcílio Dias. Entrevista realizada em 10 de abril de 2005.

Anna Karla Souza da Silva. CEASM. Entrevista realizada em 19 de dezembro de 2005.

Antônio Carlos Pinto Vieira. CEASM. Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2005.

Conceição Rodrigues. Moradora do Morro do Timbau. Entrevista realizada em 04 de abril de 2005.

Hélio Euclides da Silva. CEASM. Entrevista realizada em 21 de dezembro de 2005.

Jovelina Freire Souza . Moradora de Marcílio Dias. Entrevista realizada em 08 de março de 2003.

Lúcio Estêvão. Morador do Morro do Timbau. Entrevista realizada em 04 de Abril de 2005.

Margarida Barbosa do Nascimento. Moradora da Baixa do Sapateiro. Entrevista realizada em 31 de março de 2005.

Maria José Santos Costa. Moradora do Conjunto Esperança. Entrevista realizada em 07 de abril de 2005.

Marly Damascena Matias dos Santos. Moradora do Morro do Timbau. Entrevista realizada em 28 de fevereiro de 2005.

Paulo Fernando da Cunha. Morador do Conjunto Esperança. Entrevista realizada em 18 de abril de 2005.

Tatiele Medeiros do Nascimento. Moradora da Baixa do Sapateiro. Entrevista realizada em 07 de abril de 2005.

Terezinha Pereira Bezerra. Moradora de Nova Holanda. Entrevista realizada em 11 de abril de 2005.

1.5 – Fontes manuscritas

AGCRJ. Códice 46-3-55. Arrasamentos do Morro de Santo Antônio. Documentos avulsos: requerimentos e despachos. 1854-1910.

AGCRJ. Códice 67-1-25. Vistorias realizadas no Morro de Santo Antônio sobre barracões construídos no morro. Documentos avulsos: requerimentos, despachos e relatórios. 1897.

AGCRJ. Códice 32-4-6. Ações dos distritos de higiene e assistência pública. Denúncia sobre barracões no Morro de Santo Antônio. 1897-1901.

1.6 – Fontes impressas citadas

CEASM. Arquivo Orozina Vieira. *Compromisso dos Moradores*. Documento avulso expedido pelo 1º Batalhão de Carros de Combate, contendo direitos e deveres dos moradores do morro do Timbau e praia de Inhaúma. s/d.

CEASM. Arquivo Orozina Vieira. Relatório Fotográfico. Obras de saneamento básico, urbanização e edificações das favelas do setor Maré. *Serviços Técnicos de Engenharia S/A*. Rio de Janeiro, s/d.

1.7 – Documentos eletrônicos disponíveis na Internet

BRASIL. *Titulares do Governo Estadual – Distrito Federal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Infger_07/Governadores/GOV-DF.htm>. Acesso em 12 nov. 2005.

BRASIL. *Titulares do Governo Estadual – Guanabara - GB*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Infger_07/Governadores/GOV-GB.htm>. Acesso em 12 nov. 2005.

BRASIL. *Titulares do Governo Estadual – Rio de Janeiro - RJ*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Infger_07/Governadores/GOV-RJ.htm>. Acesso em 12 nov. 2005.

BRASIL. *Galeria dos Presidentes*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Infger_07/presidentes/gale.htm>. Acesso em 12 nov. 2005.

2. LIVROS E ARTIGOS

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro, Ed. FGV. s/d. 1 cd-rom.

ABREU, Maurício de Almeida. “A favela está fazendo 100 anos (sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade)”. *V Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte, 1993. p. 203-206.

_____. “A periferia de ontem : o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro (1870-1930)”. In *Espaço & Debates*. São Paulo, ano VII, nº 21, 1987, p. 12-38.

_____. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. In *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, v. 1, nº 2, jan-abr, 1986, p. 47-58.

_____. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. “Reconstruindo uma História Esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio”. In *Espaço & Debates*. São Paulo, ano XIV, nº 37, 1994, p. 34-46.

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, ED. FGV, 1990.

A Maré em Dados: Censo 2000 – Análise da 1ª fase. Rio de Janeiro, CEASM, 2003.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

_____. *O segundo governo Vargas*. São Paulo, Ática, 1996.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, O Globo, Klick Editora, 1997.

BACKHEUSER, Everardo. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

BRENNA, Giovanna Rosso Del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985.

BURGOS, Marcelo B. *Dos parques proletários às políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995; e *Culturas híbridas*, São Paulo, Edusp, 1997.

_____. “O Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”. In *Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 23, 1994.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. *Os herdeiros da memória: o “Lar de Todos” e a história social da educação cristã no Pirambu – Ceará (anos 1950 e 1960)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM). *A Maré em dados: Censo 2000*. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Instituições do Bairro Maré: dados gerais*. Rio de Janeiro, 2004.

CHAGAS, Mário. “Memória política e política de memória”. In ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1965.

CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. *Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação (NBR 14724/2002)*. Niterói, Intertexto, 2003.

_____; PEROTA, Maria Luiza Loures Rocha; MENDES, Maria Tereza Reis. *Elaboração de referências (NBR 6023/2002)*. Niterói, Intertexto, 2002.

_____ ; CURTY, Marlene Gonçalves; MENDES, Maria Tereza Reis. *Publicações periódicas científicas impressas (NBR 14724/2002)*. Niterói, Intertexto, 2003.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Do cosmógrafo ao satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000.

Das remoções à Célula Urbana: Evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003.

DRAIBE, Sônia Miriam. “As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84”. In SOARES, Gláucio Ary Dillon; ARAÚJO, Maria Celina D’ (orgs.). *21 anos de regime militar, balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 1995.

ENDERS, Armelle. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Gryphus, 2002.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

FERNANDES, Rubem César. “Sociedade civil e cidadania”. In FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994. p. 87-107.

FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: populismo na política brasileira”. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história; debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FERREZ, Gilberto. *O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez*. Rio de Janeiro, Editora Ex Libris, 1984.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro, Folha Seca, 2002.

GÉRSON, Brasil. *História das ruas do Rio. Rio de Janeiro*. Livraria Brasileira Editora, 1965.

GOMES, Ângela; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (coords.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). *A memória das favelas*. Cadernos de Comunicações. Ano 23, nº 59. Rio de Janeiro, 2004.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (IPLANRIO). *Morar na Metrópole: ensaios sobre habitação popular no Rio de Janeiro*, 1988.

JACQUES, Paola Berenstein. “Cartografias da Maré”. In VARELLA, Drauzio. *Maré, Vida na favela*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991.

LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo, Loyola, 1989.

LANDIM, Leilah. “Experiência militante”. In LANDIM, Leilah (org.). *Ações em sociedade, militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro, NAU, 1998. p. 23-87.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”; “Memória”. In *Enciclopédia Einaudi* – vol. 1: Memória/História. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LOBO, Eulália L.; CARVALHO, Lia A.; STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites e privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In NOVAIS, Fernando (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org. v. 3). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

MELLO JUNIOR, Donato. *Rio de Janeiro – planos, plantas e aparências*. Rio de Janeiro, Galeria de Arte do Centro Empresarial Rio, 1988.

MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.

_____. FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004.

NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. In *Projeto História*. São Paulo, Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História, Vol. 10, dez, 1993. p. 7-28.

OLIVEIRA, Adolfo Samyn Nobre de. *Cerzindo a Rede Memória: estudo sobre a construção de identidade no bairro Maré*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

ORGANIZAÇÃO. In HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001. p. 2079.

PANDOLFI, Dulce; GRYNSPAN, Mário (orgs.). *A favela fala*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

PINTO, André Luis Esteves. *O Cidadão: um jornal comunitário na era da globalização*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In *Estudos Históricos*. Nº 3. Rio de Janeiro, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. In *Estudos Históricos*. Nº 10. Rio de Janeiro, 1992.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os Fatos: Narração, Interpretação e Significado nas Memórias e nas Fontes Orais”. In *Tempo*. Rio de Janeiro, V.I, nº 2, 1996.

_____. “O massacre de Civitella val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): Mito e política, luta e senso comum”. In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, ED. FGV, 2002.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

REIS, José Carlos. *História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro, ED. FGV, 2003.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

SALLUM JR, Brasília. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; SILVA, Maria Lais Pereira da. *O Morro do Timbau*. Relatório de pesquisa para o HABITAT/ONU. Rio de Janeiro, 1983, mimeo.

SARMENTO, Carlos Eduardo. “A arquitetura do impossível – a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista nos anos 30”. In FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, p. 33-57, 2000.

_____. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.

SILVA, Sandra Monarca Souza e. *Espaço Favela - o Projeto Rio e a Favela da Maré*. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano. Rio de Janeiro, EFÓ, 1985.

SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro, Observatório de Políticas Urbanas, IPPUR, FASE, 1996.

VALLADARES, Lechia do Prado. “A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, V. 15, nº 44, out., 2000. pp. 5-34.

_____. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2005.

_____. “Que favelas são essas?”. In *Insight-Inteligência*, Rio de Janeiro, Ano 2, nº 8, ago./out., 1999. pp.62-68.

_____. *Passa-se uma Casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1978.

_____. *Propostas Alternativas de Intervenção em Favelas: o caso do Rio de Janeiro (relatório parcial)*. Rio de Janeiro, 1985.

VAZ, LÍlian Fessler (coord.). *História dos bairros da Maré: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré*. UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

_____. *Modernidade e moradia – habitação coletiva no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2002.

_____. “Notas sobre o Cabeça de Porco”. In *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, v. 1, nº 2, jan-abr, 1986, p. 29-35.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. *Histórico da Maré*. Rio de Janeiro, CEASM, 1998, mimeo.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro, ED. FGV, 1998.

ZYLBERBERG, Sonia (org.). *Morro da Providência: memórias da Favella*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

APENDICES

APÊNDICE A - QUADRO SINÓTICO

EVOLUÇÃO DAS FAVELAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|------|---|--|--|---------------------------|
| 1888 | Abolição do trabalho escravo no Brasil | | | |
| 1889 | Proclamação da República Deodoro da Fonseca é o Presidente da República (15.11.1889 a 23.11.1891). | | | |
| 1891 | Toma posse o Presidente Floriano Peixoto (23.11.1891 a 15.11.1894) | | | |
| 1892 | | Cândido Barata Ribeiro é o primeiro Prefeito do Distrito Federal (17.02.1892 a 26.05.1893) | | |
| 1893 | Revolta da Armada (1893-1894) | | Autorizada a ocupação do Morro de Santo Antônio pelos soldados que lutaram na Revolta. | |
| | | Demolição do Cortiço Cabeça de Porco com a presença do Prefeito Barata Ribeiro. | Autorizada a retirada de material de demolição. Construção de casebres no Morro da Formiga (Providência) | |
| 1897 | Revolta de Canudos (11.1896 a 05.10.1897) | Retorno dos soldados que combateram em Canudos ao Rio de Janeiro. | Acampamento dos soldados junto ao Morro da Formiga. Surge o nome <i>Favela</i> para designar parte do Morro da Providência | |
| 1898 | | | Comando do 7º Batalhão de Infantaria defende a permanência dos barracões no Morro de Santo Antônio | |

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|------|--|---|--|---------------------------|
| 1901 | | Joaquim Xavier da Silveira é empossado Prefeito do Distrito Federal (11.10.1901 a 27.09.1902). | O prefeito Xavier da Silveira visita o morro de Santo Antônio. | |
| | | O Jornal do Comércio publica o artigo “Bairro Novíssimo” denunciando a ocupação no Morro de Santo Antônio (16.10.1901) | Primeira remoção do morro de Santo Antônio | |
| 1902 | Rodrigues Alves é Presidente da República (15.11.1902 a 15.11.1906) | Nomeado Francisco Pereira Passos Prefeito do Distrito Federal (30.12.1902 a 16.11.1906) | | |
| 1903 | | O Prefeito promulga o Decreto nº 391, que regulamenta as construções e proíbe habitações coletivas, como estalagens e cortiços. | Permitida a construção de barracões toscos nos morros ainda não habitados e mediante licença. | |
| | | Tem início a Reforma Urbana (1903-1906) | | |
| 1905 | O Ministro J. J. Seabra constitui comissão para apresentar relatório sobre o problema da falta de habitação para a população. | | É publicado na Revista Renascença, o artigo de autoria de Everardo Backheuser intitulado <i>Onde moram os pobres</i> , que tem um capítulo dedicado ao Morro da Favella. | |
| 1906 | É publicado o relatório <i>Habitações Populares</i> , elaborado por Everardo Backheuser, como resultado do trabalho da comissão. | Fim da administração de Pereira Passos, com um saldo de mais de 1.600 habitações demolidas. | | |
| 1907 | | | Noticiada pela imprensa a existência de ocupação no Morro da Babilônia, no Leme. | |

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|------|---|---|---|---------------------------|
| 1909 | | Nomeado Innocência Serzedello Corrêa Prefeito do Distrito Federal (30.07.1909 a 16.11.1910) | Segundo notícias da época surgem barracões no morro do Salgueiro. | |
| 1910 | | | O Prefeito Serzedello Corrêa autoriza a ocupação do morro do Telégrafo por moradores removidos do Morro de Santo Antônio. | |
| 1912 | | | Noticiada pela imprensa a existência de ocupação no morro do Andaraí; Vila Rica, em Copacabana; e morro de São Carlos | |
| 1915 | | | Noticiada pela imprensa a existência de ocupação no morro dos Cabritos, em Copacabana e morro do Pasmado, em Botafogo. | |
| 1920 | | Carlos Sampaio é o Prefeito do Distrito Federal (07.06.1920 a 16.11.1922) | O censo de 1920 constata a existência de casebres nos morros da Favella, Salgueiro, Arrelia, Cantagalo, Babilônia, São José, Castelo e Santo Antônio. | |
| 1922 | | O morro do Castelo é arrasado. Realiza-se a Exposição do Centenário da Independência | | |
| 1926 | Washington Luís é o presidente da República (15.11.1926 a 24.10.1930) | Mattos Pimenta lidera campanha contra as favelas, apresentando suas idéias em palestra realizada no Rotary Clube. | O termo <i>favela</i> aparece na imprensa como designação da forma de ocupação. | |

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|------|--|---|---|--|
| 1927 | O presidente Washington Luís assiste ao filme <i>As Favellas</i> no Cine Capitólio em Petrópolis | Mattos Pimenta produz o filme <i>As Favellas</i> e o exhibe no Cine Odeon. | | |
| | | O Prefeito Antônio Prado Júnior (15.11.1926 a 24.10.1930) contrata Alfredo Agache para elaborar um Plano de Remodelamento para o Rio de Janeiro | Alfredo Agache acompanhado por Mattos Pimenta visita o Morro da Favella | |
| 1930 | Revolução de 1930 | Adolfo Bergamini é nomeado Interventor do Distrito Federal (24.10.1930 a 21.09.1931). Constituída comissão para avaliar o Plano Agache. | | |
| 1931 | | Pedro Ernesto Baptista é nomeado Interventor do Distrito Federal (30.09.1931 a 02.10.1934) | | |
| 1934 | | | O prefeito Pedro Ernesto visita as favelas de São Carlos, Morro do Pinto e Mangueira. Inaugurada a Escola Humberto de Campos na Mangueira. | |
| 1935 | | Pedro Ernesto toma posse, eleito pela Câmara Municipal, Prefeito do Distrito Federal (07.04.1935 a 04.04.1936) | | |
| 1936 | | Pedro Ernesto é afastado, sendo nomeado para seu lugar o Padre Olympio de Mello (04.04.1936 a 11.11.1937) | | Inaugurada por Pedro Ernesto a Escola Municipal Bahia (12.03.1936) |

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|-------------|--|--|--|--|
| 1937 | O Estado Novo | Publicado o Código de Obras de 1937 (Decreto nº 6.000). Henrique Dodsworth é nomeado Prefeito (11.11.1937 a 03.11.1945) | O artigo 349 define o que é favela e propõe sua extinção e substituição por núcleos de habitação proletária. | No final da década de 1930, Orozina Vieira chega ao morro do Timbau. |
| 1940 | | Victor Moura elabora plano para estudo e solução da questão das favelas no Rio de Janeiro | | |
| 1942 | | Inauguração dos parques proletários da Gávea (nº 1); do Caju (nº 2); e da Praia do Pinto (nº 3). | Favela do Largo da Memória no Leblon é incendiada (19.05.1942) | |
| 1946 | Eurico Gaspar Dutra toma posse como Presidente da República (1946-1951) Criada comissão interministerial para promover soluções para as favelas | Inaugurada a Variante Rio-Petrópolis (Avenida Brasil). O Partido Comunista do Brasil ganha força e elege a maioria na Câmara de Vereadores do Distrito Federal. | | |
| 1947 | | Criação da Fundação Leão XIII, numa articulação de D. Jaime Câmara e o Prefeito Hildebrando Góis (02.02.1946 a 16.06.1947) Ângelo Mendes de Moraes é nomeado Prefeito do Distrito Federal (16.06.1947 a 24.04.1951) Transferência do 1º Batalhão de Carros de Combate, do Maracanã para a Avenida Brasil | | Ameaça de remoção de 800 barracos da Favelinha de Bonsucesso, no final da Rua Nova Jerusalém. Os militares do 1º BCC, ocupam o Timbau, declaram o local como Área Militar e passam a cobrar taxas de ocupação dos moradores |

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|-------------|--|--|--|--|
| 1948 | Para elaborar o Plano da Batalha do Rio, o Prefeito Mendes de Moraes cria em comum acordo com o Presidente Dutra, sete comissões específicas | Carlos Lacerda publica uma série de artigos no jornal Correio da Manhã, discutindo a questão da favela, num movimento que chamou de “Batalha do Rio”. | Realiza-se o Censo das Favelas de 1948 | São recenseadas as favelas do morro do Timbau e Baixa do Sapateiro |
| 1950 | Abertura da Rio-Bahia. Intensifica-se a migração dos estados do nordeste. | Realiza-se o Censo Demográfico. | O censo definiu os critérios para classificação de habitações de favelas. | |
| 1951 | Getúlio Vargas, pelo voto direto, assume novo mandato como presidente da República (31.01.1951 a 24.08.1954) | João Carlos Vital é prefeito do Distrito Federal (24.04.1951 a 12.12.1952) | | D. Orozina escreve para o Presidente Vargas denunciando a exploração dos moradores do Timbau pelos militares, e é recebida pelo presidente no Palácio do Catete. |
| 1952 | | O prefeito do DF João Carlos Vital cria o Serviço de Recuperação de Favelas (SERFA) | A questão das favelas sai da competência do Departamento de Segurança Pública e passa para a Secretaria de Saúde e Assistência. | |
| 1953 | | O General Dulcídio Cardoso é prefeito do Distrito Federal (12.12.1952 a 04.09.1954) A prefeitura, por meio da Portaria nº 66 cria uma nova comissão para Favelas. As remoções só poderão ser realizadas quando houver novo local para os favelados. | Polícia de Vigilância reprime novas construções de barracos e ampliação dos já existentes. | |
| 1954 | Suicídio de Vargas (24.08.1954) | | | Criada a Associação dos Moradores do Morro do Timbau |
| 1955 | Criada pelo Congresso Nacional comissão parlamentar de inquérito para apurar a legitimidade de títulos de propriedades dos morros. | Prefeito Alim Pedro assina Decreto sobre ocupação dos terrenos de marinha no final da rua Teixeira Ribeiro, Sargento Silva Nunes e Bittencourt Sampaio. | Criada por D. Hélder Câmara a Cruzada São Sebastião (29.09.1955), para agir conforme os princípios cristãos na busca de solução para o problema das favelas. | Moradores da favela da Maré recebem ordem de despejo expedida pela 9ª Vara Cível. |

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|-------------|--|--|--|---|
| 1956 | Juscelino Kubstcheck (31.01.1956 a 31.01.1961) toma posse como presidente da República O presidente JK sanciona a lei 2.875, que autoriza abertura de crédito para urbanização de favelas e proíbe despejos de favelados por dois anos. | Negrão de Lima é nomeado por JK prefeito do Distrito Federal (22.03.1956 a 08.07.1958). É criado o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA) | | |
| 1957 | | | Realizado o 1º Congresso de Favelados do Rio de Janeiro. Criada a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal | Criada a União de Defesa e Melhoramentos do Parque Proletário da Baixa do Sapateiro |
| 1958 | | | | O advogado Magarinos Torres defende os moradores do Parque Rubens Vaz |
| 1959 | | | | Magarinos Torres organiza a invasão do Parque União |
| 1960 | Mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília | É criado o Estado da Guanabara. Carlos Lacerda é eleito Governador (05.12.1960 a 11.10.1965) | | É fundada a Associação de Moradores do Parque Maré |
| 1961 | | Lacerda implanta a política de remoções dos favelados para conjuntos habitacionais na zona oeste e centros de habitação provisória. | Inicia-se a remoção da favela do Esqueleto. A favela do Querosene é parcialmente removida. | Removida a favela da Moreninha e parte da favela da Avenida Brasil. |

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|-------------|--|--|---|--|
| 1962 | | <p>José Arthur Rios é demitido.</p> <p>É extinta a SERFHA e incorporada a Fundação Leão XIII pelo Governo do Estado.</p> <p>São criadas a Secretaria de Serviços Sociais e a Companhia Estadual de Habitação (COHAB)</p> | | <p>Contruído a partir de aterros o Centro de Habitação Provisória de Nova Holanda.</p> <p>Criada a Associação de Moradores do Parque União</p> |
| 1963 | | | Criada a Federação das Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) | |
| 1964 | <p>Golpe militar.</p> <p>O General Castelo Branco assume a Presidência da República (15.04.1964 a 15.03.1967).</p> <p>É criado o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco nacional de habitação (BNH)</p> | | Proposta pela Comissão Estadual de Energia a criação de Comissões de Luz para as favelas. | Removidos cerca de 460 barracos da favela de Maria Angu |
| 1965 | | Francisco Negrão de Lima é eleito Governador da Guanabara (05.12.1965 a 15.03.1970) | | Criada a Associação de Moradores do Parque Rubens Vaz |
| 1967 | | Publicado o Decreto nº 870, que disciplinava a organização das associações de moradores e regulava o seu funcionamento | Criada a Ação Comunitária do Brasil, como subsidiária da Acción International. | |
| 1968 | <p>Decretado o AI-5.</p> <p>Criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro (CHISAM)</p> | Negrão de Lima cria a Companhia de Desenvolvimento Comunitário (CODESCO). | | |

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|------|---------------------|--|---|--|
| 1970 | | Antônio de Pádua Chagas Freitas é Governador da Guanabara (15.03.1970 a 15.03.1975) | | Inaugurada uma unidade da Ação Comunitária do Brasil no Timbau |
| 1971 | | | Removida a Favela Macedo sobrinho no Humaitá | Transferência para Nova Holanda de parte dos moradores removidos da Macedo Sobrinho. |
| 1972 | | | Realizado o IIIº Congresso da FAFEG. | A CHISAM anuncia que promoverá a remoção das favelas da Maré. |
| 1973 | | | | Removida a favela do Porto de Inhaúma, também conhecida como Ralo Coco. |
| 1974 | | Chagas Freitas anuncia o <i>Projeto de Ocupação Territorial</i> e propõe ações na região da Maré que chama de Área Prioritária III. | Baixado decreto isentando as favelas do pagamento de conta de água. | |
| 1975 | | Fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro passa a ser capital do Estado. É criada a Fundação para o Desenvolvimento da região metropolitana do RJ (FUNDREM) | | |
| 1978 | | | | A imprensa começa a denunciar as condições da Maré. O Jornal do Brasil publica matéria intitulada: <i>Favela da Maré, aqui é o fim do mundo.</i> |

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|-------------|---|---|---|---|
| 1979 | <p>João Batista Figueiredo é o presidente da República (15.03.1979 a 15.03.1985)</p> <p>Aprovada a Lei da Anistia (29 de agosto)</p> <p>Lideranças políticas como Miguel Arraes e Leonel Brizola, voltam do exílio</p> <p>O Ministro Mário Andreazza anuncia a realização do Projeto Rio.</p> | <p>Antônio de Pádua Chagas Freitas é Governador do Estado do Rio de Janeiro (15.03.1979 a 15.03.1983)</p> | <p>Realizado o IIº Congresso da FAFERJ.</p> | <p>Criada em 09/06/1979 a Comissão de Defesa das Favelas da Maré (CODEFAM).</p> <p>Tem início os aterros do Projeto Rio (17.10.1979).</p> |
| 1980 | | | | <p>Lançado o jornal União da Maré.</p> <p>Realizado o cadastramento dos moradores da Maré pela FUNDREM e Fundação Leão XIII.</p> |
| 1981 | | <p>O Decreto municipal nº 3.103 declara a Maré como Zona Especial nº 10 (ZE-10)</p> | | <p>O Estaleiro EMAQ fecha a saída para o mar de Marcílio Dias. Inicia-se um movimento dos moradores.</p> <p>São entregues os primeiros títulos de propriedade aos moradores do Morro do Timbau.</p> |
| 1982 | | <p>Brizola vence as eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro</p> | | <p>Inaugurada em 09 de agosto pelo Presidente João Figueiredo, a Vila do João.</p> <p>O núcleo da Ação Comunitária é transferido para a Vila do João.</p> <p>Entregues os apartamentos do Conjunto Esperança.</p> |

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|------|---|--|--|---|
| 1983 | | Leonel de Moura Brizola toma posse como Governador do Estado do Rio de Janeiro (15.03.1983 a 15.03.1987) | É lançado o Programa de Favelas da CEDAE (PROFACE) | Os moradores remanescentes das palafitas são removidos para a Vila do Pinheiro. O Vereador Rivadávia Maya apresenta projetos de lei propondo a transformação da Baixa do Sapateiro e da Favela da Maré em bairros. |
| 1985 | | | | O Governo Federal dá por concluídas as obras da Maré Dos 12.000 títulos de propriedade prometidos foram distribuídos 4.889 Tem início o movimento das associações pela conclusão das obras. |
| 1986 | | | | O grupo Paralamas do Sucesso, lança a música <i>Alagados</i> . |
| 1987 | | Wellington Moreira Franco toma posse como Governador do Estado do Rio de Janeiro (15.03.1987 a 15.03.1991) | | A CEDAE assume o gerenciamento das obras de saneamento e urbanização na Maré. A UFRJ realiza um censo na Maré, chegando a um total de 79.163 habitantes. |
| 1988 | Aprovada a nova Constituição Federal (05.10.1988) | | | Criada a Cooperativa Habitacional de Nova Holanda. Criada pelo Decreto Municipal nº 7.980 a XXXª RA (Maré) A vereadora Ludmila Mayrink apresenta projeto para dar o nome de “Novo Bonsucesso” a XXXª RA. |

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|------|---|---|---|---|
| 1990 | Fernando Collor de Mello toma posse como presidente após a realização de eleições diretas (15.03.1990 a 02.10.1992) | | | |
| 1991 | | Leonel Brizola assume seu segundo mandato como Governador do Estado do Rio de Janeiro (15.03.1991 a 02.04.1994) | | |
| 1992 | | Inaugurada a Linha Vermelha Aprovado o Plano Diretor Decenal do Rio de Janeiro, pela lei Complementar nº 16/92 | A Lei Complementar estabelece que as favelas não poderão ser removidas e as inclui no planejamento da cidade. | |
| 1993 | | César Maia toma posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro (1993-1996) | 29 moradores da Favela de Vigário Geral são assassinados, no episódio que ficou conhecido como a <i>Chacina de Vigário Geral</i> (29.08.1993) | O vereador José Moraes apresenta Projeto de Lei que cria o Bairro da Maré. O vereador Gérson Bergher apresenta Projeto de Lei propondo a denominação de “Nova Bonsucesso” para a área da XXXª RA |
| 1994 | | | | Publicada no DO do Município a Lei nº 2.119, que cria o Bairro da Maré. |
| 1995 | | Marcello Alencar é o Governador do Estado do Rio de Janeiro (01.01.1995 a 01.01.1999). | Prefeitura lança o Programa Favela-Bairro. | É criada a União das Associações do Bairro Maré (UNIMAR). Prefeitura remove as palafitas do Parque Roquete Pinto para o conjunto Nova Maré. |
| 1997 | | Luiz Paulo Conde é prefeito da cidade do Rio de Janeiro (1997-2000) É Inaugurada a Linha Amarela (outubro) | | É criado o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) |

| ANO | CONJUNTURA NACIONAL | CONJUNTURA LOCAL | AÇÕES RELACIONADAS ÀS FAVELAS | AÇÕES RELACIONADAS À MARÉ |
|-------------|--|--|---|--|
| 1999 | | Toma posse o Governador Anthony Garotinho (01.01.1999 a 05.04.2002) | | Lançado o Programa Multissetorial da Maré, a ser executado pela Prefeitura do Rio e financiado pelo BNDES. |
| 2000 | | | | O CEASM realiza o Censo Maré 2000. Lançada a Vila Olímpica da Maré. Criada a ONG União esportiva Vila Olímpica da Maré para administrar a Vila Olímpica. Construído pela Prefeitura o Conjunto Salsa e Merengue, para onde vão moradores de áreas de risco e desabrigados das chuvas. |
| 2001 | Publicada a Lei nº 10.257 – Estatuto das Cidades (11.07.2001) | César Maia assume o segundo mandato (2001-2004) | | Inaugurado o Piscinão de Ramos, na Praia de Ramos. |
| 2002 | | Benedita da Silva assume o governo do Estado (01.01.2002 a 31.12.2002) | O jornalista Tim Lopes é assassinado por traficantes do morro do Alemão. | |
| 2003 | Toma posse o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (01.01.2003) Criado o Ministério das Cidades. | Toma posse a Governadora Rosinha Garotinho (01.01.2003) | | Inaugurado, na Maré, o 22º Batalhão da Polícia Militar. |
| 2005 | | César Maia assume o terceiro mandato (2005-2008) | É inaugurado o favela-bairro do Morro da Providência, com o chamado museu a céu aberto (10.08.2005) | Inaugurada a Lona Cultural Herbert Vianna, com o show dos Paralamas do Sucesso. |
| 2006 | | | | Está sendo implantado o Museu da Maré, na Casa de Cultura. |

APÊNDICE B - ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTA

I.. ROTEIRO DE ENTREVISTA (MORADOR)

1. Identificação

- 1.1. Nome completo
- 1.2. Data de nascimento/idade
- 1.3. Lugar de nascimento
- 1.4. Endereço atual
- 1.5. Formação intelectual e profissional
- 1.6. Condição econômica

2. Percepção sobre o lugar

- 2.1. Como o entrevistado define o lugar onde mora: favela, comunidade ou bairro (o entrevistado tem conhecimento da existência do bairro Maré?)
- 2.2. Como o entrevistado justifica a definição dada
- 2.3. Identificação do entrevistado com essa definição em outros espaços geográficos e relações sociais (o entrevistado se identifica sempre com essa definição?)
- 2.4. Definição do entrevistado sobre cada um dos termos: “favela”, “comunidade”, “bairro” (perceber que fatores influenciam as definições: existência de equipamentos urbanos e serviços, atuação do poder público, violência, atividades culturais, solidariedade entre os vizinhos, opinião pública etc.)

3. Redes sociais

- 3.1. Relações familiares
- 3.2. Relações com a vizinhança
- 3.3. Amizades
- 3.4. Participação em instituições e/ou movimentos e grupos
- 3.5. Convivência com a ação do tráfico de drogas e da polícia

II. ROTEIRO DE ENTREVISTA (PARTICIPANTE DO CEASM)

1. Identificação

- 1.1. Nome completo
- 1.2. Data de nascimento/idade
- 1.3. Lugar de nascimento
- 1.4. Endereço atual
- 1.5. Formação intelectual e profissional
- 1.6. Condição econômica

2. Participação em ações coletivas anterior à atuação na ONG estudada

- 2.1. Participação em ações coletivas (igreja, clubes, sindicatos, ONGS, movimentos, partidos políticos, grupos esportivos e culturais, associações etc.)
- 2.2. Nível de participação
- 2.3. Aspectos da vida do entrevistado que influenciaram sua participação nessas ações (família, formação intelectual e profissional etc.)
- 2.4. Influência dessa participação em seu engajamento no CEASM

3. Participação na instituição estudada

- 3.1. Motivos da participação
- 3.2. Tempo de participação
- 3.3. Função exercida
- 3.4. Ações desenvolvidas pela instituição
- 3.5. Relações com outras instituições da Maré
- 3.6. Convivência com o tráfico de drogas e a ação policial
- 3.7. Importância que a instituição atribui ao bairro
- 4.8. De que forma os projetos da Rede Memória e do jornal O Cidadão contribuem para a materialização da idéia do bairro

APÊNDICE C – MAPA DE INSTITUIÇÕES DA MARÉ

| INSTITUIÇÕES | 1910 | 1920 | 1930 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 |
|------------------|---|------|------------------|------|--------------------------|------------------------|----------------------------|--------------------------------------|---|------------------------|
| | | | | | | | | CIEP Elis Regina (1989) | | |
| | | | | | | | | CIEP Min. Gustavo Capanema (1985) | | |
| | | | | | | | | CIEP Operário Vicente Mariano (1987) | CIEP Hélio Smidt (1992) | |
| ESCOLAS PÚBLICAS | Escola Mista do Porto de Inhaúma (1917) | | EM Bahia (1936)* | | EM IV Centenário (1958) | EM Nova Holanda (1962) | EM Tem. Gen. Napion (1972) | CIEP Samora Machel (1989) | EM Cantor e Compositor Gonzaguinha (1992) | EM Paulo Freire (2005) |
| | | | | | EM Armando Salles (1961) | | | CIEP 14 de Julho (1985) | CIEP Estadual César Pernetá (1994)* | |
| | | | | | | | | EM Josué de Castro (1985) | | |
| | | | | | | | | EM Teotônio Vilela (1985) | | |

* Ensino Médio

| INSTITUIÇÕES | 1910 | 1920 | 1930 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 |
|---|------|------|------|------|---|--------------------------------------|---|----------------------------------|--|--|
| ASSOCIAÇÕES DE MORADORES | | | | | AM Morro do Timbau (1954) | AM do Parque Maré (1960) | AMA de Nova Holanda (1979) | AMA Conjunto Esperança (1981) | AMA do Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1995) | AM do Parque Ecológico da Vila do Pinheiro (2000) |
| | | | | | UDMPP da Baixa do Sapateiro (1959) | AM do Parque Rubens Vaz (1965) | AM de Roquete Pinto (1979) | AM da Praia de Ramos (1981) | AM do Conjunto Habitacional Nova Maré (1998) | |
| | | | | | | AM do Parque União (1962) | AM do Conjunto Pinheiros (1987) CM da Vila do Pinheiros (1987) | AM da Vila do João (1987) | União da Associações do Bairro Maré - UNIMAR (1995) | AMA de Marcílio Dias (2000) |
| POSTOS DE SAÚDE | | | | | | | | | PS CIEP Elis Regina (1996) | |
| | | | | | | | | | PS CIEP Min. Gustavo Capanema (1996) | |
| | | | | | | | | | PS CIEP Operário Vicente Mariano (1996) | |
| | | | | | | | CMS Américo Veloso (1970) | PS Vila do João (1983) | PS CIEP Samora Machel (1996) | Centro de Fisioterapia e Reabilitação (2002) |
| | | | | | | | | | PS CIEP 14 de Julho (1996) | |
| | | | | | | | | | PS CIEP Hélio Smidt (1996) | |

| INSTITUIÇÕES | 1910 | 1920 | 1930 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 |
|--------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|--------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|

**PARQUES
ECOLÓGICOS**

Parque Burle
Marx (1992)

Parque Ecológico
da Ilha do
Pinheiro (1996)

CRECHES

Creche Escola
Tia Dulce (1983)

Creche Sagrado
Coração de Maria
(1992)

Creche Tio Mário
(1984)

Creche escola
Mirim (1994)

Creche Cléia
Santos de
Oliveira (1985)
Creche Nova
Holanda (1986)

Creche Pescador
Albano Rosa
(1996)

Creche Cantinho
Bem me Quer
(1989)

Creche
Celebrando a
Vida (1998)

CEMASI Nova
Holanda (1997)

CEMASI
Roquete Pinto
(1996)

FUNLAR (1995)

**ÓRGÃOS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

SESI –
Centro
Social
Roberto
Simonsen
(1948)

Fundação
Leão XIII -
Nova
Holanda(1962)

Fundação
Leão XIII –
Praia de
Ramos (1963)

Posto da CEDAE
(1985)

Posto da
COMLURB
(1985)

**ÓRGÃOS DE
PRESTÇÃO DE
SERVIÇOS PÚBLICOS**

| INSTITUIÇÕES | 1910 | 1920 | 1930 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 |
|------------------------|------|------|------|------|------|------|---|------|------|--|
| ENTIDADES CULTURAIS | | | | | | | GRBC Mataram meu Gato (1974) | | | Lona Cultural Herbert Vianna (2005) |
| | | | | | | | GRBC Corações Unidos de Bonsucesso (1975) | | | Casa de Cultura da Maré (2003) |
| | | | | | | | | | | Biblioteca Municipal (2005) |
| | | | | | | | | | | Casa de Cultura do Parque União (2005) |

Fonte: Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré - CEASM

ANEXOS

Documento 1 – Formulário sem data, denominado Compromisso dos Moradores que era obrigatoriamente assinado pelos moradores do Morro do Timbau, por imposição do 1.º Batalhão de Carros de Combate.
Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

ANEXO 2 – RECIBO DE ALUGUEL

63) Inst. para Funcionamento da P. M. publicadas no Bol. Ext. n. 31, de 8-6-33 e revogadas pelo aviso n. 274 de 11-4-39 (Bol. do Ext. n. 88, de 13-9-39);
64) Normas para locação de prédios - Aviso n. 241, de 4-4-39 (Bol. Ext. n. 19 de 8-4-39).

PREFEITURA MILITAR
TESOURARIA

MINISTÉRIO DA GUERRA
DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES

1.ª VIA

DETERMINAÇÃO DO ALUGUEL
(condições)

N.º 61

% sobre Cr\$ _____

% de taxa suplementar Cr\$ _____

Cr\$ _____

Aluguel Cr\$ 30,00

Taxa adicional Cr\$ _____

Multa Cr\$ _____

Indenização de danos Cr\$ _____

Soma Cr\$ _____

Recebi da Sr. General do Carmo Silva
a quantia supra de Trinta e três mil e quatrocentos e oitenta e sete
reais e setenta e sete centavos, a título de aluguel, em cumprimento do contrato de locação n.º 100, de 31/01/1949, em 31/01/1949, por 31/01/1949.

Visto _____

Tesoureiro _____

Recebedor - P. G. G. G.

NOTA - O locatário é responsável pela conservação do prédio e dos bens nele existentes, pessoalmente ou através de seus representantes no nome, (Caso IX, do item n.º 261, de 4-4-39).

Documento 2 – Documento datado de 31/01/1949, emitido pelo Ministério da Guerra, com recibo pelo pagamento de taxa de ocupação por morador do Morro do Timbáu.
Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

ANEXO 3 – INSTRUMENTO DECLARATÓRIO

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

INSTRUMENTO DECLARATÓRIO PARTICULAR, COM FORÇA DE ESCRITURA PÚBLICA.

PRIMEIRO - A União Federal, mediante Contrato de Cessão sob o Regime de Aforamento, lavrado, em 08.02.80, às fls. 120v/123, do livro nº 10-A Especial da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, registrado, em 28.05.80, no 6º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, livro 2BS, fls. 33, R-1 matrícula 21346, cedeu ao BNH, sob o regime de aforamento, um terreno nacional interior, marinhos e acrescidos, com aproximadamente 107.000,00 m², situado na Rua Guilherme Maxwell na Praia de Inhaúma, nesta Cidade do Rio de Janeiro, terreno esse assim descrito e caracterizado: mede pelo Norte 316,00 m, em 2 segmentos, um menor de 96,00 m e outro de 220,00 m, confrontando-se com área de pedreira, dita do Estado do Rio Grande do Sul; pelo Nordeste e Leste acompanhando a orla marítima, aproximadamente 380,00 m; pelo Sul 305,00 m, em 3 segmentos a partir do mar, de 120,00 m, 97,90m e 88,00 m, confrontando-se pelos 2 primeiros com a área de

Documento 3 – Instrumento declaratório particular, datado de 04 /07/1981, com força de escritura pública, no qual a União Federal declara ter cedido ao BNH o aforamento dos terrenos e acrescidos de marinha no final da rua Guilherme Maxwell e Praia de Inhaúma, correspondente à área do Morro do Timbau

Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

herdeiros de Conrado Maurício das Neves ou sucessores, com frente para a Rua Guilherme Maxwell e pelo último com a própria Rua Guilherme Maxwell; pelo oeste 337,00 m, confrontando-se com imóveis com frente para a Rua João Magalhães. Área: acidentada de aproximadamente 107.000,00 m².

SEGUNDO - O referido contrato de cessão estabeleceu que o terreno destina-se à execução de plano urbanístico integrante do Projeto Rio.

TERCEIRO - De acordo com essa finalidade e estando o terreno de que trata este instrumento ocupado por favelas, o BNH pretende beneficiar os atuais moradores destas favelas, propiciando-lhes a outorga de títulos de domínio e promovendo a urbanização da área, com a implantação dos serviços públicos básicos.

QUARTO - Para dar cumprimento a essa destinação do terreno, o BNH solicitou e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro aprovou, através do Decreto nº 3073, de 22 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 25 de maio de 1981, os projetos nº 37.713 e 10.155, respectivamente, de loteamento e arruamento.

QUINTO - De acordo com esses projetos, o terreno é parcelado em 32 (trinta e duas) Quadras, denominadas Condomínios numeradas de 1 a 32.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

...

258
86/11/22
W

.3.

SEXTO - Da área total de 107.000,00 m² do terreno, 75.110 m² correspondem à área das quadras e 31.890 m² são destinados a ruas, praça, travessas e ruas de pedestre, não figurando para as quadras áreas de recuo ou de investidura.

SÉTIMO - Das 32 (trinta e duas) quadras (Condomínios) a Prefeitura Municipal já aprovou o detalhamento e caracterização das Quadras (Condomínios) nºs 1, 2 e 3, devendo as demais Quadras (Condomínios) ser objeto de detalhamento e caracterização posterior a este ato.

OITAVO - Na Quadra (Condomínio) nº 1 existem 33 (trinta e três) prédios e o BNH conferirá, em relação a esta quadra (Condomínio), 33 títulos, cabendo a cada futuro titular a fração ideal de 1/33 avos da área da quadra (Condomínio), com direito ao uso exclusivo da área onde se acha construída a benfeitoria; Na Quadra (Condomínio) nº 2 existem 14 (quatorze) prédios e o BNH conferirá, em relação a esta Quadra (Condomínio) 14 títulos, cabendo a cada futuro titular a fração ideal de 1/14 avos da área da quadra (Condomínio), com direito ao uso exclusivo da área onde se acha construída a benfeitoria; Na Quadra (Condomínio) nº 3 existem 46 (quarenta e seis) prédios, e o BNH conferirá, em relação a esta Quadra 46 títulos, cabendo a cada futuro titular a fração ideal de 1/46 avos da área da quadra, com direito ao uso exclusivo da área onde se acha construída a benfeitoria. As áreas situadas no interior das Quadras (condomínios) que não sejam de uso exclusivo de seus moradores constituem áreas de uso comum.

NONO - A descrição das Quadras (Condomínios) 1, 2 e 3, bem como das áreas de uso exclusivo em cada uma destas

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

...

| | |
|-------|----------|
| PROJ. | 259 |
| PRO. | 00/10/82 |
| PROJ. | 10 |

.4.

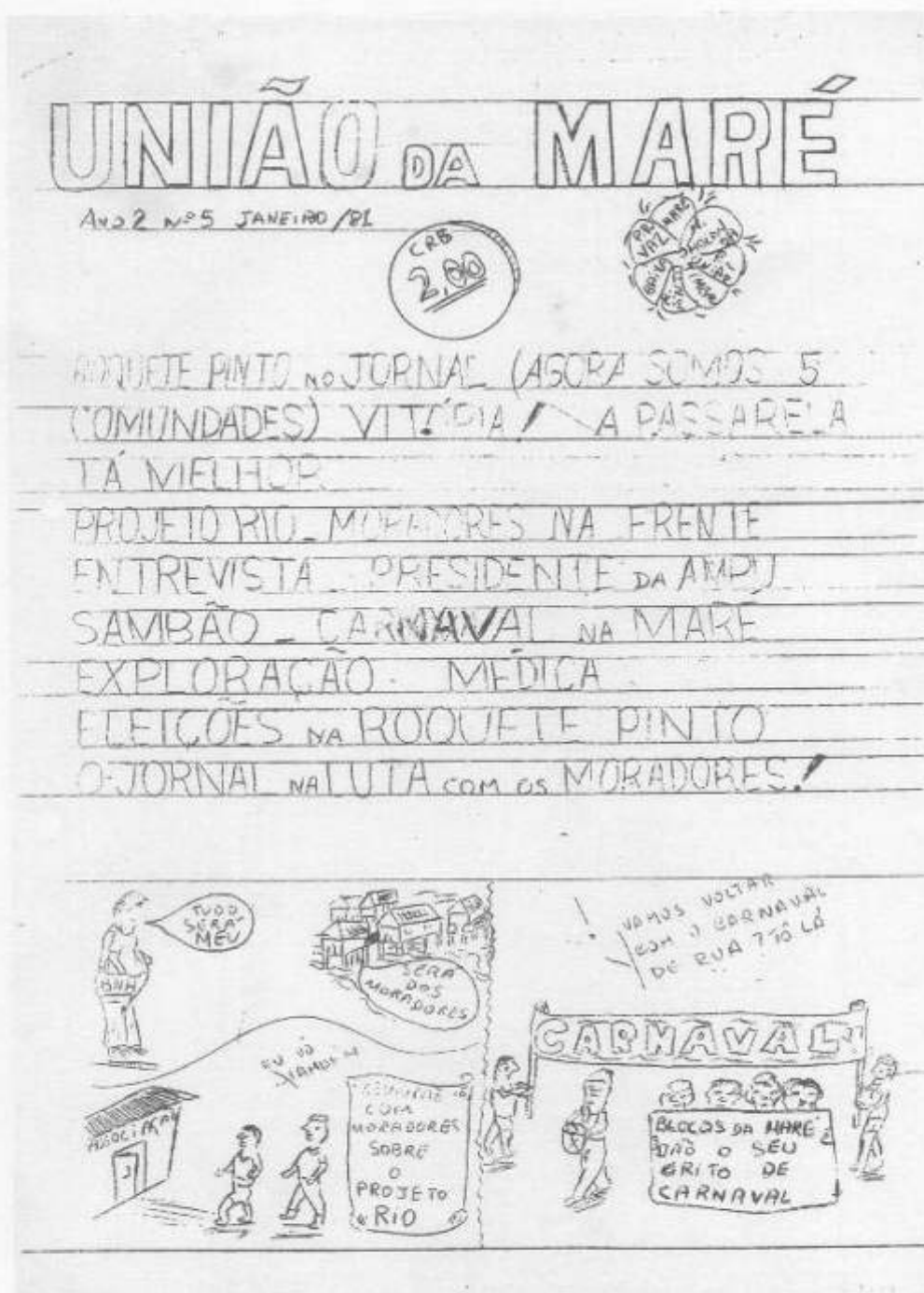
quadras (Condomínios) constituem o anexo único deste instrumento, o qual, rubricado, pelos representantes do BNH, dele é parte integrante.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 1981


 BNH
 MARIO CASTORINO FONTES BRITO
 DITER Diretor


 MANOEL TÁVORA
 Diretor de Administração
 BNH
 Manoel

ANEXO 4 – JORNAL UNIÃO DA MARÉ



Documento 4 – Primeira página do Jornal *União da Maré*, edição janeiro de 1981.
Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

ANEXO 5 – JORNAL UNIÃO DA MARÉ

UNIÃO DA MARÉ

ano 2.º nº 05
fevereiro/81

Cr\$ 2,00



Saúde para todos - pag. 2
Nós e o Projeto Rio - pag. 3
O Dia da Mulher - pag. 4
Luz mais cara - entrevista - pag. 4
Reunião de moradores - pag. 5
Carta ao Presidente Figueiredo - pag. 5

EXPERIÊNCIA

Participação neste número:
DAÍDA DE SAPATEIRO -
NOVA HOLANDA - RUBENS VAZ
P. UNIAO - ROZETE PINTO

**VAMOS TODOS DIA 29 DE MARÇO
1º ENCONTRO ESTADUAL DE FAVELAS**

**LUZ MAIS
barata**

**Projeto rio
legalização da
posse da terra
água - esgotos**

**CONTRA AS
REMOÇÕES
É PRECISO SE
ORGANIZAR**



Documento 5 – Primeira página do Jornal *União da Maré*, edição fevereiro de 1981, convocando os moradores para o 1º Encontro Estadual de Favelas.
Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

ANEXO 6 – JORNAL UNIÃO DA MARÉ



Documento 6 – Primeira página do Jornal *União da Maré*, edição março/abril de 1981, com o título *O povo tem direito de morar*.

Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

ANEXO 7 – JORNAL UNIÃO DA MARÉ

UNIÃO DA MARÉ

NOVA HOLANDA
RUBENS VAZ
PINTO
RODETE
UNIBRA
MARE
BIXA
SPAREDO

RIO DE JANEIRO- AGOSTO - 1981
PREÇO CR\$ 2,00

DEPOSITE NA CAIXA PAG. 2

INPS e os trabalhadores
PAG. 3

PROJETO - RIO EM DEBATE PAGs. 3-4-5-6
O FANTASMA DO BNH PAG. 5
A AGRESSÃO POLICIAL NA FAVELA PAG. 7

**18 ANOS
DE LUTA
DA FAFERJ**
PAG. 8

Documento 7 – Primeira página do Jornal *União da Maré*, edição agosto de 1981, com o título *O projeto-Rio em debate e 18 anos de luta da FAFERJ*.
Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

ANEXO 8 – JORNAL UNIÃO DA MARÉ

UNIÃO DA MARÉ

RIO DE JANEIRO – NOVEMBRO – 1981
 Nº 9
 PREÇO – CR\$ 5,00

LEIA E DIVULGUE O
 JORNAL UNIÃO DA MARÉ


MARCELLO DIAS VIROU CAMPO DE CONCENTRAÇÃO PAG. 6

ORGANIZAÇÃO: LEGALIZAÇÃO DAS CASAS PAG. 2
 ASSOCIAÇÕES VIRAMAM CURRAIS ELEITORAIS PAG. 3
 PROPAGANDA ELEITORAL NA ANPU PAG. 3
 ENTREGA DE CARTAS PAG. 4
 FAZERJ PROIBIDA PAG. 6
 REUNIÃO DE MORADORES PAG. 6
 ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA BAIXA DO SAPATEIRO ... PAG. 8

ASSASSINATO NA ROCINHA
 MORADORES NÃO SE CONFORMAM E VÃO A JUSTIÇA. ESPERAMOS QUE ESSA VIOLENCIA NÃO CAIA NO ESQUECIMENTO E OS RESPONSÁVEIS SEJAM PUNIDOS. O CLAMOR DAS CRIANÇAS É CADA VEZ MAIOR. ONTEM FOI MANGUEIRA, HOJE ROCINHA E AQUELAS QUE NÃO SABEMOS

1ª CORRIDA DE INTEGRAÇÃO DOS MORADORES DA ÁREA DA MARÉ

A AGRESSÃO POLICIAL NA FAVELA PAG. 7




Documento 8 – Primeira página do Jornal *União da Maré*, edição novembro de 1981, com destaque para matéria sobre a localidade de Marcello Dias.

Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

ANEXO 9 – JORNAL UNIÃO DA MARÉ



UNIÃO DA MARÉ

RIO DE JANEIRO - MARÇO - ABRIL
ANO 3 - Nº 11 - 1982
PREÇO - 5,00

ÍNDICE

| | |
|--|---|
| LIXO | 2 |
| PROPINA NA FEIRA | 2 |
| ELEIÇÕES | 2 |
| INFORME DA CAPELA | 2 |
| PORQUE TERMINA | 2 |
| VENDAS DE CASAS | 2 |
| URBANIZAÇÃO | 2 |
| LURTAS E SOAS DA NOVA HOLANDA | 3 |
| REUNIDOS COM O S.N.M. | 3 |
| QUATOS DU VERDADES | 3 |
| PARQUE ROQUETE PINTO | 4 |
| DEPARTAMENTO DE CULTURA | 4 |
| REUNIDOS MENSIS | 4 |
| CAIXAS DE SUGESTÕES | 5 |
| O PACOTE DO S.N.M. | 5 |
| ATENÇÃO MORADORES! ENGANADORES ESTÃO NA ÁREA | 5 |
| ÁGUA PARADA, MOSQUITOS | 6 |
| PORQUE VOCÊ JOGA LIXO NO VALÃO? | 7 |
| A CONQUISTA DA LUZ | 8 |

CONQUISTA DA LUZ



ATENÇÃO MORADORES!

ENGANADORES ESTÃO NA ÁREA
PÁGINA6



OS LEITORES SÃO SUAS SUGESTÕES SOBRE
OS PROBLEMAS DA NOSSA COMUNIDADE. E



Documento 9 – Primeira página do Jornal *União da Maré*, edição janeiro/março/abril de 1982, com destaque para matéria sobre a conquista da luz e alerta sobre os políticos “enganadores”.

Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

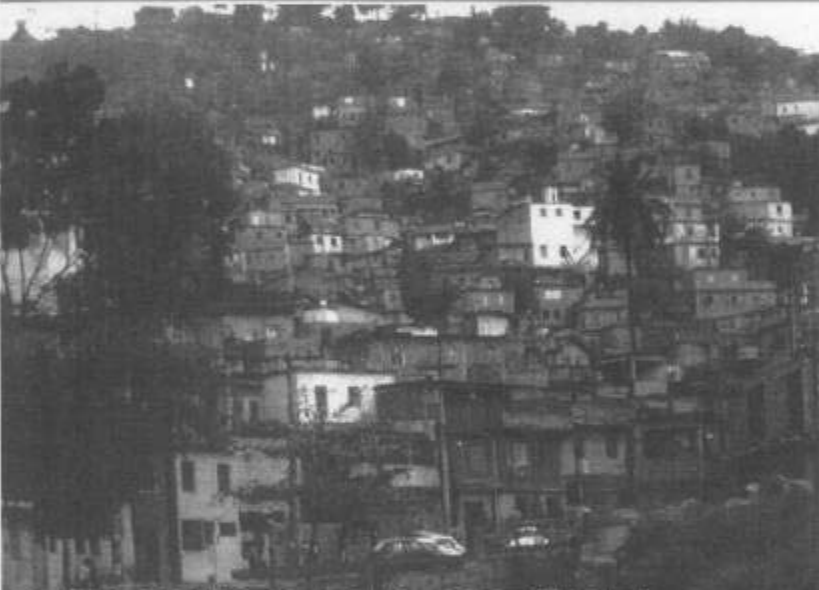
ANEXO 10 – JORNAL O CIDADÃO



Documento 10 – Primeira página do Jornal *O Cidadão*, edição fevereiro de 2003, com destaque para matéria sobre a identidade do *mareense*, em matéria intitulada *Mareense!? Existe isso?! Reflexões sobre um bairro em formação*.
 Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

ANEXO 12 – JORNAL O CIDADÃO

O Cidadão
O Jornal do Bairro Maré
 RIO DE JANEIRO – MAIO/2004 – ANO VI – Nº 35



**O MUNDO E A CIDADE : um
 olhar da favela sobre o medo**


| | | | |
|--------------------------------|---|--------------------------------------|--|
| 6 CADE A LONA CULTURAL? | 10 UM PASSEIO PELA RUA DO PISCINÃO | 22 O APITO DOS JUÍZES DA MARÉ | 24 MEMÓRIA: FUTEBOL DE TRADIÇÃO |
|--------------------------------|---|--------------------------------------|--|

Documento 12 – Primeira página do Jornal *O Cidadão*, edição maio de 2004, com destaque para matéria sobre a questão da violência, em matéria intitulada *O Mundo e a Cidade: um olhar da favela sobre o medo*.

Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

ANEXO 11 – JORNAL O CIDADÃO

O Cidadão
O Jornal do Bairro Maré
 RIO DE JANEIRO - AGOSTO/2004 - ANO VI - Nº 36



Revirando a questão habitacional na Maré

| | | | |
|--|--|-----------------------------------|---|
| 5 MORADOR IMPROVISA SEM CORREIO | 9 POLÊMICA REFORMA DA PRAÇA DO 18 | 20 LIVRO DE LENDAS DA MARÉ | 24 HOMENAGEM AO PESCADOR JAQUETA |
|--|--|-----------------------------------|---|

Documento 11 – Primeira página do Jornal *O Cidadão*, edição agosto de 2004, com destaque para matéria sobre a questão habitacional na Maré, em matéria intitulada *Revirando a questão habitacional na Maré*.

Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

ANEXO 13 – JORNAL O CIDADÃO

HISTÓRIA DA MARÉ

1992 – A inauguração da Linha Vermelha

Na edição anterior, O Cidadão falou sobre a Vila do Pinheiro. Agora é a vez do jornal abordar um fato muito importante para nossa comunidade: a construção da Linha Vermelha.



Linha Vermelha muda a geografia da área

Em 23 de abril de 1992 é inaugurada a primeira etapa da chamada "Linha Vermelha". Na verdade, o que se concretizava era o antigo projeto de via alternativa à Avenida Brasil, que já fora formulado por vários governos passados: Carlos Lacerda, através do Plano Duvidas (60/65); pelo Governo Chagas Freitas (Plano Acesso Norte); pelo Projeto Rio, em 1979. E finalmente pelo Governo Leonel Brizola, oferecido pelo Presidente Collor.

Houve a remoção da grande fazenda de riangassol, bem como foram relocados os templos católicos, pelos pescadores, ficando o Complexo da Maré limitado entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha. Foi construído um parque com traçado de Burle Marx, porém bem mais modesto do que o planejado.

A inauguração da primeira etapa, com extensão de 7,2 Km e custo de \$154.140 milhões, foi realizada junto ao Complexo da Maré e contou com a participação da dupla de cantores de música sertaneja Leandro e Leonardo, tendo a Linha Vermelha dado maior visibilidade para a cidade das comunidades do Caju e da Maré, antes escondidas pelo cinturão industrial e de estabelecimentos públicos da Avenida Brasil.

Para a abertura da Linha Vermelha foram feitas algumas remoções entre o Parque Alagria e Boa Esperança, tendo ainda sido construído um conjunto de casas onde outrora ficava o Abasco Sanitário do Caju, que acabou por ser praticamente desativado, restando apenas a Usina de Lixo, que por falhas em sua construção, hoje não funciona regularmente.

BAÍA DE GUANABARA PERDE ESPAÇO



Construída sob a alegação de promover o desalojo no trânsito da saturada Avenida Brasil, a Linha Vermelha acabou por ser uma via de elite, que favoreceu o trânsito de carros particulares. Promoveu forte impacto ambiental, uma espécie de "luto de misericórdia" no que sobrou da Baía de Guanabara, na área do Caju e da Maré. Hoje, face aos últimos ataques promovidos para a construção desta via, a Baía, na região, foi reduzida a um canal de menos de 100 m de largura, totalmente poluído.



A impressão deste jornal foi possível graças ao apoio da

EDIOURO

Rua Nova Jerusalém, 345 - Bonsucesso
Tel: 3882-8200 • Fax: 2280-2432



ANEXO 14 – JORNAL O CIDADÃO



Jaqueta, memórias de um pescador

Integrante da primeira edição de ocupação da Maré, que foi a vila dos pescadores do Morro do Timburi, Sr. Jaqueta teve uma intensa participação na construção da História da Maré, o que podemos observar em seus depoimentos.

A pesca era a principal ocupação dos primeiros moradores da Maré. Como meio de subsistência, era organizada por colônias de pescadores, das quais o Sr. Jaqueta fazia parte. A atividade pesqueira era preservada, passando de geração para geração, fazia parte da vida dos moradores, como podemos conferir com ele:

"Eu, com 10 anos pesquei com meu avô, aí gostei. Era muito feitura, muito peixe. Então eu pensei: Ah! Vou me aprofundar. Vou me dar bem com esse peixe. Aí fui me aprofundando e fiquei até hoje".

"(Eu) chegava pra descomergar (os peixes), o peixeiro vendia, tirava a carniça, e a gente recebia o restante. De que sobrava, a gente dividia pelos companheiros. Tinha a parte da embarcação, de rede e era dividido pelos companheiros".

"Aí no Catelô", perto do porto, tinha um padre que era muito sabroso, robalo, peixe de primeira... hoje, de repente, tá só e vê aquele peixeiro um cinco do mar. Aquilo tá lá o plástico, que empasta na rede e se perde muito tempo para retirar".

A festa dos pescadores, devotos de São Pedro, era muito popular, o Sr. Jaqueta participava todos os anos, desde criança. A festa era ao Portinho de Inhamitã.

"Era festa dos pescadores, festa de São Pedro. Nunca todos os anos, na festa dos pescadores tinha proleto, tinha tudo. Selam os barcos, todas enfeitadas. Tm até a Glória".

Depois que se casou com D. Eugênia Menezes, que faleceu em 21/02/2003, a festa passou a acontecer na rua Capivari, onde existiam. A celebração era grande! O salato é de D. Eugênia:

"...depois que casamos, começamos a fazer a festa de São Pedro aqui na rua. Vinha conjunta, fechava a rua aqui em baixo e lá em cima. Era um dia só. Eu ia lá na Igreja de Juqueim, trabalhava em o Jaqueim. Lá

lá em Juqueim e tinha prêmios que me davam pra criança. Tinha uma prêmio de colcha. Aí, fazia brincadeiras o domingo todo: quebra-pole, a dança de cabalo, corrida do ovo na colcha. Aí brincadeiras das crianças terminavam no domingo. No sábado, tinha baile. Antigamente, quem tivesse conta disso aqui era o quartel. Vinha escalar pra dançar com a festa, não tinha mais baile".

No início tudo era diferente, os moradores foram construindo o seu chão, suas residências, obtendo conquistas, e que temos muito a agradecer a eles, ao Sr. Jaqueta, à sua esposa e a todos os antigos moradores das comarcas da Maré, que lutaram e lutam para uma melhor forma de vida e na valorização do nosso bairro.

"Vim chegando aqui, por exemplo, e fiz: quanto é esse pedaço aqui? Era tanto. Fazia um muro na frente... pra tapar o vidro e por trás do muro. Quando dormia o muro e com estava pronto. Assim que eles faziam aí. Depois da festa veio pro lá, foi tudo feito assim. Faziam um muro alto e atrás tem feitura de casa. Quando o muro estava pronto, dormiam o muro, e com estava de frente pra rua e ficou um bloco. Bom, mas tudo um dia a sua festa..."

Saudações, Sr. Jaqueta!

Saudações, Sr. Jaqueta!

Uma das fotografias de pescador profissional de Sr. Jaqueta, integrante da Colônia 2-11 - Puma. Antes fez parte da Colônia 2-16 e 2-4.



Esta versão de O Cidadão e uma iniciativa da Rede Memória da Maré. Se você conhece um fato interessante sobre a história do nosso bairro e quer que ele seja contado aqui, escreva pra gente. E se enviar sua carta com o jornal na mão e o e-mail: contato@ocidao.org.br

Documento 14 – Última página do Jornal *O Cidadão*, com a coluna *História da Maré*, destacando um dos personagens da região, seu depoimento oral e documentos de seu acervo pessoal.

Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

ANEXO 15 – JORNAL O CIDADÃO

MEMÓRIA DA MARÉ

N o último número de O Cidadão, o carnal da Maré fez a festa e contou a sua história. Nesta edição a Rede Memória vai trabalhar com outro tema bastante popular, futebol. O subúrbio carioca e, principalmente, os espaços populares sempre ficaram conhecidos como celeiros de craques, e a Maré não foge à regra. No entanto, muitos desses atletas, craques, times e campeonatos não são conhecidos na grande mídia, embora divertam e animem a vida das comunidades da Maré.

Essa palácio não é de agora. Há tempos o Iutebol vem sendo o lazer preferido de muitos maroneiros. É o que podemos conferir nos depoimentos do seu tiochil e de Dona Iutebi:

Assessment of Gender Cases Into Experts' Circle



Lembranças de um futebol comunitário

"...ali (a nova unidade) onde é o posto policial, um um campo de futebol chamado Minas Gerais. O meu pai era diretor, os meus primos adultos... jogavam pelo Minas Gerais, que era o clube daqui. Foi, nessa época tinha meus sete, oito anos... lembro de celebrar com o pai, a gente chorava lá na minha casa no quintal mesmo."

"Sei a peida aqui da Guilherme Frota contra a turma da Petelinha (paradoxi-
ca, não é?) e, então, vai lá pra casa dela e diz: 'a turma da Guilherme Frota como o
Beco da Felice' - e gente, chamava de Beco da Frota o paiolão da Tróia. A gente
tinha lá uma turma boa..." (Dr. Norval, narrador de *Mato de Tintoba*)

"Mais em cima um pouquinho tinha um campo de futebol, na Nova Jerusalém, a Minas Gerais tinha clube (na rua) jogar o futebol. (Luzia) Minha gente, uma porção..."
[O futebol, mencionado ao Menor do Tênis]

Sau Lutz Gerstoge, morador de Vila do Pinheiro, nasceu em 1952, ali em Copacabana Grande, no Paraíba e veio pro Rio com 9 anos. Ele viveu durante muito tempo no Morro Bumbadeiro e também ficou uma noite no cativeiro do Puri.

... al velho e fatioso... o campo de Pati, que até hoje existe... eu fui jogar no Oriente (certo que a ruína, a sua ruína)... o pessoal falava: Fátima, vamos fazer uma bola aí!... Tive que não tive jogar nada... Na verdade, eu não era tão bom quanto... até porque estava a crescer... (a usar) que eu estava era uma criança... toda mundo (se mesmo) colocou um shortinho fino e eu não sabia calçar... (falta (se mesmo), chamavam minha mãe para pará-la... Na verdade eu só uma calça que minha mãe tinha que me fazer o shorts...)

Osso acadêmico perceber essas diferenças? Não é de hoje que os campos e times de futebol existem em grande quantidade no MW, contribuindo para a popularização do esporte no bairro. Além disso, muitas festas anuais incluem jogos entre os moradores de transformação cultural.

"(Má, via meus) tinha uma castiça... onde morava o presidente (o meu avô), Seu Almirante, que deixava ele falar pra mim e distribuir pra sustentar o clube. Ele gostava! Empréstimo o caso dele em frente ao campo. Ali se fazia reunião, dava falar..." (D^o Zélio)

"Ao lado da igreja era um terreno baldio onde tinha um caspito... Então, aquela área era ocupada para jogos de bola, para dança, para tudo e todas as festas." (Cf. Aurélio)

San Luis Obispo

Os famosos campos de várzea:

"O campo não tem nada de Parque União. O Parque União era tudo isso, depois é que começaram a jogar lixo lá. Fazer jogando, jogando, fazer atirando, atirando. Ali foi criado o Parque União, mas ele jogou aquilo tudo ali. Depois fizeram um aterro no quarto (bairro). Agora já não dá mais pra entrar em campo, que a gente chamava de Rã-Coco... O Parque União não servia como aterro, era um campo mesmo, era tudo feito e a natureza lá era linda" (João Norberto).

Os campeões de futebol realizados nas comunidades trazem o fortalecimento dos laços que unem as inovações, pois ajudam a superar muitos desafios, principalmente num lugar como a Mant, que se constitui de formas tão diversificadas e cujos moradores vivem das mais diversas fontes de renda, do cultivo do solo

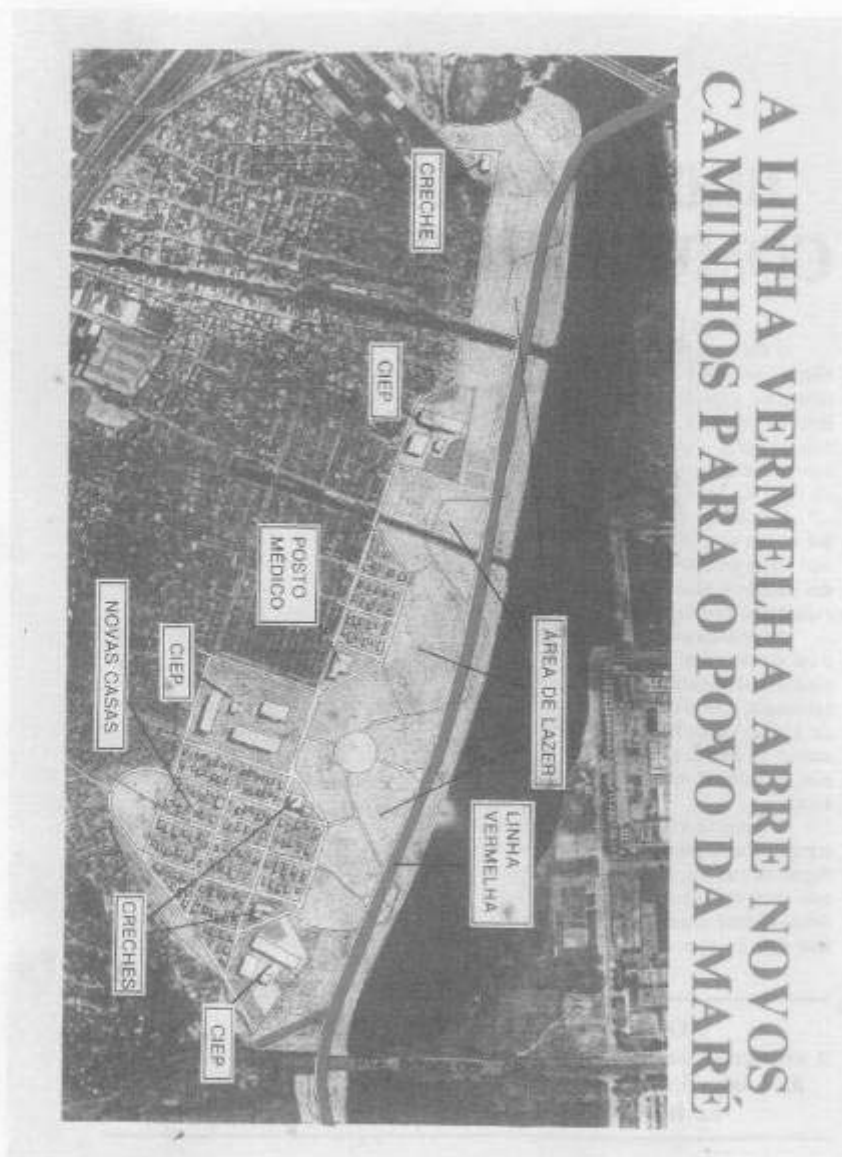
Active Display View



Deinde per terminos huiusmodi in decem diebus pinguibus

Este mundo de O Colecção é uma iniciativa de Fidei Memória Latina. Se você conhece um ou dois interessantes sobre a história do nosso país e quer que ele seja conhecido aqui, escreva pra gente. E se quiser sua carta para o jornal ou para o e-mail: arquivo@wasm.org.br

ANEXO 16 – FOLHETO



Documento 16 – Folheto convidando os moradores da Maré para o lançamento das obras da Linha Vermelha. Importante observar a forma de apresentação da obra como um elemento de integração da Maré.

Fonte: Arquivo Orozina Vieira - CEASM

Linha Vermelha

BRIZOLA CONVIDA A COMUNIDADE DA MARÉ

O Governador Leonel Brizola e o Presidente Fernando Collor de Mello vão bater a primeira estaca da Linha Vermelha na Maré. A solenidade vai ser neste domingo, às quatro e meia da tarde, ao lado do Ciep Operário Vicente Mariano. Brizola escolheu a Maré para começar as obras da nova estrada justamente porque esta será a comunidade mais beneficiada pela Linha Vermelha. Ele vai trazer o Presidente para que Collor também possa ver de perto as difíceis condições de vida da nossa população e sinta a necessidade de mudar esta realidade.

O primeiro trecho da Linha Vermelha, que vai do Campo de São Cristóvão até a Ilha do Governador, será a porta de entrada dos visitantes internacionais que virão ao Rio no ano que vem para participar da Rio Eco-92. As comunidades da Maré, que ficam ao lado da auto-estrada, receberão uma série de melhoramentos, caminhando no sentido da urbanização completa desta área.

As primeiras medidas já começaram a acontecer. Os governos federal, estadual e municipal assinaram convênios para a construção de 4 mil e 600 moradias; comercialização de mais de 6 mil apartamentos, de quatro conjuntos habitacionais; e titulação de 9 mil e 500 imóveis, todos na área da Maré. O projeto da Linha Vermelha também prevê a criação de um grande parque ao longo do aterro da Maré, reproduzindo ali a imagem do Aterro do Flamengo, com campos de futebol, quadras de esportes, além de novos Cieps, creches e postos de saúde.

O desejo e a determinação do Governo do Estado são que, dentro de pouco tempo, quem passar pela Linha Vermelha veja, na Maré, um bairro moderno, digno de sua população, onde o meio ambiente seja valorizado e com a presença marcante de todos os serviços públicos. É por isso que Brizola convidou o Presidente Collor para começar a construção da Linha Vermelha na Maré. E é por isso que Brizola quer o apoio do povo da Maré para esta obra.

**O Governador Leonel Brizola convida
a comunidade da Maré para a solenidade de início das obras
da Linha Vermelha, neste domingo, dia 2, às 16:30 horas,
ao lado do Ciep Operário Vicente Mariano.**

ANEXO 17 – LEI Nº 80/79



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, nos termos do Artigo 193, § 4º, da Constituição Estadual, promulga a Lei nº 80, de 3 de janeiro de 1979, oriunda do Projeto de Lei nº 61, de 1977.

LEI Nº 80, de 3 de janeiro de 1979

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
RECONHECER COMO
LOGRADOURO PÚBLICO O
PARQUE UNIÃO, EM BONSUCESSO.

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a reconhecer como logradouro público todas as ruas, travessas e praças do Parque União, em Bonsucesso.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 3 de Janeiro de 1979

ROMUALDO COSTA CARRASCO
Presidente

ANEXO 17 – LEI Nº 80/79



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, nos termos do Artigo 193, § 4º, da Constituição Estadual, promulga a Lei nº 80, de 3 de janeiro de 1979, oriunda do Projeto de Lei nº 61, de 1977.

LEI Nº 80, de 3 de janeiro de 1979

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
RECONHECER COMO
LOGRADOURO PÚBLICO O
PARQUE UNIÃO, EM BONSUCESSO.

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a reconhecer como logradouro público todas as ruas, travessas e praças do Parque União, em Bonsucesso.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 3 de Janeiro de 1979

ROMUALDO COSTA CARRASCO
Presidente

ANEXO 18 – LEI Nº 352 DE 1 DE OUTUBRO DE 1982



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

LEI Nº 352 DE 1 DE OUTUBRO DE 1982.

Autoriza o Poder Executivo a reconhecer oficialmente os logradouros da "Favela Nova Holanda", em Bonsucesso, X-RA, e dá outras providências.

Autor: Itagoré Barreto

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,

Faço saber que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reconhecer, oficialmente, como públicos, os logradouros da Favela Nova Holanda, localizados na X-R.A. Bonsucesso.

Art. 2º - Para o reconhecimento prescrito no art. 1º, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, através dos seus órgãos competentes, adotará as providências necessárias à adoção da medida.

Art. 3º - No ato do reconhecimento dos logradouros, como públicos, as ruas receberão nomes de autoridades civis e/ou militares, na forma da Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1982.

JULIO COUTINHO

ANEXO 19 – LEI Nº 2.119/1994



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

LEI Nº 2119

DE 19 DE JANEIRO DE 1994.

Cria o Bairro da Maré na XXX Região Administrativa e dá outras providências.

Autor: Vereador José de Moraes C. Neto

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Bairro da Maré, na XXX Região Administrativa, com delimitação no Anexo I do Decreto nº 7980, de 18 de agosto de 1988.

Art. 2º - VETADO.

I - VETADO;

II - VETADO;

III - VETADO.

§ 1º - VETADO.

I - VETADO;

II - VETADO;

III - VETADO;

IV - VETADO;

V - VETADO.

§ 2º - VETADO.

I - VETADO;

II - VETADO.

§ 3º - VETADO.

I - VETADO;

II - VETADO;

III - VETADO.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CESAR MAIA

ANEXO 20 - IMAGENS FOTOGRÁFICAS



Figura 1 - . Praia do Apicu. Região de mangues onde se formaram as favelas da Maré. Ao fundo, o morro do Timbau. Augusto Malta. s/d. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro



Figura 2 - Dona Orozina. Mito fundador do morro do Timbau. s/d. Arquivo Orozina Vieira

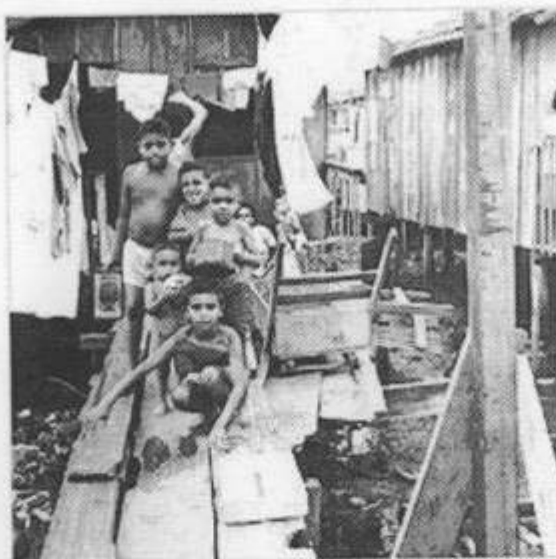


Figura 3 – Meninos sobre as palafitas. 1960. Anthony Leeds. Arquivo Orozina Vieira.



Figura 4 – Vista geral da Maré. 1978. João Mendes. Arquivo Orozina Vieira.



Figura 5 – Aterros do Projeto Rio 1980. Arquivo Orozina Vieira.



Figura 6 – Lideranças comunitárias com o Ministro Mário Andreazza. 1980. Arquivo Orozina Vieira.



Figura 7 – Vista geral da Maré. Edgar Amaral. 1995. Arquivo Orozina Vieira

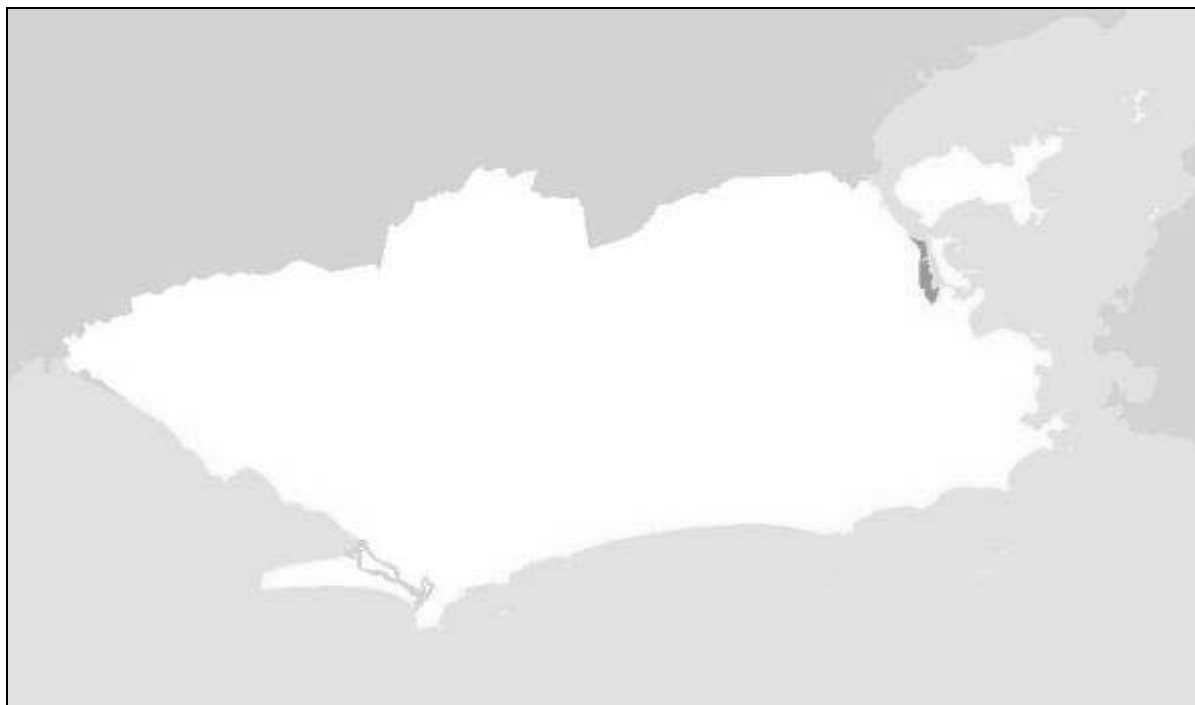


Figura 8 – Vista geral da Maré. Edgar Amaral. 1995. Arquivo Orozina Vieira

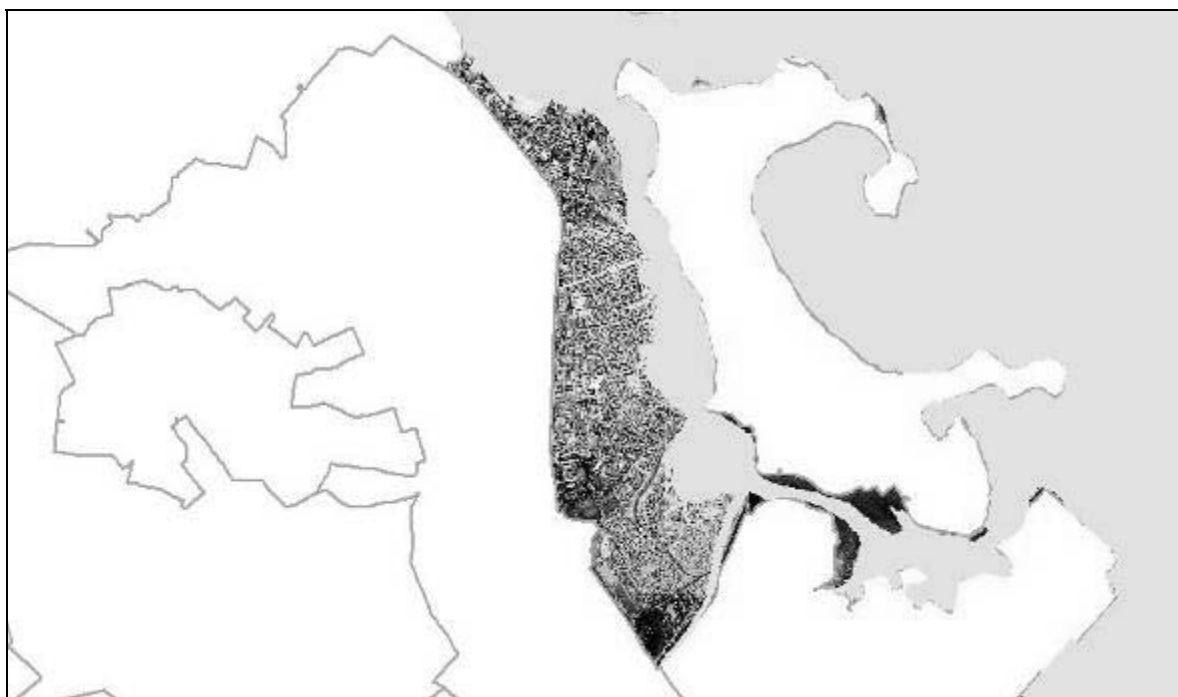


Figura 9 – Vista geral da Maré. Edgar Amaral. 1995. Arquivo Orozina Vieira

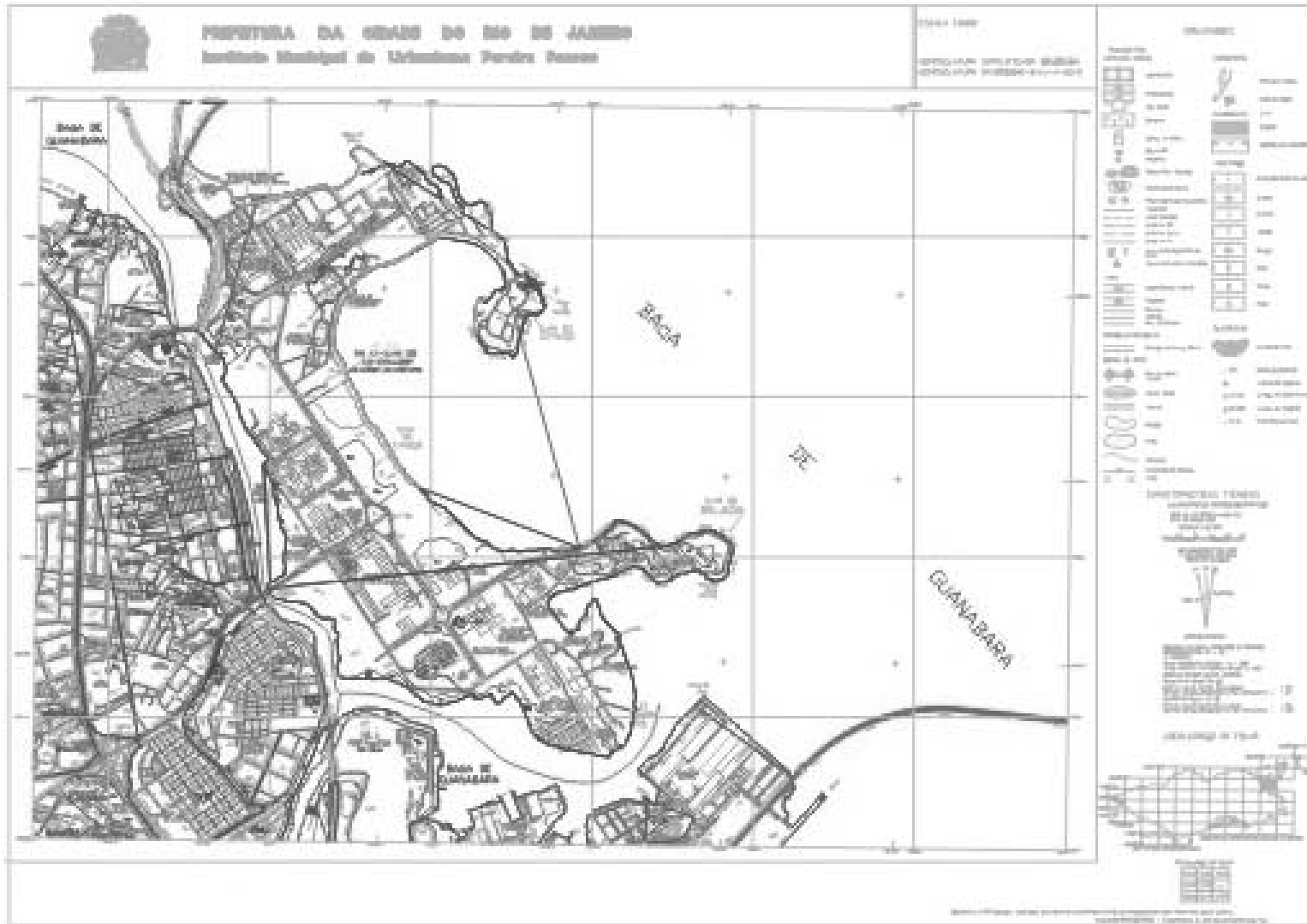
Anexo 21 - MAPAS



Mapa 1 – Localização do bairro Maré no Município do Rio de Janeiro
Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br> – ra30.jpg



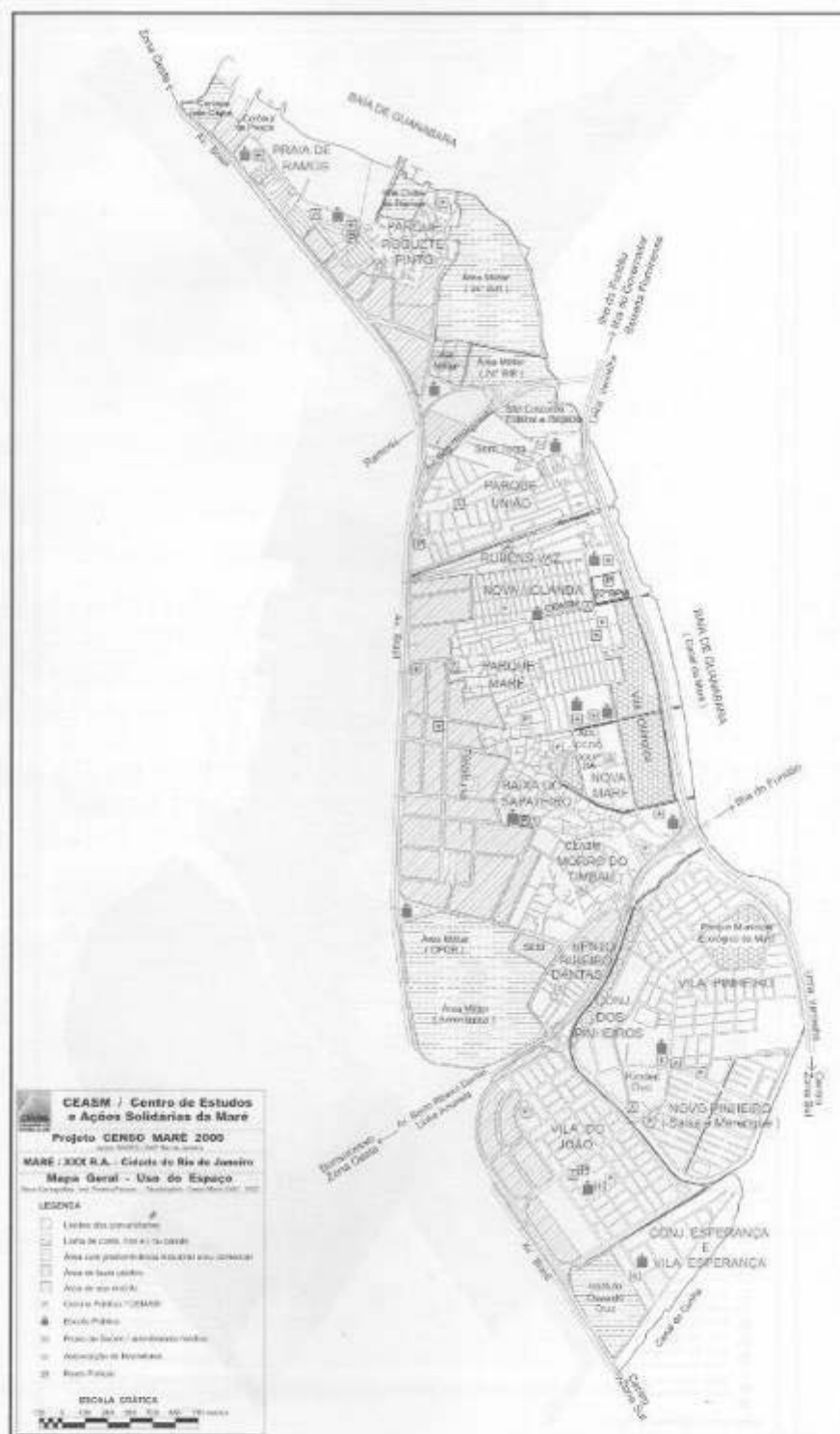
Mapa 2 – Bairro da Maré. Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br> – imagem_ra30.jpg



Mapa 3 – Bairro da Maré. Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br> – imagem_ra30.jpg

Quem somos, quantos somos, o que fazemos?

MAPA 3- Uso do Espaço



Mapa 4 – Bairro Maré com ruas e equipamentos comunitários. Fonte: Censo Maré 2000.

